



UNIVERSITAT
POLITÈCNICA
DE VALÈNCIA

Artes Decorativas: Fábrica do Cojo na rota da faiança Portuguesa

Mariana Simões de Castro

Director:

Dr. Enric Tormo Ballester (U.B.)

Codirector:

Carlos Plasencia (U.P.V.)

Departamento de Dibujo

Universitat Politècnica de València

Outubro, 2015

Abstract – português

A presente investigação monográfica pretende desmistificar e dignificar a actividade da Fábrica de Louça Fina do Cojo. Implantada no coração da cidade de Aveiro, tendo laborado desde 1775 a 1907, o seu estudo e nomeadamente o seu legado, tem sido ignorado em prol de outras empresas mais importantes e com maior notoriedade. Ao longo do seu ciclo de vida, esta unidade produziu e legou uma vasta obra, num contributo irrefutável para o enriquecimento do património artístico e cultural da região aveirense. Resultado da compilação, inventário e estudo do seu corpus, este trabalho explora, na sua exposição as variadas influências, experiências e tendências, o processo contínuo de construção de uma identidade própria.

Este projecto pretende a sua valorização e reivindicar o lugar que lhe compete dentro do quadro da indústria da cerâmica em Portugal, sobretudo no final do século XVIII e princípios do XIX, revelando informação inédita, que nunca fora exaustivamente difundida e estudada.

Na qualidade de património urge este ser divulgado para preservar a memória de uma fábrica profundamente relacionada com a identidade colectiva da comunidade que a viu nascer.

Abstract – castellano

La presente investigación monográfica pretende dilucidar y dignificar la actividad de la Fábrica de Louça Fina do Cojo. Instalada en el corazón de la ciudad Aveiro, y habiendo desarrollado su actividad desde 1775 a 1907, su estudio y especialmente su legado han sido ignorados en beneficio de otras empresas más importantes y con mayor notoriedad. A lo largo de su ciclo de vida, esta unidad produjo y legó una copiosa obra, realizando una contribución indiscutible al enriquecimiento del patrimonio artístico y cultural de la región de Aveiro. Resultado de la compilación, inventario y estudio de su corpus, este trabajo explora en su exposición las variadas influencias, experiencias y tendencias, el proceso continuo de construcción de una identidad propia.

Este proyecto pretende su puesta en valor y reivindicar el lugar que le corresponde dentro del marco de la industria de la cerámica en Portugal, sobre todo a finales del siglo XVIII y principios del XIX, revelando información inédita que nunca había sido difundida y estudiada.

En su calidad de patrimonio urge este ser divulgado para preservar la memoria de esta fábrica, profundamente relacionada con la identidad colectiva de la comunidad que la vio nacer.

Abstract – valenciano

La present investigació monogràfica pretén dilucidar i dignificar l'activitat de la Fàbrica de Louça Fina do Cojo. Instal·lada al cor de la ciutat d'Aveiro, i havent desenrotllat la seua activitat des de 1775 a 1907, el seu estudi i especialment el seu llegat han sigut ignorats en benefici d'altres empreses més importants i amb major notorietat. Al llarg del seu cicle de vida, esta unitat va produir i va llegar una copiosa obra, realitzant una contribució indiscutible a l'enriquiment del patrimoni artístic i cultural de la regió d'Aveiro. Resultat de la compilació, inventari i estudi del seu corpus, este treball explora en la seua exposició les variades influències, experiències i tendències, el procés continu de construcció d'una identitat pròpia.

Este projecte pretén la seua posada en valor i reivindicar el lloc que li correspon dins del marc de la indústria de la ceràmica a Portugal, sobretot a finals del segle XVIII i principis del XIX, revelant informació inèdita que mai havia sigut difosa i estudiada.

En la seua qualitat de patrimoni, urgix que este siga divulgat per a preservar la memòria d'esta fàbrica, profundament relacionada amb la identitat col·lectiva de la comunitat que la va veure nàixer.

Abstract – anglès

The present monographic research intends to demystify and dignify the activity of the Fine Tableware Factory of Cojo. Located in the heart of the city of Aveiro, having labored from 1775 to 1907, its history and in particular its legacy, have been ignored in favor of other major companies with greater notoriety.

Over its life cycle this unit has produced and bequeathed a vast work, an irrefutable contribution to the enrichment of the artistic and cultural heritage of Aveiro region. Result of the compilation, inventory and study of its corpus, this research explores its exposure to various influences, experiments and trends and the ongoing process of building an own identity. This project aims its enhancement and claim its rightful place within Portugal's ceramic industry, especially during the late eighteenth and early nineteenth centuries, by revealing unprecedented information which was never thoroughly disseminated and studied.

As a heritage it urges to be disclosed to preserve the memory of a factory deeply linked with the collective identity of the community that saw its birth.

Agradecimentos

Ao longo deste trabalho, muitos foram os contactos que tornaram possível este estudo:

ao Prof. Dr. Enric Tormo, orientador deste trabalho, pelas recomendações recorrentes do seu profundo conhecimento,

ao Prof. Dr. Carlos Plasencia pelo apoio, paciência e partilha do seu saber ao longo deste trabalho,

ao Professor Doutor Antero Ferreira, pela inteira disponibilidade,

ao Arquitecto Anselmo Teixeira, por me ter aberto as portas da sua casa, pelos conhecimentos transmitidos e palavras de incentivo,

ao Dr. António Vinagre, Dr^a Margarida Correia (Directora do Museu Nacional do Porto), Dr^a Cláudia Melo (responsável pela Secção de Faiança do Museu Santa Joana) e ao Dr. Paulo Achman, pelo apoio e amizade,

ao Dr. Fernando Castro, responsável pela leitura dos elementos químicos e tratamento dessa mesma informação,

aos entrevistados Sr. Pedro Marques e Sr.^a Dr.^a Melinda pela generosidade da partilha e atenção dispensada,

a todos os meus amigos que de uma forma indirecta me ajudaram,

à Universidade Politécnica de Valência pelo acolhimento,

à minha Mãe e ao meu Irmão, pelo apoio, conselhos e permanente interesse demonstrado no desenrolar de todo processo,

ao Luís, pelo apoio e a paciência sempre demonstrada

e ao meu Pai, o alicerce da minha vida.

A todos, o meu muito obrigado.

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Faltam formas e cores nesta história, falta alma, falta descobrir e ouvir os testemunhos que o espólio desta Fábrica tem para contar.

Faltan las formas y los colores en esta historia, falta el espíritu, falta descubrir y oír a los testimonios que el espolio de esta Fábrica tiene que contar.

Índice

I. Introdução	20
I. Introducción	51
Capítulo I A cerâmica em Portugal	79
1.1 Breve história da cerâmica	81
1.2 Aptidão artística portuguesa	84
1.3 Faiança portuguesa do séc. XV ao séc. XIX	87
1.4 O desenvolvimento dos grandes centros cerâmicos	96
Capítulo II Contexto sociocultural no séc. XVIII	106
2.1 A indústria em Portugal no séc. XVIII	109
2.2 A indústria da cerâmica em Portugal	111
2.3 A arte e a indústria	113
2.4 Notas sobre as principais congéneres do Cojo.....	115
2.4.1. Real Fábrica do Rato	115
2.4.2. Fábrica António da Costa Briosa	116
2.4.3. Fábrica do Rocio de Santa Clara	117
2.4.4. Fábrica do Juncal	117
2.4.5. Fábrica de Miragaia	117
2.4.6 Fábrica de Santo António Vale de Piedade	118
2.4.7. Fábrica do Cavaquinho	119
2.4.8. Fábrica de Viana do Castelo	119
2.4.9. Fábrica Monte Sinai	119
2.4.10. Faianças das Caldas da Rainha de Rafael Bordalo	120
2.4.11. Fábrica de louça de Massarelos	120
2.4.12. Fábrica do Carvalhinho	120
2.4.13. Fábrica da Torrinha	121
2.4.14. Fábrica de Pereira Valente	121
2.4.15. Fábrica da Bandeira	121
TIMELINE Principais fábricas de cerâmica em Portugal no período de 1764 a 1923	

Capítulo III Tradição cerâmica de Aveiro	125
3.1 Contexto sócio-económico e cultural	128
3.2 Indústria cerâmica em Aveiro	133
Capítulo IV Fábrica do Cojo	139
4.1 História da fábrica do Cojo	142
4.2 Orgânica e técnicas de fabrico	155
Capítulo V Ciclos Produtivos	163
5.1 Primeiro período / Arranque	168
5.2 Segundo período / Maturidade	169
5.3 Terceiro Período / Prenúncio de declínio	176
5.4 Quarto período / Recomeço	189
Capítulo VI Identificação	198
6.1. Marcas	201
6.2. Análises Químicas	215
6.3. Peças de Referencia	223
6.3.1. Terrina (A-1)	225
6.3.2. Terrinas (A-5) e (A-8)	234
6.3.3. Bacia de Barbear (P-1) e Caneca Antropomórfica (Q-2)	237
6.3.4. Floreira de parede (F-3) e Pote (I-1)	239
6.3.5. Travessa (B-1)	245
Capítulo VII Tipologias	249
II. Conclusões	274
II. Conclusiones	288
III. Bibliografia	304
IV. Anexos	314



Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Índice de figuras / Listas de figuras

Figura 1	Pormenor da pega (A-1).....	21
Figura 2	Pormenor decorativo (C-1)	24
Figura 3	Pormenor decorativo (G-2)	29
Figura 4	Pormenor decorativo (P-1)	32
Figura 5	Detalle decorativo (O-1)	52
Figura 6	Detalle decorativo (F-3).....	57
Figura 7	Detalle decorativo (A-8).....	60
Figura 8	Pormenor decorativo (I-1).....	78
Figura 9	Pormenor decorativo (A-6).....	107
Figura 10	Par de jarrinhas (R-2).....	126
Figura 11	Mapa topográfico da cidade de Aveiro 1781.....	129
Figura 12	Pormenor da Planta da Cidade de Aveiro 1780-81	129
Figura 13	Pormenor decorativo (G-1)	132
Figura 14	Vista aérea do vale do Cojo e esteiro da cidade	137
Figura 15	Pormenor decorativo (J-2)	140
Figura 16	Mapa Ria de Aveiro no século XVII.....	144
Figura 17	Aveiro século XVIII, Reprodução de gravura da Panorama.....	144
Figura 18	Fábrica do Cojo (ao centro). Final do séc. XIX.....	144
Figura 19	Centro da cidade e Rua da fábrica Aveiro,1880.....	144
Figura 20	Rua da Fábrica. Ao fundo e à direita, as instalações da fábrica.....	144
Figura 21	Traçado da Muralha sobre, planta de Aveiro no século XIX	144
Figura 22	Vale do Cojo, anos 40.....	147
Figura 23	Pedro António Marques.....	151
Figura 24	Comissão para o monumento da estátua de José Estêvão	151
Figura 25	Anna Joaquina e a sua filha Maria Augusta	154
Figura 26	Forno da Fábrica da Fonte Nova	158
Figura 27	Roda do Oleiro	158
Figura 28	Armazém da fábrica do Cojo	159
Figura 29	Aplicação dos vidrados por imersão.....	159

Figura 30	Cafeteira (N-1)	164
Figura 31	Pormenor decorativo (J-1).....	166
Figura 32	Tardoz de travessa (B-2).....	198
Figura 33	Marca (O-1)	206
Figura 34	Marca (N-1).....	209
Figura 35	Marca (E-1)	212
Figura 36	Marca (B-1).....	214
Figura 37	Marca (Q-2).....	237
Figura 38	Marca (P-1).....	240
Figura 39	Santo (S-2).....	250
Figura 40	Cojo e a antiga Rua da Fábrica 1972.....	271

Índice de quadros / Índice de cuadros

Quadro. 1	Estadística Industrial Publicada pela Repartição de Pesos e Medidas...	155
Quadro. 2	Estudo sobre a actual industria cerâmica na 2a circumscripção dos serviços technicos da industria	156
Quadro. 3	Peças submetidas a análise Conclusões	220

Índice de gráficos / Índice de gráficos

Gráfico.1	Crescimento no sector cerâmico.....	99
Gráfico.2	Principais fábricas de cerâmica em Portugal no período de 1764 a 1923	122
Gráfico.3	Esteiros da Cidade Localização das fábricas de cerâmica	136
Gráfico.4	Fábricas que surgiram nas imediações do Esteiro do Cojo Cronologia	138
Gráfico.5	Vida da fábrica do Cojo Cronologia	161

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Acrónimos e abreviaturas / Siglas y abreviaturas

AA - Alfândega de Aveiro
ADA - Arquivo Distrital de Aveiro
ADERAV - Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro
AHMP - Arquivo Histórico Municipal do Porto
AHMOPC - Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas e Comunicações
AMA - Arquivo Municipal de Aveiro
ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BPMA - Biblioteca Pública Municipal de Aveiro
Cx - Caixa
JC - Junta do Comércio
LV- Livro de Vereações
SN- Secção Notarial

I. Introdução

I. Introducción





Figura 1.
Pormenor da pega (A-1)

“ Conhecer as nossas raízes, aquilo que sumativamente nos congrega como comunidade, concretiza-se através do conhecimento dos documentos do passado que nos são legados no presente. Estes documentos podem ter vários suportes: o papel ou pergaminho, o canto, a oralidade ..., mas também o monumento, o alinhamento de muro, o caco cerâmico que outrora foi peça de louça, o frasco de vidro, o objecto metálico, os restos das nossas refeições ..., enfim, todo o testemunho que, voluntária ou acidentalmente, foi preservado, sobrevivendo à passagem do tempo.”¹

¹ MORGADO, Paulo. e FILIPE, Sónia. *O testemunho do passar do tempo e do homem no registo arqueológico de Aveiro*. in, *Histórias de Aveiro - Sínteses e Perspectivas*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, 2009, p. 47

I. Introdução

Quando a história da sociedade portuguesa se escreve, para lá dos limites convencionais, nas entrelinhas da nossa expressividade linguística, desvendam-se formas, conteúdos, linhas e cores que testemunham a cultura artística de uma pátria, numa expressão sincera dos vínculos afectivos, culturais, valores e história que inscrevem um povo.

No decorrer do séc. XVIII, em Portugal, os centros de fabrico de cerâmica nasceram e prosperaram numa multiplicidade de fábricas que produziu em quantidade, com qualidade, que gerou concorrência e competitividade entre elas. A grande variedade de cerâmicas produzidas, desde as mais aprimoradas às mais populares, testemunham a evolução desta indústria e reflectem a história da sociedade portuguesa.

Hoje, os seus legados são considerados testemunhos notáveis da nossa cultura artística, muito disputados por coleccionadores privados e instituições que os custodiam e lhes dão visibilidade.

No seguimento de uma premissa da UNESCO que afirma o património como tudo aquilo que nos pertence, a nossa herança do passado e o que construímos hoje, é obrigação de todos nós, preservar, transmitir e deixar todo esse legado, às gerações vindouras.²

Imbuídos neste espírito de salvaguarda e protecção do património cultural português, este importante alicerce da comunidade, propusemo-nos fomentar uma maior consciência, despertar o interesse da comunidade e sensibilizar à sua preservação.

Intrigou-nos o facto do quase total esquecimento a que foi votada uma fábrica que, pela proximidade geográfica às minhas raízes, revejo com carinho. Chama-se Fábrica do Cojo, aquela que foi a primeira a produzir louça fina em Aveiro.

² UNESCO, *About World Heritage*, [disponível em <http://whc.unesco.org/en/about/>] [consultado em 3 /6/15, 16:50:00]

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

A memória aveirense recorda-a, infeliz e injustamente, numa fase tardia de declínio, conotada à cerâmica ordinária e de qualidade inferior. Saibam que esta ideia não pode ser mais enganosa e redutora dado não contemplar quase século e meio de vida desta Fábrica, que fora um dia agraciada pela família real portuguesa.

A preservação desta frágil herança que sobreviveu ao tempo depende do interesse da comunidade, porém não é possível sensibilizar sobre a memória de uma fábrica cujos vestígios existenciais repousam sobre um manto de esquecimento, na sombra de conterrâneas com maior notoriedade e sem um porto seguro que lhes dê evidência e o reconhecimento que merecem.

Conscientes deste vazio no que respeita à Fábrica do Cojo, esta investigação pretende dar a conhecer e gerar laços afectivos que nos unam a este património; reconhecer o seu valor intrínseco, democratizá-lo à comunidade, permitir o intercâmbio de ideias, fortalecer a identidade e o respeito por esta herança.



Figura 2. Pormenor decorativo (C-1)

I. II Motivação e Justificação

Desde o primeiro momento em que tomámos conhecimento da Fábrica do Cojo, apercebemo-nos da sua longevidade, do seu contributo inovador no panorama da indústria cerâmica em Aveiro e simultaneamente estranhámos a escassez de documentação, a dispersão dos testemunhos cerâmicos aí produzidos e sobretudo o desconhecimento e desinteresse a que era votada. A sua história parecia ser abafada pela notoriedade das congéneres surgidas posteriormente.

Porém, uma fábrica centenária implantada no coração da cidade de Aveiro, que lhe alterou a topografia e se reflectiu na sua toponímia, por certo escreveu uma página da história da Faiança Portuguesa e como tal merece um apreço diferente daquele que lhe tem sido atribuído.

Essa estranheza tornou-se paixão; pelo enigma que encerrava, pela emoção da descoberta da sua história, do seu espólio, de novas formas ou detalhes até então despercebidos. O facto de ser aveirense e de poder contribuir para o conhecimento da sua história e desta forma deixar um legado à cidade, proporcionou uma motivação adicional.

Foram alguns os historiadores e estudiosos que se dedicaram à difícil tarefa de descobrir, analisar e reconstituir a história da Fábrica do Cojo. Saliento, entre outros, Luís Augusto de Oliveira³, Vasco Valente⁴, António

3 OLIVEIRA, Luiz Augusto de. *Exposição retrospectiva de Cerâmica Nacional em Vianna do Castelo no ano de 1915. Breves Estudos por Luiz Augusto de Oliveira*, O Comércio do Porto, Porto, 1920

4 VALENTE, Vasco. *Cerâmica Artística Aveirense – Breves Notas*, in. *Guias-Dicionários Regionais, 1º Congresso Regional Ferroviário 1933, Vol I*. Edições Geder, Lisboa, 1933.

Gonçalves⁵ Arthur Sandão⁶, Manuel Ferreira Rodrigues⁷, Inês Amorim⁸, Jorge Marques⁹, José Queirós¹⁰ e Jorge Sampaio¹¹. Embora notáveis, os vários trabalhos publicados revelaram a história da Fábrica a partir de fontes escritas descurando sistematicamente as peças aí produzidas ao longo dos vários ciclos de produção. Faltava, por este motivo, a linguagem das formas e cores, faltava a alma. Propomo-nos, ao invés, descobrir e ouvir os testemunhos que o espólio desta Fábrica permitem revelar e dar justo lugar que lhe compete dentro do quadro da indústria nacional, sobretudo no final do século XVIII e princípios do XIX.

Referiu-se o especialista em cerâmica portuguesa, Pedro Vitorino que “(...) por mais modesta que pareça, uma contribuição histórica nunca deve desprezar-se, pois poderá alcançar, certo dia, um valor às vezes bem longe de ser imaginado.”¹²

Em conformidade, escreve o intelectual Português, Ramalho Ortigão que “A história dos seus monumentos é para cada povo a história da sua individualidade, porque não há monumento artístico que não traduza, mais ou menos directamente, a acção intelectual e política da sociedade que o concebeu.”¹³

5 GONÇALVES, Augusto. *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Aveiro: Zona - SUL*. Academia Nacional de Belas Artes. Lisboa, 1959

6 SANDÃO, Arthur. *Faiança Portuguesa, séculos XVIII e XIX*. Livraria Civilização. Porto, 1976

7 RODRIGUES, Manuel. *A indústria da Cerâmica em Aveiro (final do Séc. XIX – Início do Séc. XX)*, Sep. da Revista Portuguesa de História TOMO XXV. Universidade Faculdade de Letras- Coimbra, Coimbra, 1990.

8 AMORIM, Inês. *Cerâmica de Aveiro no séc. XVIII*. In. Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1996

9 Tivemos o privilégio de conviver com Sr. Jorge Marques, bisneto do último arrendatário da fábrica. A sua imensa energia e curiosidade levaram-no a investigar diversos temas da história local e regional, tendo publicado vários artigos no jornal “*O Aveiro*”.

10 QUEIRÓS, José. *Cerâmica Portuguesa*. Litexa Editora, Lda. Lisboa-Porto, 2002

11 SAMPAIO, Jorge. Contribuição de Domingos Vandelli para a Cerâmica Portuguesa, Universidade Lusíada. Lisboa. 2005

12 VITORINO, Pedro. *A cerâmica Portuense*, Editora Apolino, Gaia, 1930, p.13.

13 ORTIGÃO, Ramalho. *O Culto da Arte em Portugal*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1917, p.170.

Urge, deste modo, reflectir sobre a identidade da cultura artística portuguesa. Os projectos de investigação nesta área passam pela consciência do papel da intervenção sobre o património e a sua salvaguarda. Não obstante, ao longo dos anos, o estudo da cerâmica aveirense e nomeadamente da Fábrica do Cojo foram, como refere Vasco Valente hesitantemente delineadas em escassos capítulos,¹⁴ de forma fragmentada, incidindo geralmente sobre o final do séc. XIX, altura do seu declínio. É o caso do Inquérito Industrial de 1881, que lhe dedica uma escassa dúzia de linhas; é “(...) um estabelecimento de pouca importância [...] seguro consumo entre as classes pobres”.¹⁵ Na Memória de Aveiro do século XIX de José Ferreira da Cunha e Sousa testemunha que esta “(...) fábrica que existia na quinta do Morgado de Vagos, não teve alteração alguma (...)”¹⁶ até ao findar do século. Joaquim Vasconcelos, na série de trinta artigos sobre as Indústrias Portuguesas em 1887, não lhe faz referência, aludindo que para além da fábrica da Fonte Nova, não havia nenhuma outra fábrica apresentável. O Inquérito Industrial de 1890 tem procedimento igual.¹⁷ O Estudo sobre o estado actual da indústria cerâmica na 2ª circunscrição dos serviços técnicos da indústria (1905), refere que “Esta fábrica está hoje muito decadente (...)”.¹⁸ Estas escassas referências, vazadas da merecida importância, talvez se devam ao facto de aludirem unicamente à sua época de declínio por oposição ao momento auge do início de actividade.

14 VALENTE, Vasco. *Cerâmica Artística Aveirense – Breves Notas*, in: Guias-Dicionários Regionais, 1º Congresso Regional Ferroviário 1933, Vol I. Edições Geder, Lisboa, 1933, p. 126

15 Inquérito Industrial de 1881. Inquérito directo. Segunda parte. Visita às Fábricas, Lisboa, 1881. p.277

16 SOUSA, José Ferreira da Cunha. *Memória de Aveiro, no século XIX*, in Arquivo do Distrito de Aveiro, vol 6, Aveiro, 1940, p.8

17 Inquérito Industrial de 1890, Imp. Nac. Lisboa pp.5-6

18 TEMUDO, Fortunato. *Estudo sobre actual da indústria cerâmica na 2ª circunscrição dos serviços técnicos da indústria*, Imprensa Nacional, Lisboa. 1905 p.15

Estudos mais detalhados que importam referenciar, traçam o percurso histórico desta unidade fabril e revelam muita informação até aí desconhecida, essencialmente a partir de fontes escritas. De entre estes estudos, cabe mencionar o de Inês Amorim, historiadora de renome, em *A Cerâmica de Aveiro no Séc. XVIII: das Olarias à Fábrica de Louça Fina*, 1996 e os artigos avulsos publicados no jornal “*O Aveiro*” em 1998 por Jorge Marques, bisneto do último arrendatário da fábrica. Contudo, conforme refere Inês Amorim da reconstrução documental apenas “(...) resulta numa percepção mais qualitativa do que quantitativa da realidade (...)”.¹⁹ Não existe qualquer referência ao espólio das peças produzidas pela Fábrica do Cojo no que respeita às características decorativas e tampouco às diferentes marcas.

Assim e partindo do princípio que um estudo desta natureza não pode ser somente vinculado à existência de documentos escritos, tendo em conta que muitos deles se devem ter dissipado e dispersado, somos obrigados, pelos testemunhos que as próprias peças encerram “(...) só se admitem como verdadeiros factos que se baseiam em fontes tão auctorizadas como são as chronicas contemporaneas; as medalhas, as moedas, as lapides commemorativas e todos os mais monumentos coevos que a mão pesada dos tempos deixou chegar até nós.”²⁰ a delinear um estudo que permita preencher as lacunas da sequencia cronológica.

Nesta história secular, muitas são as peças que precisam de ser classificadas mas muito mais são aquelas que faltam descobrir. No *Catálogo da Exposição Distrital de Aveiro 1882* é referido que o Sr. José António Resende,

19 AMORIM, Inês. *Cerâmica de Aveiro no séc. XVIII*. Revista da Faculdade de Letras, 1996, p. 420

20 GOMES, Marques. *Memórias de Aveiro*, Tipografia Comercial, Aveiro, 1875, p.16

herdeiro dos últimos proprietários da fábrica, “ (...) tinha uma importante colecção de peças, que por razões que desconhecemos, não foi exposta.”²¹

Foram relatos como este que nos levaram a acreditar na existência de inúmeras peças e nos incentivam a prosseguir na procura desse espólio, de o identificar, caracterizar e constituir um acervo tão extenso e completo quanto possível. Este objectivo norteou o nosso trabalho, foi razão de ser desta tese e assim, sempre que descobrimos uma nova peça, acreditamos ter dado um contributo relevante e ao mesmo tempo encorajador na hora de superar dificuldades.

21 GOMES, Marques e VASCONCELLOS, Joaquim. *Exposição Distrital de Aveiro em 1882: Relíquias da Arte Nacional*. Grémio Moderno, Aveiro. Portugal. 1883 p.40



Figura 3. Pormenor decorativo (G-2)

I. III Contextualização

A partir dos meados de séc. XVIII, a vila de Aveiro assiste à massificação do comércio, sobretudo devido à crescente actividade do seu porto comercial.²² Essa intensa mercantilização projectou a vila como porto transitário, integrando-a em rotas de comércio internacional seduzindo e fixando gentes ligadas ao comércio.

A Fábrica do Cojo surge neste contexto de desenvolvimento comercial da vila de Aveiro e estimulada pela protecção e benefícios fiscais do Marquês de Pombal que pretendia requalificar o sector cerâmico. Os mercados existentes, a herança cerâmica dos aveirenses e a abundância de matérias-primas foram igualmente preponderantes para o desenvolvimento da fábrica. O arranque legal da Fábrica em 1775, por iniciativa de uma classe capitalista ligada ao comércio e a outras actividades industriais que decide investir no fabrico de faiança, é atestado na Relação das Fábricas de 1788²³. De 1776 a 1835 a fábrica regista produção de reconhecida qualidade, de tal forma que lhe permite obter privilégios régios e alcançar mercados alargados, nomeadamente o Brasil.²⁴ Contudo, aquando da primeira Invasão francesa (1807), o encerramento dos portos de comércio, a instabilidade política, os conflitos internos, a liberalização do mercado e a concorrência interromperam a prosperidade da fábrica e precipitaram o seu declínio.²⁵ Embora continuassem a laborar até 1907, altura em que se extinguiu por completo, deixou de se afirmar no mercado como uma fábrica de produção excepcional, sendo por essa razão referida em estado de declínio, conforme consta do Inquérito Industrial de 1881.²⁶ Nesta última fase, a fábrica produzia

22 CAETANO, Lucília. *Contributo para a história da industrialização no distrito de Aveiro: o inquérito da repartição de pesos e medidas: 1865*. in. Revista Portuguesa de História, Coimbra, 1989, pp. 97-159

23 A Relação das Fábricas de 1788 é a primeira estatística que reúne informações sobre as fábricas existentes em Aveiro, destacando a estrutura da unidade (das demais produções caseiras) e o aparecimento do operário. Cf. DIAS, Fernando. *A Relação das Fábricas de 1788*. Sep. Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra, Coimbra. 1955, p.49.

24 ADA-SN, Aveiro, n.313, f.76-79v. 1776 ; Transcrição Doc.10

25 CALADO, Rafael. *Breve Historial da Faiança em Portugal*. in. Itinerário da Faiança do Porto e Gaia, Instituto Português dos Museus, Lisboa, 2001

26 Inquérito Industrial de 1881. Inquérito directo. Segunda parte. Visita às Fábricas, Lisboa, 1881. p.277

exclusivamente para o mercado local, no suprimento de necessidades de carácter utilitário e religioso, desprovida da determinação que pautou o modelo admirável da sua fase inicial.

A história e produção do Cojo é um caso particular e pouco aclarado na historiografia da Faiança portuguesa. Devido ao desinteresse, os vários intervalos temporais escassos de informação, à falta de conhecimento sobre marcas utilizadas e peças marcadas, são frequentes erros e polémicas em torno desta fábrica e das peças aí produzidas ao longo dos vários períodos de laboração.²⁷ O entendimento da fábrica do Cojo passa necessariamente pelo conhecimento de outros centros cerâmicos congéneres, de acervos de colecções municipais, entidades privadas, da compilação dos vários documentos escritos, outros inéditos, que temos vindo a reunir por forma a certificar e a comprovar a existência desta produção.

Este projecto de investigação pretende colmatar os estudos já existentes, conciliar discordâncias, esclarecer dúvidas, consciencializar sobre o valor do património cultural português e sensibilizar para a sua preservação.

²⁷ Até há relativamente pouco tempo a marca FBe era atribuída à Fábrica da Bandeira que, na opinião de José Queirós, correspondia à fábrica situada no Largo da Bandeira, em Vila Nova de Gaia. FERNANDES, Isabel. ; RIBEIRO, Maria. ; REIMÃO, R Rute. ; CALADO, Rafael. *Faiança Portuguesa do Ateneu Comercial do Porto*. Ateneu Comercial do Porto, Porto, 1997 p.136

I. IV Objectivos da Investigação

António Christo, crítico aveirense, refere a propósito das festas milenares de Aveiro “(...) não seria acertado gastar um pouco menos em foguetes e um pouco mais em publicações de interesse para o conhecimento da história local.”²⁸ Partilhamos da mesma opinião na qual o conhecimento da história local deve ser reconhecido como importante peça cultural de um povo, uma vez que conhecimento histórico ajuda na compreensão do homem enquanto ser que constrói o seu tempo.

Neste sentido, o objectivo geral desta tese de doutoramento é *contribuir para o reconhecimento e valorização da primeira fábrica de louça fina em Aveiro e conciliar em livro a história da Fábrica do Cojo com as imagens do espólio que o tempo dispersou*. Foi este o desafio que nos propusemos enfrentar.

28 CHRISTO, António, *Toponímia Local*. Jornal “Litoral” de 5 de Maio, 1956, p.4



Figura 4. Pormenor decorativo (P-1)

Dentro dos objectivos específicos, este estudo pretende:

1. Identificar e registar o maior número de peças possível. Sendo um trabalho de investigação no campo das artes visuais e dada a falta de documentação, os artefactos, são considerados como documentos históricos que testemunham a existência e identificam a origem da produção.

2. Reconhecer os vários períodos de laboração da fábrica, tendo por base os estilos decorativos característicos de cada período, assim como as referências histórico-sociológicas, isto é, os acontecimentos significativos na época, na fábrica e na cidade de Aveiro.

3. Identificar “uma caligrafia”, uma identidade Cojo, através dos atributos técnicos, o tipo de fabrico, a natureza das argilas, a cor, os padrões decorativos, os acabamentos, as marcas, as análises químicas e as referências histórico-sociológicas.

4. Contribuir para a reflexão e debate sobre o património da Fábrica do Cojo e sua importância na cultura aveirense e portuguesa.

I. V Metodologia

Este estudo pretende ser a visão de uma história escrita e ilustrada pelos testemunhos da sua produção, legada nas formas, cores e diacronia de estilos.

À semelhança de outras investigações na mesma área optámos por basear o estudo da produção Cojo através dos métodos disponíveis, nomeadamente o método comparativo e espectrometria de fluorescência de raio X.

Através do método comparativo foram avaliadas um total de 400 peças, das quais setenta e quatro identificámos como Fábrica do Cojo. Dessas setenta e quatro peças inventariadas, dezanove estão assinadas e serviram como valiosos marcos de referência para outras não marcadas.

Destas peças, merece especial destaque o canjirão O-1, à guarda do Museu Municipal de Viana do Castelo dado ter sustentado e impulsionado toda a investigação. É uma peça modelada de bojo esferóide assente em colo baixo, com asa lisa e larga. Na decoração frontal um ramalhete de flores silvestres em azul. No tardo a marca AV[^]RO remete-a de forma inequívoca para a região de Aveiro e o monograma FB[^] para a “Fábrica de José Branco” ou José Rodrigues Branco de Mello e Sampaio, um dos primeiros proprietário da fábrica do Cojo.

Este canjirão de valor inestimável permitiu assim, identificar e classificar dezoito peças como produção do Cojo, conferindo-lhes também o estatuto de peças referenciais.

Esta peças foram alvo de toda a nossa atenção e pela análise dos seus atributos técnicos, o tipo de fabrico, a natureza das argilas, a cor, padrões decorativos, os acabamentos, as marcas e referências histórico-sociológicas lográmos encontrar denominadores comuns e por conseguinte uma identidade Cojo.

Preocupámo-nos em considerar todos os exemplares que pudessem constituir uma mais-valia nesta investigação. Não hesitámos em percorrer o país sempre que tivemos notícia de peças com probabilidade de proveniência do Cojo ou atribuíveis à fábrica, tendo de igual modo incluído algumas

faianças que, pelo senso comum, foram referenciadas como Cojo. Esta procura decorreu num meio difícil e hermético; foi necessário persistir e sobretudo conquistar a confiança de responsáveis de Museus e colecionadores particulares,²⁹ para que as portas se começassem a abrir e a história acontecesse.

Como refere António Gonçalves, a propósito da problemática da identificação das peças, “Os signaes característicos e differenciaes dos diversos centros de fabricação portugueza são, ainda, na maioria dos casos, desconhecidos; e as classificações fazem-se de ordinário segundo caprichos suggestivos e presumpções individuaes mais que fallíveis.”³⁰ este método, baseado na comparação, implica muita prudência e honestidade nas afirmações que se tecem. Assim, conscientes da subjectividade das analogias, procurámos ir mais além recorrendo sempre que nos foi possível, ao método científico de Espectrometria de fluorescência de raio X.

A implementação deste método teve lugar no Laboratório de Análises Químicas da Universidade do Minho, sediado em Guimarães e liderado pelo Dr. Fernando Castro, responsável pela leitura dos elementos químicos e tratamento dessa mesma informação. A determinação de proveniência é efectuada mediante a comparação da composição química dos fragmentos com as composições químicas típicas de cerâmicas produzidas nos centros oláricos conhecidos.

Estas análises permitiram fundamentar respostas complementares, reforçando a probabilidade da proveniência das amostras. Contribuíram também para o enriquecimento da base de dados do Departamento de Cerâmica da Universidade do Minho sobre a zona de Aveiro, potenciando assim, futuros trabalhos de investigação.

29 Um especial agradecimento ao arquitecto Sr. Anselmo Teixeira, octogenário aveirense que colecciona cerâmica desde os seus vinte anos de idade possuindo hoje um respeitável acervo cerâmico, principalmente da zona de Aveiro. Da sua colecção constam algumas peças inéditas marcadas da fábrica do Cojo, que foram cruciais para este estudo.

30 GONÇALVES, António Augusto. *Breve Noção Sobre a História da Cerâmica em Coimbra*. in. Estudo Chimico e Technologico sobre a Ceramica Portugueza Moderna, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899, p.219. António Augusto Gonçalves, liderou os movimentos artísticos de Coimbra que defendiam a Arte Popular e a Educação dos Operários. Em 1878 criou a Escola Livre das Artes do Desenho, que viria a tornar-se um centro notável de instrução e educação artística.

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

A par do método científico de Espectrometria de fluorescência de raio X e do método comparativo, procuramos compilar toda a documentação publicada nas mais variadas fontes escritas incluindo textos inéditos sobre a fábrica do Cojo, desde o momento da sua fundação até ao seu término.

Houve a preocupação de reunir e não descurar nenhuma fonte documental. Investigámos todos os arquivos que considerámos fundamentais; o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Arquivo da Universidade de Aveiro e Coimbra, o Arquivo Distrital do Porto, o Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações com especial incidência o da «Junta do Comercio» e do «Ministério do Reinos» onde constam mapas das várias fábricas nacionais e a Revista Arquivo do Distrito de Aveiro.

Cientes das influências entre os vários centros oleiros, estudámos e analisámos os de maior proximidade geográfica, nomeadamente Viana, Coimbra e Juncal e a migração de mestres e oficiais³¹, de modo a identificar elementos unificadores e influências decorativas nas peças do Cojo.

Sempre que os métodos utilizados se revelaram incapazes de fornecer respostas quanto à origem das peças, abrimo-nos honestamente à discussão e no confronto das dúvidas e partilha de saberes, procurámos contribuir para um melhor conhecimento das mesmas.

31 Os registos paroquiais pesquisados por Inês Amorim, registam a presença de três artistas de fora ligados ao fabrico de louça, oriundos da zona de Viana do Castelo. AMORIM, Inês. *Cerâmica de Aveiro no séc. XVIII*. Revista da Faculdade de Letras, 1996, p. 409

I. VI Dificuldades

As maiores dificuldades encontradas são consequência da quase inexistência de documentação cíclica, que ateste a importância desta unidade e desta indústria. Desde a data apontada como origem em 1746 até 1907 há um largo intervalo temporal, documentado de forma escassa, ténue e dispersa.

Há conhecimento de um incêndio no dia 20 de Julho de 1866 que destruiu por completo o edifício do paço episcopal, onde, desde 1847 estavam alojados as repartições do governo civil e fazenda districtal,³² que poderá ter afectado ou destruído parte da documentação da fábrica.

Para além da inexistência da documentação, a existente apresenta contradições, lacunas temporais de mais de quinze anos que levaram a interpretações erradas, à persistência de erros e omissão de conhecimentos.

Nomeadamente os inquéritos, embora fontes preciosas e não descuráveis, não traçam fielmente o panorama da indústria nacional. A maior parte dos inquéritos foram rápidos e pouco rigorosos: o autor não conheceu os artesãos, as oficinas os mercados e os produtos.³³

Os catálogos, documentos igualmente bastante úteis, mas uma vez esgotados não são reimpressos. Existem ainda casos, nomeadamente o livro da Exposição Distrital de Aveiro editado em 1882, em que é apresentado um

32 CHRISTO, António e GASPARD, João. *Calendário Histórico de Aveiro*. Câmara Municipal de Aveiro. Aveiro, 1986. p. 172

33 No último quartel do século XVIII, a indústria portuguesa foi analisada pela primeira vez, para fins estatísticos, na Relação das Fábricas realizada em 1788 pela Real Junta do Comércio e Administração das Fábricas do Reino e Águas Livres. Nos anos seguintes foram encomendados novos inquéritos: 1814 – Mapa Geral Estatístico – executado pela Real Junta do Comércio (destinado a mostrar a situação em que haviam ficado as fábricas após a retirada das tropas francesas); 1839 – Inquérito deliberado por Decreto de 19 de Abril de 1839; 1852 – Inquérito executado pela Repartição de Manufacturas; 1860/67 – Estatística das Profissões e Estabelecimento Industriais (abarcando exaustivamente a produção e comercialização de bens); 1881 – Inquérito Industrial de 1881 (geralmente considerado como o primeiro inquérito industrial em Portugal). Dos inquéritos anteriores, devemos e tal como adverte o resumo do Inquérito Industrial (resultado dos 5 volumes, realizados em virtude do decreto de 7 de Julho de 1881) ter em consideração o seguinte: “Estes números, porém, apenas são verdadeiros em relação às conclusões do inquérito, e considerados como synthese dos seus resultados parciais. Absolutamente são inexactos, e de nenhum modo podemos accepta-los como sendo a fiel expressão do estado da industria nacional; porque nem esta se acha toda representada no inquérito, nem as industrias inquiridas e estudadas o foram todas com a minuciosidade e rigor indispensáveis; succedendo alem d’isso que, uma vez por errada interpretação do questionário, outras por infundados receios de imaginários inconvenientes, alguns industriais não responderam ao inquérito, ou deram respostas ambíguas e confusas, e números evidentemente inexactos, sobretudo na parte que diz respeito ao valor dos produtos fabricados” Cf. Resumo do Inquérito Industrial de 1881 Lisboa: Imp. Nacional, 1883, p.3

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

riquíssimo inventário documental, mas em que as imagens da louça são diminutas e testemunham apenas planos gerais da exposição.

O método de comparação foi na verdade um método crucial para esta investigação.³⁴ Porém, devido aos vários factores que me proponho aqui apresentar, é um processo falível que impôs prudência e honestidade nas afirmações.

Tratando-se de objectos não marcados, a forma, a decoração, a cor da pasta, as marcas das trempes³⁵, as características do vidrado, etc, são factores fundamentais a considerar na identificação dos diferentes centros produtores.

Existem casos em que o tipo de decoração de uma determinada fábrica e época, permite distinguir os seus produtos, mas há outros onde é extremamente difícil esta distinção.

Os operários especializados eram aliciados por outras fábricas e esta mobilidade de mestres e artífices³⁶ levou à partilha de conhecimentos, técnicas e influências. A comercialização e a inerente mobilidade das peças é igualmente um factor da disseminação das modas e tendências da época que levam ao erro de classificação. Por vezes a linguagem decorativa apresenta idêntica caligrafia mas tem diferente proveniência. Como exemplo desta migração, referimos o artista Carlos Branco que tendo aprendido o ofício de pintar louça na fábrica da Fonte Nova em Aveiro, foi com 14 anos de idade, trabalhar para a Fábrica do Carvalhinho, no Porto. Em 1906 montou a

34 Pais e Monteiro referem que o método de comparação só é possível se houver um grande número de exemplares. PAIS, Alexandre e MONTEIRO, João. *Interrogações e Perplexidades no Estudo da Faiança Portuguesa*. in: *Faiança Portuguesa séculos XVIII-XIX*. Coleção Pereira de Sampaio. ACD Editores. Alcobaca. 2009; Contudo e como referiu Jorge Sampaio, não são muitas as peças de faiança marcadas nas fábricas portuguesas dos séculos dezoito e dezanove, o que dificulta estudos deste género. SAMPAIO, Jorge. *Contribuição de Domingos Vandelli para a Cerâmica Portuguesa*, Universidade Lusíada. Lisboa. 2005

35 O fim principal das trempes, ligações e outros sistemas variados é não só o resguardo nas caixas e o apoio das peças no menor numero de pontos mas também reduzir quanto possível os defeitos inevitáveis produzidos nas pinturas e vidrados, por forma a poder faze-los desaparecer depois da cosedura por meio de polidores. Permite igualmente acumular nos fornos o máximo de material.

36 Em Gaia, as fábricas com organizações mais desenvolvidas e com projectos estruturados, tinham grupos de aprendizes para cada sector do fabrico. A vinda para Gaia de técnicos de Lisboa e de Coimbra situa-se nessa linha de opção. Os contratos são conhecidos e publicados concernentes ao Cavaquinho, Vale de Piedade, Fervença entre outros. LEÃO, Manuel. *Pintores Cerâmicos*. in MUSEU : Revista de Arte, Arqueologia, Tradições Vol (12), Porto, 2003, p.207

Fábrica do Senhor d'Além e em 1911 foi para a Fábrica da Torrinha. A produção foi grande e deixou o seu cunho em todas as fábricas por onde passou.³⁷

Para além da problemática da decoração, estudos recentes revelam que a forma das peças é outro aspecto que pode propiciar equívocos.³⁸ Normalmente estabelecem-se analogias entre exemplares marcados e sem marca, no entanto a mesma forma pode corresponder a fábricas distintas como é o caso da Real Fábrica de Louça do Rato que vendia peças em chacota para outras fábricas pintarem e vidrarem.

Associar uma decoração a uma cronologia pode igualmente gerar equívocos; os motivos decorativos de um período repetiram-se durante várias anos, assim motivos de feição barroca podem não corresponder ao período citado.³⁹

Sempre que o método por analogia gerou ambiguidade, abrimos discussão e partilhámos dúvidas e saberes com especialistas, coleccionadores, historiadores e interessados na matéria, aos quais deixo uma merecida e justa palavra de agradecimento ao Dr. António Vinagre, Arq. Anselmo Teixeira, Dr^a Margarida Correia (Directora do museu nacional do Porto), Dr^a Cláudia Melo (responsável pela Secção de Faiança do Museu Santa Joana) e ao Dr. Paulo Achman.

Quando a dúvida persistiu e sempre que foi possível, recorremos ao método de Espectrometria de fluorescência de raio X. Como adiante desenvolveremos, as conclusões, embora interessantes, foram condicionadas pelo facto deste método de análise ser bastante invasivo e como tal, ter inviabilizado a recolha de um maior número de amostras em prol da preservação da integridade das peças.

37 VITORINO, Pedro. *A cerâmica Portuense*, Editora Apolino. Gaia, 1930, p.53

38 A propósito, Jorge Sampaio refere que "(...) as decorações de sabor oriental feitas em faiança portuguesa por artificios que provavelmente nunca terão saído de Portugal. [...] se devam ao contacto [...] com peças dessas proveniências. Desse modo surgem então, por exemplo, travessas, pratos e covilhetes decorados com ramos centrais e bandas de Rouen, em sítios tão diferentes [...] podendo por vezes serem fontes equívocos." SAMPAIO, Jorge. *Contribuição de Domingos Vandelli para a Cerâmica Portuguesa*, Universidade Lusíada. Lisboa. 2005, p.48

39 PAIS, Alexandre e MONTEIRO, João. *Interrogações e Perplexidades no Estudo da Faiança Portuguesa*. in. *Faiança Portuguesa séculos XVIII-XIX*. Colecção Pereira de Sampaio. ACD Editores. Alcobaca. 2009.

I. VII Estrutura da tese

O *corpus* desta memória divide-se em sete capítulos cuja linha de orientação principal é a *alma* da fábrica do Cojo. O desenvolvimento deste trabalho passou necessariamente pelo conhecimento de centros cerâmicos que foram marcados pela situação socioeconómica do país. Assim sendo, no capítulo I são analisadas as influências e o florescimento da cerâmica em Portugal. No capítulo II é estudado o contexto sociocultural no séc. XVIII e as principais fábricas congéneres. O capítulo III é consagrado a Aveiro, terra que desde cedo trabalhou o barro e viu nascer a fábrica do Cojo, a primeira fábrica de louça fina da região. O capítulo IV é dedicado à história da fábrica pela compilação dos vários documentos escritos e inéditos que reunimos de forma a certificar a existência desta unidade e da sua produção. No capítulo V organizámos o espólio pelos vários ciclos de vida desta unidade fabril. No capítulo VI analisámos as peças mais relevantes, recorrendo ao método comparativo e sempre que possível à Espectrometria de Fluorescência de Raios-X. No capítulo VII foi referenciada a diversidade de formas produzidas ao longo dos tempos e as respectivas funções. Por último, as conclusões resultantes do processo da investigação, a bibliografia e um conjunto de anexos com documentos complementares.

Capítulo I A cerâmica em Portugal A Península Ibérica, foi fruto das influências dos povos que sucessivamente a ocuparam. Os vestígios cerâmicos encontrados atestam, tanto pelos métodos de produção como pelos elementos decorativos e pelas próprias características das formas e funções, a presença desses povos. A abundância de matérias primas e a necessidade de resolver o problema da preparação e conservação dos alimentos, principal característica da revolução neolítica, levaram ao aparecimento de umas das mais antigas indústrias; as oficinas de olaria.

Em Portugal o processo foi similar tendo florescido de norte a sul do país numerosos centros de fabrico onde a fantasia dos nossos artífices soube adaptar as modas em novas expressões com uma riqueza cromática, espontaneidade e ingenuidade únicas. A grande variedade de cerâmicas, desde as mais aprimoradas às mais populares, testemunham a evolução desta indústria e reflectem a história da sociedade portuguesa. É possível determinar dois momentos marcantes na indústria da cerâmica portuguesa que estimularam e reanimaram o crescimento no sector: o período Pombalino e as respectivas manufacturas criadas sob a protecção régia entre 1769 e 1800 e o período após a vitória do liberalismo entre 1832 e 1905, onde o florescimento de uma nova classe e as modernizações tecnológicas no sector apoiadas pelo rei D. Fernando II, fomentaram o interesse pela obra de arte e o gosto pelo belo.

Os vários centros cerâmicos produziram em quantidade e qualidade, desde o simples alguidar à finíssima louça, sendo as peças que o testemunham, hoje consideradas valiosíssimas e disputadas por coleccionadores e museus.

Capítulo II Contexto sociocultural no séc. XVIII A partir do séc. XVIII foram vários e profundos os movimentos que alteraram as estruturas da sociedade e da economia mundial, nomeadamente a Revolução Industrial Inglesa, os Movimentos Independentistas das Américas e a

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Revolução Francesa de 1789. Portugal não ficou imune aos ventos de mudança produzidos por estes marcos da História Moderna da nossa civilização; o novo pensamento liberal inspirou vários Movimentos Emancipacionistas no Brasil e o terramoto de 1775 de Lisboa, deu o mote para a Reforma Pombalina.

Sob as mediadas proteccionistas de Marquês de Pombal aparecem as novas indústrias dispostas a lutar contra a concorrência estrangeira, defende-se a formação de Grémios de fabricantes e reivindicam-se privilégios fiscais. Ante a deficiente preparação profissional de técnicos e operários, foram criadas diversas escolas de desenho industrial para estudar as circunstâncias da indústria cerâmica nacional e propor as medidas necessárias para melhorar a educação artística, que tinham sido descuradas em prol da rotina das formas e das decorações rudimentares.

Após o promitente desenvolvimento industrial, o país registou períodos que nada favoreceram o sector. As Invasões Francesas e os decretos de 1808 e 1810 que terminaram com o exclusivo do mercado nacional abrindo-o ao comércio exterior, conduziram a uma violenta crise e provocaram volumosos prejuízos em todas as unidades fabris, obrigando ao encerramento de um número considerável de manufacturas e acelerando o declínio das nossas fábricas.

Capítulo III Tradição cerâmica de Aveiro A abundância de matérias primas e a facilidade de circulação dos produtos pelas redes fluviais e marítimas, afirmaram Aveiro e a sua região como importante centro produtor de cerâmica. A longevidade dessa identidade é atestada nas cerâmicas encontradas na estação arqueológica da Agra do Crasto, povoado da Pré-história recente, mais concretamente do período Calcolítico e Idade do Bronze, nos fornos cerâmicos de Eixo, do período romano e destinados à produção de cariz industrial de tegulae, imbrex, ladrilhos e segmentos

circulares de colunas, ou no espólio de navio de carga e cabotagem afundado no séc. XV junto à margem do Canal de Mira. O navio transportava uma carga quase exclusivamente composta por louças de fabrico local típico da região de Aveiro e constitui a mais extensa, completa e integra colecção de cerâmica de uso comum da Época dos Descobrimentos.

A importância deste ofício, viria a ser testemunhada na toponímia da cidade (Torre dos Oleiros, Rua dos Oleiros, Bairro das Olarias) e com a participação dos oleiros na procissão do Corpus Christi, onde se faziam representar com as bandeiras das respectivas padroeiras Santa Rufina e Santa Justa.

A partir do séc. XVIII várias foram as fábricas que então surgiram estrategicamente no canal da cidade, vendo facilitado o escoamento dos produtos, bem como a recepção das matérias primas indispensáveis à laboração. A circulação dos produtos pelas redes fluviais e marítimas, fomentou a especialização, a aceleração tecnológica e influenciou o mercado, tanto ao nível dos preços como da qualidade da louça.

Capítulo *TU* Fábrica do Cojo A intensa comercialização projectou Aveiro como porto transitário, integrando-a em rotas de comércio internacional, seduzindo e fixando gentes ligadas ao comércio.

A Fábrica do Cojo surge assim aproveitando os fluxos comerciais pré-existentes e os incentivos fiscais de Marquês de Pombal, que pretendiam requalificar o sector cerâmico e acabar com a concorrência estrangeira.

Esta unidade fabril, na sua longa história de quase século e meio e devido aos sucessivos arrendamentos, várias sociedades, dívidas, resistência às guerras e crises da política nacional, à instabilidade da barra e conseqüente declínio da cidade, registou períodos de reconhecida prosperidade e também de declínio. Identificamos as seguintes fases, como as mais significativas da vida da fábrica:

Primeira fase 1746(?) – 1775 Apesar de legalmente só aparecer referenciada como Fábrica em 1775, Rangel de Quadros em *Apontamentos Históricos*, faz referência a João Rodrigues Branco que em 1746 emprestou dinheiro à Ordem Terceira de S. Francisco e a ele se deveu “(...)comerciante, proprietário e industrial e que a ele se deveu a fundação da fábrica de louça, chamada Cojo (...)”.⁴⁰ Tomando este documento como certo, a fábrica já laborava antes de 1775.

Segunda fase 1775 – 1776 Em 1775 uma classe capitalista ligada ao comércio, e motivados pela protecção de Marquês de Pombal decide aplicar o dinheiro no fabrico de faiança. Neste período foram tomadas as providências necessárias para colocar a fábrica a laborar, nomeadamente o alargamento do Esteiro do Cojo, para facilitar o acesso de matérias primas indispensáveis à laboração, e a contratação de mestres com reconhecida experiência no fabrico da cerâmica. Os sucessivos arrendamentos comprometeram a viabilidade da fábrica e os capitais investidos tornam-se em débito contraído. Apesar das dificuldades que a fábrica registava, podemos concluir que a mesma tinha produção, dinamismo e uma notória influência na vida da cidade.

Terceira fase 1776 - 1835 No panorama nacional entre 1789 e 1806 o comércio quadruplicou “(...) sobretudo as novas unidades produtoras em zonas acessíveis ao tráfego marítimo e mais próximas dos mercados de consumo (...)”⁴¹, esta foi igualmente a fase de maior apogeu da fábrica. A sua produção era “(...) mais fina melhor vidrada e ainda Pintada que ada Fabrica de Coimbra (...)”.⁴² Provavelmente reflexo da contratação de João Pereira

40 QUADROS. Rangel. Aveiro, Apontamentos Históricos -Ordem Terceira de S. Francisco, v.6, Aveiro, (recortes de jornal), s.d.p.40-41

41 MACEDO, Jorge. Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII. Editorial Querco, Lda. Lisboa, 1982, p.235

42 AHMOPC - JC n.8 - 23/7/1789; Transcrição em Doc.4

Bastos “(...)perito na arte de manufacturar louça de várias qualidades, com diferentes vernizes e tintas (...).”⁴³

Em 1790 a Real Junta do Comércio emite um comunicado favorável à Rainha D. Maria I, concedendo-lhe protecção régia na forma de isenções.

A sua prosperidade é atestada nas contrapartidas expressas nos vários contratos de arrendamento, bem como nos registos da venda de louça “(...) toda a louça lavrada e por lavar (...) se achar na cidade do Porto ou embarcada para fora do Reino e Estados da América”⁴⁴

Quarta fase 1835- 1907 Dado a crise gerada no sector cerâmico, a um período de florescimento seguiu-se um de decadência. Enquanto que os novos maquinismos estrangeiros fizeram florescer outras unidades, o Cojo ficou confinado aos processos antigos. A Estatística Industrial Publicada pela Repartição de Pesos e Medidas (1867)⁴⁵, atesta a sua continuidade no mercado mas regista o seu estado de declínio.

Sem meios para enfrentar novos desafios (tecnológicos e instrução profissional) que continuassem tecnicamente a qualidade de louça fina a preços competitivos, a produção viria, contudo, a ganhar nesta última fase de laboração um novo impulso dado pelo santeiro Pedro Serrano. Barrista de profissão, soube transportar o carácter escultórico e a sua alma de artista para a decoração das peças de uso comum que também produziu.

Capítulo V Ciclos de vida Embora não sejam muitos os elementos que permitam definir com rigor cronológico as várias fases de fabrico, esta austeridade traz vantagens à classificação e organização das peças; como refere

⁴³ Inês Amorim, op. cit., p.413

⁴⁴ ADA-SN, Aveiro, n.313, f.76-79v. 1776 ; Transcrição Doc.10

⁴⁵ OLIVEIRA, Francisco de Paula Campos. *Informações para a estatística industrial publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas : districto de Aveiro*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1867, p. 200

Reynaldo dos Santos “(...) na história duma faiança de períodos importantes e curtos, basta não ter exigências cronológicas muito severas (...)”⁴⁶

Conscientes desta premissa, através da análise da grafia das marcas, da decoração, da qualidade da pasta, do esmalte e do reflexo das fábricas congéneres, permitiu-nos distinguir e organizar a produção do Cojo em quatro períodos distintos; Arranque, Maturidade, Prenúncio de declínio e Recomeço.

Do período inicial e provavelmente dada a fragilidade do material e consequente fragmentação, só conhecemos uma peça que acreditamos ser desta época (J-1). O segundo período é o mais longo e mais documentado da história do Cojo. A decoração é geralmente a vinoso, predominando os elementos florais mais ou menos elaborados. As composições são geralmente criações ao gosto da época, com fortes influências das fábricas congéneres. O terceiro período é caracterizado pela excelente perfeição das peças. A moldagem é aprimorada e o vidrado das peças é levemente azulado que lhe dá um aspecto mais harmonioso que o branco duro. O último período ocorre sob administração do barrista Pedro Serrano, “(...) artista de talento e notável aptidões [...] Pintava e modelava com decisiva vantagem e grande facilidade.”⁴⁷ O seu legado, se por um lado baixou o nível de exigência no que respeita à qualidade e delicadeza da pintura, ganhou expressividade e cunho próprio. O seu reportório inclui, para além da louças de uso doméstico, as imagens religiosas de pequenos e grandes formatos.

A grande variedade de formas, ao longo dos vários ciclos de vida, exprime não só a exigência do mercado, como evidencia uma transformação total de um pensamento de produto pelo gosto e ambiente da época.

46 SANTOS, Reynaldo. *Oito Séculos de Arte Portuguesa História e Espírito*, Empresa Nacional de Publicidade, Terceiro Volume, Lisboa, 1970, p.98

47 GOMES, Marques. *Monumentos, Retratos, Paisagens*, p.96. Volume de recortes publicados na imprensa local e compilados pelo autor que os depositou na Biblioteca de Aveiro

Capítulo VI Identificação A identificação da origem da produção e a correcta classificação de espécimes não marcados, foi um dos objectivos que desde sempre norteou este estudo. No caso da fábrica do Cojo, o reduzido número de peças marcadas gerou conjecturas erróneas atribuindo-as a fábricas congéneres e dificultou, durante anos, o seu estudo.

Neste sentido e sempre que foi possível, submetemos a análises químicas pastas e vidrados de algumas peças, de forma a fundamentar a identificação e origem da produção.

Assim, analisámos um total de oito peças; três do primeiro período de laboração da fábrica, quatro do segundo e uma do último período. Destas peças, três são atribuídas à fábrica do Cojo. As marcas que apresentam, F.A, R.FN^a AV^o e FBc só por si já indiciariam a sua origem, porém, os resultados das análises às pastas vieram corroborar a certeza da sua proveniência.

Devido à longevidade da fábrica e as consequentes mudanças de proprietários existe uma grande variedade de marcas, que indiciam a proveniência das peças potenciando as hipóteses de serem produtos da fábrica do Cojo. Apesar de aparentemente não existir uma regra de marcação, os objectos marcados atestam o sentido de identidade da fábrica/artista.

Na identificação e classificação das peças tomámos em consideração as várias características que no seu conjunto as indiciavam pertencer à fábrica do Cojo. Assim, através do resultado das análises, da semelhança dos moldes, das características do vidrado e das marcas, identificámos peças padrão que nos permitiram identificar outros exemplares não marcados ou que estavam classificadas erroneamente.

Capítulo VII Tipologia da produção Segundo Charles de Lepierre (1899) de todos os tipos de louça “(...) os mais ordinários e baratos são os que têm a maior importância comercial.”⁴⁸

A Fábrica do Cojo apostou contudo, numa produção flexível. Respondeu às necessidades do dia a dia, desde o púcaro para beber a água ou o alguidar para preparar os alimentos e como podemos constatar nas contrapartidas dos vários arrendamentos, paralelamente procurou responder às exigências de uma elite produzindo com reconhecida qualidade: “(...) dous aparelhos de chá finos [...] bacias de agoa das maons sendo dous finos e dous ordinários (...)”.⁴⁹

A variedade de formas, exprime não só a exigência do mercado, como evidencia o tipo de utilização a que se destinavam: floreiras de parede, terrinas, sopeiras, travessas, bacias, mangas, bules, entre outras. Criadas em função da sua finalidade, reflectem a transformação total de um pensamento de produto imposto pelo gosto e ambiente da época.

As 74 peças, presumivelmente Cojo, foram organizadas consoante a sua função e pelas seguintes tipologias: serviços de alimentos sólidos e semi-sólidos, serviços de alimentos líquidos, cuidados de higiene corporal, decoração, peças de escultura e outros. É possível constatar que algumas destas formas atravessaram os tempos, ressurgindo revigoradas por novos artistas, estilos e influências.

48 LEPIERRE, Charles. Estudo Chimico e Technologico sobre a Ceramica Portuguesa Moderna, Imprensa Nacional. Lisboa, 1899, p. 24

49 ADA-LN, n.327, f.25.1789; Transcrição Doc.7

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

I. Introducción

Cuando se escribe la historia de la sociedad portuguesa, más allá de los límites convencionales, en las entrelíneas de nuestra expresividad lingüística, se desvelan formas, contenidos, líneas y colores que dan testimonio de la cultura artística de una patria, en una expresión sincera de los vínculos afectivos, culturales, valores e historia en los que se enmarca un pueblo.

A lo largo del siglo XVIII, en Portugal, los centros de fabricación de cerámica nacieron y prosperaron en una diversidad de fábricas que produjo en cantidad, con calidad, que generó competencia y competitividad entre ellas. La gran variedad de cerámicas producidas, desde las más refinadas hasta las más populares, testimonian la evolución de esta industria y reflejan la historia de la sociedad portuguesa.

Hoy, sus legados son considerados testimonios notables de nuestra cultura artística, muy codiciados por coleccionistas privados e instituciones que los custodian y les dan visibilidad.

De acuerdo con una premisa de la UNESCO⁵⁰ que define el patrimonio como todo aquello que nos pertenece, nuestra herencia del pasado y lo que construimos hoy, es obligatorio por nuestra parte, preservar, transmitir y dejar todo este legado a las generaciones venideras.

Imbuidos de este espíritu de salvaguarda y protección del patrimonio cultural portugués, este importante fundamento de la comunidad, nos hemos propuesto fomentar una mayor conciencia, despertar el interés de la comunidad y sensibilizarla de cara a su preservación.

Nos intrigó el hecho del olvido casi total al que fue condenada una fábrica que, por proximidad geográfica a mis raíces, miro con cariño. Se llama Fábrica do Cojo, aquella que fue la primera en producir loza fina en Aveiro.

50 UNESCO, *About World Heritage*, [disponível em <http://whc.unesco.org/en/about/>] [consultado em 3 /6/15, 16:50:00]

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

La memoria de aveirense la recuerda, desgraciada e injustamente, en una fase tardía de declive, asociada a la cerámica ordinaria y de inferior calidad. Sepan que esta idea no puede ser más engañosa y simplista al no contemplar casi siglo y medio de vida de esta Fábrica, que había sido un día distinguida por la familia rel portuguesa.

La preservación de esta frágil herencia que ha sobrevivido al tiempo depende del interés de la comunidad, sin embargo no es posible sensibilizar sobre la memoria de una fábrica cuyos vestigios existenciales descansan sobre un manto de olvido, a la sombra de otras locales de mayor notoriedad y sin un puerto seguro que les dé la importancia y el reconocimiento que se merecen.

Conscientes de este vacío en lo que se refiere a la Fábrica do Cojo, esta investigación pretende dar a conocer y generar lazos afectivos que nos ligen a este patrimonio; reconocer su valor intrínseco, hacerla accesible a la comunidad, permitir el intercambio de ideas, fortalecer la identidad y el respeto hacia esta herencia.



Figura 5. Detalle decorativo (O-1)

I. II Motivación y Justificación

Desde el primer momento en que trabamos conocimiento de la Fábrica do Cojo, nos damos cuenta de su larga vida, de su contribución innovadora al panorama de la industria cerámica en Aveiro y al mismo tiempo nos extraña la escasez de documentación, la dispersión de los testigos cerámicos allí producidos y sobre todo el desconocimiento y el desinterés al que era condenada. Su historia parecía ser ocultada por la notoriedad de las congéneres surgidas posteriormente.

Sin embargo, una fábrica centenaria implantada en el corazón de Aveiro, que le alteró la topografía y se reflejó en su toponimia, ciertamente escribió una página de la historia de la Loza Portuguesa y como tal merece una valoración diferente de aquella que se le ha hecho.

Ese desconcierto se volvió pasión; por el enigma que escondía, por la emoción del descubrimiento de su historia, de su expolio, de nuevas formas o detalles que habían pasado desapercibidos hasta entonces. El hecho de ser aveirense y de poder contribuir al conocimiento de su historia y de este modo dejar un legado a la ciudad, proporcionó una motivación adicional.

Fueron algunos los historiadores y estudiosos que se dedicaron a la difícil tarea de descubrir, analizar y reconstruir la historia de la Fábrica do Cojo. Destaco, entre otros, Luís Augusto de Oliveira⁵¹, Vasco Valente⁵², António Gonçalves⁵³ Arthur Sandão⁵⁴, Manuel Ferreira Rodrigues⁵⁵, Inês

51 OLIVEIRA, Luiz Augusto de. *Exposição retrospectiva de Cerâmica Nacional em Vianna do Castelo no ano de 1915. Breves Estudos por Luiz Augusto de Oliveira*, O Comércio do Porto, Porto, 1920

52 VALENTE, Vasco. *Cerâmica Artística Aveirense – Breves Notas*, in. *Guias-Dicionários Regionais, 1º Congresso Regional Ferroviário 1933, Vol I*. Edições Geder, Lisboa, 1933.

53 GONÇALVES, Augusto. *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Aveiro: Zona - SUL*. Academia Nacional de Belas Artes. Lisboa, 1959

54 SANDÃO, Arthur. *Faiança Portuguesa, séculos XVIII e XIX*. Livraria Civilização. Porto, 1976

55 RODRIGUES, Manuel. *A indústria da Cerâmica em Aveiro (final do Séc. XIX – Início do Séc. XX)*, Sep. da Revista Portuguesa de História TOMO XXV. Universidade Faculdade de Letras- Coimbra, Coimbra, 1990

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Amorim⁵⁶, Jorge Marques⁵⁷, José Queirós⁵⁸ e Jorge Sampaio⁵⁹. A pesar de ser notables, los diversos trabajos publicados revelaron la historia de la Fábrica a partir de fuentes escritas descuidando sistemáticamente las piezas allí producidas a lo largo de los diferentes ciclos de producción. Faltaba, por este motivo, el lenguaje de las formas y colores, faltaba el alma. Nos proponemos, de modo inverso, descubrir y *oír* los testimonios que el expolio de esta Fábrica permiten revelar y darle el justo puesto que le corresponde dentro del marco de la industria nacional, sobre todo al final del siglo XVIII y principios del XIX.

Refirió el especialista en cerámica portuguesa Pedro Vitorino que “(...) por más modesta que parezca, una contribución histórica nunca debe despreciarse, ya que podrá alcanzar, algún día, un valor a veces difícilmente imaginado.”⁶⁰

De acuerdo con ello, escribe el intelectual portugués Ramalho Ortigão, que “La historia de sus monumentos es para cada pueblo la historia de su individualidad, porque no hay monumento artístico que no traduzca, más o menos directamente, la acción intelectual y política de la sociedad que la concibió”.⁶¹

Urge, de este modo, reflexionar sobre la identidad de la cultura artística portuguesa. Los proyectos de investigación en esta área pasan por la conciencia del papel de la intervención sobre el patrimonio y su salvaguardia.

56 AMORIM, Inês. Cerâmica de Aveiro no séc. XVIII, in. Revista da Faculdade de Letras, Porto. 1996

57 Tuvimos el privilegio de convivir con Sr. Jorge Marques, bisneto del último arrendatario de la fábrica. Su inmensa energía y curiosidad lo llevaron a investigar diversos temas de la historia local y regional, habiendo publicado varios artículos en el periódico *O Aveiro*.

58 QUEIRÓS, José. Cerâmica Portuguesa. Litexa Editora, Lda. Lisboa-Porto, 2002

59 SAMPAIO, Jorge. Contribuição de Domingos Vandelli para a Cerâmica Portuguesa, Universidade Lusíada. Lisboa. 2005

60 VITORINO, Pedro. *A cerâmica Portuense*, Editora Apolino, Gaia, 1930, p.13.

61 ORTIGÃO, Ramalho. *O Culto da Arte em Portugal*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1917, p.170.

No obstante, a lo largo de los años, el estudio de la cerámica aveirense y concretamente de la Fábrica do Cojo fueron, como refiere Vasco Valente, fueron vagamente trazadas en escasos capítulos,⁶² de forma fragmentada, incidiendo generalmente en el final del siglo XIX, momento de su declive. Es el caso del Inquérito Industrial de 1881, que le dedica una escasa docena de líneas, y “(...) un establecimiento de poca importancia [...] seguro consumo entre las clases pobres”.⁶³ En la Memória de Aveiro del siglo XIX de José Ferreira da Cunha e Sousa testimonia que esta “(...) fábrica que existía en la quinta del Morgado de Vagos no sufrió ninguna modificación (...)”⁶⁴ a hasta el fin de siglo. Joaquim Vasconcelos, en la serie de treinta artículos sobre sobre las Industrias Portuguesas en 1887, no hace referencia alguna a ella, señalando que más allá de la fábrica de Fonte Nova, no había ninguna otra fábrica destacable. El Inquérito Industrial de 1890 procede del mismo modo.⁶⁵ El Estudio sobre el estado actual de la industria cerámica en la 2ª circunscripción de los servicios técnicos de la industria (1905), señala que “Esta fábrica está hoy en franca decadencia (...)”.⁶⁶ Estas escasas referencias, desprovistas de la merecida importancia, tal vez se deban al hecho de aludir únicamente a su momento de declive en oposición a la época de auge del inicio de la actividad.

Estudios más pormenorizados, a los que es necesario hacer referencia, trazan el recorrido histórico de esta unidad fabril y revelan mucha

62 VALENTE, Vasco. *Cerâmica Artística Aveirense – Breves Notas*, in: Guias-Dicionários Regionais, 1º Congresso Regional Ferroviário 1933, Vol I. Edições Geder, Lisboa, 1933, p. 126

63 Inquérito Industrial de 1881. Inquérito directo. Segunda parte. *Visita às Fábricas*, Lisboa, 1881. p.277

64 SOUSA, José Ferreira da Cunha. *Memória de Aveiro, no século XIX*, in Arquivo do Distrito de Aveiro, vol 6, Aveiro, 1940, p.8

65 Inquérito Industrial de 1890, Imp. Nac. Lisboa pp.5-6

66 TEMUDO, Fortunato. *Estudo sobre actual da indústria cerâmica na 2a circunscrição dos serviços técnicos da industria*, Imprensa Nacional, Lisboa. 1905 p.15

información hasta entonces desconocida, fundamentalmente a partir de fuentes escritas. De entre estos estudios, cabe mencionar el de Inés Amorim, historiadora de renombre, en a *Cerâmica de Aveiro no Séc. XVIII: das Olarias à Fábrica de Louça Fina*, 1996 y los artículos dispersos publicados en el periódico *O Aveiro* en 1998 por Jorge Marqués, bisnieto del último arrendatario de la fábrica. A pesar de todo, tal y como refiere Inés Amorim de la reconstrucción documental solo “(...) se infiere una percepción más cualitativa que cuantitativa de la realidad (...)”.⁶⁷ No existe ninguna referencia al expolio de las piezas producidas por la Fábrica do Cojo en lo que respecta a las características decorativas y tampoco a las diferentes marcas.

Así y partiendo del principio de que un estudio de esta naturaleza no puede estar únicamente vinculado a la existencia de documentos escritos, habida cuenta de que muchos de ellos se deben de haber extraviado y dispersado, estamos obligados, por los testimonios que las propias piezas encierran “(...) solo se admiten como verdaderos hechos que se basan en fuentes tan autorizadas como son las crónicas contemporáneas; las medallas, las monedas, las lápidas conmemorativas y todos los restantes monumentos coetáneos que la mano pesada del tiempo permitió llegar hasta nosotros.”⁶⁸ a perfilar un estudio que permita rellenar las lagunas de la secuencia cronológica.

En esta historia secular, son muchas las piezas que necesitan ser clasificadas, pero son muchas más las que faltan por descubrir. En el *Catálogo da Exposição Distrital de Aveiro 1882* se refiere que el Sr. José António Resende,

⁶⁷ AMORIM, Inês. *Cerâmica de Aveiro no séc. XVIII*. Revista da Faculdade de Letras, 1996, p. 420

⁶⁸ GOMES, Marques. *Memórias de Aveiro*, Tipografia Comercial, Aveiro, 1875, p.16

heredero de los últimos propietarios de la fábrica, “(...) tenía una importante colección de piezas, que por razones que desconocemos, no fue expuesta.”⁶⁹

Fueron relatos como este los que nos llevaron a creer en la existencia de innumerables piezas y nos incentivan para continuar en la búsqueda de esse expolio, de identificarlo, a caracterizar y constituir un acervo tan extenso y completo como sea posible. Este objetivo orientó nuestro trabajo, fue razón de ser esta tesis, siempre que descubrimos una nueva pieza, creemos haber hecho una contribución relevante y al mismo tiempo ilusionante a la hora de superar dificultades.

⁶⁹ GOMES, Marques e VASCONCELLOS, Joaquim. *Exposição Distrital de Aveiro em 1882: Relíquias da Arte Nacional*. Grémio Moderno, Aveiro. Portugal. 1883 p.40



Figura 6. Detalle decorativo (F-3)

I. III Contextualización

A partir de mediados del siglo XVIII, la villa de Aveiro asiste a la masificación del comercio, sobre todo debido a la creciente actividad de su puerto comercial.⁷⁰ Esa intensa mercantilización proyectó a la villa como puerto transitario, integrándola en rutas de comercio internacional seduciendo y fijando gentes vinculadas al comercio.

La Fábrica do Cojo surge en este contexto de desarrollo comercial de la villa de Aveiro y estimulada por la protección y beneficios fiscales del Marqués de Pombal que pretendía reconvertir el sector cerámico. Los mercados existentes, la herencia ceramista de los aveirenses y la abundancia de materias primas fueron igualmente determinantes para el desarrollo de la Fábrica. La puesta en marcha legal de la Fábrica en 1775, por iniciativa de una clase capitalista vinculada al comercio y a otras actividades industriales que decide invertir en la fabricación de loza, está atestiguada en la Relación de las Fábricas de 1788.⁷¹ De 1776 a 1835 la Fábrica presenta producción de reconocida calidad, de modo que le permite obtener privilegios regioes y alcanzar mercados extensos, concretamente Brasil.⁷² A pesar de todo, durante la primera invasión francesa (1807), el cierre de los puertos comerciales, la inestabilidad política, los conflictos internos, la liberalización del mercado y la competencia interrumpieron la prosperidad de la fábrica y precipitaron su declive.⁷³ Aunque continuasen trabajando hasta 1907, momento en que se extinguió por completo, dejó de asentarse en el mercado

70 CAETANO, Lucília. *Contributo para a história da industrialização no distrito de Aveiro: o inquérito da repartição de pesos e medidas: 1865*. in. Revista Portuguesa de História, Coimbra, 1989, pp. 97-159

71 La Relación de las Fábricas de 1788 es la primera estadística que reúne informaciones sobre las fábricas existentes en Aveiro, destacando la estructura de la unidad (de las demás producciones caseras). Cf. DIAS, Fernando. *A Relação das Fábricas de 1788*. Sep. Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra, Coimbra. 1955, p.49.

72 ADA-SN, Aveiro, n.313, f.76-79v. 1776 ; Transcrição Doc.10

73 CALADO, Rafael. *Breve Historial da Faiança em Portugal*. in. Itinerário da Faiança do Porto e Gaia, Instituto Português dos Museus, Lisboa, 2001

como una fábrica de producción excepcional, siendo por esta razón definida en estado de declive, tal y como consta en el Inquérito Industrial de 1881. En esta última fase, la fábrica producía exclusivamente para el mercado local, cubriendo necesidades de carácter utilitario y religioso, desprovista de la determinación que marcó el admirable modelo de su fase inicial.

La historia y producción del Cojo es un caso particular y poco aclarado en la historiografía de la Loza portuguesa. Debido al desinterés, a los varios intervalos temporales con escasa información, a la falta de conocimiento sobre marcas utilizadas y piezas marcadas, son frecuentes los errores y las polémicas en torno a esta fábrica y a las piezas allí producidas a lo largo de los diferentes periodos de producción.⁷⁴ La comprensión de la Fábrica do Cojo pasa necesariamente por el conocimiento de otros centros cerámicos relacionados, de acervos de colecciones municipales, entidades privadas, de la compilación de los diversos documentos escritos, otros inéditos, que hemos ido reuniendo para de este modo certificar y comprobar la existencia de esta producción.

Este proyecto de investigación pretende completar los estudios ya existentes, conciliar discordancias, aclarar dudas, concienciar sobre el valor del patrimonio cultural portugués y sensibilizar de cara a su conservación.

⁷⁴ Hasta hace relativamente poco tiempo la marca FBe era atribuida a la Fábrica de la Bandera que, en la opinión de José Queirós, correspondía a la fábrica situada en la Plaza de la Bandera, en Vila Nueva de Gaia. FERNANDES, Isabel. ; RIBEIRO, Maria. ; REIMÃO, R Rute. ; CALADO, Rafael. *Faiança Portuguesa do Ateneu Comercial do Porto*. Ateneu Comercial do Porto, Porto, 1997 p.136

I. IV Objetivos de la Investigación

António Christo, crítico aveirense, relata con motivo de las fiestas milenarias de Aveiro “(...) no sería adecuado gastar un poco menos en fuegos artificiales y un poco más en publicaciones de interés para el conocimiento de la historia local.”⁷⁵ Compartimos la opinión de que el conocimiento de la historia local debe ser reconocido como importante pieza cultural de un pueblo, ya que el conocimiento histórico ayuda a la comprensión del hombre como ser que construye su tiempo.

En este sentido, el objetivo general de esta tesis doctoral es *contribuir al reconocimiento y puesta en valor de la primera fábrica de loza fina en Aveiro y reunir en libro la historia de la Fábrica do Cojo con las imágenes del expolio que el tiempo dispersó*. Fue este el reto que nos propusimos.

75 CHRISTO, António, *Toponímia Local*. Jornal “Litoral” de 5 de Maio, 1956, p.4

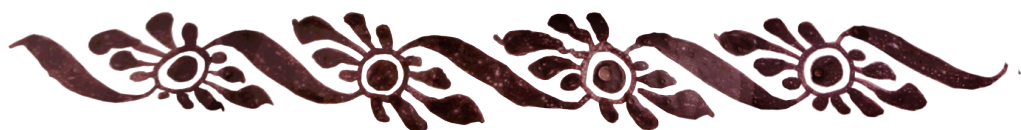


Figura 7. Detalle decorativo (A-8)

Dentro de los objetivos específicos, este estudio pretende:

1. Identificar e registrar el mayor número de piezas posible. Siendo un trabajo de investigación en el campo de las artes visuales y dada la falta de documentación, los artefactos, son considerados como documentos históricos que dan testimonio de la existencia e identifican el origen de la producción.

2. Reconocer los diferentes períodos de producción de la fábrica, tomando como base los estilos decorativos característicos de cada período, así como las referencias histórico-sociológicas, es decir, los acontecimientos significativos de la época, en la fábrica y en la ciudad de Aveiro.

3. Identificar “una caligrafía”, una identidad Cojo, a través de las características técnicas, del modo de fabricación, de la naturaleza de las arcillas, el color, los patrones decorativos, los acabados, las marcas, los análisis químicos y las referencias histórico-sociológicas.

4. Contribuir a la reflexión y al debate sobre el patrimonio de la Fábrica do Cojo y su importancia en la cultura aveirense portuguesa.

I. V Metodología

Este estudio pretende ser la visión de una historia escrita e ilustrada por los testimonios de su producción, legada en las formas, los colores y la diacronía de estilos.

A semejanza de otras investigaciones de la misma área optamos por basar el estudio de la producción Cojo a través de los métodos disponibles, especialmente el método comparativo y espectrometría de fluorescencia de rayos X.

A través del método comparativo fueron evaluadas un total de 400 piezas, de las cuales identificamos setenta y cuatro como Fábrica do Cojo. De esas setenta y cuatro piezas inventariadas, diecinueve están firmadas y sirvieron como valiosos marcos de referencia para otras no marcadas.

De entre estas piezas, merece destacar especialmente el jarrón O-1, custodiado en el Museu Municipal de Viana do Castelo, por haber sustentado e impulsado toda la investigación. Es una pieza de cuerpo esferoide asentado en cuello bajo, con asa lisa y ancha. En la decoración frontal un ramillete de flores silvestres en azul. En el envés la marca AV[^]RO la vincula de forma inequívoca a la región de Aveiro y el monograma FB[^] a la “Fábrica de José Branco” o José Rodrigues Branco de Mello e Sampaio, uno de los primeros propietarios de la Fábrica do Cojo.

Este jarrón de valor incalculable permitió así, identificar y clasificar dieciocho piezas como producción del Cojo, confiriéndoles también el estatuto de piezas de referencia.

Estas piezas fueron objeto de toda nuestra atención y por el análisis de sus atributos técnicos, el tipo de fabricación, la naturaleza de las arcillas, el color, patrones decorativos, los acabados, las marcas y referencias histórico-sociológicas logramos encontrar denominadores comunes y por consiguiente una identidad Cojo.

Nos preocupamos por considerar todos los ejemplares que pudiesen constituir una plusvalía en esta investigación. No dudamos en recorrer el país siempre que tuvimos noticia de piezas con probabilidad de provenir del

Cojo o atribuibles a la fábrica, habiendo del mismo modo incluido algunas porcelanas que, por sentido común, fueron clasificadas como Cojo. Esta búsqueda se desarrolló en un medio difícil y hermético; fue necesario persistir y sobre todo conquistar la confianza de responsables de Museos y coleccionistas privados,⁷⁶ para que las puertas se comenzasen a abrir y la historia sucediese.

Como refiere António Gonçalves, a propósito de la problemática de la identificación de las piezas, “ Las señales características y diferenciales de los diversos centros de fabricación portuguesa son, aún, en la mayoría de los casos, desconocidos; y las clasificaciones se hacen habitualmente mediante corazonadas y presuposiciones individuales más que falibles(...)”⁷⁷ este método, basado en la comparación, implica mucha prudencia y honestidad en las afirmaciones que se hilvanan. De este modo, conscientes de la subjetividad de las analogías, buscamos ir más allá recurriendo siempre que nos fue posible, al método científico de la Espectrometría de fluorescencia de rayos X.

La implementación de este método se realizó en el Laboratório de Análises Químicas da Universidade do Minho, con sede en Guimarães y dirigido por el Dr. Fernando Castro, responsable de la lectura de los elementos químicos y del tratamiento de esa misma información. La determinación de origen es efectuada mediante la comparación de la composición química de los fragmentos con las composiciones químicas típicas de cerámicas producidas en los centros cerámicos conocidos.

76 Un especial agradecimiento al arquitecto Sr. Anselmo Teixeira, octogenario aveirense que colecciona cerámica desde sus veinte años de edad poseyendo hoy un respetable acervo cerámico, principalmente de la zona de Aveiro. De su colección constan algunas piezas inéditas marcadas de la fábrica del Cojo, que fueron cruciales para este estudio.

77 GONÇALVES, António Augusto. *Breve Noção Sobre a História da Cerâmica em Coimbra*. in. *Estudo Chimico e Technologico sobre a Ceramica Portuguesa Moderna*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899, p.219 António Augusto Gonçalves, lideró los movimientos artísticos de Coimbra que defendían el Arte Popular y la Educación de los Obreros. En 1878 creó la Escuela de Dibujo, que vendría a ser un centro notable de instrucción y educación artística.

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Estos análisis permitieron fundamentar respuestas complementarias, reforzando la probabilidad del origen de las muestras. Contribuyeron también al enriquecimiento de la base de datos del Departamento de Cerâmica da Universidade do Minho sobre la zona de Aveiro, potenciando así, futuros trabajos de investigación.

Además del método científico de Espectrometría de fluorescencia de rayos X y del método comparativo, intentamos compilar toda la información publicada en las más variadas fuentes escritas incluyendo textos inéditos sobre la fábrica del Cojo, desde el momento de su fundación hasta su cierre.

Se tuvo la preocupación de reunir y no descuidar ninguna fuente documental. Investigamos todos los archivos que consideramos fundamentales; el Archivo Nacional de la Torre do Tombo, el Archivo de la Universidade de Aveiro y Coimbra, el Archivo Distrital do Porto, el Archivo del Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações y con especial incidencia el de la «Junta do Comercio» y del «Ministério do Reinos» donde constan mapas de las diversas fábricas nacionales y la Revista Archivo del Distrito de Aveiro.

Conscientes de las influencias entre los distintos centros cerámicos, estudiamos y analizamos los de mayor proximidad geográfica, en especial Viana, Coimbra y Juncal y la migración de maestros y oficiales⁷⁸, de cara a identificar elementos unificadores e influencias decorativas en las piezas del Cojo.

Siempre que los métodos utilizados se revelaron incapaces de ofrecer respuestas en lo que se refiere al origen de las piezas, nos abrimos francamente a la discusión y al confrontar dudas y compartir saberes, intentamos contribuir a un mejor conocimiento de las mismas.

⁷⁸ Los registros parroquiales investigados por Inês Amorim, registran la presencia de tres artistas de fuera conectados al fabrico de vajilla, oriundos de la zona de Viana del Castillo. AMORIM, Inês. *Cerâmica de Aveiro no séc. XVIII*. Revista da Faculdade de Letras, 1996, p. 409

I. VI Dificultades

Las mayores dificultades encontradas son debidas a la ausencia casi total de documentación cíclica, que dé testimonio de la importancia de esta unidad y de esta industria. Desde la fecha apuntada como origen en 1746 hasta 1907 hay un largo intervalo de tiempo, documentado de forma escasa, exigua y dispersa.

Hay noticia de un incendio el día 20 de Julio de 1866 que destruye por completo el edificio del palacio episcopal, donde, desde 1847 se ubicaban las oficinas de la secretaría del gobierno civil y de la hacienda del distrito,⁷⁹ que podría haber afectado o destruido parte de la documentación de la fábrica.

Más allá de la inexistencia de documentación, la existente presenta contradicciones, lagunas temporales de más de quince años que condujeron a interpretaciones erróneas, a la persistencia de errores y a la omisión de conocimientos.

En especial las encuestas, siendo fuentes preciosas y que no se pueden dejar de tener en cuenta, no trazan fielmente el panorama de la industria nacional. La mayor parte de las encuestas se hicieron de forma rápida y poco rigurosa: el autor no conoció a los artesanos, los talleres, los mercados y los productos.⁸⁰

79 CHRISTO, António e GASPAR, João. *Calendário Histórico de Aveiro*. Câmara Municipal de Aveiro. Aveiro, 1986. p. 172

80 En el último cuartel del siglo XVIII, la industria portuguesa fue analizada por primera vez, para fines estadísticos, en la Relación de las Fábricas realizada en 1788 por la Real Junta del Comercio y Administración de las Fábricas del Reino y Aguas Libres. Los años siguientes fueron encomendados nuevos censo 1814 – Mapa Geral Estatístico – ejecutado por la Real Junta del Comercio (destinado a mostrar la situación en que habían quedado las fábricas después de la retirada de las tropas francesas); 1839 – Censo deliberado por Decreto de 19 de Abril de 1839; 1852 – Censo ejecutado por la Participación de Manufacturas; 1860/67 – Estadística de las Profesiones y Establecimiento Industriales (abarcando exhaustivamente la producción y comercialización de bienes); 1881 – Interrogatorio Industrial de 1881 (generalmente considerado como el primer interrogatorio industrial en Portugal). De los censos anteriores, debemos y tal como advierte lo resumo de lo Censo Industrial (resultado de los 5 volúmenes, realizados en virtud del decreto de 7 de Julio de 1881) tener en consideración el siguiente: “Estos números, sin embargo, sólo son verdaderos en relación a las conclusiones de lo censo, y considerados como síntesis de sus resultados parciales. Absolutamente son inexactos, y de ningún modo podemos aceptarlos como siendo la fiel expresión del estado de la industria nacional; porque ni esta se halla toda representada en lo censo, ni las industrias inquiridas y estudiadas lo fueron todas con la minuciosidad y rigor indispensables; sucediendo además de eso que, una veces por errada interpretación del cuestionario, otras por infundadas ideas, algunos industriales no respondieron a la encuesta, o dieron respuestas ambiguas y confusas, y números evidentemente inexactos, sobre todo en la parte que dice respecto al valor de los productos fabricados” Cf. Resumo do Inquérito Industrial de 1881 Lisboa: Imp. Nacional, 1883, p.3

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Los catálogos, documentos igualmente bastante útiles, una vez agotados no son reimpresos. Existen incluso casos, especialmente el libro de la Exposição Distrital de Aveiro editado en 1882, en que se muestra un riquísimo inventario documental, pero en el que las imágenes de la loza son tan diminutas que solo ofrecen planos generales de la exposición.

El método de comparación fue verdaderamente un método esencial para esta investigación.⁸¹ Sin embargo, debido a los diferentes factores que me propongo presentar aquí, es un proceso falible que obliga a la prudencia y rigor en las afirmaciones.

Tratándose de objetos no marcados, la forma, la decoración, el color de la pasta, las marcas de los soportes del horno⁸², las características del vidriado, etc, son factores fundamentales a considerar en la identificación de los diferentes centros productores.

Existen casos en los que el tipo de decoración de una determinada fábrica y época, permite distinguir sus productos, pero hay otros en donde es extremadamente difícil esta distinción.

Los obreros especializados eran codiciados por otras fábricas y esta movilidad de maestros y artistas⁸³ propició el intercambio de conocimientos, técnicas e influencias. La comercialización y la inherente movilidad de las

81 Pais y Monteiro refieren que el método de comparación sólo es posible se haya un gran número de ejemplares. PAIS, Alexandre e MONTEIRO, João. *Interrogações e Perplexidades no Estudo da Faiança Portuguesa*. in: *Faiança Portuguesa séculos XVIII-XIX*. Coleção Pereira de Sampaio. ACD Editores. Alcobça. 2009; Sin embargo, como refirió Jorge Sampaio, no son muchas las piezas de mayólica marcadas en las fábricas portuguesas de los siglos dieciocho y diecinueve, lo que dificulta estudios de este género. SAMPAIO, Jorge. *Contribuição de Domingos Vandelli para a Cerâmica Portuguesa*, Universidade Lusitana. Lisboa. 2005

82 El fin principal de los soportes del horno, conexiones y otros sistemas variados es no sólo el resguardo en las cajas y el apoyo de las piezas en el menor número de puntos pero también reducir cuánto posible los defectos inevitables producidos en las pinturas y vidrados, de modo que desaparezcan después de la cosadura por medio de polidores. Permite igualmente acumular en los hornos el máximo de material.

83 En Gaia, las fábricas con organizaciones más desarrolladas y con proyectos estructurados, tenían grupos de aprendices para cada sector del fabrico. La venida para Gaia de técnicos de Lisboa y de Coimbra se sitúa en esa línea de opción. Los contratos son conocidos y publicados, como por ejemplo Cavaquinho, Vale de Piedade, Fervença entre otros. LEÃO, Manuel. *Pintores Cerâmicos*. in MUSEU : Revista de Arte, Arqueologia, Tradições Vol (12), Porto, 2003, p.207

piezas es igualmente un factor de la difusión de las modas y tendencias de la época que conducen al error de clasificación. A veces el lenguaje decorativo presenta idéntica caligrafía pero tiene diferente origen. Como ejemplo de esta migración referimos el caso del artista Carlos Blanco, que habiendo aprendido el oficio de pintar loza en la fábrica de la Fonte Nova en Aveiro, se fue a trabajar con 14 años de edad para la Fábrica do Carvalhinho en Oporto. Em 1906 montó la Fábrica do Senhor d'Além y en 1911 se fue para la Fábrica da Torrinha. La producción fue grande y dejó su sello en todas las fábricas por donde pasó.⁸⁴

Aparte de la problemática de la decoración, estudios recientes revelan que la forma de las piezas es otro aspecto que puede generar confusiones.⁸⁵ Normalmente se establecen analogías entre ejemplares marcados y sin marca, sin embargo la misma forma puede corresponder a fábricas distintas como es el caso de la Real Fábrica de Louça do Rato que vendía piezas crudas para ser pintadas y vidriadas por otras fábricas.

Asociar una decoración a una cronología puede igualmente general confusiones; los motivos decorativos de un período se repitieron durante varios años, así motivos de trazo barroco pueden no corresponder a este período.⁸⁶

84 VITORINO, Pedro. *A cerâmica Portuense*, Editora Apolino. Gaia, 1930, p.53

85 A propósito, Jorge Sampaio refiere que "(...) que las decorações con un espírito oriental probablemente fueron hechas por artificios que nunca salieron de Portugal [...] se deban al contacto [...] con piezas de esas proveniências. De ese modo surgen entonces, por ejemplo, traviesas, platos y covilhetes decorados con ramos céntricos y faja de Rouen, en espacios tan diferentes [...] pudiendo por veces sean fuentes equívocas." SAMPAIO, Jorge. *Contribuição de Domingos Vandelli para a Cerâmica Portuguesa*, Universidade Lusíada. Lisboa. 2005, p.48

86 PAIS, Alexandre e MONTEIRO, João. *Interrogações e Perplexidades no Estudo da Faiança Portuguesa*. in. *Faiança Portuguesa séculos XVIII-XIX*. Coleção Pereira de Sampaio. ACD Editores. Alcobaca. 2009.

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Siempre que el método de analogía generó ambigüedad, abrimos discusión y confrontamos dudas y conocimientos con especialista, coleccionistas, historiadores e interesados en la materia, para los cuales quiero dejar constancia de mi agradecimiento; al Dr. António Vinagre, Arq. Anselmo Teixeira, Dr^a Margarida Correia (Directora del museo nacional de Oporto), Dr^a Cláudia Melo (responsable de la Secção de Faiança do Museu Santa Joana) y al Dr. Paulo Achman.

Cuando la duda persistió y siempre que fue posible, recurrimos al método de Espectrometría de fluorescencia de rayos X. Como más adelante desarrollaremos, las conclusiones, aunque interesantes, fueron condicionadas por el hecho de ser este método de análisis bastante invasivo y como tal, haber hecho inviable la recogida de un mayor número de muestras en beneficio de la preservación de la integridad de las piezas.

I. VII Estructura de la tesis

El *corpus* de esta memoria se divide en siete capítulos cuya línea de orientación principal es el *alma* de la fábrica del Cojo. El desarrollo de este trabajo pasó necesariamente por el conocimiento de centros cerámicos que estuviesen marcados por la situación socioeconómica del país. Siendo así, en el capítulo I son analizadas las influencias y el florecimiento de la cerámica en Portugal. En el capítulo II se estudia el contexto sociocultural en el siglo XVIII y las principales fábricas del ramo. El capítulo III se consagra a Aveiro, tierra que desde muy temprano trabajó el barro y vio nacer a la fábrica de el Cojo, la primera fábrica de loza fina de la región. El capítulo IV se dedica a la historia de la fábrica por la compilación de varios documentos escritos e inéditos que reunimos con el fin de certificar la existencia de esta unidad y de su producción. En el capítulo V clasificamos el expolio según los distintos ciclos de vida de esta unidad fabril. En el capítulo VI analizamos las piezas más relevantes, recurriendo al método comparativo y siempre que fue posible a la Espectrometría de Fluorescencia de Rayos-X. En el capítulo VII se refiere la diversidad de formas producidas a lo largo del tiempo y sus respectivas funciones. Por último, las conclusiones resultantes del proceso de investigación, la bibliografía y un conjunto de anexos con documentos complementarios.

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Capítulo I La cerámica en Portugal La Península Ibérica fue fruto de las influencias de los pueblos que sucesivamente la ocuparon. Los vestigios cerámicos hallados atestiguan, tanto por los métodos de producción como por los elementos decorativos y por las propias características de las formas y funciones, la presencia de esos pueblos. La abundancia de materias primas y la necesidad de resolver el problema de la preparación y conservación de la producción de alimentos, principal característica de la revolución neolítica, provocaron la aparición de una de las industrias más antiguas; los talleres de alfarería.

En Portugal el proceso fue similar, habiendo florecido de norte a sur numerosos centros de fabricación donde la fantasía de nuestros artistas supo convertir las modas en nuevas expresiones con una riqueza cromática, espontaneidad e ingenuidad únicas. La gran variedad de cerámicas, desde las más refinadas hasta las más populares, dan testimonio de la evolución de esta industria y reflejan la historia de la sociedad portuguesa. Es posible señalar dos momentos determinantes en la industria de la cerámica portuguesa que estimularon y reanimaron el crecimiento del sector: el período Pombalino y las respectivas manufacturas creadas bajo protección regia entre 1768 y 1800, y el período posterior a la victoria del liberalismo entre 1832 y 1905, cuando el florecimiento de una nueva clase y la modernización tecnológica del sector apoyada por el rey D. Fernando II, fomentaron el interés por la obra de arte y el gusto por lo bello.

Los diversos centros cerámicos produjeron en cantidad y calidad, desde el simple barreño hasta la finísima loza, siendo las piezas que lo atestiguan, consideradas hoy como de enorme valor y disputadas por coleccionistas y museos.

Capítulo II Contexto sociocultural en el siglo XVIII Desde el siglo XVIII fueron diversos y profundos los cambios que alteraron las

estructuras de la sociedad y la economía mundial, especialmente la Revolución Industrial Inglesa, Los Movimientos Independentistas de América y la Revolución Francesa de 1789. Portugal no fue inmune a los vientos de cambio producidos por estos hitos de la Historia Moderna de nuestra civilización; el nuevo pensamiento liberal inspiró a varios Movimientos Emancipadores en Brasil y el terremoto de 1775 de Lisboa sirvió de tema para la Reforma Pombalina.

Bajo las medidas proteccionistas del Marqués de Pombal aparecen las nuevas industrias dispuestas a luchar contra la competencia extranjera, se defiende la formación de Gremios de fabricantes y se reivindican privilegios fiscales. Ante la deficiente preparación profesional de técnicos y obreros, fueron creadas diversas escuelas de diseño industrial para estudiar las circunstancias de la industria cerámica nacional y proponer las medidas necesarias para mejorar la educación artística que habían sido descuidadas en beneficio de la rutina de las formas y de las decoraciones rudimentarias.

Tras el prominente desarrollo industrial, el país pasó por períodos en los que no se favoreció en absoluto al sector. Las Invasiones Francesas y los decretos de 1808 y 1810 que acabaron con la exclusividad del mercado nacional abriéndolo al mercado exterior, condujeron a una violenta crisis y provocaron grandes perjuicios en todas las unidades fabriles, obligando al cierre de un número considerable de manufacturas y acelerando el declive de nuestras fábricas.

Capítulo III Tradición cerámica de Aveiro La abundancia de materias primas y la facilidad para el transporte de los productos a través de las redes fluviales y marítimas, consolidaron a Aveiro y a su región como importante centro productor de cerámica. La longevidad de esa identidad queda atestiguada en las cerámicas encontradas en la estación arqueológica de Agra do Castro, poblado de la prehistoria reciente, más concretamente

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

del período Calcolítico y Edad del Bronce, en los hornos cerámicos de Eixo, del período romano y destinados a la producción de carácter industrial de tegulae, imbrex, ladrillos y segmentos circulares de columnas, o en la bodega del navío de carga y cabotaje hundido en el siglo XV cerca del margen del Canal de Mira. El navío transportaba una carga casi exclusivamente compuesta por lozas de fabricación local típica de la región de Aveiro y constituye la más extensa, completa e íntegra colección de cerámica de uso común de la Época de los Descubrimientos.

La importancia de este oficio quedará atestiguada en la toponimia de la ciudad (Torre dos Oleiros, Rua dos Oleiros, Bairro das Olarias) y con la participación de los alfareros en la procesión del Corpus Christi, en donde se hacían representar con las banderas de sus respectivas patronas Santa Rufina y Santa Justa.

A partir del siglo XVIII fueron varias las fábricas que surgieron de modo estratégico en el canal de la ciudad, viéndose facilitado la expedición de los productos, así como la recepción de las materias primas indispensables para la fabricación. La circulación de los productos por las redes fluviales y marítimas fomentó la especialización, la aceleración del desarrollo tecnológico y tuvo influencia en el mercado, tanto a nivel de precios como de calidad de la loza.

Capítulo TU Fábrica do Cojo La intensa comercialización proyectó a Aveiro como puerto transitario, integrándolo en rutas de comercio internacional, atrayendo y fijando a gentes vinculadas al comercio.

La Fábrica do Cojo surge de este modo aprovechando los flujos comerciales preexistentes y los incentivos fiscales del Marqués de Pombal, que pretendían reconvertir el sector cerámico y acabar con la competencia extranjera.

Esta unidad fabril, en su larga historia de casi siglo y medio y debido a los sucesivos arrendamientos, distintas sociedades, deudas, resistencia a las guerras y crisis de la política nacional, a la inestabilidad del cordón litoral y consecuente declive de la ciudad, registró períodos de franca prosperidad y también de declive. Identificamos las siguientes fases como las más significativas de la vida de la fábrica:

Primera fase 1746(?) – 1775 A pesar de que legalmente solo aparece mencionada como Fábrica en 1775, Rangel de Quadros em *Apontamentos Históricos*, hace referencia a João Rodrigues Branco que en 1746 prestó dinero a la Ordem Terceira de S. Francisco “(...)comerciante, proprietário e industrial e que a él se debió la fundación de la fábrica de loza, llamada Cojo (...)”.⁸⁷ Teniendo este documento como cierto, la fábrica ya operaba antes de 1775.

Segunda fase 1775 – 1776 En 1775 un grupo de capitalistas vinculados al comercio y estimulados por la protección del Marqués de Pombal decide invertir en la fabricación de loza. En este período fueron adoptadas las medidas necesarias para poner en marcha la fábrica, en especial se dio ancho al Estuario del Cojo para facilitar el acceso de las materias primas indispensables para la producción y se procedió a la contratación de maestros de reconocida experiencia en la fabricación de cerámica. Los sucesivos alquileres comprometieron la viabilidad de la fábrica y los capitales invertidos se transformaron en deudas. A pesar de las dificultades que la fábrica sufría, podemos concluir que la misma tenía producción, dinamismo y una notable influencia en la vida de la ciudad.

Tercera fase 1776 - 1835 En el panorama nacional entre 1789 y 1806 el comercio se cuadruplicó “(...) sobre todo las nuevas unidades

87 QUADROS. Rangel. Aveiro, *Apontamentos Históricos -Ordem Terceira de S. Francisco*, v.6, Aveiro, (recortes de jornal), s.d.p.40-41

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

productivas situadas en zonas accesibles al tráfico marítimo y más próximas a los mercados de consumo (...) ⁸⁸, esta fue igualmente la fase de mayor apogeo de la fábrica. Su producción era “(...) más fina, mejor vidriada y también pintada que la de la fábrica de Coimbra (...)”.⁸⁹ Probablemente reflejo de la contratación de João Pereira Bastos “(...)perito en el arte de manufacturar loza de diversas calidades, con diferentes barnizes e pinturas (...)”.⁹⁰

En 1790 la Real Junta do Comercio emite un comunicado favorable a la Reina Dña. María I, concediéndole protección regia en forma de exenciones.

La prosperidad está atestiguada por las contrapartidas expresadas en los diferentes contratos de arrendamiento, así como en los registros de la venta de loza “(...) toda la loza labrada y por labrar (...) se halla en la ciudad de Oporto o embarcada para fuera del Reino y Estados de América” ⁹¹

Cuarta fase 1835 - 1907 Debido a la crisis producida en el sector cerámico, a un período de florecimiento le siguió uno de decadencia. Mientras la nueva mecanización extranjera hacía florecer otras unidades, el cojo siguió confinado a los procesos antiguos. La Estadística Industrial Publicada por la Repartição de Pesos e Medidas (1867)⁹² da testimonio de su continuidad en el mercado, pero recoge su estado de declive.

Sin medios para afrontar nuevos retos (tecnológicos y de instrucción profesional) que diesen continuidad técnica a la calidad de loza fina a precios competitivos, la producción llegaría a pesar de todo a cobrar, en esta última fase de producción, un nuevo impulso dado por el santero Pedro Serrano.

⁸⁸ MACEDO, Jorge. Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII. Editorial Quercó, Lda. Lisboa, 1982, p.235

⁸⁹ AHMOPC - JC n.8 - 23/7/1789; Transcrição em Doc.4

⁹⁰Inês Amorim, op. cit., p.413

⁹¹ ADA-SN, Aveiro, n.313, f.76-79v. 1776 ; Transcrição Doc.10

⁹² OLIVEIRA, Francisco de Paula Campos. *Informações para a estatística industrial publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas : districto de Aveiro*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1867, p. 200

Alfarero de profesión, supo transportar el carácter escultórico y su alma de artista a la decoración de las piezas de uso común que también produjo.

Capítulo V Ciclos de vida Aunque no sean muchos los elementos que permitan definir con rigor cronológico las diferentes fases de producción, esta austeridad conlleva ventajas de cara a la clasificación y organización de las piezas; ; como comenta Reynaldo dos Santos “(...) en la historia de una loza de períodos importantes y cortos, basta con no tener exigencias cronológicas muy severas (...)”⁹³

Conscientes de esta premisa, a través del análisis de la grafía de las marcas, de la decoración, de la calidad de la pasta, del esmalte y de su reflejo en las fábricas similares, nos permitió distinguir y organizar la producción del Cojo en cuatro períodos diferenciados; Inicio, Madurez, Preludio de declive y Reinicio.

Del período inicial y probablemente dada la fragilidad del material y consecuente fragmentación, solo conocemos una pieza que creemos pertenece a esta época (J-1). El segundo período es lo más largo y mejor documentado de la historia del Cojo. La decoración es generalmente vinosa, predominando los elementos florales más o menos elaborados. Las composiciones son generalmente creaciones al gusto de la época, con fuertes influencias de las fábricas del ramo. El tercer período está caracterizado por la excelente perfección de las piezas. El modelado es primoroso y el vidriado de las piezas levemente azulado le da un aspecto más armonioso que el blanco duro. El último período, ocurre bajo la administración del alfarero Pedro Serrano, “(...) artista de talento y notables aptitudes [...] Pintaba y modelaba con decisiva ventaja y gran facilidad.”⁹⁴ Su legado, si por una parte rebajó el nivel de exigencia en lo que respecta a la calidad y delicadeza de la pintura,

93 SANTOS, Reynaldo. *Oito Séculos de Arte Portuguesa História e Espírito*, Empresa Nacional de Publicidade, Terceiro Volume, Lisboa, 1970, p.98

94 GOMES, Marques. *Monumentos, Retratos, Paisagens*, p.96. Volumen de recortes publicados en la prensa local y compilados por el autor que los depositó en la Biblioteca de Aveiro.

ganó expresividad y personalidad propia. Su repertorio incluye, más allá de las lozas de uso doméstico, las imágenes religiosas de pequeños y grandes formatos.

La gran variedad de formas, a lo largo de los diferentes ciclos de vida, expresa no solamente la exigencia del mercado, sino que también evidencia una transformación total de un pensamiento de producto por el gusto y ambiente de la época.

Capítulo VI Identificación La identificación del origen de la producción y la correcta clasificación de los especímenes no marcados, fue uno de los objetivos que siempre marcaron el rumbo de este estudio. En el caso de la fábrica de O Cojo, el reducido número de piezas marcadas generó conjeturas erróneas, atribuyéndolas a fábricas similares, y dificultó durante años su estudio.

En este sentido, y siempre que fue posible, sometimos a análisis químicos pastas y vidriados de algunas piezas de cara a fundamentar la identificación y origen de la producción.

Así, analizamos un total de ocho piezas; tres del primer período de producción de la fábrica, cuatro del segundo y una del último período. De estas piezas, tres son atribuidas a la fábrica de O Cojo. Las marcas que presentan, F.A, R.FN^a AV^o e FBc ya de por sí indicarían su origen, sin embargo, los resultados de los análisis de las pastas corroboraron la certeza de su proveniencia.

Debido a la longevidad de la fábrica y a los consecuentes cambios de propietarios, existe una gran variedad de marcas que indican la proveniencia de las piezas potenciando las hipótesis de que sean productos de la fábrica de O Cojo. A pesar de que aparentemente no exista una regla de marcado, los objetos con marca atestiguan la identidad de la fábrica/artista.

En la identificación y clasificación de las piezas, tomamos en consideración las distintas características que en su conjunto eran indicios de pertenecer a la fábrica de O Cojo. Así, a través del resultado de los análisis, de la similitud de los moldes, de las características del vidriado y de las

marcas, identificamos piezas testigo que nos permitieron identificar otros ejemplares no marcados o que estaban clasificados erróneamente.

Capítulo VII Tipologia da produção Según Charles de Lepierre (1899) de todos los tipos de loza “(...) los más ordinarios y baratos son los que tienen mayor importancia comercial.”⁹⁵

La Fábrica de O Cojo optó a pesar de todo por una producción flexible. Respondió a las necesidades del día a día, desde la jarra para beber el agua o la olla para preparar los alimentos, y como podemos constatar en las contrapartidas de los distintos arrendamientos, paralelamente intentó responder a las exigencias de una élite produciendo con reconocida calidad: “(...) dos juegos finos de té [...] palanganas, siendo dos finas y dos ordinarias(...)”.⁹⁶

La variedad de formas, expresa no solo la exigencia del mercado, sino que evidencia el tipo de uso a que se destinaban: floreros de pared, soperas, soperas, fuentes, palanganas, mangas, teteras, entre otras. Creadas en función de su finalidad, reflejan la transformación total de una idea de producto impuesto por el gusto y el ambiente de la época.

Las 74 piezas, presumiblemente Cojo, fueron distribuidas de acuerdo con su función y por las siguientes tipologías: servicios de alimentos sólidos y semisólidos, servicios de alimentos líquidos, cuidados de higiene corporal, decoración, piezas de escultura y otros.

Es posible constatar que algunas de estas formas pasaron a través del tiempo resurgiendo vigorizadas por nuevos artistas, estilos e influencias.

⁹⁵ LEPIERRE, Charles. Estudo Chimico e Technologico sobre a Ceramica Portuguesa Moderna, Imprensa Nacional. Lisboa, 1899, p. 24

⁹⁶ ADA-LN, n. 327, f.25.1789; Transcrição Doc.7



Figura 8.
Pormenor decorativo (I-1)

Capítulo I
A cerâmica
em Portugal

“Sempre que aparece um produto de arte ou indústria cuja proveniência se desconhece não se hesita, e, antes de qualquer investigação sobre o autor, entrega-se de mão beijada seja a quem for, menos a um Português!”⁹⁷

97 QUEIRÓS, José. *Cerâmica Portuguesa*. Litexa Editora, Lda. Lisboa-Porto, 2002, p.161

1.1 Breve história da cerâmica

A Cerâmica é uma das manifestações do engenho humano que mais tem prendido a atenção do homem. O espírito ansioso e observador do homem em contacto com a terra, permitiu descobrir, compreender e dominar as qualidades de resistência e plasticidade que o barro oferecia.

O momento em que o homem empregou o fogo pela primeira vez para cozer peças de barro, marcou o início da história da cerâmica “(...) uma das mais belas, mais prestáveis e mais duradoiras indústrias (...)”.⁹⁸

É sempre difícil determinar os motivos das invenções e descobertas, contudo é possível afirmar que partir deste momento “(...) o homem, sem saber, realizou a primeira reacção de sintetização quando, pelo calor, proporcionou aos minerais que integram a argila a necessária, energia térmica para desencadear todas as reacções e transformações que conduzem à formação de um verdadeiro produto cerâmico (...)”.⁹⁹

A cerâmica nasceu da necessidade de se produzirem peças utilitárias para uso doméstico. Dada a sua natural fragilidade e o longo processo de preparação, admite-se que o seu aparecimento esteja ligado à fixação dos povos nómadas, à criação de hábitos de vida sedentária e ao desenvolvimento da agricultura.

⁹⁸ QUEIRÓS, José. *Cerâmica Portuguesa*. Litexa Editora, Lda. Lisboa-Porto, 2002, p.15

⁹⁹ FRASCO, Alberto Faria. *Mestres Pintores da Vista Alegre*, Figueirinhas, Porto s.d., p. 14

Os estudos arqueológicos revelam que “Na Península Ibérica, e concretamente no território português, a cerâmica surge pela primeira vez em contexto do Neolítico Antigo atribuídos ao 6º milénio a.C.”¹⁰⁰

Por todo o mundo encontram-se manifestações desta indústria de cerâmica. É elemento comum de todas as civilizações, o que comprova o interesse, desde tempos imemoriais, desta “(...) arte que acompanhou o Homem através da história, de segredos passados oralmente outros deixados escritos”.¹⁰¹

Os objectos criados pelos homens são os testemunhos mais recuados da civilização, que atestam toda a história humana. Perante tal valor, o antropólogo e etnológico Lewis Henry Morgan no séc. XIX classifica os estádios culturais da humanidade de acordo com a sucessão dos inventos técnicos em três fases: selvajaria, barbárie e civilização.

A perspectiva evolucionista de Morgan, considera a evolução ascendente. No período selvajaria a raça humana subsistia com base na natureza. No período barbárie, a invenção da cerâmica permitiu a sedentarização e a criação novos hábitos como o desenvolvimento da agricultura e o período da civilização é determinado pela escrita e a invenção do alfabeto.¹⁰²

Assim, a evolução da história da cerâmica é dividida em períodos distintos consoante a evolução das técnicas e as várias correntes de pensamentos e ideologias que se reflectem na sociedade. A cerâmica progride graças ao aparecimento da roda do oleiro; a força do movimento pendular do pé fazia rodar o conjunto, deixando as mãos livres para a criação. “D’ahi por deante o oleiro poderia afoitamente tentar as formas mais graciosas e puras,

100 VILAÇA, Raquel. *Considerações sobre cerâmicas pré e proto-históricas do território português*. in. A produção de cerâmica em Portugal: Histórias com futuro - Actas do Colóquio, Museu de Olaria, Barcelos. 2007, p.10

101 BERNARDA. João, *Ensaio sobre os caminhos da Cerâmica*, in. MUSEU: Revista de Arte, Arqueologia, Tradições Vol (7), Porto, 1998, p.302

102 MORGAN, Lewis H. *A sociedade primitiva*, vol. I, Presença, Lisboa, 1976

satisfazer e adaptar-se ao espírito progressivo da civilização, criar enfim uma arte nova, tão grata à imaginação e ao sentimento.”¹⁰³

Graças à curiosidade, ao espírito incessante e imaginativo dos homens, muito evoluiu nas artes controladas pelo Fogo. O conhecimento dos materiais, a composições das pastas, as técnicas de fabrico e cozedura foram-se aprimorando. O factor surpresa interpõem-se com as leis que regem o comportamento da matéria. O entendimento das cores é lição desta evolução; o processo de cozedura levado a diferentes temperaturas cria matizes pictóricas imprevistas.

No final do séc. XIX, o aparecimento dos primeiros laboratórios e publicações especializadas, como por exemplo a obra *Arte do Louceiro* de José Ferreira da Silva de 1804, foram sinais evidentes de mudança e do aparecimento de uma indústria cerâmica de cariz industrial. A descoberta de novas pastas e a combinação de várias matérias-primas, permitiu produzir novos materiais cerâmicos de qualidade superior à dos chamados barros vermelhos. “Primeiro a faiança, depois o grés e finalmente a porcelana.”¹⁰⁴

Apesar da sua fragilidade, muitas cerâmicas circularam entre regiões distintas constituindo e viabilizando importações e exportações. Kopytoff (1986) considera que, tal como as pessoas, os artefactos têm uma vida, uma “biografia cultural”, que contempla diversas etapas: a extracção da matéria-prima, a preparação das argilas, o trabalho da argila, o acabamento, a decoração, a cozedura.¹⁰⁵

Ao nível artístico, o trânsito das cerâmicas incutiu novos estímulos como a ambição e competitividade na criação de novas peças.

103 TEMUDO, Fortunato. *Estudo sobre actual da indústria cerâmica na 2a circunscrição dos serviços técnicos da industria*, Imprensa Nacional, Lisboa. 1905, p.5

104 FRASCO, Alberto Faria. *Mestres Pintores da Vista Alegre, Figueirinhas*, Porto s.d., p.17

105 KOPYTOFF, Igor. *The cultural biography of things: commoditization as process*, in. *The social life of things*, University Press, Cambridge, 1986, pp. 64-91.

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

A Península Ibérica foi invadida e partilhada ao longo dos séculos por diversos povos. Os vestígios cerâmicos encontrados atestam, tanto pelos métodos de produção como pelos elementos decorativos e pelas próprias características das formas e funções, a presença desses povos.

Esta actividade floresceu particularmente no território durante a ocupação muçulmana, o que é atestado pela diversidade de peças, tanto de olaria como de azulejoaria.

No séc. VIII os Árabes trouxeram para a Península Ibérica a indústria da cerâmica colorida e a translúcida esmaltada. Dessa passagem, advém todo o nosso conhecimento e o gosto de valorizar paredes e chão com cerâmica. “Estamos convencidos que durante toda a Idade Média até fins do sec. XV, a cerâmica foi, em todos os seus variados ramos exercida principalmente por mosarabes portugueses.”¹⁰⁶

1.2 A aptidão artística Portuguesa

A herança e a aptidão artística reflectem-se numa criatividade e espontaneidade únicas. Os achados arqueológicos, as várias colecções dos museus, a documentação existente e as *obras de fôlego* testemunham a evolução e gosto da própria sociedade portuguesa. Para atestar esta afirmação, nada melhor que observar a terminologia de algum do vasilhame português. “(...) ha typos que variam de região para região, de dez em dez léguas de perímetro. Esses typos principaes são a talha, o pote, o cântaro, o caneco, o tenor a tarefa, a púcara, o gaomil, a escudella, a tijela, a infusa, a meia, a quarta, a quartinha, a pinta, (...) a pichorra, a botija, a cabaça, a malga, etc.”¹⁰⁷

106 VASCONCELLOS, Joaquim. *A cerâmica Portuguesa e a sua Aplicação Decorativa*. Biblioteca de Instrução Profissional, Lisboa, 1907, p.3

107 ORTIGÃO, Ramalho. *O Culto da Arte em Portugal*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1917, p.148

Como se infere do ditado popular *instalar-se de casa e pucarinho*, a cerâmica está intimamente ligada à vida do homem. Começou por responder às necessidades do dia a dia, o púcaro para beber a água, a talha para armazenar os alimentos (líquidos ou sólidos) o alguidar para preparação dos alimentos ou cuidados de higiene pessoal, a candeia para alumiar e no decorrer dos séculos evolui para responder às exigências de uma elite, a “(...) faiança vai especializar-se”.¹⁰⁸ Deixa de existir o prato de tudo comer, e passam a existir vários pratos para as distintas refeições do dia. A grande variedade de formas, exprime não só a exigência do mercado, como evidencia o tipo de utilização a que se destinavam: as floreiras, escudelas, terrinas, fruteiras, galhetas, travessas, bacias, mangas, entre outras. Criadas em função da sua finalidade, verifica-se uma transformação total de um pensamento de produto imposto pelo gosto e ambiente da época.

Na opinião de Carolina Michaelis, ilustre professora e conhecedora da alma portuguesa, a decoração das peças cerâmicas desenvolve-se a par da escultura e ourivesaria “(...) começou a despertar as aptidões artísticas da nação, alguns oleiros de talento, fornecedores da côrte, meteram-se não só a dar em sumo grão aos púcaros as qualidades de porosidade, lisura, brilho, bom cheiro e sabor que os haviam tornado bem acreditados, mas também a adorna-los com decoração em relevo alto ou baixo, tanto exterior como interiormente.”¹⁰⁹

Aos motivos geométricos seguiram-se os desenhos figurativos e naturalistas, a monocromia, a policromia e por fim os elementos relevados. O gosto mais requintado busca novas expressões e acompanham as demais manifestações, que as gerações humanas fizeram progredir.

108 FERNANDES, Isabel. *Formas e funções da Faiança Portuense Otocentista*, in. Itinerário da Faiança do Porto e Gaia, Instituto Português dos Museus, Lisboa, 2001 p.31

109 VASCONCELOS, Carolina Michaelis. *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1957, p.8

A grande variedade de cerâmicas, desde as mais aprimoradas às mais populares, testemunham a evolução desta indústria e reflectem a história da sociedade portuguesa.

“As formas populares dessa vasilharia [...] são por toda a parte, em nossos districtos cerâmicos, as mais bellas, as mais engraçadas ou as mais nobres, as mais irreprensivelmente puras (...)”.¹¹⁰

A cerâmica portuguesa possui influências remotas, traços profundos e tradições seguras que nem o tempo consegue apagar e mutilar. Mesmo com influências externas, o engenho artístico resiste ao transformismo radical da moda, fazendo prevalecer a identidade portuguesa. “Nenhum outro povo sabe torrear na roda do oleiro com mais esbelteza e mais puro atticismo o pote ou a bilha de barro, a púcara, o gomil e o pichel, de Coimbra, do Prado, de Mafra, de Redondo, de Loulé.”¹¹¹

Joaquim de Vasconcellos a propósito da exposição de cerâmica realizada no Porto em 1882, refere: “O que há, em suma, a concluir de toda a exposição de olaria rústica? Que as disposições naturais do oleiro português são notabilíssimas; que ele tem o sentimento da forma em alto grau, aquilo que em teoria de arte se chama euritmia das linhas. Isto não se aprende, nem se pode ensinar. É uma aptidão tradicional, que se desenvolve insensivelmente, numa indústria quando ela encontra um meio favorável: é trabalho milenário e por isso de um valor incalculável, havendo uma sociedade culta que o saiba aproveitar. Com o sentimento da forma anda aliado o bom critério na ornamentação dos objectos formado”.¹¹²

110 ORTIGÃO, Ramalho. *O Culto da Arte em Portugal*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1917, p.149

111 *Ibid.*, p. 133

112 VASCONCELLOS, Joaquim. *Cerâmica Portuguesa - subsídios históricos*. Revista da Sociedade Instrução do Porto. Typographia Occidental 3º anno, nº5 Porto, 1883. p.98; Joaquim Vasconcellos foi uma das figuras centrais no panorama da arte portuguesa, defensor do programa de nacionalização da arte portuguesa, esteve ligado às exposições industriais do Porto (1882, 1883, 1884) e na sua sequência, às exposições de Aveiro (1882), Coimbra, Guimarães e Viana do Castelo (1896).

1.3 Faiança portuguesa do séc. XV ao séc. XIX

“Não parece existirem dúvidas acerca da importação de grandes quantidades de louça estrangeira, pelo menos desde os meados do século XV até aos meados do século XVI. Porém, tais evidências não significam naturalmente que em Portugal, e sobretudo nos núcleos produtores mais desenvolvidos com Lisboa, Coimbra e Évora, houvesse completa inexistência de produção (...)”¹¹³

Com efeito, vários são os documentos que atestam a produção cerâmica em Portugal a partir do séc. XVI. De 1514 existe um documento que se refere à loiça de barro de Coimbra, vários Regimentos dos mallegueiros (malegueiro - que faz málegas ou tigelas; sinónimo de oleiro) e um novo Regimento dos oleiros e malegueiros de 1623. O Regimento de 1573 dá conta de uma lista de vasilhame de barro em uso na época com a respectiva taxa de preço.¹¹⁴

Através dos diferentes Regimentos de Ofícios que distinguem os malegueiros (que tinham autorização para vidrar), dos oleiros de loiça vermelha, conclui-se a importância e as diferentes hierarquias desta indústria. À tradição rezada de anos para anos, impõem-se novas formas de conduta, regras, disciplina e penas para os contraventores.

A probabilidade da existência de outros Regimentos anteriores (hoje perdidos), fazem pressupor uma indústria cerâmica desenvolvida, uma estrutura com juizes e examinadores que aprovavam, depois de um exame, a prática do ofício.¹¹⁵

113 TRINDADE, Rui. *Fabrico de materiais cerâmicos em Portugal durante a Idade Média. Novos dados de Pesquisa*. in. A produção de cerâmica em Portugal: Histórias com futuro - Actas do Colóquio, Museu de Olaria, Barcelos, 2007, p.121

114 MELO, Adelino. *História da Cerâmica de Coimbra*. Portugalia, Lisboa, 1924. pp.24-30

115 BERNARDA, João, *Ensaio sobre os caminhos da Cerâmica*, in. MUSEU: Revista de Arte, Arqueologia, Tradições Vol (7), Porto, 1998, pp. 297-319.

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

A peça de faiança esmaltada mais antiga e cronografada, de que se tem conhecimento é um pote de farmácia “(...) ainda não se encontraram exemplares com o cronograma anteriores a 1621 (...)”¹¹⁶

Portugal é “(...)um pequenino País que se encontrava à cabeça de um vasto império colonial - e um povo de grande tradição marítima, preso aos confins do continente europeu, com o olhar virado para a grande imensidão atlântica.”¹¹⁷

Pela sua posição peninsular e vocação marítima, estabeleceu contactos com culturas distantes. Partilhou influências não só da Espanha muçulmana, mas também das artes do Extremo Oriente - Índia, China, Japão e Pérsia.¹¹⁸

Nos primeiros anos do século XVI, iniciada a navegação para paragens longínquas, a Europa auferiu pelo intercâmbio dos portugueses, grandes quantidades do comércio oriental “(...) dando-se um golpe mortal no mesmo comércio que anteriormente os maometanos mantinham com a Europa, pelo Mar Vermelho e pelo Egipto, levando as mercadorias a Veneza e outros portos italianos e orientais europeus.”¹¹⁹

William Beckford, refere no seu Diário, Sábado 30 de Junho 1787 que “(...) Lisboa era a cidade do Mundo com mais porcelana do Japão e curiosidades indianas (...)”¹²⁰ Contudo, com a fundação das Companhias das Índias holandesa, inglesa e por fim francesa, perdeu-se o exclusivo deste comércio.

116 CALADO, Rafael. *Breve História da Faiança em Portugal*. in. Itinerário da Faiança do Porto e Gaia, Instituto Português dos Museus. Lisboa, 2001 p.16

117 BLAETTLER, Roland. *La Céramique portugaise: premières impressions d'un néophyte - Cerâmica portuguesa: as primeiras impressões de um neófito*. in. *Céramique du Portugal du XVIe au XXe siècle = Cerâmica Portuguesa do século XVI ao século XX*, Museu Nacional do Azulejo, 1ª edição, Lisboa, 2004, p.2

118 SANTOS, Reynaldo. *Oito Séculos de Arte Portuguesa História e Espírito*, Empresa Nacional de Publicidade, Terceiro Volume, Lisboa, 1970, p.3

119 OLIVEIRA, Luiz Augusto de. *Considerações sobre as primitivas faianças portuguesas*, Imprensa Comercial, Lisboa, 1918 p.7

120 Diário de William Beckford em Portugal e Espanha, 3ª ed., Série Portugal e os Estrangeiros, Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 1988, p.79

A influência do Extremo Oriente na génese da faiança do séc. XVII, está estreitamente ligada à descoberta do caminho marítimo para as Índias em 1498. A epopeia marítima beneficiou do contacto com novas culturas. A relação política, religiosa e económica que os portugueses tiveram no Extremo Oriente “(...) traduziu-se na hibridez das decorações em que, a par dos temas da simbologia hindu e estilização oriental de animais e plantas, surgem episódios da história sagrada, tirados da Bíblia e novo testamento.”¹²¹

O reflexo da expansão nacional teve repercussões recíprocas; se por um lado fomos visceralmente influenciados pela arte indiana, persa, chinesa e japonesa, os temas europeus e os brasões nacionais foram integrados na história e na evolução das artes do Extremo Oriente.

Pelo seu enorme prestígio, a porcelana chinesa serviu de modelo e incentivo durante mais de três séculos, aos oleiros portugueses. “Esta larga exportação do começo do século XVII deixa entrever que a fabricação da faiança *contrafeita da China* vinha já do século XVI (...)”.¹²²

Sobre Portugal e numa das cartas de Filipe II de Espanha às filhas em 1582, o Rei referia as porcelanas de *nueva manera*. Aquando da visita de Filipe III de Espanha em 1619, recebido em Lisboa com arcos festivos, o cronista Lavanha descreve o arco dos oleiros, tendo entre outros símbolos de ofício, vaso de porcelana da que se faz em Lisboa contrafeita da China, e os seguinte versos: aqui monarcha excelso soberano/Vos oferece a arte peregrina/Fabricado no reino lusitano/ O que antes nos vendeu tão caro a China.¹²³

Não é linear a classificação e cronologia da cerâmica Portuguesa a partir da análise dos seus elementos decorativos.

121 SANTOS, Reynaldo. *Oito Séculos de Arte Portuguesa História e Espírito*, Empresa Nacional de Publicidade, Terceiro Volume, Lisboa, 1970, p.4

122 *Ibid.*, p.14

123 *Ibid.*, p.16

José Queirós, no livro *Cerâmica Portuguesa*, classificou a faiança do século XVII em dois grandes grupos: *aranhões* e *desenho miúdo*. Reynaldo dos Santos agrupou a faiança dos séculos XVI e XVII em quatro períodos; faianças inspiradas em temas chineses, decoração mista entre portuguesa e chinesa, temas simplificados com carácter popular e por último, temas exclusivamente nacionais.

Por sua vez, Joaquim de Vasconcellos classificou-a em dois grupos; o primeiro entre o final do séc. XVI ao primeiro terço do séc. XVIII, caracterizando-se a decoração por ocupar toda a peça de igual forma, referindo que “(...) o ceramista/pintor copiou um tecido”.¹²⁴ Num segundo grupo a decoração é repartida por divisões e compartimentos “ (...) uma economia calculada, orla e fundo têm decorações independentes”.¹²⁵

Consciente das dificuldades, Joaquim de Vasconcellos adverte: “Esta tentativa de classificação pode ficar sujeita a revisão em alguns detalhes, mas é apesar de resumida [...] o fructo de demorado exame em numerosas peças authenticas, estudadas durante vinte e cinco annos.”¹²⁶

Mediante estes factos, os limites dum período para outro não são lineares, a mudança nunca é abrupta e persiste normalmente a sobrevivência de elementos decorativos que se usam e repetem sucessivamente.

No *Catálogo da Exposição de Cerâmica Ulissiponense dos Fins do Século XVI aos Princípios do Século XIX*, exposição realizada em Julho de 1936 no Museu de Lisboa, as dúvidas quanto ao fabrico e à cronologia, são assinaladas com um discreto ponto de interrogação. No discurso preliminar do catálogo, Augusto Cardoso Pinto adverte o visitante: “Nada ou muito pouco se

124 VASCONCELLOS, Joaquim. *A cerâmica Portuguesa e a sua Aplicação Decorativa*. Biblioteca de Instrução Profissional, Lisboa, 1907, p.6

125 *Ibid.*, p.7

126 *Ibid.*, p.7

conhece acerca das oficinas deste tempo e das localidades onde se achavam estabelecidas e tudo quanto se pode fazer foi agrupar os exemplares por tipos que se designaram pelos nomes de certos elementos decorativos usados na faiança dessa época, que, todavia, os ceramógrafos, quasi sem discrepância, consideram procedente da zona sul de Portugal e especialmente de Lisboa (...)”¹²⁷

Para além das dúvidas na classificação dos produtos cerâmicos, num total de cento e quinze peças, verifica-se apenas a presença de duas peças que se presumem pertencer ao séc. XVI.

A faiança portuguesa durante a primeira metade do século XVII é influenciada por um estilo oriental, especialmente o chinês; afinidades na composição, temas e uma decoração cuidada executada a azul colbato. A decoração espalha-se de forma igual por toda a peça, sem divisões nem compartimentos sendo os motivos dispostos simetricamente.

Os símbolos decorativos orientais, foram repetidamente usados, resultando desta ingénua apropriação, novas fórmulas estéticas de grande criatividade e intemporalidade, “(...) tinham significados completamente desconhecidos para os pintores portugueses que, não sabendo interpreta-los os utilizavam como meros ornamentos.”¹²⁸

É a partir 2º quartel séc. XVII, que surgem as peças mais originais da faiança Portuguesa. Simplificando, remodelando ou combinando os motivos chineses com temas portugueses, resultaram composições originais. Foi período áureo de grande hibridismo decorativo.

127 Em 1939 foi organizada a Exposição de Cerâmica Ulissiponense, por Augusto Cardoso Pinto no Palácio Galveias. PINTO, Augusto. *Catálogo da Exposição de Cerâmica Ulissiponense dos Fins do Século XVI aos Princípios do Século XIX*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1936, p.4

128 CALADO, Rafael e LIMA, Maria. *Faiança Portuguesa, Roteiro Nacional de Arte Antiga*. Museu Nacional de arte Antiga. Lisboa, 2005, p.16

Este momento, apelidado pela sua técnica de *desenho miúdo*, apresenta uma decoração finamente contornada a roxo de manganês e constituída por delicados elementos de pequenas dimensões, como casinhas, paisagens com rochedos, etc. É considerada por muitos a produção de maior requinte em todo o séc. XVII e a mais próxima dos originais chineses, podendo embora incluir tema europeus. “Ao longo do séc. XVII, a cerâmica portuguesa irá desenvolver-se afirmando características próprias que permitem a sua individualização no contexto europeu.”¹²⁹

No terceiro quartel de Seiscentos, a decoração designada por *aranhões*, acompanha todo este período de grande incremento na produção de faiança, afirmando-se como a expressão mais forte da produção nacional.

São consideradas peças menos exigentes com “(...) soluções de arejada expressão plástica interpretando a decoração Ming, ampliados e organizados em composições de forte traçado geométrico(...)”¹³⁰ Reynaldo dos Santos considera “(...) laçaria, nós sem fim, que irradiavam de temas diferentes como pérolas, pedras sonoras (...)”¹³¹

Os motivos presentes nas abas dos pratos são quase sempre idênticos, nelas figurando os aranhões em alternância com o motivo, as folhas de artemísia, os leques de palma, entre outros. Normalmente os *aranhões* (corpos cercados de filamentos terminado em bola), vão alternando ao redor dos friso com representações botânicas inseridos na reserva e separadas por cordões ou selos, como acontecia na porcelana chinesa.

129 HENRIQUES, Paulo. *António Capucho – Retrato do Homem através da Coleção Cerâmica Portuguesa do séc. XVI a século XX*. Livraria Civilização Editora. Barcelos, 2004, p.63

130 CALADO, Rafael e LIMA, Maria. *Faiança Portuguesa, Roteiro Nacional de Arte Antiga*. Museu Nacional de arte Antiga. Lisboa, 2005, p.18

131 SANTOS, Reynaldo. *Oito Séculos de Arte Portuguesa História e Espírito*, Empresa Nacional de Publicidade, Terceiro Volume, Lisboa, 1970, p.15

Os motivos são distribuídos pela aba e covo, mas é nesta última zona que auferem o maior protagonismo e onde se desenvolvem as composições mais criativas e originais.

Surgem as mais ímpares representações: temas mitológicos, figuração de animais, símbolos heráldicos, decoração vegetalista, figuração humana do tipo ocidental nomeadamente galantes caçadores, soldados, damas, etc., ou elementos de encomenda, como por exemplo brasões e escudos de armas.

A influência chinesa sempre coabitou em completa harmonia com as decorações Europeias, fazendo-se sentir nas paisagens estilizadas que rodeavam a representação central, o motivo mais importante das composições “ (...) saborosa miscelânea em que o pintor evidenciou a nova realidade por ele criada deixando subjacente a imagem do gosto pela delicadeza do exotismo.”¹³²

Reynaldo dos Santos classificou no último quartel do séc. XVII todas as peças que, a seu ver, já não tinham qualquer influência chinesa e a propósito escreveu: “ O último ciclo evolutivo das faianças do século XVII caracteriza-se pelo desaparecimento de temas chineses. Os novos temas são nacionais, alguns idênticos aos que surgiram nos azulejos, como as rendas (também frequentes em Espanha) e outros, como o das três contas dentro de um semi-círculo, que eram apenas um motivo ocasional e acessório nos grupos anteriores, passaram a dominar a decoração como tema capital.”¹³³

No Finais séc. XVII registam-se temas europeus de cabeças femininas (como motivos centrais), juntamente com cercaduras tipo rendas, orlas de três contas, geométricas, etc.

132 CALADO, Rafael. *Breve Historial da Faiança em Portugal*. in. Itinerário da Faiança do Porto e Gaia”, Instituto Português dos Museus, Lisboa, 2001, p.19

133 SANTOS, Reynaldo. *Oito Séculos de Arte Portuguesa História e Espírito*, Empresa Nacional de Publicidade, Terceiro Volume, Lisboa, 1970, p.46

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

A família de rendas, vulgarmente conhecida por *pena de pavão*, foi fundamentalmente muito utilizada nas composições ornamentais dos albarelos ou mangas de botica, produzidos pelas oficinas de faiança quinhentista na Toscana, na Úmbria e na Emília Romana.

No início do séc. XVIII, sem possibilidade de competirem com o fluxo crescente da cerâmica europeia que começara a chegar ao país, os centros de fabrico registam dificuldades, a produção estagna e entram em declínio.

A faiança portuguesa passou a ser produzida para o mercado interno, sofrendo alterações sensíveis e ganhando características diferentes da anterior produção destinada à exportação.

Se por um lado baixou o nível de exigência, no que respeita a qualidade e delicadeza de pintura, tornou-se muito mais livre, espontânea e pujante na sua rusticidade. Os motivos iniciais foram-se depurando e o desenho foi sendo alterado com rígidos e escuros contornos em tom vinoso de manganês, afastando-se do figurino original para ganhar uma expressão barroca, cada vez mais independente à medida que atinge o final do séc. XVII.

As influências cosmopolitas e o desenvolvimento industrial aquando da renovação pombalina, conferem à faiança um carácter alegre e inovador.

Ao vocabulário neoclássico juntam-se os motivos exóticos sino-portugueses ou indo-portugueses e inclusive, chinoiseres.

A faiança portuguesa pré-pombalina reflecte o ambiente da época e o gosto pelo decorativo. O fomento criativo, suscitou soluções novas ou reformulações originais perfilhando as tendências /matrizes estéticas europeias, nomeadamente de Inglaterra, França e Itália.¹³⁴

134 BLAETTLER, Roland. *La Céramique portugaise: premières impressions d'un néophyte - Cerâmica portuguesa: as primeiras impressões de um neófito*. in. *Céramique du Portugal du XVIe au XXe siècle = Cerâmica Portuguesa do século XVI ao século XX*, Museu Nacional do Azulejo, 1ª edição, Lisboa, 2004

A arte ocidental triunfa na cerâmica pela influência da arte e da moda francesa no séc. XVIII. As íntimas relações comerciais que Portugal manteve com a Normandia desde o séc. XIV e por todo o séc. XV, dominaram todo o país e avassalaram as reminiscências chinesas.¹³⁵

Os ceramistas deixaram-se seduzir pelas formas curvilíneas que perpetuaram até ao início do séc. XIX, sendo a decoração geralmente monocromática a azul ou vinoso, predominando os elementos florais e as faixas, ditas de *Rouen*, que contemplaram a preferência dos nossos artistas.

No final do séc. XVIII e princípios do séc. XIX, período coincidente com o reinado de D. Maria I (1777-1816), o estilo predominante era o neoclássico caracterizado pelas decorações lineares, fundos lisos, medalhões, grinaldas, pássaros e paisagens à moda do pintor Francês Jean Pillement e manteve-se “(...) como sinónimo de requinte. Quando associados a motivos decorativos orientalizantes, conferiam à cerâmica nacional um toque de exotismo, característica constante da produção desde os primeiros exemplares seiscentistas”.¹³⁶

135 VASCONCELLOS, Joaquim. *A cerâmica Portuguesa e a sua Aplicação Decorativa*. Biblioteca de Instrução Profissional, Lisboa, 1907

136 HENRIQUES, Paulo. *António Capucho – Retrato do Homem através da Coleção Cerâmica Portuguesa do séc. XVI a século XX*. Livraria Civilização Editora. Barcelos, 2004, p.120

1.4 O desenvolvimento dos grandes centros cerâmicos

Em Portugal, apesar de gozarmos de boas matérias primas em todo país, da aptidão e do engenho do nosso oleiro, “(...) faltava-nos a instrução, os capitais, e os transportes económicos sem os quais é impossível sustentar-se, progredir e florescer qualquer industria.”¹³⁷

Ao compararmos o estado da nossa cerâmica portuguesa, no panorâmica europeu e principalmente com a Inglaterra, França, Dinamarca, Alemanha e a própria Espanha constatamos, desde sempre, um desfasamento.

Porém o nosso atraso em relação aos países europeus não foi de todo contraproducente; a fantasia dos nossos artífices soube adaptar as modas em novas expressões, numa riqueza cromática, espontaneidade e ingenuidade únicas. Os elementos foram estilizados até à exaustão, em animados movimentos, como por exemplo na famosa cerâmica dos Ratinhos.

Roland Blaettler no artigo *La Céramique portugaise: premières impressions d'un néophyte*, defende que as grandes inovações tecnológicas do séc. XVIII, como a porcelana e a faiança *pó de pedra* se desenvolveram tardiamente em relação à Europa. A porcelana desenvolveu-se em 1824 pela Vista Alegre e a faiança *pó de pedra*, depois de várias ensaios, só no final do séc. XVIII. O processo da estampagem ou impressão, foi igualmente introduzido em Portugal com um certo desfasamento. Descoberto em 1770 pelos ingleses John Sadler e o seu sócio Guy Green em Liverpool, só em 1790 é que foi adoptado noutros países.

¹³⁷ GIRÃO, Luis Ferreira. *Estudo sobre a indústria cerâmica na 1ª circunscrição dos serviços técnicos da indústria*. Boletim do Trabalho Industrial (Nº67), Imprensa Nacional, Lisboa, 1913, p.4

As produções portuguesas exprimiam-se através da técnica de faiança estanífera, que consiste num revestimento da superfície cerâmica com vidro estanífero, ficando apta para receber directamente a pintura.

As influências estrangeiras foram, desde sempre, marcantes para a produção nacional. Se por um lado os nossos artistas foram sensíveis as influências exteriores copiando muitas vez fielmente estes modelos, souberam também distanciar-se dos mesmos para inventar soluções inéditas numa linguagem “(...) genuinamente lusitana(...)”¹³⁸, afirmando características próprias que permitem a individualização no contexto europeu. Sentem-se influências estéticas da China, Itália, Espanha, França, Inglaterra, entre outros. Estas influências reflectem-se sobretudo na composição do desenho, na policromia, nas técnicas, na composição das pastas, nas inovações tecnológicas. Essas influências são claramente consequência da proximidade geográfica, das relações políticas e comerciais.

“A fase expansionista do sector cerâmico (...)” desenvolveu-se entre 1767 e 1810.¹³⁹ Este sucesso é constatado pelo aparecimento em Portugal de vários centros de cerâmicas: Lisboa, Mafra, Caldas da Rainha, Coimbra, Aveiro, Porto e Prado.

Reynaldo dos Santos no final da sua obra, *Faiança Portuguesa-Séculos XV e XVII*, acusa com justiça a nossa tendência para enumerar, esquecendo-nos da visão histórica que ajuda à compreensão da obra em si. Na digressão histórica através dos centro de produção procuraremos indicar o mais relevante, detendo-nos em algumas particularidades que possam de alguma forma contribuir para o entendimento e desenvolvimento da fábrica do Cojo,

138 BLAETTLER, Roland. *La Céramique portugaise: premières impressions d'un néophyte - Cerâmica portuguesa: as primeiras impressões de um neófito*. in. *Céramique du Portugal du XVIe au XXe siècle = Cerâmica Portuguesa do século XVI ao século XX*, Museu Nacional do Azulejo, 1ª edição, Lisboa, 2004, p.2

139 CALADO, Rafael. *Breve História da Faiança em Portugal*, in. *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Instituto Português dos Museus, Lisboa, 2001, p.21

Em Lisboa e Porto houve uma forte concorrência de fábricas de faiança, criadas nos três últimos decénios do séc. XVIII. Os diferentes ensaios tecnológicos, permitiram uma renovação das formas quer para melhoramento da produção existente, como na criação de novas e variadas propostas, mais ricas em cor. Definiram-se tendências ornamentais que individualizaram os vários centros de fabrico.¹⁴⁰

José Queirós, Luiz Augusto de Oliveira, entre outros ceramólogos, defendem a ideia que as faianças do séc. XVII se dividem dois pólos distintos: Norte e Sul (Porto e Lisboa).

A feitura, o desenho e a acentuada diferença de tonalidades distinguem estas produções. Em Lisboa nota-se a influência das *paisagens à Pillement*, de cores esbatidas e no Norte os tons vivos da floração e a frescura pastoril. Maria Teixeira, no seu artigo *Esboços* para a Revista Museus 1971, admite que as produções do Sul estariam relacionadas com as peças de ourivesaria e logo mais requintadas e os tipos nortenhos influenciados por uma cerâmica mais popular.¹⁴¹

A multiplicidade das fábricas do Norte e os numerosos documentos que existem, permitem traçar com alguma clareza o percurso desta indústria, enquanto que Lisboa vive na sombra da Fábrica do Rato e da influência que esta gerou noutras fábricas.

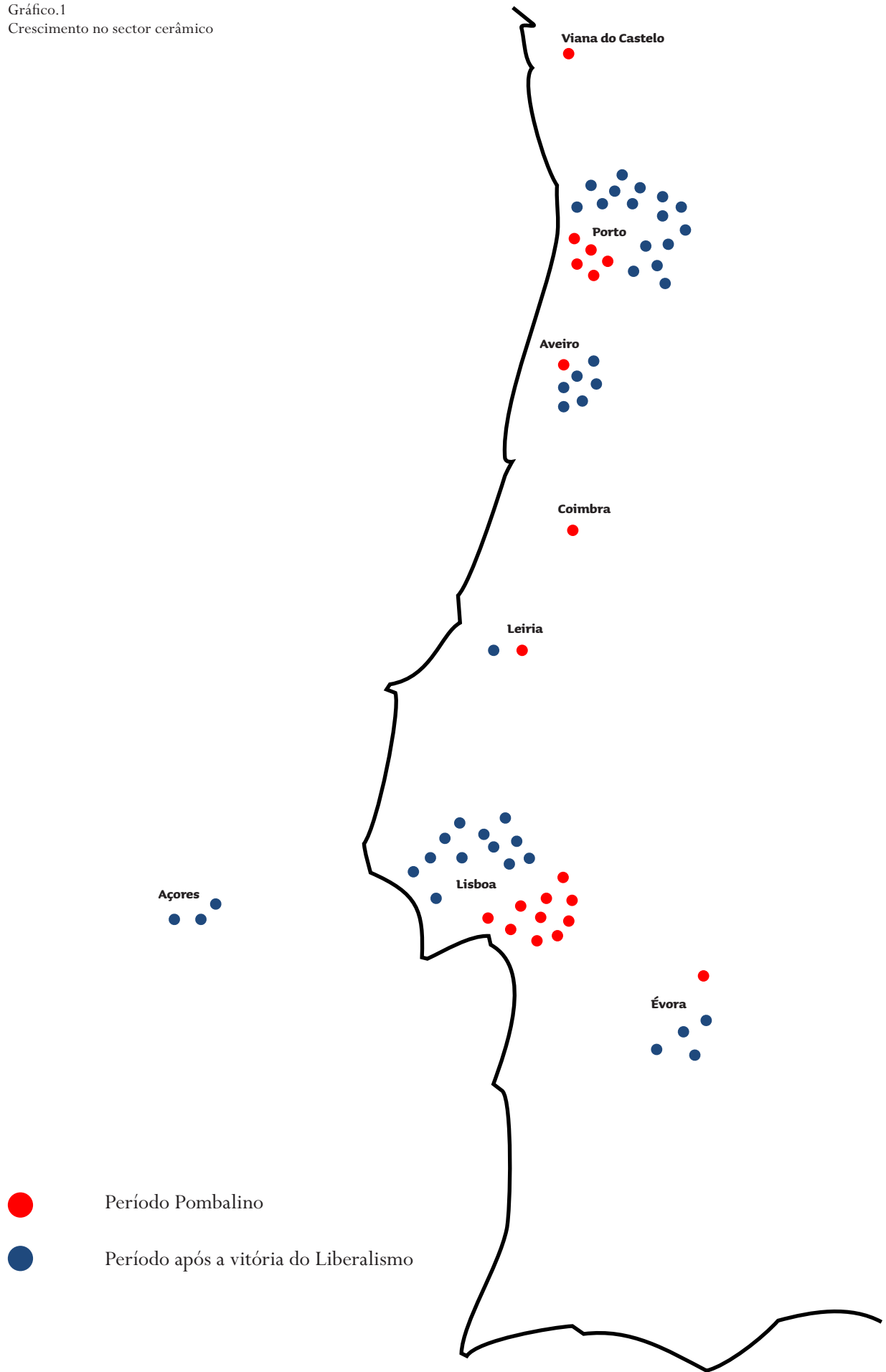
Os centros de fabrico são numerosos; Lisboa, Estremoz, Porto, Gaia, Braga, Coimbra, Viana do Castelo, Aveiro, Juncal, Alcobaça, Mafra. No séc. XVIII “Não exageremos avaliando em 25 a 30 o número de fábricas espalhadas por todo o paiz (...)”.¹⁴²

¹⁴⁰ *Ibid.*, pp. 15-25

¹⁴¹ TEIXEIRA, Maria. *Esboços*. in. MUSEU: Revista de Arte, Arqueologia, Tradições Vol (?), Porto, 1971, pp. 89-97

¹⁴² VASCONCELLOS, Joaquim. *A cerâmica Portuguesa e a sua Aplicação Decorativa*. Biblioteca de Instrução Profissional, Lisboa, 1907, p.11

Gráfico.1
Crescimento no sector cerâmico



- Período Pombalino
- Período após a vitória do Liberalismo

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Não é linear e concisa a cronologia das respectivas fundações. Apesar das persistentes investigações e dados novos, que a espaços têm vindo a ser divulgados, qualquer referência cronológica fica sujeita a revisão. Além disso não pretendemos fazer uma listagem exaustiva das várias manufacturas, apenas demonstrar o bom desempenho e a popularidade da indústria cerâmica Portuguesa.

É possível distinguir dois momentos marcantes na indústria da cerâmica portuguesa que estimularam e reanimaram o crescimento no sector: o período Pombalino responsável pelo aparecimento de um número significativo de manufacturas criadas sob a protecção régia entre 1769 e 1800 e o período após a vitória do liberalismo entre 1832 e 1905, onde o florescimento de uma nova classe e as modernizações tecnológicas no sector apoiadas pelo rei D. Fernando II, fomentaram o interesse pela obra de arte e “(...)o gosto pelo belo (...)”.¹⁴³

A época de exposições universais, em voga na Europa desde os anos 50, contribuíram para uma entusiasmo crescente pela arte.

A política de fomento económico denominado de Fontismo projectou estradas e caminhos de ferro que consequentemente proporcionaram a expansão industrial, financeira e mercantil.

No primeiro período, o impulsionador do progresso foi o Marquês de Pombal, que honrando o trabalho e desejando pôr um freio à nossa decadência industrial, convidou a nação a seguir as reformas económicas. Como exemplo e relativamente ao sector cerâmico, transcrevemos o Alvará Régio de 7 de Novembro de 1770 que limitava a importação de louça estrangeira:

“(...) Hei por bem animar e proteger não só a dita fabrica primitiva, mas também todas as mais que se acharem por diferentes partes deste Reynos estabelecidas e se houverem de estabelecer para o futuro: prohibindo,

¹⁴³ CALADO, Rafael. *Breve Historial da Faiança em Portugal*. in. Itinerário da Faiança do Porto e Gaia, Instituto Português dos Museus. Lisboa, 2001, p.25

como prohibio, a entrada de toda a louça de fora do Reino, à excepção da que vier da Índia e da China, em navios de proprietários portugueses” [...] “E hei outosim por bem isentar de direitos por sahida toda a louça só da primitiva Fabrica, mas também de quaesquer outra de particulares, estabelecidas neste Reino, sendo de igual merecimento (...)”.¹⁴⁴

Publicou alvarás de protecção a todas as fábricas do país, existentes a essa data, e às que se viessem a estabelecer depois, em qualquer ponto do país, “ (...) por iniciativa particular criam-se pelo país fora novas fábricas ou melhor, estabelecimentos dignos deste nome, pois é possível que até então as olarias tivessem o carácter de oficinas caseiras”.¹⁴⁵

Adoptou medidas inspiradas nos melhores modelos europeus, mandou vir mestres e contramestres estrangeiros, (italianos, ingleses e franceses) que instruísem os nossos operários, equipou os meios de produção e estimulou as manufacturas pela concessão de diversos privilégios. Pretendia um sector moderno competitivo, capaz de enfrentar a concorrência e pôr fim aos produtos importados particularmente da Inglaterra.

Em 10 de Dezembro de 1783 publicou outro alvará, que permitia a entrada de louça amarela da Inglaterra, enquanto as nossas fábricas não manufacturassem louça semelhante.

Jorge Macedo (1982) em *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII* refere que as proibições ordenadas por Marquês não foram seguidas à risca, mas o certo é que surtiu efeito no campo de melhoramento e aumento da nossa indústria manufactureira.

144 Pombal. *Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal, Volumes 1-2*, [disponível em <http://books.google.pt/books?id=-B9FAQAAMAAJ&pg=RA1-PA288&dq=animar+e+proteger+n%C3%A3o+s%C3%B3+a+dita+fabrica+primitiva&hl=en&sa=X&ved=0CCcQ6AEwAWoVChMit-aZpNP5xwIVgdUUCh1vRAXS#v=onepage&q=animar%20e%20proteger%20n%C3%A3o%20s%C3%B3%20a%20dita%20fabrica%20primitiva&f=false>] [consultado em 3 /8/15, 16:50:00]

145 TEMUDO, Fortunato. *Estudo sobre actual da indústria cerâmica na 2a circunscção dos serviços technicos da industria*, Imprensa Nacional, Lisboa. 1905, p.6

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

José Queiroz no seu valiosíssimo contributo para o estudo da cerâmica, regista que além da Real Fábrica do Rato (1767), surgem sob o auspício Pombalino outras manufacturas em Lisboa entre 1769 e 1800, como a Fábrica da Travessa dos Ladrões, a Fábrica de Belas, a Fábrica da Panasqueira, a Fábrica de Santo Amaro, a Fábrica da Senhora do Monte, a Fábrica da Bela Vista, a Fábrica do Mocambo, a Fábrica da Bica do Sapato e a Fábrica do Largo das Olarias.

No Norte do país, onde surgiu a maior concentração de fábricas destacam-se no Porto a de Massarelos (1763) e Miragaia (1775), em Vila Nova de Gaia as do Cavaquinho (que englobava duas unidades de produção), uma de faiança (1780) e outra de pó de pedra (1786), Santo António de Vale de Piedade (1785) e Fábrica da Afurada (1789).

Em Viana do Castelo, a Fábrica de Darque fundada em 1774, distingue-se pelas características duma decoração muito personalizada.

No centro do país destaca-se a actividade da Fábrica do Juncal em Leiria, a do Rocio de Santa Clara e a oficina António da Costa Briosa em Coimbra, e a Fábrica do Cojo em Aveiro.

Nas Caldas da Rainha desconhecem-se as datas da instalação das manufacturas, porém os vários vestígios indicam produção.

A Fábrica da Viúva Antunes em Estremoz, documentada até 1808, produziu peças de gosto neoclássico seguindo de perto a *decoração à Pillement* da Real Fábrica de Louça.

Após o promitente desenvolvimento da cerâmica, o país registou períodos que nada favoreceram o sector cerâmico.

As Invasões Francesas (1807-1811) conduziram a uma violenta crise e provocaram volumosos prejuízos em todas as unidades fabris obrigando ao encerramento de um número considerável manufacturas.¹⁴⁶ A desorganização

¹⁴⁶ CF. CALADO, Rafael. *Breve Historial da Faiança em Portugal*. in. Itinerário da Faiança do Porto e Gaia, Instituto Português dos Museus. Lisboa, 2001

e a extenuação afectaram o recrutamento do pessoal, o abastecimento de matérias primas e o escoamento de artigos.¹⁴⁷

O Brasil constituiu um dos mercados privilegiados das nossas indústrias, amparado pelas medidas proteccionistas começadas no tempo do Marquês de Pombal e prosseguidas no reinado de D. Maria I.¹⁴⁸ Porém os decretos de 1808 e 1810 terminaram com o exclusivo mercado nacional abrindo-o ao comércio exterior, especialmente aos produtos ingleses, acelerando o declínio das nossas fábricas de cerâmica.

A guerra civil de 1832-1834 entre os apoiantes de D. Miguel, príncipe conservador que pretendia manter as ideias absolutistas e o rei D. Pedro IV defensor dos ideais liberais, gerou nova crise que envolveu o país todo durante largos anos, nada contribuindo para desenvolvimento do sector.¹⁴⁹

O advento do liberalismo trouxe a liberalização do mercado e novos processos mecânicos que vieram revolucionar a produção.

A imponência da manufactura suscitava o entusiasmo. A faiança industrializada designada de *pó de pedra*, usando novas pastas liquefeitas para encher os moldes rapidamente inundou o mercado nacional pelo seu preço e características em termos de resistência. Devido à forte concorrência inglesa e ao enorme sucesso das faianças em *pó de pedra*, a solução seria adaptar as suas produções ao mercado e começar a fabricar os modernos produtos em *pó de pedra* decorados por decalques impressos, como foi o caso da Fábrica de Miragaia. Motivados pela concorrência e pelo estímulo de D. Fernando II, foram reabilitadas antigas manufacturas e criadas novas unidades fabris. “A

147 CF. LEÃO, Manuel. *Pintores Cerâmicos*. in MUSEU : Revista de Arte, Arqueologia, Tradições Vol (12), Porto, 2003

148 BLAETTLER, Roland. *La Céramique portugaise: premières impressions d'un néophyte - Cerâmica portuguesa: as primeiras impressões de um neófito*. in. *Céramique du Portugal du XVIe au XXe siècle = Cerâmica Portuguesa do século XVI ao século XX*, Museu Nacional do Azulejo, 1ª edição, Lisboa, 2004, p.2

149 *Ibid.*, p.7

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

cerâmica portuguesa da segunda metade do século XIX até o início do século XX, acabou por atingir bom nível e bastante prestígio.”¹⁵⁰

Portugal reinterpretou, de modo hábil, as inspirações veiculadas pelo Romantismo internacional do séc. XIX e no século seguinte adaptou os modelos cosmopolitas e urbanos da cerâmica Arte Nova e Art Deco, respondendo às expectativas da clientela portuguesa.

Após a vitória do liberalismo, os estudos de José Queiroz entre 1832 e 1905 revelam o aparecimento de outras indústrias em Lisboa como a Fábrica do Roseira na Calçada dos Cesteiros, a Fábrica Constância, Fábrica do Mestre Miguel, Fábrica de António da Costa Lamego (depois Viúva de Lamego), Real Fábrica de Louça de Sacavém, Fábrica da Abrigada, Fábrica de Santa'Anna, Fábrica da Fonte Santa, Fábrica de Alcântara, Fábrica de Louça do Desterro, Fábrica de Produtos Cerâmicos de Campolide e a Fábrica da Rua de Campo de Ourique.

O estudo de Pedro Vitorino entre 1834 a 1900 refere no Porto a fundação de várias unidades fabris nomeadamente a Fábrica da Bandeira, a Fábrica da Torrinha, a Fábrica do Carvalhinho, a Fábrica Fervença, a Fábrica Senhor de Além, a Fábrica da Rua do Almada, a Fábrica das Palhacinhas, a Fábrica do Candal, a Fábrica Pereira Valente, a Fábrica Santo Ovídio, a Fábrica de Monchique, a Fábrica de Entre Quintas, a Fábrica Alto da Fontinha, a Fábrica do Monte do Cavaco, a Fábrica do Choupêlo, a Fábrica das Devesas e a Fábrica dos Grilos.

Em Aveiro surgiu neste período a Fábrica da Fonte Nova.

Nas Caldas da Rainha notabilizou-se, além de outras, a Fábrica de Faianças de Rafael Bordalo Pinheiro.

150 CALADO, Rafael. *Breve Historial da Faiança em Portugal*. in. *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Instituto Português dos Museus, Lisboa, 2001, p.22

No Alentejo, mereceram referência as faianças de carácter popular de Joaquim Aleixo em Viana do Alentejo (1860-65), a oficina “Médico Sousa” no Redondo (1893) e a oficina do Comendador António Rui Gomes (1868).

Nos Açores mereceram especial referência a Fábrica de Louça Progresso Angrense (1886) e a Fábrica de Bernardino da Silva (1862), respectivamente localizadas na cidade de Angra de Heroísmo e na Ilha de S. Miguel. Ainda nos Açores, mais concretamente na povoação de Vila Franca do Campo, salientou-se a Fábrica de Cerâmica da Lagoa (1872).

Esta mancha industrial aqui referida, produziu em quantidade e qualidade, desde o simples alguidar à finíssima louça. A multiplicidade de fábricas gerou concorrência e competitividade entre elas, aperfeiçoaram-se as obras e os preços adequaram-se em consonância.

Seja na oficina pobre das obscuras pucareiras, ou nas muflas e fornos de altas temperaturas das grandes fábricas, depois de trabalhado pela mão do homem, a matéria prima deixa de ser barro informe, estéril e escorregadio, para se tornar objecto de grande valor. Anónima e mal amada durante vários séculos por ser frágil e destinada a usos doméstico, vários escritores afirmaram nesta arte justos valores e destinaram-lhe lugar de importância. Hoje são consideradas valiosíssimas manifestações artísticas, que produzem estima entre os demais coleccionadores e museus.

Capítulo II
Contexto
sociocultural
no séc. XVIII



Figura 9.
Pormenor decorativo (A-6)

“ A industria nacional existente teve, na primeira metade do século XVIII, épocas e localidades de florescimento e como consequência, protectores. É verdade que, muitas vezes, a um período de florescimento se seguia um de decadência, mas no fluir do tempo o progresso não é feito de crescendo continuado, mas dum encadeado de altos e baixos”. ¹⁵¹

¹⁵¹ SILVA, Amélia. *A indústria Portuguesa na primeira metade do séc. XVIII*. A.P. Silva: Coimbra, 1959, p.75

2.1 A indústria em Portugal no séc. XVIII

Acúrsio das Neves (1983), no livro *Memória Sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa, Considerada nos Seus Diferentes Ramos*, refere que a indústria é a base principal da força e prosperidade dos Povos, contudo não frutifica senão auxiliada por um bom governo e reformas bem meditadas.¹⁵²

O atraso da manufactura portuguesa, o comércio externo e o desinteresse pelos problemas do mercado interno, conduziram à estagnação industrial do país.¹⁵³

A multiplicidade de medidas, tomadas no sentido de alcançar novos meios financeiros, exprimiu uma consciência de governação quanto à necessidade de uma acção directa; defendia-se a formação de grémios de fabricantes, reivindicavam-se alguns privilégios fiscais.

O fomento industrial pombalino tinha por objectivo a completa renovação da nossa estrutura industrial, mas Jorge Macedo (1982) afirma que houve sim, uma reestruturação da realidade industrial pré-existente: novos esquemas de organização produtiva, concentração da matéria prima, regulamentação da sua transformação, venda e sistemas de cobrança de impostos. As poucas unidades de manufactura, com uma estrutura, uma organização administrativa, com um corpo de artífices de variada especialização, eram segundo o mesmo autor apenas quatro: tecelagem de

152 NEVES, Acúrsio. *Memória Sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa, Considerada nos Seus Diferentes Ramos*, Quercó, Lisboa, 1983, p. 7

153 MACEDO, Jorge. *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*. Editorial Quercó, Lda. Lisboa, 1982, pp.21-57

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

seda, fundição, construção naval e a amoedação. Existiriam outras, porém os dados não são seguros.¹⁵⁴

A descrição feita pelo Padre Carvalho da Costa, nos três volumes da obra escrita em 1708, faz referência às várias manufacturas das províncias portuguesas espalhadas desde o Minho ao Algarve, colocando de lado a ideia errónea do deserto industrial português.¹⁵⁵

As oficinas industriais instalavam-se criteriosamente em zonas de fácil acesso à matéria prima, e onde as vias de comunicação e abundância de água se verificavam.

As grandes produções, mencionadas na Alfândega de Lisboa e que constituíam a base da economia portuguesa no séc. XVIII, eram a tecelagem de lã, linho e seda, a extracção de madeiras, a construção naval, o vinho, o sal e o azeite.

Distribuída pelo país, a indústria de tecelagem de lã encontrava-se em laboração em zonas que se centralizavam em Torre de Moncorvo, Guimarães, Lamego, Pinhel, Porto, Guarda, Covilhã, Fundão, Castelo Branco, Coimbra, Portalegre, Santarém, Minde, Lisboa, Redondo e Castelo de Vide. As saboarias distribuíam-se por Alandroal, Guarda, Lamego, Viseu, Porto, Montemor-o-Velho, Pombal, Coimbra, Castelo Branco, Resende, Alenquer, Lisboa, Alameda, Portalegre, Campo Maior, Aviz, Borba, Reguedos, Elvas, Terena, Vila Viçosa, entre outras. As ferrarias encontravam-se em Carviçais, Penela, Figueiró, Barcarena, Arruda dos Vinhos, Tomar, Elvas, Évora entre outras. O linho no Minho, Douro, Coimbra, Santarém. Couros e calçado, armas, construção naval, madeiras, olaria, azulejo, construção civil, sal, distribuíam-se igualmente por todo o país.

154 Ibid., pp. 61-124

155 Esta obra descreve todo um Reino fornecendo conteúdos para a História de Portugal. Relativo à Aveiro Carvalho da Costa publicou e distribuiu pelos seguintes capítulos: *Da descrição topográfica da Villa de Aveiro; Dos conventos, que tem esta Villa de Aveiro, & de seus Fundadores; Da Nobreza desta Villa, privilegios, & suas grandezas; Das pessoas naturaes desta Villa, que florecerão em santidade, virtude & letras; Das pessoas naturaes de Aveyro, que occuparão postos nas guerras; Da fundação e etymologia da Villa de Aveyro; Do termo da Villa de Aveyro.* COSTA, P^a Carvalho. *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, 3 tomos, Of. de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1708

2.2 *A indústria da cerâmica em Portugal*

A indústria cerâmica teve carácter caseiro até aos primeiros anos do séc. XVIII, “ (...) subordinada às matérias primas dessa região ou de regiões vizinhas [...] começou por ser doméstica, fazendo face às necessidades locais do momento e que depois, pouco a pouco, se foi concentrando em determinadas localidades ricas de matérias primas com maiores facilidades de comunicação, situadas nos cruzamentos das melhores vias, com possibilidades técnicas, etc.”¹⁵⁶

Na estrutura das oficinas intervêm todos os elementos da família, tal como retratam as cantigas dos oleiros ou paneleiros de Miranda do Corvo:

Meu sogro é paneleiro
Minha sogra faz panelas;
Minha cunhada Maria
Amassa o barro pra elas.
Meu amor é paneleiro
Paneleiro faz panelas
Cada vez que me bem ber
Traz-me uma carrada delas.¹⁵⁷

Ainda sobre este assunto, Joaquim Selles Paes de Vilas-Boas regista em 1943 na localidade de Vagos várias oficinas “(...) como forma subsidiária de equilíbrio do orçamento familiar [...] Francisco Ferreira Regalado e Viúva

¹⁵⁶ SILVA, Amélia. *A indústria Portuguesa na primeira metade do séc. XVIII*. A.P. Silva: Coimbra, 1959, p.6

¹⁵⁷ FERNANDES, *A loiça preta em Portugal: Estudo histórico, modos de fazer e de usar*, [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24904/2/Tese%20de%20Doutoramento_Isabel%20Maria%20Fernandes_2012_parte%20I.pdf] [consultado em 30 /7/15, 17:50:00]

de António Ferreira Regalado (...). Este “(...) ar de parentesco (...)” foi registado igualmente em Guimarães, Barcelos, Canha e Malhada Sorda, concluindo-se ao carácter familiar desta actividade. Com o incremento, na segunda metade do século XVIII, da produção de faiança em Portugal os oleiros entraram em decadência.¹⁵⁸

No final do séc. XVIII este sector produtivo deixa de assentar nesta estrutura familiar de 2 ou 3 compartimentos (preparação da matéria prima, modelação, e cozedura) para se estabelecer numa estrutura fabril, com maior especialização, melhor estruturação da produção e circulação da cerâmica. “À medida que os inventos se sucediam e aplicavam, as alterações iam-se tornando cada vez mais profundas, tanto na organização técnica como no rendimento de trabalho.”¹⁵⁹

Na indústria da cerâmica os inconvenientes de transporte faziam dispersar a indústria, sendo vários os centros de fabrico de cerâmica que se distribuem de norte a sul do país. As péssimas comunicações terrestres tornavam o produto mais caro da costa para o interior. Assim limitados pelos acessos e pela própria qualidade resumiam o comércio a zonas próximas de consumo.

Sob as mediadas proteccionistas de Marquês de Pombal, aparecem novas indústrias enraizadas numa herança de tradição, dispostas a lutar contra a concorrência estrangeira, dando-lhe maior desenvolvimento.

Porém, segundo Jorge Macedo (1982), não existe a criação de uma indústria de cerâmica, mas sim uma reorganização da estrutura, com normas de fabricos que defendiam a qualidade.¹⁶⁰ Houve uma ampliação das indústrias existentes sob modelos de inspiração italiana, francesa ou inglesa.

158 VILAS-BOAS, J. S. Paes. *A região de Aveiro e as olarias*. in. Arquivo do Distrito de Aveiro. Vol 12, nº 45, Aveiro, 1946, pp. 33-39

159 MACEDO, Jorge. *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*. Editorial Quercus, Lda. Lisboa, 1982, p.169

160 *Ibid.*, pp.169-231

2.3 *A arte e a indústria*

A aliança entre a arte e a indústria surge em todo o ocidente europeu durante a segunda metade de Oitocentos. “Aspirava-se a uma sociedade igualitária ligada à ideia de progresso social derivado da industrialização e entendia-se a arte com *motor* de modernidade”.¹⁶¹

Charles Lepierre (1899) no livro *Ceramica Portuguesa Moderna* transcreve o sentimento de Augusto Gonçalves, director da Escola Industrial Brotero, sobre a faiança de Coimbra “ Não é propriamente no fabrico, na technica, que está o defeito capital [...]o que faz reclamar é a penúria da arte [...] O que falta à louça de Coimbra é o gosto e desenho, tanto na forma, como na pintura.” [...]“ O que fica averiguado é que nas olarias de Coimbra ha actividade intelligencia e aptidão. O que falta? Falta instrucção; falta desenho; educação sufficiente para bem saber que na arte decorativa é necessario tirar a maior somma de effeitos com a menor quantidade relativa de elementos [...] Depois disto, o que se pede é a conservação de temas antigos, para servirem de base a concepções de gosto moderno [...] É n’isto que consistirá a arte do oleiro quando a instrucção do trabalho, simples metaphora em voga, se incarnar n’uma forma definitivamente pratica, para bem da arte, da regeneração completa dos costumes e dos interesses.”¹⁶²

O ensino do desenho industrial, foi descuidado em prol da rotina das formas e das decorações, que se conservavam rudimentares. “(...) o fabricante

161 SANTOS, Paula ; REIS, Ana. *Os museus de Arte de Lisboa e Porto e a sua relação com as artes industriais e o ensino artístico no século XIX*. MUSEU : Revista de Arte, Arqueologia, Tradições, Porto, 2000, p. 194

162 LEPIERRE, Charles. *Estudo Chimico e Technologico sobre a Ceramica Portuguesa Moderna*, Imprensa Nacional. Lisboa, 1899, p. 127

é rotineiro; incontestável; Crysallisou; o resultado é que a sua industria definha de dia para dia.”¹⁶³

Após a exposição de 1882, a tomada de consciência por parte da classe governativa portuguesa para a necessidade de investir no ensino público e na criação de quadros técnicos capazes de dar resposta às novas exigências industriais, levou à criação de escolas industriais e de desenho industrial em vários pontos do país. Assim foi criada a Escola de Desenho e Modelagem aplicada às indústrias, que propunha o desenho como base de todas as artes e ofícios defendendo que é “(...) pela educação artística que este culto compreende, que a produção industrial se especializa, se valoriza pela originalidade característica do producto e transforma pela prosperidade, unicamente determinada pelo ensino (...)”.¹⁶⁴

Aveiro não foi excepção e em resposta às necessidades e desejos expressos pelos fabricantes de cerâmica locais, foi criada em 1893 a Escola de Desenho Industrial. Inaugurada em 11 de Agosto de 1894, iniciou a sua actividade no ensino do desenho, (Desenho Geral Elementar, Desenho Ornamental e Modelação) em edifício situado no Largo do Cojo. Alguns anos mais tarde é transferida para a Casa dos Arcos, antigo moinho de maré, sito no Ilhote do Cojo. Francisco Augusto Silva Rocha (1864-1957), arquitecto, professor de desenho e director da referida escola industrial, foi o responsável pela remodelação do edifício. A nova Escola Industrial foi mandada construir pelo Ministro da Cultura, António Arroyo, que era amigo e admirador de Silva Rocha. A inauguração teve lugar no dia 3 de Novembro de 1903, sob a designação de Escola Industrial de Fernando Caldeira .

163 LEPIERRE, Charles. *Estudo Chimico e Technologico sobre a Ceramica Portuguesa Moderna*, Imprensa Nacional. Lisboa, 1899, p. 126

164 ORTIGÃO, Ramalho. *O Culto da Arte em Portugal*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1917, p.195

2.4 Notas sobre as principais congéneres do Cojo

As notas respigadas dos estudos de Joaquim de Vasconcelos (1907), Dr. Luiz de Oliveira (1915), Pedro Vitorino (1930), José Queirós (1987) entre outros, sobre as principais manufacturas de cerâmica em Portugal, fundamentam as reflexões e desenvolvimento de possíveis conjecturas do percurso da Fábrica do Cojo.

2.4.1 Real Fábrica do Rato

Sob o auspício pombalino, foi fundada em 1767 a Real Fábrica do Rato, considerada o expoente máximo desta nova geração e deste novo ciclo de fabrico de cerâmica em Portugal. “O espírito que presidiu à organização da Fábrica reflecte , na perfeição, a ambição e o voluntarismo pombalinos”.¹⁶⁵

Foram criados centros de formação e ensino, que transmitissem os modernos conhecimentos estéticos e tecnológicos para promover a preparação da técnica indispensável à modernização de vários outros centros produtores espalhados por Lisboa e pelo país.

A Real Fábrica de Faiança destinava-se a produzir louça de grande qualidade artística, ao nível do que melhor se produzia na Europa. A falta de aptidão das várias gerências levou ao encerramento da fábrica em 1837.

O seu primeiro mestre Tomas Brunetto/Verolli (1767-1771), de origem italiana (Turim), concretizou propostas inovadoras para o panorama da cerâmica de então. O seu segundo período foi sobejamente influenciado pelos mestres Sebastião de Almeida/Severino da Silva (1771-1779).

¹⁶⁵ Blaettler, R. (2004) La Céramique portugaise: premières impressions d'un néophyte - Cerâmica portuguesa: as primeiras impressões de um neófito._In: A. Mântua. “Céramique du Portugal du XVIe au XXe siècle = Cerâmica Portuguesa do século XVI ao século XX , Museu Nacional do Azulejo , 1ª edição, Lisboa p.16

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

As invasões francesas e a concorrência da louça Inglesa, interromperam a prosperidade da Fábrica, a qual iniciou um período de decadência (1817-1835) que, agravado pela instabilidade política do país e por conflitos internos, acabaria por conduzir ao seu encerramento.

Nas decorações destacam-se os motivos de *Rouen*, também em voga em Massarelos, Viana ou Estremoz. Numa fase posterior regista-se um despojamento da sua decoração, formas menos ousadas, onde predomina a cor azul.

2.4.2 Fábrica António da Costa Briosa

As oficinas de Coimbra durante parte do séc. XVIII, continuaram a produzir uma faiança muito rústica que ganhou particular poder expressivo, ao caricaturar de forma espontânea os temas barrocos. Veio a tornar-se inconfundível nos seus esmaltes, cores e decorações. Ficou conhecida por *louça de brioso*, posteriormente por *ratinhos* tendo-se disseminado por todo o país especialmente nas Beiras e Alentejo. Adelino António das Neves e Melo escreveu que “subsiste a pintura a esponja e pincel, conservando-se ainda os antigos padrões, que representam geralmente aves exóticas de plumagem brilhante sobre um fundo de grandes fetos verdes.”¹⁶⁶ Charles Lepierre (1899), foi o primeiro a designar esta louça de menor qualidade técnica como *faiança ratinha*; *Pré-ratinhos*, designa os primeiros exemplares desta produção monocromática a azul, ou pintados apenas a verde, azul e manganês.

Joaquim Vasconcelos viu nesta tipo de louça “ (...) a única faiança nacional que representa hoje, claramente, a tradição oriental, e diremos, particularmente, a influencia do estylo árabe”.¹⁶⁷

166 MELO, Adelino. Apontamentos para a *história da Cerâmica em Coimbra*. Coimbra, 1886, pp.47-48

167 VASCONCELOS, José Leite de. *Etnografia Portuguesa*, INCM, Lisboa, 1988, p. 562.

2.4.3 Fábrica do Rocio de Santa Clara

O Italiano Domingos Vandelli, contratado em 1765 pelo Marquês de Pombal, fundou em Coimbra no ano de 1784 a Fábrica de Cerâmica do Rocio de Santa Clara. Aí foi produzida a conhecida *louça de Vandell*, ao gosto europeu, em contraste com a castiça louça de Brioso.

A decoração consistia sobretudo em ramos de flores mais ou menos elaborados, rosas, tulipas e folhas na parte central. Nas orlas, simples traços e uma série de pontos espaçados formando cercaduras. Além disso adoptou outro tipo de pintura que depois se generalizou e imprimiu carácter próprio à louça de Coimbra; o ramo solto com laço vermelho e azul.

2.4.4 Fábrica do Juncal

Foi criada em 1770 próximo de Alcobaça, pelo artista de estuque José Rodrigues da Silva e Sousa. Em 1781 recebeu um notável impulso, pela vinda do ceramista José Luís Fernandes da Fonseca que tinha afinidades técnicas com Costa Brioso. Caracterizou-se sobretudo pela sobriedade de motivos inspirados em interpretações vegetalistas que recordam avencas e fogos de artifício, pintados em azul forte ou em roxo vinoso sobre o esmalte espesso. A fábrica laborou cerca de cem anos. Muito afectada pelas invasões Francesas, acabou por fechar em 1876.

2.4.5 Fábrica de Miragaia

Fundada em 1775, por João da Rocha, passou por sucessivas fases tanto de fabrico como de técnicas. Luiz d'Oliveira (1920) refere em relação à boa qualidade da faiança que “a certa distancia chegaram a confundir-se as peças de faiança ali fabricadas com as originais porcelana”.¹⁶⁸

“No ano de 1827 foi experimentada, com feliz resultado, a fabricação de louça de pó de pedra semelhante a inglesa, especialmente a de Davenport e Herculaneum”.¹⁶⁹ Miragaia iniciou a transição da pintura manual para a

168 OLIVEIRA, Luiz Augusto de. *Exposição retrospectiva de Cerâmica Nacional em Vianna do Castelo no ano de 1915. Breves Estudos por Luiz Augusto de Oliveira*, O Comércio do Porto, Porto, 1920 p. 130

169 VITORINO, Pedro. *A cerâmica Portuense*, Editora Apolino, Gaia, 1930, p.20

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

pintura de estampilha, “(...) sempre teve uma grande aceitação ao nível do público, procurando ir ao encontro do gosto da época o que passava, muitas vezes, pela cópia de modelos estrangeiros e procurando manter níveis de qualidade superior nos vidrados e pinturas.”¹⁷⁰

A sua produção com características próprias e as marcas, permitem uma classificação rigorosa das peças ao longo dos diferentes períodos de actividade. Nas peças marcadas registamos a presença das letras R, M, ou M.P. para designar Rocha Soares ou Miragaia-Porto

2.4.6 Fábrica de Santo António Vale de Piedade

Fundada pelo italiano Francisco Rossi, estava situada no lugar de Vale dos Amores, próximo ao convento dos Frades Antoninos. Acompanhou sempre a evolução do progresso, contrariando a concorrência que vinha de Inglaterra. A sua produção ia desde louça de faiança e de pó de pedra ao grés cerâmico. O Inquérito Industrial, de 1881, refere-se-lhe desta maneira, talvez com exagero, “A pintura é toda de estampilha e os desenhos de invenção dos operários. A extravagância dos contornos, a grosseira da combinação das cores mostram uma arte barbara e grutesca.”¹⁷¹

2.4.7 Fábrica do Cavaquinho

Fundada por Domingos Vandelli possuía pelo seu desenvolvimento, importância e perfeição dos produtos, o título de Real Fábrica. Em 1793 pediram a isenção de direitos de entrada dos seus produtos nos portos do Brasil, como fora concedido às fabricas das sedas e das chitas.

¹⁷⁰ HENRIQUES, Paulo. *António Capucho – Retrato do Homem através da Coleção Cerâmica Portuguesa do séc. XVI a século XX*. Livraria Civilização Editora. Barcelos, 2004, p.118

¹⁷¹ Inquérito Industrial de 1881. p. 296

Em 1786 e na cidade do Porto, Domingos Vandelli constituiu sociedade com João Bernardo Guedes e Diogo José Araújo, com o intuito de “ (...) explorar, pela primeira vez em Portugal, a louça denominada *pó de pedra*. De acordo com a escritura constitutiva da sociedade, Vandelli entrava na empresa com funções que seriam meramente técnicas, fornecendo suas receitas e segredos.”¹⁷²

2.4.8 Fábrica de Viana do Castelo

Instalada na povoação de Darque em 1774, distingue-se por uma decoração muito personalizada. Tal como Massarelos, iniciou a transição da pintura manual para uma pintura de estampilha. “(...) activa entre 1774 e 1855, as formas antropomórficas foram largamente produzidas, procurando sempre aliar a função utilitária ao valor decorativo das peças”.¹⁷³

2.4.9 Fábrica Monte Sinai

Denotando influência sevillhana foi mantendo uma decoração vegetalista em azul, nunca descurando o contacto com os modelos primitivos, ou seja os modelos chineses.

2.4.10 Faianças das Caldas da Rainha de Rafael Bordalo

A Fábrica distinguiu-se pela exuberante produção, rica em representações antropomórficas e animais. Revelou posteriormente influências da Arte Nova.

172 COSTA, António. *Domingos Vandelli (1730-1816) e a Cerâmica Portuguesa*, Publicações do II Centenário da Academia das ciências de Lisboa. Lisboa, 1986, p.18

173 PAIS, Alexandre; PEREIRA, João. *Cerâmica neoclássica em Portugal*. Museu Nacional do Azulejo. Lisboa, 1997, p.239

2.4.11 Fábrica de louça de Massarelos

A data de fundação da fábrica não é precisa, mas os vários estudos situam-na entre 1738 e 1763 pela iniciativa de Manuel Duarte Silva.

Os seus proprietários capitalistas ligados ao comércio ou outras actividades industriais, sem quaisquer raízes na indústria da cerâmica, decidem aplicar o dinheiro no fabrico de faiança. Por este motivo, contrataram mestres e oficiais do ramo, provenientes de outras unidades ou com experiência no fabrico de cerâmica. Foi-se modernizando lentamente, apesar das várias mudanças de donos, alcançado o privilégio de Real, passou a ostentar as marcas R., ou R.F. (Real ou Real Fábrica).

2.4.12 Fábrica do Carvalhinho

Fundada em 1821 empregava o barro de Coimbrões e segundo Queirós “(...) sabemos que foi esta fábrica uma das primeiras que aplicaram, na policromia decorativa dos seus produtos, o vermelho inglês e o verde-esmeralda, a grande fogo, assim como as primeiras gravuras em cobre feitas no país, trabalho do próprio punho do Sr. Cantarino, para a estampagem da ornamentação puramente comercial, motivada pela concorrência estrangeira.”¹⁷⁴

2.4.13 Fábrica da Torrinha

Fundada em Gaia em 1844. Lepierre (1899) refere que durante a gerência da viúva D. Margarida “(...) concorreu a todas as exposições do Palácio de Cristal, obtendo sempre vários prémios, principalmente pela sua louça preta vidrada única que se fabrica no paiz. Fabrica louça de pó de pedra (kaolino), toda a variedade de objectos de uso comum, preta, amarelada, branca, esponjada, pintada(...)”.¹⁷⁵

174 QUEIRÓS, José. *Cerâmica Portuguesa*. Litexa Editora, Lda. Lisboa-Porto, 2002, p.144

175 LEPIERRE, Charles. *Estudo Chimico e Technologico sobre a Ceramica Portuguesa Moderna*, Imprensa Nacional. Lisboa, 1899, p.109

2.4.14 Fábrica de Pereira Valente

Foi fundada por José Pereira Valente em 1884, próxima à Estação das Devesas. Charles Lepierre refere que a “(...)faiança esmaltada e também de vidrado simplesmente plumbífero, sem estanho, que se assemelha, pois, por este lado, à faiança fina, contudo pela pasta, não deixa de ser faiança ordinária.”¹⁷⁶

2.4.15 Fábrica da Bandeira

A data de fundação da fábrica não é precisa, mas os vários estudos situam-na entre 1808 e 1835. Pedro Vitorino (1930) caracteriza-a como uma unidade pequena, de faiança vulgar e louça de uso doméstico onde predomina a pintura policromática e a estampilhagem. Das notas do seu pai, transcreve o seguinte a respeito desta fábrica: “ A louça desta fábrica foi boa, porém nos últimos tempos era muito de feira, não certamente por não a saberem fabricar mas para concorrerem em preço e mercado.”¹⁷⁷

¹⁷⁶ *Ibid.*, p.110

¹⁷⁷ VITORINO, Pedro. *A cerâmica Portuguesa*, Editora Apolino, Gaia, 1930, p.48

Gráfico.2
Principais fábricas de cerâmica em
Portugal no período de 1764 a 1923



Capítulo III
Tradição
cerâmica de
Aveiro



Figura 10.
Par de jarrinhas (R-2)

“ Não é possível pensar Aveiro sem barro. Sem oleiros. Sem azulejo. Sem cor. Muita cor. A alma de Aveiro tem barro nas suas entranhas.”¹⁷⁸

¹⁷⁸ RODRIGUES, Manuel. *Aveiro, cidade de água, sal, argila e luz*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, 2004, p.30

3.1 Contexto sócio-económico e cultural

Aveiro situa-se no centro da planície litoral que se estendeu entre o Douro e o cabo de Peniche.¹⁷⁹ A sua localização foi determinante quer para a fixação do povoamento, quer para o incremento das actividades humanas relacionadas com a exploração do solo e das marinhas.

A primeira alusão a Aveiro e à prática da salicultura, data do ano 959, sendo mencionada no testamento de doação de vários bens da Condessa Mumadona Dias ao mosteiro de Guimarães, sob o nome de *Aluario et salinas*.¹⁸⁰

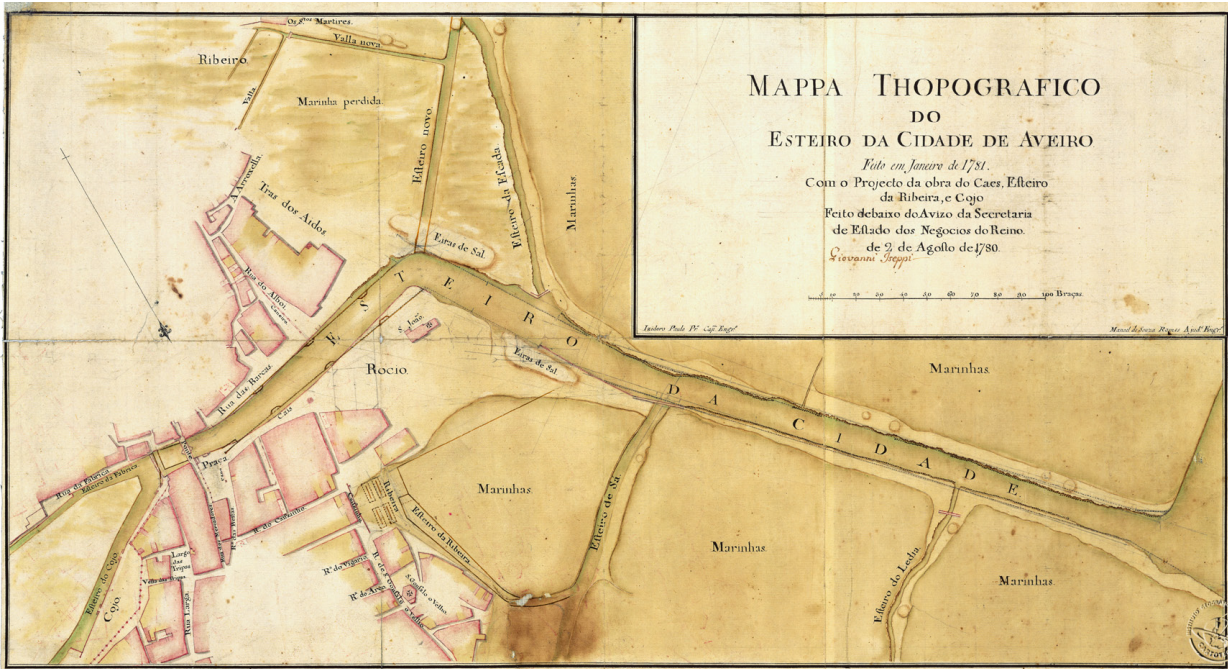
A vila cresceu das condições e da localização geográfica aprazível que lhe dava, “(...) um porto seguro e abrigado.”¹⁸¹ A natureza dos terrenos da laguna que facilitava o fabrico do sal e as vias fluviais marítimas que assumiram uma importância tão grande ou maior que as vias terrestres, projectaram a vila de Aveiro como vila marítima e comercial, tendo dela saído “(...) algumas centenas de navios que anualmente demandavam os portos franceses, flamengos e ingleses.”¹⁸² A sua posição geoestratégica voltou-a para uma navegação internacional e ligou-a às grandes questões europeias e coloniais.

179 GIRÃO, Aristides de Amorim. *Bacia do Vouga, Estudo Geográfico*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1922, pp. 60-68

180 NEVES, Ferreira. *Origem e Etimologia de Aveiro*. in. Arquivo do Distrito de Aveiro. Vol 2, n° 6 Aveiro, 1936, pp. 81-98.

181 BARREIRA, Manuel. *Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: Poder, Pobreza, Solidariedade*. Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Aveiro, 1998, p. 11; O processo de formação da barra de Aveiro foi já estudado por vários geógrafos e historiadores, nomeadamente Alberto Souto, Aristides Amorim Girão, F. Martins Sarmiento etc.

182 *Ibid.*, p. 27



Marques Gomes (1875), benemérito e erudito escritor aveirense, menciona em *Memórias de Aveiro* que “Assim como Lisboa se tornou um dos primeiros portos do mundo, do mesmo modo Aveiro se tornou um dos melhores de Portugal (...)”.¹⁸³

No comércio interno e como alternativa ao mau estado das estradas e as péssimas condições de viagem que se reflectiam no preço final, o rio Vouga e os canais da ria foram preponderantes como um meio rápido e barato. O acesso por barco até Pessegueiro do Vouga constituiu tanto para o Norte como para o Sul “(...) palco de assinalável azáfama por parte de diferenciados tipos de embarcações.”¹⁸⁴

Os mercados como a Feira de Março, foram igualmente decisivos no escoamento dos produtos locais e facilitaram as relações *inter-regionais*, na expansão e reconhecimento da produção industrial.¹⁸⁵

Aveiro pela sua configuração geográfica funcionava como um porto político e transitário comercial, receptor e distribuidor “(...) quer na difusão geográfica dos artefactos do distrito e escoamento da produção, quer na expansão do fabrico e abastecimento em matérias primas.”¹⁸⁶

A natureza das mercadorias transaccionadas entre os portos marítimos e fluviais era diferente: enquanto que pela via fluvial chegavam “(...) cereais, fruta, cera, couros, sebos e ovos (...)” o comércio marítimo era enriquecido pelo “(...) sal, vinho, peixe, cortiça e a cerâmica, produzida localmente no bairro das olarias e no termo da vila.”¹⁸⁷

183 GOMES, Marques. *Memórias de Aveiro*. Tipografia Comercial. Aveiro, 1875, p.70

184 SEMEDO, Énio. *Para uma Geografia de Aveiro*. in. *Histórias de Aveiro- Sínteses e Perspectivas*, Câmara Municipal de Aveiro, 2009. Aveiro, 2009, p. 32

185 CAETANO, Lucília. *Contributo para a história da industrialização no distrito de Aveiro: o inquérito da repartição de pesos e medidas: 1865*. in. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1989, p. 148

186 *Ibid.*, p. 25

187 ARROTEIA, Jorge. *Aveiro: Aspectos Geográficos e do Desenvolvimento Urbano*, Universidade de Aveiro, Aveiro, 1998, p.39

Figura 11.
Mapa topográfico da cidade de Aveiro 1781 (*Com o Projecto da obra do Caes, Efteiro da Ribeira, e Cojo* | IGP, nº381)

Figura 12.
Pormenor da Planta da Cidade de Aveiro 1780-81 (Adaptado de Walter Rossa, 2007)

A sua localização determinou a fixação do povoamento e consequentemente atraiu gentes de fora ligadas ao comércio.¹⁸⁸ Pela sua enorme projecção, D. João I decide cercá-la de muralhas. Mais do que a “(...) função defensiva a sua construção terá sido motivada pela vontade de notabilizar a vila.”¹⁸⁹

Em Maio de 1581 Filipe I de Portugal e II de Espanha elevou a vila de Aveiro à categoria de vila notável atendendo à grandeza da povoação “(...) por ser cercada de muros e enobrecida de igrejas mosteiros e de muitos edifícios e casas nobres (...)”.¹⁹⁰

A muralha não foi obstrução para a expansão de Aveiro. Contudo, o mau estado da barra e as consequentes inundações e deficientes condições de salubridade, viriam a marcar o seu declínio e traduzir-se em elevados prejuízos comerciais. Em 1784 a Câmara Municipal queixou-se que “(...) o comércio estava totalmente desvanecido por falta de capacidade da barra”.¹⁹¹

Em 1808 lavrou-se o auto da abertura da Barra de Aveiro, tendo Miguel Joaquim Pereira da Silva ressaltado que “(...) as águas que cobriam as ruas da praça, desta cidade e os bairros do Alboi e da Praia, abaixaram três palmos de altura dentro de vinte e quatro horas e outro tanto em o seguinte espaço, e em menos de três dias já não havia água pelas ruas [...] e toda a cidade ficou respirando melhor ar por estas providências com que o Céu se dignou socorrê-la e a seus habitantes com esta grande Obra da Barra (...)”.¹⁹²

A segunda Invasão francesa de 1809 gerou uma violenta crise e volumosos prejuízos que “(...) quase que extingue o comércio português.”¹⁹³ Tal como outras cidades, Aveiro ainda convalescente, ressentiu-se com os efeitos da guerra Civil de 1832-1834 e a prosperidade foi novamente afectada.

188 SEMEDO, Énio. *Para uma Geografia de Aveiro*. in. *Histórias de Aveiro - Sínteses e Perspectivas*, Câmara Municipal de Aveiro, 2009. Aveiro, 2009, pp. 32-36

189 MORGADO, Paulo e FILIPE, Sónia. *O testemunho do passar do tempo e do homem no registo arqueológico de Aveiro*. in. *Histórias de Aveiro - Sínteses e Perspectivas*, Câmara Municipal de Aveiro, 2009, Aveiro p. 60

190 CHRISTO, António. *Mil anos de história : efemérides aveirenses*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, 1959, p.113

191 *Ibid.*, p.96

192 *Ibid.*, p.91

193 GOMES, Marques. *Memórias de Aveiro*. Tipografia Comercial. Aveiro, 1875. p.72

Em 1838 “Apesar da Barra de Aveiro não ser ainda o que podia e devia ser, pois que a melhor obra d’ella é feita pelo mar [...] a cidade tem em nossos dias melhorado consideravelmente, e o seu commercio vae tomando muito animador desenvolvimento.”¹⁹⁴

Foi sobretudo após os ideais regeneradores e progressistas (1851), que se criaram novas condições de desenvolvimento industrial e comercial em Aveiro (abertura de estradas e caminhos de ferro).¹⁹⁵

Aveiro tornou-se assim centro de uma região em crescimento no eixo Porto/Lisboa. Porém este desenvolvimento foi lento e continuou asfixiar a prosperidade das empresas.¹⁹⁶

194 LEAL, Augusto. *Portugal antigo e moderno : dicionario geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias (Vol I)*, Editora Mattos Moreira & Companhia. Lisboa, 1873, p. 261

195 SEMEDO, Ênio. *Para uma Geografia de Aveiro*. in. *Histórias de Aveiro- Sínteses e Perspectivas*, Câmara Municipal de Aveiro, 2009. Aveiro, 2009, pp. 32-39

196 A propósito Charles Lepierre (1899), no livro *Cerâmica Portuguesa Moderna* refere que da Real fábrica de louça de Sacavém pertencente à baroneza de Howorth, que “(...) a argilla ingleza, posta na fábrica, fica mais barata que as argillas de Leiria, que distam apenas de 160 Kilometros, devido ás tarifas exageradas dos caminhos de ferro portuguezes”. LEPIERRE, Charles. *Estudo Chimico e Technologico sobre a Ceramica Portuguesa Moderna*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1899, pp. 146



Figura 13. Pormenor decorativo (G-1)

3.2 Indústria cerâmica em Aveiro

Como refere Alberto Sampaio (1923), ao analisar o Minho “(...) uma sociedade não brota espontânea do solo (...)”¹⁹⁷ o homem adapta-se às circunstâncias de cada zona para extrair da natureza os elementos necessários à sua subsistência e desenvolvimento.

Pela quantidade e diversidade das argilas do distrito de Aveiro, desde muito cedo a indústria cerâmica floresceu na região, inspirando Manuel Rodrigues a escrever que “A alma de Aveiro tem barro nas suas entranhas”¹⁹⁸

A importância deste ofício, reflectiu-se na toponímia da cidade *Torre dos Oleiros*, *Rua dos Oleiros* e *Bairro das Olarias*. Os oleiros participavam também na procissão do Corpus Christi fazendo-se representar com as bandeiras das respectivas padroeiras *Santa Rufina* e *Santa Justa* e na dança dos oleiros, “(...) festejos públicos onde eles tomavam parte muito importante.”¹⁹⁹

Este ofício “(...) determinou a sua concentração num bairro próprio, ainda que alguns existissem fora dele, já nos últimos anos do século XVI e nos primeiros do século (...)”²⁰⁰ Certamente por causarem poluição “(...) estabeleciam-se na periferia (...)”²⁰¹ onde o acesso às matérias primas e o escoamento dos produtos eram mais fáceis.

197 SAMPAIO, Alberto. A propriedade e a cultura do Minho, in. Estudos Históricos e Económicos, vol.I, Lisboa, 1923, p.453

198 RODRIGUES, Manuel. *Aveiro, cidade de água, sal, argila e luz*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, 2004, p.30; Manuel Ferreira Rodrigues, mestre em História Contemporânea de Portugal, tem dedicado a sua vida a escrever sobre diversos temas da história aveirense.

199 VILAS-BOAS, J. S. Paes. *A região de Aveiro e as olarias*. in. Arquivo do Distrito de Aveiro. Vol 12, nº 45, Aveiro, 1946, pp. 33-39

200 CHRISTO, António. *Toponímia Local*. Jornal “Litoral” de 5 de Maio, 1956, p.4

201 MORAIS, Rui. Exemplos da autarcia em Bracara Augusta. A existência de olarias e as produções cerâmicas subsidiárias de outras actividades, in. A produção de cerâmica em Portugal: Histórias com futuro-Actas do Colóquio, Museu de Olaria, Barcelos, 2007, p.42

As recentes escavações subaquáticas, sob a direcção do Arqueólogo Francisco Alves (1995), atestam que a indústria da cerâmica na região remonta já ao séc. XV, “(...) nos restos de um fundo de carena de um casco de navio datado pelo radiocarbono da primeira metade do século XV, coberto e envolto pelo que resta de uma carga de louça de fabrico comum de feição regional ”[...]“este acervo é o mais extenso, íntegro, coerente, antigo e bem datado conjunto de espólio da época dos descobrimentos”.²⁰²

Nos arredores de Aveiro a actividade é igualmente reconhecida. Augusto Leal (1873) no livro *Portugal Antigo e Moderno*, faz referência à existência em Vagos de 12 oficinas de louça de barro ordinário.²⁰³ No panorama do Inquérito Industrial de 1865 foram recenseadas 79 olarias, fundadas entre 1772 e 1840, em que 43% das quais se localizavam no concelho de Aveiro.²⁰⁴

Aveiro tem claramente uma herança de feitura, tendo-se produzido variados materiais para construção e para o uso doméstico. Das olarias saíram desde louças utilitárias de formas simples, às peças de cerâmica artística elegantes e requintadas, às esculturas, aos grupos de presépios e às imagens religiosas de pequenos e grandes formatos.

A cerâmica de Aveiro ficou conhecida por *louça vermelha de Aveiro* e “(...) formas de barro de Aveiro (...)”.²⁰⁵ Esta última designação, por vir registada na Pauta de Alfândega de 1744, significa que a dimensão do comércio, ultrapassava já o mercado local ou regional.

202 ALVES, Francisco. *A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV ria de Aveiro A e da zona ria de Aveiro B aproximação tipológica preliminar*. Sep. de: Actas das 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval, Câmara Municipal Tondela, Tondela, 1995, p. 206

203 LEAL, Augusto. *Portugal antigo e moderno : dicionario geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias (Vol I)*, Editora Mattos Moreira & Companhia. Lisboa, 1873

204 CAETANO, Lucília. *Contributo para a história da industrialização no distrito de Aveiro: o inquérito da repartição de pesos e medidas: 1865*. in. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1989, p. 114

205 MACEDO, Jorge. *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*. Editorial Querco, Lda. Lisboa, 1982, p.62

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Padre Carvalho da Costa (1708), na sua *Corografia Portuguesa*, escrita no fim do séc. XVII e publicada no princípio do séc. XVIII, refere “E porque não sejam tudo grandezas marítimas, cerre os louvores desta terra cujo barro formado eram louça encarnada, tão dura quasi e tão durável como pedra, da matéria especialmente pelas invenções varias de púcaros, e quartinhas, aos applausos, com que se lembra delles um Autor Portuguez: pois com repuxos, retalhados, figuras, e letrias lisongeão a sede, sem penetrarse da agua.”²⁰⁶

Pela facilidade de circulação dos produtos pelas redes fluviais e marítimas, os produtos cerâmicos provenientes de outros centros constituíram trocas importantes.

O trânsito das cerâmicas fomentou a especialização, a aceleração tecnológica e influenciou o mercado, tanto ao nível dos preços como da qualidade da louça.²⁰⁷

O *Catálogo da Exposição Distrital de Aveiro* de 1882, que é sem dúvida um documento relevante, regista a grande variedade e quantidade de peças expostas e permite-nos inferir a importância desta indústria na região de Aveiro “(...) os objectos expostos, que eram pouco inferior a mil (...)”²⁰⁸

Muitas foram as fábricas que então surgiram. Implantadas estrategicamente nas margens dos canais da cidade, viam facilitado o escoamento dos produtos bem como a recepção das matérias primas, indispensáveis à laboração.

O Vale do Cojo e respectivo canal desde cedo assumiram e confirmaram a sua vocação de *zona industrial* da cidade. A mais antiga referência remonta ao séc. XV, onde um documento da chancelaria de D. João I, datado de 8 de

206 COSTA, P^a Carvalho. *Corografia Portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, 3 tomos, Of. de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1708

207 AMORIM, Inês. *Cerâmica de Aveiro no séc. XVIII*. In. Revista da Faculdade de Letras, Porto, 1996, pp. 407-418

208 GOMES, Marques. *Catálogo da Exposição Distrital de Aveiro, Promovida pelo grémio moderno em 1882*. Imprensa Comercial. Porto, 1882, p. 3

Gráfico.3
Esteiros da Cidade | Localização
das fábricas de cerâmica

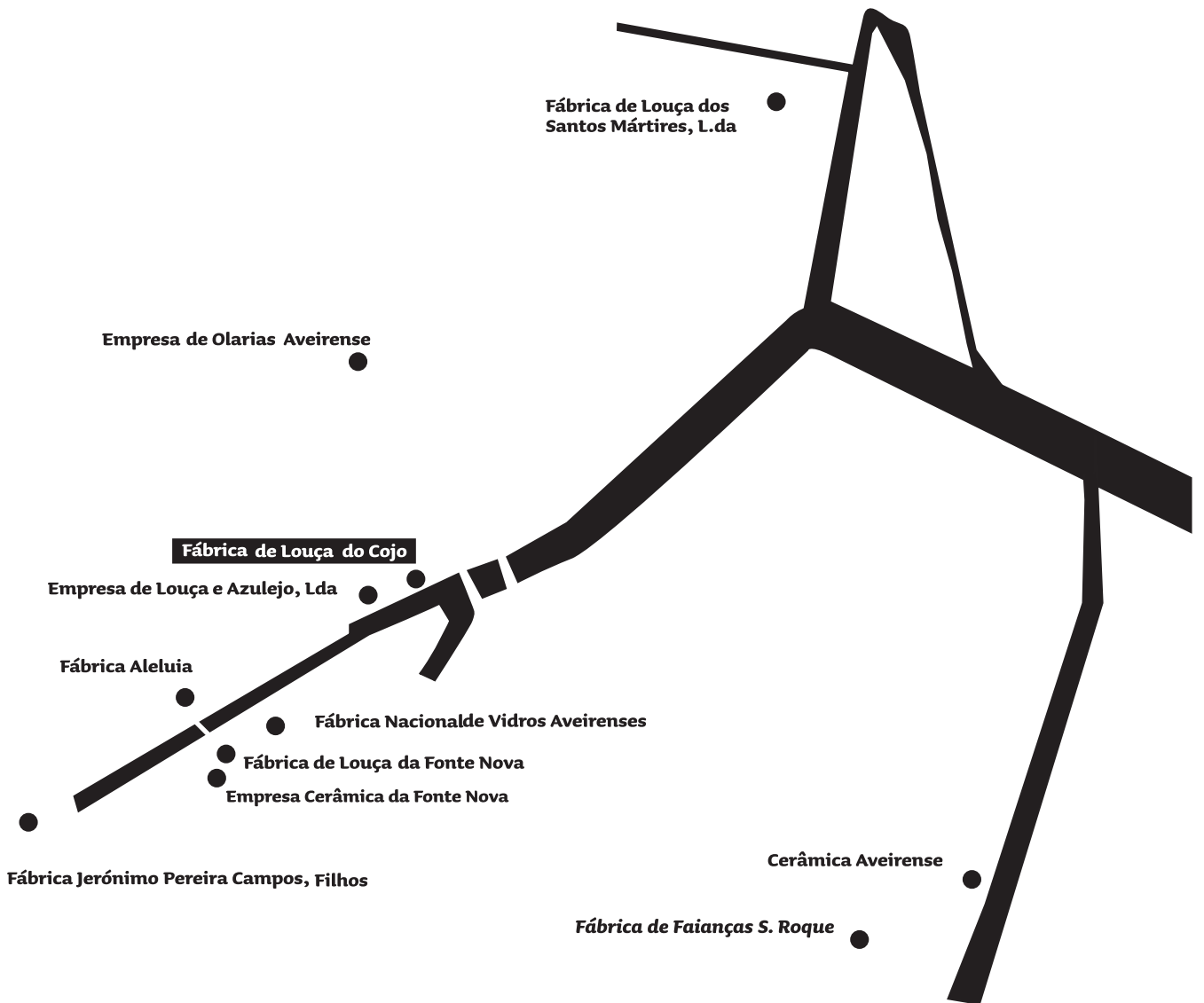
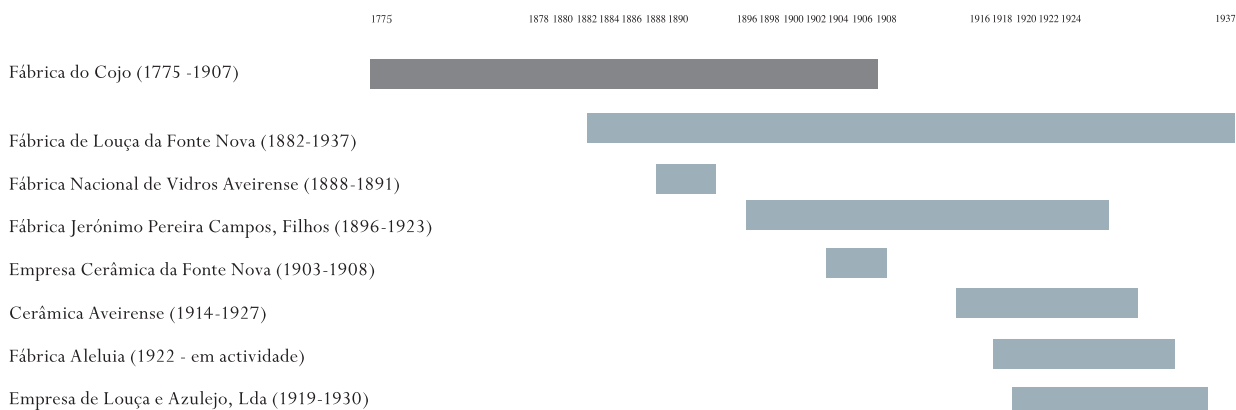




Figura 14.
Vista aérea do vale do Cojo e esteiro da cidade
Adaptado de Belmiro Amaral [ATR.]
Imagoteca | Museu da Cidade de Aveiro | GIA3

Gráfico.4
Fábricas que surgiram nas
imediações do Esteiro do Cojo |
Cronologia



Janeiro de 1406, autoriza a construção de umas “moendas num esteiro do mar que entra pela parte do dito lugar, acima da ponte, que moesse com água do mar”.²⁰⁹ Este esteiro chegou mesmo a ser designado como Ribeira das Azenhas dado o número daqueles engenhos que funcionaram ao longo das suas margens. A partir do séc.XVIII são as indústrias da cerâmica que disputam este espaço; assim e cronologicamente registamos a implantação da Fábrica de Louça do Cojo (1775-1907), Fábrica de Louça da Fonte Nova (1882-1937), Fábrica Nacional de Vidros Aveirense (1888-1891), Fábrica Jerónimo Pereira Campos, Filhos (1896-1923), Empresa Cerâmica da Fonte Nova (1903-1908), Fábrica Aleluia (1922)²¹⁰, Empresa de Louça e Azulejo, Lda (1919-1930), Empresa de Olarias Aveirenses, Lda (1922-1942), Artibus, Lda (1947-1988).

209 CHRISTO, António. *Mil anos de história : efemérides aveirenses*, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, 1959, p.18

210 Desta fábrica e de forma resiliente, uma das chaminés mantém viva a sua memória.(DD-1)

Capítulo IV
Fábrica do Cojo



Figura 15.
Pormenor decorativo (J-2).

“(...) por mais modesta que pareça, uma contribuição histórica nunca deve desprezar-se, pois poderá alcançar, certo dia, um valor às vezes bem longe de ser imaginado.”²¹¹

211 211 VITORINO, Pedro. *A cerâmica Portuense*, Editora Apolino, Gaia, 1930, p.13.

4.1 História da Fábrica do Cojo

Aveiro pela sua localização geográfica, pela elevação de vila a cidade, a regularização da navegabilidade da Barra de Aveiro, o patrocínio para a instituição do bispado e a grandiosidade dos seus seis conventos, “(...)bem depressa atraíram para aqui muita gente, que transpondo os muros de circumvalação, foram repovoar e reconstruir a parte septentrional, aumentando novos bairros á povoação.”²¹² Estes factores viriam a permitir a criação e o desenvolvimento de variadas unidades fabris.

Sob o auspício de Marquês de Pombal (1769-1800), que convidou a nação a revitalizar a indústria e libertá-la da dependência do estrangeiro, surgiu a Fábrica de Algodão sob a direcção João Baptista Locatelli. Esta não teve os resultados financeiros desejados e encerrou em 1795.²¹³

Em 1775 surge em Aveiro a fábrica²¹⁴ do Cojo, a exemplo de outras congéneres; Fábrica de Massarelos (1764), Fábrica do Juncal (1770) e em Lisboa Real Fábrica do Rato (1767).

Estas unidades foram beneficiadas pelo Alvará Régio de 7 de Novembro de 1770, que facilitava a circulação externa dos produtos “(...) E hei outosim

212 LEAL, Augusto. *Portugal antigo e moderno : dicionario geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias (Vol I)*, Editora Mattos Moreira & Companhia. Lisboa, 1873, p. 263

213 SEMEDO, Ênio. *Para uma Geografia de Aveiro*. in. *Histórias de Aveiro- Sínteses e Perspectivas*, Câmara Municipal de Aveiro, 2009. Aveiro, 2009, p. 35

214 A designação Fábrica de loiça do Cojo, deriva do local em foi implantada. Instalada criteriosamente nas imediações do canal do Cojo, permitia escoar mais facilmente a produção e receber as matérias - primas pelas vias fluviais e marítimas. Em relação à palavra loiça, “(...) a sua utilização é documentada em Portugal pelo menos desde o primeiro terço do século XIV, veio, porventura, a ser empregue em objectos cerâmicos de acabamento mais cuidado” TRINDADE, Rui. *Fabrico de materiais cerâmicos em Portugal durante a Idade Média. Novos dados de Pesquisa*. in. *A produção de cerâmica em Portugal: Histórias com futuro - Actas do Colóquio*, Museu de Olaria, Barcelos, 2007, p.124. A designação de Fábrica de Louça Fina resultou de uma característica inovadora que a fez sobressair das outras olarias locais: utilização de barro branco, com alguma feição artística e um vidro que lhes conferia um acabamento fino. LEPIERRE, Charles. *Estudo Chimico e Technologico sobre a Ceramica Portuguesa Moderna*, Imprensa Nacional. Lisboa, 1899; Para além desta característica que a distinguiu das olarias locais de barro vermelho, a fábrica aparece reconhecida na lista das Fábricas de 1788. Esta Estatística que corresponde à primeira estatística sobre as fábricas existentes no território do actual distrito de Aveiro, reconhece o licenciamento da fábrica em 1775 que “legalmente (...) significa o reconhecimento da passagem de oficina a manufactura (...)”. AMORIM, Inês. *Cerâmica de Aveiro no séc. XVIII*. In. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 1996, p.411; O termo fábrica, no séc. XVII e quase toda a primeira metade do séc. XVIII, designa não uma empresa ou o lugar onde se trabalha, mas sim o acto de produção, ou uma obra em montagem ou em trabalhos. MACEDO, Jorge. *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Editorial Quercu, Lda. Lisboa, 1982, p.73; Certamente que o termo fábrica, tal como hoje é entendido, resultou de um processo lento de múltiplas combinações. A uma produção caseira, a uma arte transmitida pela tradição, impõem-se investimentos na inovação, novas formas de gestão, regras, disciplina. Contudo, “Aveiro mantinha ainda em meados do século XIX uma situação dominada por formas de produção pré industrial de feição domestica”. CAETANO, Lucília. *Contributo para a história da industrialização no distrito de Aveiro: o inquérito da repartição de pesos e medidas: 1865*. in. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1989, pp. 156-157

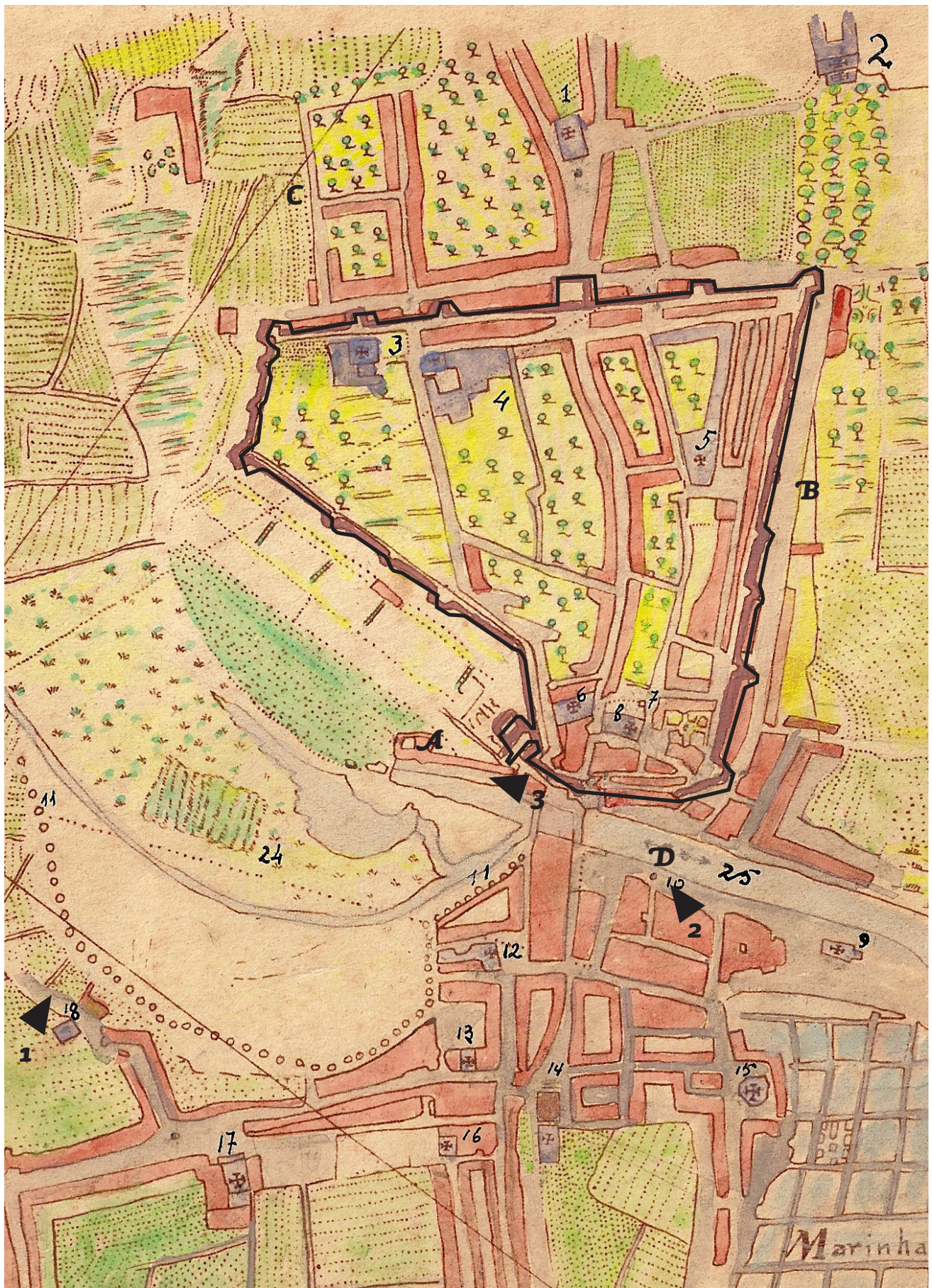


Figura 21.
Traçado da Muralha sobre planta de Aveiro no
século XIX | Cópia 1948 Alberto Souto
Imagoteca | Museu da Cidade de Aveiro | G2 A22

- A Fábrica do Cojo
- B Perímetro da Muralha
- C Bairro dos Oleiros
- D Esteiro da Cidade

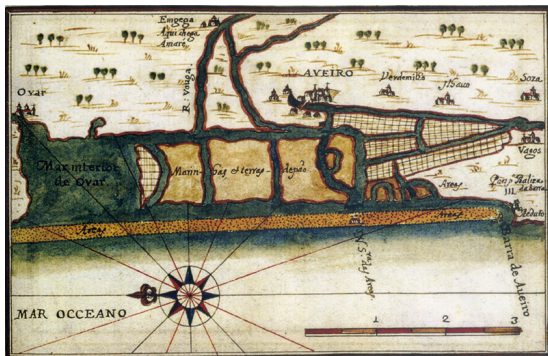


Figura 16.
Mapa Ria de Aveiro no século XVII, (Adaptado <http://artigosjornaljoaosemana.blogspot.com/2010/10/ria-de-aveiro-no-seculo-xvii.html>)

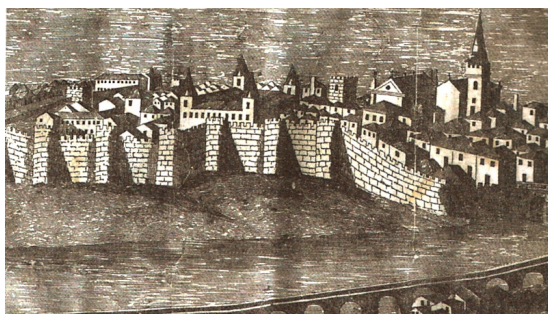


Figura 17.
Aveiro século XVIII, Reprodução de gravura da Panorama (Adaptado de Rossa, 2007)

Ponto de vista 1



Figura 18.
Fábrica do Cojo (ao centro)
Primeiro quartel do séc. XIX
João Ramos | A. Graça, Aveiro
Museu da Cidade de Aveiro | ImagoTeCa | G1A8

Ponto de vista 1



Figura 19.
Centro da cidade e Rua da Fábrica, 1880
Museu da Cidade de Aveiro
ImagoTeCa | G1A8

Ponto de vista 2



Figura 20.
Rua da Fábrica
Ao fundo e à direita, as instalações da fábrica do Cojo
João Ramos, Aveiro
Museu da Cidade de Aveiro
ImagoTeCa | G1A8

Ponto de vista 3

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

por bem isentar de direitos por sahida toda a louça só da primitiva Fabrica, mas também de quaesquer outra de particulares, estabelecidas neste Reino, sendo de igual merecimento.”²¹⁵

Segundo os registos do Arquivo Distrital de Aveiro, a fábrica situava-se “(...) no Cojo, desta cidade na Quinta de Dona Paula”²¹⁶ e na “ (...) Rua da Fábrica, rua que d`ella tomou o nome (...)”²¹⁷

Presume-se que a Fábrica de loiça do Cojo tenha surgido no ano de 1775²¹⁸ contudo, Rangel de Quadros em *Apontamentos Históricos*, faz referência a João Rodrigues Branco que em 1746 emprestou dinheiro à Ordem Terceira de S. Francisco e a ele se deveu “ (...) a fundação da fábrica de louça, chamada Cojo por estar junto do largo deste nome; dele descendeu uma família que chegou a ser muito considerada, contando-se entre os seus membros o Visconde de Vale-de-Mouro (...)”²¹⁹

O início da actividade aparece referida em 1775 num arrendamento das instalações a Vicente Pedrosen da Silva (homem de negócios do Porto, atraído pela fábrica de algodão de Locatelli) e a Januário Ferraz Barreto Teixeira Pimentel que pertencia à nobreza local.²²⁰

215 Pombal. *Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal, Volumes 1-2*, [disponível em <http://books.google.pt/books?id=-B9FAQAAMAAJ&pg=RA1-PA288&dq=animar+e+proteger+n%C3%A3o+s%C3%B3+a+dita+fabrica+primitiva&hl=en&sa=X&ved=0CCcQ6AEwAVChMit-aZpNP5xwIVgdLUCh1vRAXS#v=onepage&q=animar%20e%20proteger%20n%C3%A3o%20s%C3%B3%20a%20dita%20fabrica%20primitiva&f=false>] [consultado em 3 /8/15, 16:50:00]

216 ADA-SN, n.313, f.76. 1776; Transcrição Doc.10

217 SOUSA, José Ferreira da Cunha. *Memória de Aveiro, no século XIX*, in Arquivo do Distrito de Aveiro, vol 6, Aveiro,1940, p.23

218 AMORIM, Inês. *Cerâmica de Aveiro no séc. XVIII*. Revista da Faculdade de Letras, 1996, p. 411

219 QUADROS.Rangel. *Aveiro,Apontamentos Históricos -Ordem Terceira de S. Francisco*, v.6, Aveiro, (recortes de jornal), s.d.p.40-41 Em 1740, João Rodrigues Branco repartia a sua morada por Aveiro e Vagos, onde aqui possuía imensos morgadios, vínculos e foros. João Rodrigues Branco morre em 4 de Fevereiro de 1756 de cuja descendência sobressai José Maria Branco de Melo que se intitula Primeiro Visconde de Valdemouro, estando, possivelmente, este título ligado à Quinta onde se encontrava o referido Palacete em Vagos.

220 AMORIM, Inês. *Cerâmica de Aveiro no séc. XVIII*. Revista da Faculdade de Letras, 1996, p. 412

Não é fácil definir o início deste processo “Não existe um documento que permita descrever, no pleno rigor, a data da origem dessa fábrica (...)”²²¹ ou o desenformamento da primeira cozedura como louça fina e de feição artística. É possível crer que a fábrica de Louça do Cojo não seja “(...) obra de nascença, de raiz, para aquela finalidade (...)”²²² mas tratar-se da evolução de uma mais antiga.

A exemplo do que aconteceu com outras fábricas da época, às dificuldades iniciais do seu arranque e implantação no mercado, dever-se-á acrescentar o desconhecimento técnico. Segundo Jorge Macedo, deviam ser poucos os empresários que conheciam e dominavam os problemas técnicos desta indústria.²²³ Tal como aconteceu na Fábrica de louça de Massarelos fundada em 1763, a Fábrica de louça do Cojo foi obrigada a contratar mestres e oficiais do ramo com experiência no fabrico de cerâmica. Os registos paroquiais pesquisados por Inês Amorim registam a presença de três artistas ligados ao fabrico de louça, oriundos de Afife de Valença, S. Salvador de Avilela e Cabeceiras de Basto.

Este arrendamento pelo prazo de 15 anos “(...) destinou-se apenas ao prosseguimento dos trabalhos com a construção do forno e das mufas.”²²⁴ Foram tomadas as providências necessárias para colocar a fábrica a laborar, nomeadamente com o alargamento do estremo do Cojo, desde o sítio da fábrica de louça até à ponte da Praça para facilitar a “ (...) condução de louça da dita Fábrica e dos materiais e lenha para a mesma.”²²⁵

221 MARQUES, Jorge. *Uma terra, um povo, uma lenda ou uma história*. Jornal “O Aveiro”, 1 de Outubro 1998, p.11

222 MARQUES, Jorge. *Uma terra, um povo, uma lenda ou uma história*. Jornal “O Aveiro”, 8 de Outubro 1998, p.11

223 MACEDO, Jorge. *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*. Editorial Quercus, Lda. Lisboa, 1982, p.72

224 *Ibid.*, p.11

225 AMA - LV, n.8, 17/5/1775. A melhoria da navegabilidade do canal Cojo, está bem patente na figura 15, fazendo ainda hoje parte da imagem de marca da cidade de Aveiro.

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa



Figura 22.
Vale do Cojo, anos 40.
Adaptado de Belmiro Amaral [ATR.]
Imagoteca | Museu da Cidade de Aveiro | GIA3

Ano e meio após o contrato, a fábrica contrai dívidas profundas, e “(...) responsabilizam Januário Barreto, como devedor das décimas e das Sizas (...)”²²⁶ em mais de dous contos de reis.

Em Outubro de 1776, Bento Ferreira Guimarães, João Ferreira de Sousa e João Mendes Ribeiro, compraram a Januário Barreto Ferraz Teixeira Pimentel, a metade que este tinha na fábrica, para suprir as dívidas das décimas e das Sizas, “(...) huma escriptura de compra que fazem Bento Ferreira Guimarães, João Ferreira Sousa e João Mendes Ribeiro a Januário Barreto Ferraz e a sua mulher, desta cidade (...)”²²⁷

Esta escritura obriga o arrendatário a pagar ao senhorio e aos seus sucessores para além do preço de aluguer a dinheiro, “(...) mais de louça da mesma fábrica, a saber dentro dos dez annos dous aparelhos de chá fino feitos da mesma fábrica, quatro jarros e bacias de agoa das maons sendo dous finos e dous ordinários seis terrinas todas finas com seus prattos isto dentro dos dez annos; e mais ainda hum dos dittos dez annos me dará quatro dúzias de louça sendo pratto e tigela de vidro ordinário (...)”²²⁸

Em 9 de Maio de 1789 renova-se o arrendamento por 10 anos de toda a fábrica ao sobrinho do dito João Ferreira de Sousa, Bento João Ferreira de Sousa.²²⁹

Apesar da exploração da fábrica continuar em “(...) precárias condições e dificuldades (...)”²³⁰ este arrendamento gerou na fábrica melhorias tanto a nível técnico como administrativo. Em 1789 esta nova sociedade requer a D. Maria I isenções para este estabelecimento, tal como tinham sido concedidas

226 MARQUES, Jorge. *Uma terra, um povo, uma lenda ou uma história*. Jornal “O Aveiro”, 8 de Outubro 1998, p.11

227 ADA-LN, n.33, f.70.1780; Transcrição Doc.9

228 *Ibid.*, f.25

229 ADA-LN, n.327, f.25.1789; Transcrição Doc.7

230 MARQUES, Jorge. *Uma terra, um povo, uma lenda ou uma história*. Jornal “O Aveiro”, 12 de Novembro 1998, p.11

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

às congéneres do país.²³¹ Em 23 de Julho 1789, com vista a responder a essa ordem régia, são levadas a cabo inquirições em Aveiro, em que as testemunhas comprovam que a unidade apresentava as comodidades necessárias para os barristas, os vidreiros e os pintores, com grandes fornos que conseguiam acomodar grandes quantidades de louça que era “(...) mais fina melhor vidrada e ainda Pintada que ada Fabrica de Coimbra (...)”²³² É possível que João Pereira Bastos, “(...)perito na arte de manufacturar louça de várias qualidades, com diferentes vernizes e tintas (...)”²³³, tenha sido responsável pela projecção da fábrica.

Em 22 de Março de 1790 a Real Junta do Comércio emite um comunicado favorável à Rainha D. Maria, referindo que a fábrica se encontrava bem regulada e que estaria tal como outras fábricas do Reino “(...) circunstancias de merecer a Real Contemplaçãõ de Vossa Magestade, sendo servida de lhes conceder a Graça de Izenção de Direitos por entrada nas Alfandegas destes Reinos para todos os Materias de que carecer na sua laboraçãõ (...)”.²³⁴

Após este ciclo a fábrica esteve “(...) um período sem laborar(...)”²³⁵, o que é plausível, dado o panorama geral do sector. Após o promitente desenvolvimento da cerâmica, o país passou períodos que em nada o favoreceram: o estado da Barra as “(...) dificuldades de escoamento das suas

231 AHMOPC - JC n.8 - 16/6/1789. O documento em questão informa que esta fábrica já laborava há mais de quinze anos, com nótoria utilidade pública, devido à melhoria da delicadeza da sua pintura e verniz; Transcrição Doc.1

232 AHMOPC - JC n.8 - 23/7/1789; Transcrição em Doc.4

233 Inês Amorim, op. cit., p.413

234 AHMOPC - JC n.8 - 22/3/1790; Transcrição Doc.6

235 MARQUES, Jorge. *Uma terra, um povo, uma lenda ou uma história*. Jornal “O Aveiro”, 22 de Janeiro 1998, pp.11

produções (...)” que “(...) apenas tinham significado à escala local”²³⁶, as péssimas condições terrestres, as Invasões Francesas (1807-1811) e a concorrência da louça inglesa, trouxeram volumosos prejuízos em todas as unidades fabris obrigando mesmo ao encerramento de um número considerável de manufacturas.²³⁷

Em 1814 o Corregedor de Aveiro José Acúrsio das Neves, encarregue de avaliar o estado das fábricas após a retirada das forças francesas, refere a fábrica do Cojo em decadência.²³⁸ Desse mapa das fábricas pode-se concluir que para além do seu estado, a unidade era dirigida por Custódio Ferreira e C^a “ (...) figura ligada ao comércio da cidade, ao governo do município e à arrematação das rendas fiscais.”²³⁹

Quatro anos mais tarde, o *Mappa de todas as Fabricas que se achao estabelecidas no Destricto da Cidade e comarca de Aveiro*, faz referencia a uma única fábrica de louça, propriedade de Domingos Joze Ferreira Barbosa e Companhia, e apesar do seu estado decadente continua a produzir louça vidrada fina e grossa.²⁴⁰ Apesar da conjuntura desfavorável no sector a fábrica de louça do Cojo não se extinguiu, ao contrário de muitas das congéneres. O último relatório que referencia a actividade desta unidade é datado de 1905 e classifica-a como “(...) hoje muito decadente(...)”.²⁴¹

236 CAETANO, Lucília. *Contributo para a história da industrialização no distrito de Aveiro: o inquérito da repartição de pesos e medidas: 1865*. in. Revista Portuguesa de História, Coimbra, 1989, p. 25

237 CALADO, Rafael. *Breve Historial da Faiança em Portugal*. in. Itinerário da Faiança do Porto e Gaia, Instituto Português dos Museus, Lisboa, 2001.

238 NEVES, Acúrsio. *Variedades sobre objectos relativos às artes, comércio e manufacturas consideradas segundo os princípios da economia política*, Lisboa, 1814, p. 195 A fiabilidade desta avaliação é contudo posta em causa por Caetano (1989), que o considera uma “(...) lista muito incompleta(...)” CAETANO, Lucília. *Contributo para a história da industrialização no distrito de Aveiro: o inquérito da repartição de pesos e medidas: 1865*. in. Revista Portuguesa de História, Coimbra, 1989, p. 25

239 AMORIM, Inês. *Cerâmica de Aveiro no séc. XVIII*. In. Revista da Faculdade de Letras, Porto. 1996, p.414

240 AHMOPC-JC, n.12, 1814

241 TEMUDO, Fortunato. *Estudo sobre actual da indústria cerâmica na 2a circunscrição dos serviços técnicos da industria*, Imprensa Nacional, Lisboa. 1905, p.15

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa



Figura 23.
Pedro António Marques
(Fotografia de arquivo de Jorge
Marques)



Figura 24.
Fotografia da comissão para o monumento da estátua de José Estêvão, em Aveiro.
Da esquerda para a direita; sentados: Pedro António Marques, João Romão, Domingo José dos Santos Lrite; *de pé:* Francisco Rodrigues da Graça, Anselmo Ferreira, Manuel Homem Cristo, Manuel da Rocha, António de Sousa, José Joaquim Gonçalves da Caetana. (Adaptado de José Tavares, 1939)

Embora decadente a fábrica continuou a laborar e a satisfazer as necessidades locais. Sem instrução profissional, com falta de meios para desenvolver a produção e sem capacidade de lutar com a concorrência estrangeira, dedicava-se a uma produção local na qual a concorrência não se fazia sentir.

Em 4 de Julho de 1835 regista-se um novo arrendamento a João dos Santos Silva, natural desta cidade e conhecido “(...) pelas alcunhas de Camarão, João dos Cacos, João do Barro e João das Fulas (...)”²⁴² que perpetuou durante vinte seis anos este ofício como meio de sustentação.

Laborou até 1861, ano em que falece e é efectuado um novo arrendamento a Pedro Serrano. A escritura de arrendamento de 19 de Fevereiro de 1861 refere-se a Pedro Serrano como “(...) industrial de maior idade (...)”.²⁴³

Pedro Serrano, santeiro de profissão e João Regala, terão convivido numa ligação quase “(...) umbilical (...)”.²⁴⁴ Por vezes a “(...) execução da escultura em barro tinha lugar no domicílio do próprio barrista e era complementada, na fase final da cozedura, pela intervenção das olarias”.²⁴⁵ Como afiança Amaro Neves “(...) falar de oleiros não é a mesma coisa que falar de barristas.”²⁴⁶ O percurso natural começava com a aprendizagem do ofício de oleiro evoluindo alguns para a produção de peças mais decorativas como a estatuária ou os presépios. No caso de Pedro Serrano houve um

242 MARQUES, Jorge. *Uma terra, um povo, uma lenda ou uma história*. Jornal “O Aveiro”, 12 de Novembro 1998, pp.11

243 MARQUES, Jorge. *Uma terra, um povo, uma lenda ou uma história*. Jornal “O Aveiro”, 19 de Novembro 1998, pp.11

244 NEVES, Amaro. *Barristas Aveirenses*. Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro. Aveiro, 1992, p.34

245 ABRANTES, Ana Paula. *Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: o legado em talha e outras reflexões : nota de história de arte*, Santa Casa da Misericórdia, Aveiro, 2004, p. 13

246 Amaro Neves, op. cit., p. 29

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

percurso inverso que se reflectiu na exigência da forma e da decoração da loiça, que Arthur Sandão (1976) apelida de “(...) feição esculpida(...)”.²⁴⁷

Como base de sobrevivência económica, Pedro Serrano soube inventar uma plena interligação entre as duas artes. Assim a par da produção de louça, Pedro Serrano “(...) assinou, pelo menos nos anos 50, um número significativo de imagens religiosas de pequena e médias dimensão, em barro vermelho, hoje dispersa por capelas e colecções de particulares.”²⁴⁸

Pedro Serrano faleceu em 1890, com setenta e nove anos de idade e em 1891, Anna Joaquina dos Santos, viúva de Pedro Serrano requer “(...) à Câmara Municipal, o alvará para a continuação do labor da sua fábrica que lhe foi concedido, após reunião camarária (...)”²⁴⁹

Dado as dificuldades financeiras e sem continuadores do ardo ofício, a fábrica encerra no dia 11 de Julho de 1907, data em que falece Anna Joaquina dos Santos.

247 SANDÃO, Arthur. *Faiança Portuguesa, séculos XVIII e XIX*. Livraria Civilização. Porto, 1976, p.19

248 RODRIGUES, Manuel. *Empresas e Empresários das Indústrias Transformadoras na Sub-Região da Ria de Aveiro, 1864-1931* Universidade de Aveiro, Aveiro, 2007, p.411

249 MARQUES, Jorge. *Uma terra, um povo, uma lenda ou uma história*. Jornal “O Aveiro”, 26 de Novembro 1998, pp.11



Figura 25.
Anna Joaquina, viúva de Pedro Serrano e à esquerda, a sua filha Maria Augusta.
(Fotografia de arquivo de Jorge Marques)

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

4.2 Orgânica e técnicas de fabrico

A fábrica apostou numa produção flexível adaptada ao mercado, e se por um lado produziu louça fina com elevado grau de impermeabilização visando um mercado mais especializado e que lhe vai permitir alcançar o estatuto de Real Fábrica, por outro lado produziu louça semelhante à das olarias, peças mais grosseiras e pouco elaboradas. Dos inquéritos realizados, podemos concluir que entre 1867 a 1907 houve uma descida de preços, sendo lícito inferir que para fazer face à concorrência terá optado por uma produção diversificada em termos de qualidade ou menores margens de lucro.

Quadro.2 Estudo sobre a actual
industria cerâmica na 2a
circumscricção dos serviços
technicos da industria (Adaptado
de Temudo, 1905)

Qualidade	Quantidade	Valor por Unidade
	(Dúzias)	(Réis)
Tigelas de primeira qualidade	144	240
Tigelas de segunda qualidade	3000	200
Tigelas de terceira qualidade	480	150
Tigelas de quarta qualidade	144	120
Pratos e taças de primeira qualidade	840	160
Pratos e taças de segunda qualidade	480	150
Pratos e taças de terceira qualidade	120	100
Canecas	72	230
Púcaros	48	200
Sopeiras	75	450
Bules	5	170
Louça miúda	72	180
Bacias de lavar	96	450

Bacias de cama	72	480
Peças de escultura	200 peças	80 a 1000
Tijolos refractários	40 centos	1500

Qualidade	Valor por Unidade (Réis)
Canecas	15 a 40
Pratos	10 a 25
Tigelas	10 a 25
Bacias de mãos	30 a 120
Bacias e Jarros	120 a 200
Bacias de quarto	50 a 100
Talhas	80 a 200
Terrinas	80 a 240
Travessas	60 a 120

Quadro.1 Estatística Industrial
Publicada pela Repartição de
Pesos e Medidas (Adaptado
Francisco Oliveira,1867)

Embora de forma sucinta, a essência da produção da fábrica do Cojo é mencionada nos diferentes Mapas das Fábricas e nos Inquéritos. O Mapa da relação das Fábricas de 1788 refere a produção de louças finas²⁵⁰, o Inquérito de 1865 menciona a produção de diversos artigos de uso doméstico e peças de escultura²⁵¹ e o Inquérito Industrial de 1881, distingue a Fábrica pela louça vidrada e pelas suas formas e cores.²⁵²

Em contrapartida, mais detalhado é o relato sobre o processo de fabricação utilizado, na fase de Pedro Serrano. Nas Informações para a Estatística Industrial publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas de 1867, é descrito como sendo o mesmo processo usado na fábrica de louça da freguesia de Vilarinho fundada em 1834 por José Pessoa. Assim “O barro, depois de escolhido, é joeirado e em seguida amassado aos pés, tirando-se d

250 DIAS, Fernando. *A Relação das Fábricas de 1788*. Sep. Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra, Coimbra. 1955, p.49.

251 OLIVEIRA, Francisco de Paula Campos. *Informações para a estatística industrial publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas : districto de Aveiro*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1867 p. 200

252 4 Inquérito Industrial de 1881. Inquérito directo. Segunda parte. Visita às Fábricas, Lisboa, 1881. p.277

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

'elle ainda depois algumas pequenas pedras ou outros corpos estranhos que possa conter, fazendo-se com elle, logo que está bem macio, uns pequenos volumes cónico, a que chamam pélas, que são levadas para cima de um estrado empeladouro, que está junto da roda do oleiro, e d'onde o operário vae tirando a quantidade de barro que necessita para o collocar sobre a cabeça da roda, fazendo girar esta com o pé direito, a fim de tornear a peça que quer fabricar. Feitas as peças, são levadas para o forno, onde a louça é posta em pilhas ou fios, isto é, umas sobre as outras em columna vertical, tendo o cuidado de pôr no fundo de cada peça um pequeno caco, para sobre elle assentar o fundo da peça seguinte e se não pegar ao da antecedente.”²⁵³

A descrição mais completa do forno existente da Fábrica do Cojo, foi elaborada por Temudo, “O forno é circular, com diâmetro de 3 metros aproximadamente, com três repartimentos, o inferior, que é a fornalha e cinzeiro com a porta para a frente, é coberto de abobada com buracos ou agulheiros para dar passagem ao lume para o primeiro pavimento onde se faz a segunda cozedura á louça depois de vidrada, com porta também para a frente, e o segundo pavimento, cuja porta fica á esquerda da do primeiro, divide do anterior também por uma abobada onde é cozida a louça antes de vidrada ou cozida em chacota, nome que é conhecida.”²⁵⁴

A imagem do forno usado na fábrica da Fonte Nova, registado por Charles Lepierre, ajusta-se à descrição do forno da Fábrica do Cojo, pelo que deduzimos terem sido do mesmo tipo.

Sobre o processo de fabricação do vidrado, encontrámos também nas Informações para a Estatística Industrial, publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas de 1867, a seguinte descrição que por nos parecer pertinente

253 OLIVEIRA, Francisco de Paula Campos. *Informações para a estatística industrial publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas : districto de Aveiro*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1867 p. 200

254 TEMUDO, Fortunato. *Estudo sobre actual da indústria cerâmica na 2a circunscção dos serviços technicos da industria*, Imprensa Nacional, Lisboa. 1905, p.15

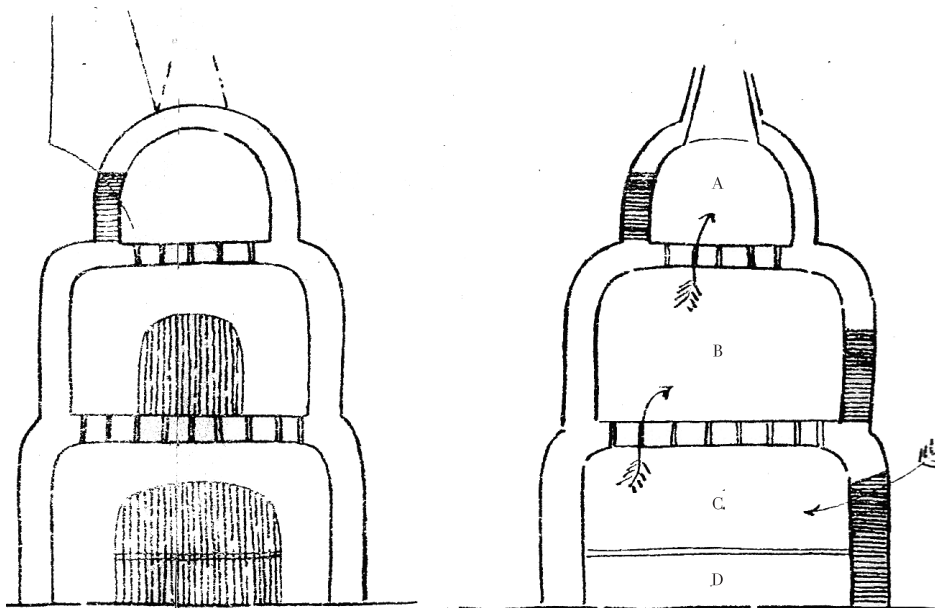


Figura 26.
Forno da Fábrica da Fonte
Nova (Adaptado de Charles
Lepierre, 1899)

- A) cozedura em Chacota
- B) cozedura da louça
- C) fornalha
- D) cinzeiro

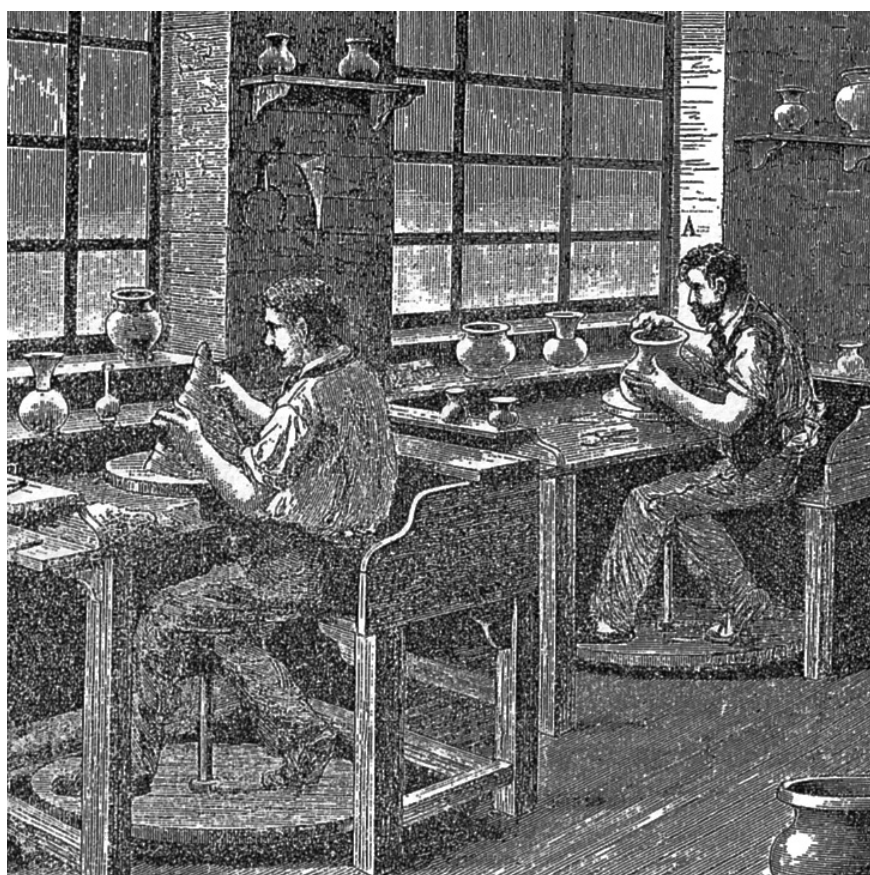


Figura 27.
Roda do Oleiro
(Adaptado de Joaquim
Vasconcellos, 1907)

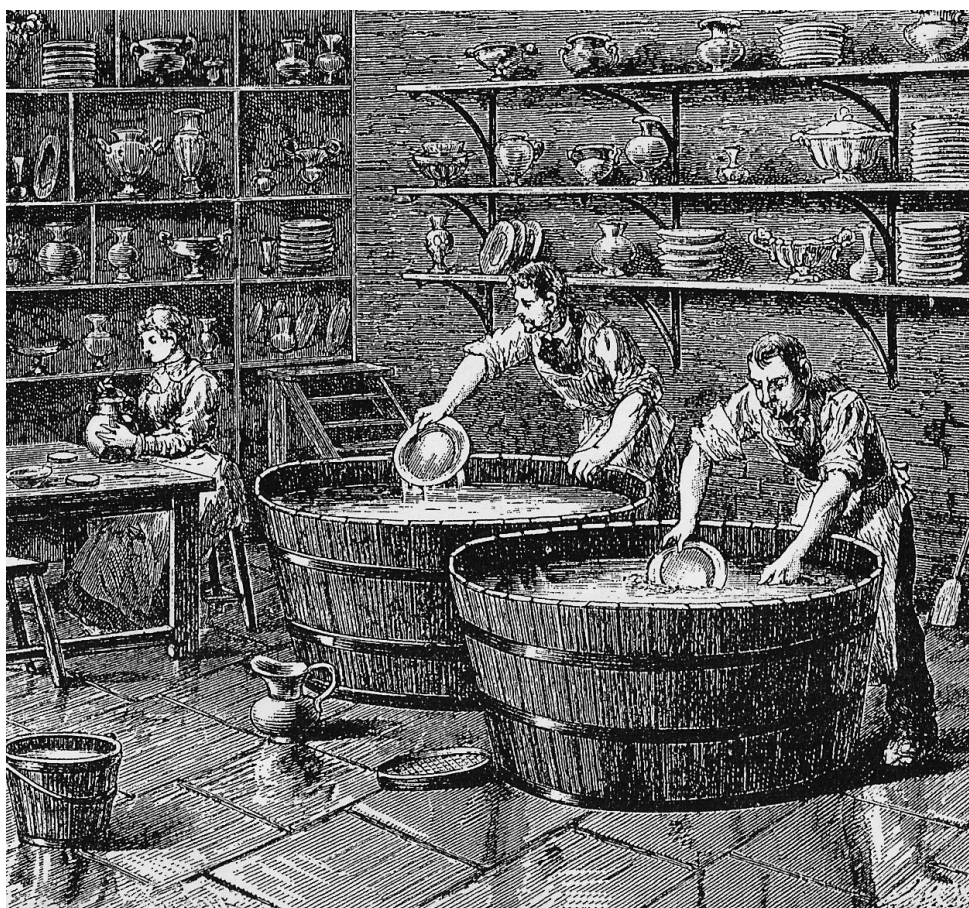
Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Figura 28.
Armazém da fábrica do
Cojo (Fotografia de
arquivo de Jorge Marques)



Figura 29.
Aplicação dos vidrados
por imersão. (Adaptado
de Joaquim Vasconcellos,
1907)



referir: “(...) é um preparado com chumbo, estanho e areia calcinada, sendo tudo moído juntamente depois em um pisão movido por um boi, juntando-se á mistura alguma agua para facilitar a trituração e obter-se a massa do vidrado. A dosagem é de 146 kilogrammas de chumbo, 15 kilogrammas de estanho e 160 kilogrammas de areia. Logo que as quantidades acima referidas estão bem moídas, lançam-se na agua que está em uma tina, mexendo a mistura para tornar mais intima. As peças de louça são mergulhadas depois dentro da mistura, e quando estão seccas applica-se por toda a superficie d’ellas uma massa formada de pó de cobre e agua; a applicação faz-se por meio de pincéis de crina, pintando-se algumas vezes differentes ornatos sobre a louça, servindo de tinta unicamente a massa de cobre que acabamos de mencionar, a qual toma a cor verde logo que oxyda, unindo-se ao silicato formado sobre as peças quando estas recebem no forno o forte calor.”²⁵⁵

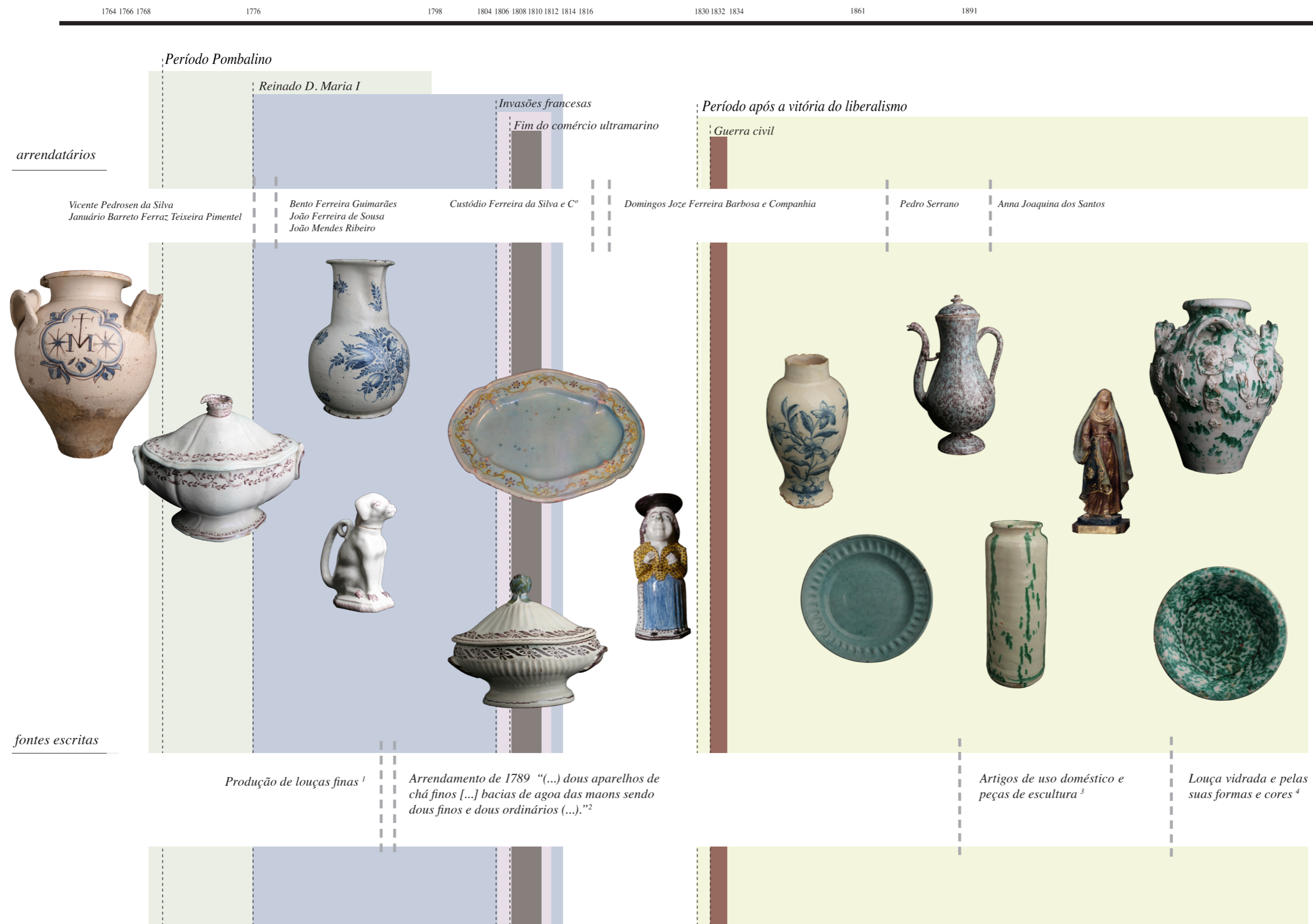
As matérias primas fundamentais eram obtidas, preferencialmente, a nível local, o barro e o sílez extraídos nos vários barreiros da região nomeadamente de Aradas ou do lugar chamado Horta, na freguesia de Eixo, sendo o seu transporte efectuado em carros de bois. Os compostos necessários para o vidrado (chumbo, verguinha de estanho, limalha de ferro e de cobre) eram adquiridos, em regra, fora do concelho.

As várias Inquirições de 1789 testemunham uma fábrica em pleno funcionamento²⁵⁶, bem estruturada e equipada de modo a responder às exigências da produção e das “(...)em/Comendas quedella sefazem para as comar/cas eProvincias deste Reino; Eathè para/for a delle se embarca munta a partedella(...)”²⁵⁷

²⁵⁵ *Ibid.*, p.201

²⁵⁶ “(...) esta Fabrica Estão feitos com/grandeza ecomas comodidades necessarias/para ella, sendo casa emquedestinta/mente trabalham os barristas, os vidrei-/ros, e os Pintores Estando atrabalhar/atualmente muntos officiais em/Estando acozer os gran/des Fornos quebem que acomodão grande/quantidade deLouça tendo para eda/grande abundacia de Materias que/adita louça que sefaz devidos os feitos// (...)” AHMOPC-JC.n8, 23/7/1789

²⁵⁷ AHMOPC-JC.n8, 18/7/1789



1 DIAS, Fernando. *A Relação das Fábricas de 1788*. Sep. Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra, Coimbra, 1955, p.49.

2 ADA-LN, n.327, f.25.1789; Transcrição Doc.7

3 OLIVEIRA, Francisco de Paula Campos. *Informações para a estatística industrial publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas : districto de Aveiro*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1867, p. 200

4 Inquérito Industrial de 1881. Inquérito directo. Segunda parte. *Visita às Fábricas*, Lisboa, 1881. p.277

Capítulo V
Ciclos
Productivos



Figura 30.
Cafeteira (N-1)

“(…) o homem deixa coisas, que por detrás das quais ele se suspeita ou se perfila. O mundo dos objectos é, assim, um mundo de cultura, um mundo de coisas que o homem pensou, fez e de que se serviu” ²⁵⁸

258 ALARCÃO, Jorge. *A Escrita do tempo e a sua Verdade*, Quarteto, Coimbra, 2000, pp.17

A classificação das peças no tempo, por períodos, não é linear; esta passagem nunca o é abrupta e persiste normalmente a sobrevivência de elementos decorativos que se usam e repetem sucessivamente. Embora redutora, a austeridade cronológica traz vantagens à classificação e organização das peças, como refere Reynaldo dos Santos “(...) na história duma faiança de períodos importantes e curtos, basta não ter exigências cronológicas muito severas (...)”²⁵⁹

Durante a recolha de peças, tentámos identificar e traçar os ciclos de vida da fábrica. Devido à falta de elementos cronológicos precisos, estes períodos de laboração que propomos foram balizados tomando em consideração as fontes escritas disponíveis, as peças existentes e dispersas em museus e colecionadores privados, as qualidades da pasta, do esmalte, da decoração e as marcas.

²⁵⁹ SANTOS, Reynaldo. *Oito Séculos de Arte Portuguesa História e Espírito*, Empresa Nacional de Publicidade, Terceiro Volume, Lisboa, 1970, p.98

Figura 31. Pormenor decorativo (J-1)





5.1 Primeiro período / Arranque

Como foi referido anteriormente, é possível que a fábrica de Louça do Cojo não seja obra de nascença mas tratar-se da evolução de uma mais antiga. Assim e sem testemunhos fiáveis, é provável que existam outras peças mais rudes que acabam por ser as ancestrais predecessoras. É o caso da singular talha (J-1) classificada como sendo proveniente do Cojo. No livro *Exposição Retrospectiva de Luís Augusto de Oliveira* pode ler-se “ (...) consultamos o douto archeologo snr. Marques Gomes, que nos informou dever ella ser attribuida à fabrica do Cojo.”²⁶⁰ O monograma emoldurado por flores a azul e contornos a vinoso, de características decorativas típicas do séc. XVII, remete a peça para este período de laboração.

Ficha J-1

Talha
Museu Municipal de Viana do
Castelo

Peça modelada, bojuda, piriforme com gola alta e saliente. Três asas torcidas. O bojo tem medalhão oval, a azul e vinoso, envolto por flores e no seu interior a descrição I. e M.

Altura [40,7 cm]

²⁶⁰ OLIVEIRA, Luiz Augusto de. *Exposição retrospectiva de Cerâmica Nacional em Vianna do Castelo no ano de 1915. Breves Estudos por Luiz Augusto de Oliveira*, O Comércio do Porto, Porto, 1920 p. 172

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Ficha O-1

Canjirão
Museu Municipal de Viana do
Castelo

Peça modelada de bojo esferóide,
assente em colo baixo. Alto
tronco-cilindrico com bordo
saliente. Asa lisa e larga. Na
decoração frontal, um ramalhete
de flores silvestres. A folhagem
repete-se em ramúsculos. No
tardoz esta peça tem a marca de
AV RO FB a vinoso.

Altura [32 cm]
Diâmetro. [22,2 cm]
Diâmetro. [12,2 cm]

5.2 Segundo período / Maturidade

O desenvolvimento da fábrica coincidiu com a fase de maturidade das grandes fábricas e apogeu artístico da história da faiança. Pela quantidade de espécimes que temos, pela variedade dos motivos e dos esquemas de composição, qualificamos este período como o mais longo da história Cojo

Este não foi o período de maior originalidade; verificámos que os artistas foram receptivos a influências exteriores, tendo por vezes sabido transmutar e criar.

Estas influências patentes nas formas e nos motivos, fundamentam-se nos registos paroquiais estudados e analisados por Inês Amorim, quando reconhece a presença de três artistas ligados ao fabrico de louça, oriundos da zona norte do país. Esta mobilidade de mestres e artistas foi fundamental para a disseminação de conhecimentos, técnicas e repertórios. Para além disso o início da actividade do Cojo deve-se a Vicente Pedrosen da Silva, homem de negócios do Porto, que eventualmente terá privado com outras fábricas do Norte antes de se dedicar a esta unidade em Aveiro.

Em Portugal, o fabrico da cerâmica vivia o apogeu artístico. A Fábrica do Rato, introduziu novos gostos e renovou a indústria da faiança. Nos finais do séc. XVIII e princípios do séc. XIX, quase todas as fábricas portuguesas produziram louça com um motivo apelidado *flor do morangueiro*²⁶¹, inspirado na faiança francesa de Rouen. (HH-1) A fábrica do Cojo não foi excepção e introduziu a flor do morangueiro com vários feitios e disposições. No prato (C-1) a sobriedade e a elegância do desenho, revelam o bom gosto e maestria

261 HENRIQUES, Paulo. *António Capucho – Retrato do Homem através da Coleção Cerâmica Portuguesa do séc. XVI a século XX*. Livraria Civilização Editora. Barcelos, 2004, p.103. A propósito da flor de morangueiro, refere “ (...) deve o seu sucesso à facilidade de execução, o que permite custos baixos na manufactura, mas também à sua flexibilidade na adaptação a diferentes formas, constituindo-se como ideal para serviços.”



dos artistas e reforça a tese que a sua produção podia competir com os produtos congéneres saídos das fábricas de Coimbra.

As terrinas concheadas de Vandelli (AA-1) indiciam uma produção em perfeita sintonia com o período/estilo neoclássico. Relativamente à fábrica do Cojo apenas encontramos uma peça com estas influências, (F-3) apresentando, entre outros, um motivo conhecido por *à la Reine*, um quadriculado com as arestas preenchidas por flores ou quadrilóbulos, muito em voga nesta época.

Para além deste motivo, identificamos frequentemente outros elementos naturalistas, nomeadamente as rosas, túlipas, peónias em forma de ramo solto ou bouquets, grinaldas de folhagens, as faixas que ondulam em enrolamentos entrecruzados de folhagens e filetes vegetalistas, as barras de espinhas ondeadas (F-2), (G-1), (G-2), (I-1).

Tal como acontece na Real Fábrica do Juncal, em que as avencas são os elementos que imediatamente denunciam a origem da produção, na fábrica do Cojo são as cercaduras que alternam entre manchas, e as linhas sinuosas solitárias nos bordos das peças que identificam o estilo (C-1), (B-3), (B-2), (A-6), (A-4).

Estes motivos aparecem nos bordos das bases das terrinas, jarras e dos pratos, sendo os motivos principais colocados nos lugares de maior destaque das peças.

Na linha do que fizeram outros centros cerâmicos de maior nomeada, a fábrica do Cojo produziu uma vasta gama de utensílios tanto para preparação de alimentos como higiene corporal ou decoração, novas formas que traduziam a exigência do mercado, como as bacias de barba, tinteiros, areeiros, talhas, potes, floreiras, canecas antropomórficas, terrinas, travessas, conjunto de chá entre outros. Estes objectos na generalidade reflectem também preocupações decorativas de acordo com as tendências e exigência da clientela.



Ficha B-2

Travessa

Colecção Arq. Anselmo Teixeira

Peça moldada, formato oval com bordo recortado e ondulado, covo acentuado com aba côncava. Na reserva ramo acentuado na verticalidade. No bordo da aba uma cercadura larga, dividida em segmentos entre um filete liso e outro serrilhado. No tardo esta peça tem a marca de F,FB, em vinoso.

Altura [1,2 cm]
 Comp. [24 cm]
 Larg. [16,3 cm]





Ficha F-2

Floreira de Parede
Museu Nacional Soares dos Reis

Peça moldada. Decorada a vinoso com motivos vegetalistas. A face superior tem pequenos orifícios e três elementos florais.

Altura [13 cm]
Larg. [12 cm]



Ficha F-3

Floreira de encostar
Ateneu Comercial do Porto

Peça moldada. A cor azul está presente em toda a decoração.

Altura [13 cm]
Larg. [12 cm]



Ficha F-5

Par de floreira de encostar
Ateneu Comercial do Porto

Peça moldada. Formada de meio tronco
de cone invertido com caneluras. A face
superior apresenta vários orifícios.

Altura [16 cm]

Largura [15 cm]



Ficha G-2

Bule
Museu Nacional de Soares dos Reis

Bule moldado, bojo cilíndrico, com as paredes caneladas, assente em colo baixo. Bico contracurvado em forma de “S”. Tampa de encaixe em calote, com aba saliente e pega em botão. Em volta da garganta e tampa desenham-se dois filetes de folhas ondulantes e entrecruzados. Na asa, tracejado transversal e no bico um botão de flor. Toda a decoração é pintada a vinoso. No tardoz esta peça tem a marca FB_C em vinoso.

Altura [10,3 cm]
Diâmetro [10 cm]



Ficha G-1

Bule
Colecção Dr. António Vinagre

Peça moldada de bojo cilíndrico, assente em colo baixo. Tampa de encaixe em calote, com aba saliente e pega em botão. Em volta da garganta e tampa desenham-se dois filetes de folhas ondulantes e entrecruzados. Na asa, tracejado transversal, no bico botão de flor. O bico é contracurvado com remate superior em forma de cabeça de animal, supostamente de uma enguia. No tardoz esta peça tem a marca de FB_C em vinoso.



Em termos tecnológicos é possível detectar no esmalte branco, a presença de numerosos pontos de oxidação de cobre no vidrado, levemente esverdeados, o que pode indiciar uma deficiente mistura dos elementos que entraram na sua composição (B-2).

No mesmo período registámos vidrados diferentes sendo uns mais lácteos que outros, situação corroborada por Manuel Dias Baptista, memorialista da Academia de Ciências, quando afirma, referindo-se à louça branca fina, que usando diferentes proporções de cal de chumbo e de estanho, a que, por vezes e diferenciadamente, se junta cobre, ferro ou antimónio, poderia originar tonalidades diversas nos vidrados.²⁶²

Em todo o período a produção apresenta uma linguagem decorativa predominante vinosa e alguns registos em azul.

5.3 Terceiro Período / Prenúncio de declínio

Os poucos espécimes que temos deste período levam-nos a questionar o paradeiro das mesmas. No Catálogo da Exposição Distrital de Aveiro (1882) é referido que o Sr. José António Resende (herdeiro dos últimos proprietários da fábrica) “(...) tinha uma importante colecção de peças, que por razões que desconhecemos, não foi exposta.”²⁶³ São relatos como estes que nos levam a crer na existência de muitas peças por descobrir e nos incentivam a continuar. A sua dispersão e desconhecimento enquanto identidade Cojo, geram lapsos apreciáveis de tempo que obliteram a história da fábrica.

262 BAPTISTA, Manuel Dias. *Ensaio de uma descrição física e económica de Coimbra e seus arredores*, in *Memórias Económicas da academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815*, 1. vol., Banco de Portugal, Lisboa 1990, p.221

263 GOMES, Marques e VASCONCELLOS Joaquim. *Exposição Distrital de Aveiro em 1882: Relíquias da Arte Nacional*. Grémio Moderno, Aveiro, 1883, p.40



Ficha B-4

Travessa
(Adaptado, Faiança Portuguesa séculos
XVIII-XIX. Coleção Pereira de
Sampaio, 2009)

Travessa moldada, formato oval com
bordo recortado e ondulado, covo
acentuado com aba côncava. No centro,
na reserva um ramo de morangueiro
acentuado na verticalidade. No bordo da
aba uma cercadura larga, dividida em
segmentos entre um filete liso e outro
serrilhado. No tardo de esta peça tem a
marca de FB_λ (entrelaçado) e um
3sublinhado, toda a decoração em
vinoso.

Largura [30 cm]
Comprimento [44 cm]



Ficha A-4

Terrina
Museu Nacional de Soares dos Reis

Terrina moldada, oval, com o corpo e tampa moldados em gomos. Peanha estrangulada na ligação ao bojo com o bordo recortado a acompanhar os gomos. Asas coladas, formando um entrançado. Tampa em calote rebaixada com bordo saliente, pega em forma de botão de flor.

De cada lado do bojo, um ramo longitudinal de morangueiro, a folhagem repete-se em ramos de folhas. No bordo, uma cercadura larga a vinoso dividida em segmentos, entre um filete serrilhado e outro liso. Na base, um filete ondulante. A decoração é pintada em vinoso e a pega da tampa pintada a verde. No tardoz esta peça tem a marca 2, sublinhada e pintada a vinoso.

Altura [23,5 cm]

Larg. [26 cm]

Comprimento [36,5 cm]

Deste período restam alguns espécimes que tentámos confrontar com os documentos que resistiram ao tempo e os testemunhos que respeitamos e validamos.

Não há mudanças abruptas entre um período e o que se segue. O que essencialmente identifica este período são mudanças de proprietários, evolução de novos processos de trabalho e acontecimentos político-sociais. As formas persistiram e provavelmente a gramática decorativa manteve-se. No entanto e por uma questão organizacional, identificamos neste período duas fases distintas; a primeira marcada pelo reconhecimento régio e uma segunda pela mudança de proprietário.

A designação de Real Fábrica foi concedida pela Rainha Maria I em consequência da perfeição dos seus produtos. Supomos que a partir desta data e com a apertada fiscalização na produção, as pastas e os vidrados tenham melhorado. Além do apuramento da pastas e técnicas de fabrico, verificou-se com a entrada de João Pereira Bastos“(...)perito na arte de manufacturar louça de várias qualidades, com diferentes vernizes e tintas (...)”²⁶⁴, a fábrica terá utilizado novas receitas e ensaiado decorações policromas, utilizando além do vinoso, os amarelos, azuis, laranjas e verdes, (B-1), (Q-1), (Q-3).

Registámos igualmente influências das faianças de Massarelos, nas pegadas das tampas em formas de frutos (peras e alcachofras) e flores decoradas a verde e amarelo (A-2), (A-4), (A-6).

Apesar de só possuímos o espécime (B-1), o que limita a apreciação, presumimos que numa fase mais avançada vão tentar imitar processos de outras fabricas, como as louças de Miragaia ou Massarelos.

Comprovamos este argumento na publicação evocativa da *Exposição Distrital de Aveiro* (1882) onde Marques Gomes e de Joaquim Vasconcellos

²⁶⁴ AMORIM, Inês. *Cerâmica de Aveiro no séc. XVIII*. In. Revista da Faculdade de Letras, Porto. 1996, p.413

Ficha Q-5

Caneca Antropomórfica
Museu Nacional Soares dos Reis

Caneca moldada. Figura masculina, de pé. Assenta sobre uma base quadrangular irregular e tem nas costas uma asa. Trajado à Napoleão com um chapéu tricórnico. A decoração é pintada a amarelo, verde e vinoso.

Altura [33,8 cm]





Ficha N-1

Cafeteira
Museu Municipal Soares dos Reis

Peça moldada, bojo periforme arredondado na parte inferior, assente sobre peanha elevada e estrangulada na ligação ao bojo. Asa elevada assente no bojo e na gola. Bico contracurvado com remate superior em cabeça de animal. Tapa de encaixe em calote, com aba estreita e revirada para o exterior, pega em forma de botão. Toda a peça é esponjada a vinoso. No Tardoz tem a marca F. A° pintada a azul.

Altura [27,8 cm]



Ficha M-1

Caneca
Museu Municipal Soares dos Reis

Peça moldada, em forma de cão sentado sobre as patas traseiras. A cabeça assume a função de tampa e a cauda com enrolamento na extremidade, de asa. Assente numa base rectangular irregular. Em volta da base uma cercadura esponjada a vinoso

Altura [20,6 cm]



Ficha M-2

Caneca fragmentada
e incompleta
Convento do Lorvão

Peça moldada, em forma de cão sentado sobre as patas traseiras a cauda é a asa com enrolamento na extremidade. Assente numa base rectangular irregular.

Altura [?? cm]

Ficha Q-4

Caneca Antropomórfica
Mulher
Coleccionador Dr. Paulo Achman

Peça moldada. Figura feminina,
trajada à moda da região de
Aveiro nos anos 80 do séc. XIX,
assente sobre uma base
octaedríforme.
O cabelo entaçado forma a asa.

Altura [32 cm]



referem, “No princípio do século actual a olaria apresentava largas tendencias para o seu aperfeiçoamento, principiando a produzir louça vidrada de magnifica qualidade. A côr do esmalte era verde, empregando-se tambem algumas vezes, ainda que poucas o amarello”.²⁶⁵

A par do que como acontece com outras fábricas, registámos também a produção de canecas antropomórficas femininas e masculinas. A figura masculina traça à moda do séc. XVIII com calção e casaco curto, tendo sobre as costas um capa e na cabeça um chapéu de três bicos (Q-5). Curiosamente encontrámos uma peça muito idêntica ao nível da forma da figura masculina, na Fábrica de Sargadelos (Galiza); (BB-1). Esta peça marcada com um S corresponde ao primeiro período de produção entre 1806 e 1832 e dado as características do chapéu foi denominada de *Napoleón*. Assim, associamos esta peça e a nossa ao período das invasões que coincidiu com a “(...) interpretação de propostas e motivos decorativos associados a uma visão solene e comemorativa da figura de Napoleão.”²⁶⁶

Localizámos outros modelos que retratam a figura feminina de formas corpulentas, muito idêntica à figura masculina, o que nos leva a supor fazer parte do conjunto (Q-6). É patente na policromia o domínio técnico das várias cores.

Apesar de termos perdido o rasto a uma peça marcada com as iniciais da fábrica do Cojo (Q-2), sobre a qual nos debruçaremos no capítulo VII, encontrámos mais dois modelos que, embora não estando marcados, indiciam tratarem-se de peças provenientes do mesmo molde e supostamente da mesma unidade fabril (Q-3) e (Q-4). Trajam estas figuras saia comprida,

265 GOMES, Marques e VASCONCELLOS Joaquim. *Exposição Distrital de Aveiro em 1882: Relíquias da Arte Nacional*. Grémio Moderno, Aveiro, 1883, p.40

266 PAIS Alexandre. e MONTEIRO João. *A Faiança Neoclássica*. in. *Cerâmica Neo-Clássica em Portugal*. IPM. Lisboa. Portugal, 1997, p.47

Ficha J-2

Talha
Museu Municipal de Viana do Castelo

Peça modelada, bojuda, piriforme de gola baixa e saliente.
Quatro asas torcidas e bastantes ornatos esculpturados colados, pequenas incisões em grupos de duas circunferências tangentes ou secantes.

Altura [42 cm]





Ficha C-3

Prato
Museu Nacional Santa Joana

Peça moldada, formato circular,
covo e aba acentuadas. No bordo
um filete esverdeado.

Diâmetro [??? cm]



Ficha D-1

Tijela esponjada
Colecção Arq. Anselmo Teixeira

Diâmetro [???]



corpete, avental e chapéu de abas largas. As asas foram resolvidas na parte posterior com o cabelo entrançado da figura.

Na publicação evocativa da *Exposição Distrital de Aveiro* (1882) de Marques Gomes e de Joaquim Vasconcellos, e na secção referente ao vestuário então exposto, encontrámos a imagem de um vestido que, dado as semelhanças, imaginamos ter inspirado o modelador das peças acima referidas (EE-1).²⁶⁷

Embora o molde nos pareça idêntico, os diferentes registos cromáticos individualizam e caracterizam a peças, espelhando o vestir da nobreza e o do povo.

Além destas jarras antropomórficas, encontrámos e registámos duas canecas em forma de cão sentado sob as patas traseiras. São classificadas com provenientes do Cojo pela decoração vinosa, e pelo tom esverdeado do vidrado, (M-1) e (M-2).

A segunda fase, mal conhecida, é marcada por nova mudança de proprietário. Sob a direcção de Custódio Ferreira Silva registamos uma alteração radical da produção e marcação de peças (C-4). Dos espécimes que chegaram até nós podemos afirmar, pela excelente qualidade das peças, a homogeneidade e distribuição regular dos pigmentos e o esmalte brilhante, revelam uma grande evolução técnica relativamente aos períodos anteriores (N-1). A delicadeza do traço fino que era característica de outrora, muda em favor da técnica de largas pinceladas (I-3). A exiguidade das peças disponíveis não nos permite definir com mais justeza esta fase.

No Mapa das fábricas da Comarca de Aveiro de 10 de Junho de 1802, constata-se que a fábrica laborava em dois lugares distintos sob a direcção de Custódio Ferreira da Silva. Este documento, em algumas partes ilegível, dá conta que esta unidade fabril “(...) ocupava (...)” no total 15 operários, um número indeterminado de “(...) carreiros na condução dos barros (...)” e que “O estado actual é menos florescente que [...] princípio e dizem os proprietários provocado primeiro pelas muitas que há de semelhantes

Ficha E-2

Tinteiro
Museu Municipal de Viana do Castelo

Peça moldada, de base hexagonal. A cor verde predomina. As faces são decoradas com desenhos geométricos em orlas, círculos e rosetas.

Altura [6,3 cm]
Comprimento [9 cm]

Ficha R-1

Par de Jarrinhas
Museu Nacional Santa Joana

Peças modeladas. Decoradas com grinalda ondulante e conjuntos de três elementos florais. Asas coladas em forma de “S”. Esmalte amarelo e pintada a vinoso e azul.

267 GOMES, Marques e VASCONCELLOS Joaquim. *Exposição Distrital de Aveiro em 1882: Relíquias da Arte Nacional*. Grémio Moderno, Aveiro, 1883.

géneros de que resultam empates na exportação e segundo por falta de meios dos proprietários para maior laboração [...] a falta de exportação.”²⁶⁸

Em 1818, o *Mapa de todas as Fabricas* de Aveiro, faz referencia a uma única fábrica de louça, denominada Fábrica Real de Louça propriedade de Domingos Joze Ferreira Barbosa e Companhia, e apesar do seu estado decadente continua a produzir louça vidrada fina e grossa e empregavam um mestre, três oficiais, oito aprendizes e um servente.²⁶⁹

5.4 Quarto período / Recomeço

Depois das Invasões francesas que vieram afectar a economia portuguesa e por consequência a indústria da faiança, a fábrica entrou em declínio. Este período correspondeu à decadência da faiança artística fina que fizera glória no primeiro período, dando lugar ao nascimento e apogeu de uma faiança artística de carácter escultórico. Cremos que optaram por uma estratégia diferente, ditada pela falta de recursos económicos e a concorrência que então se fazia sentir por parte de outras fábricas, que entretanto prosperaram.

O Inquérito Industrial de 1881, descreve esta unidade pelas suas formas e cores e apesar da “ (...) qualidade ordinária (...)”²⁷⁰, chegaram até nós algumas obras notáveis tanto em escultura como na cerâmica.

Os pintores não tinham a destreza dos que os precederam, a ingenuidade do desenho alia-se à ingenuidade da tinta, os motivos são simples, as cores são puras e ganham originalidade e espontaneidade nas mãos do hábil do escultor Pedro Serrano.

268 AHMOPC - JC- n.12, 12/6/1802

269 AHMOPC-JC,n.12, 1814

270 Inquérito Industrial de 1881. Inquérito directo. Segunda parte. Visita às Fábricas, Lisboa, 1881. p.277



Ficha K-3

Boião
Museu Municipal de Viana do Castelo

Peça modelada, bojuda, piriforme de gola baixa e saliente.
Asas torcidas rematadas com mascarões.
Ornatos de flores colados, pequenas incisões em grupos de quatro circunferências tangentes ou secantes.

Ficha K-2

Boião
Convento de Lorvão

Peça moldada, bojuda, piriforme e gola baixa e saliente. Asas torcidas e ornatos colados.
Esmaltes escorridos em amarelo-tostado e verdes

Altura [??]



Ficha J-3

Talha
Museu Nacional Machado de Castro

Peça moldada, bojuda, piriforme e gola alta e saliente.
Asas encurvadas e mascarões.
Ornatos colados, pequenas incisões em grupos de quatro circunferências tangentes ou secantes. Esmaltes escorridos em amarelo- tostado e verdes

Altura [??]





Ficha I-2

Pote
Convento de Lorvão

Peça moldada, bojuda e gola alta.
Pegas coladas salientes em forma
volutas. Esponjada esverdeado.

Altura [??]



Ficha K-5

Boião
Museu Santa Joana

Peça moldada, bujuda. Gola baixa
reforçada por anel saliente.
Manchas esverdeadas em efeitos
escorridos.

Altura [??]

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Ficha K-4

Par de Canudos
Museu Santa Joana

Peça modelada, tubular. Gola
baixa reforçada por anel saliente.
Manchas esverdeadas em efeitos
escorridos.

Altura [??]

As talhas, produção típica deste ciclo, expressam o género desta unidade e revelam a habilidade do mestre em formas de relevo extrínsecos ao objecto, como as carrancas, as rosetas, os botões e palmas, feições, que não se inventam nas máquinas, (J-2), (J-3), (K-1).

A par da produção de louça ordinária e sendo barrista, Pedro Serrano (Sarrano) assinou, pelo menos na década de 40 e 50, um conjunto significativo de imagens religiosas de pequena e média dimensão, em barro vermelho, (S-1), (S-2), (S-3), (S-4).

Típicas desta fase são igualmente as técnicas dos esponjados e esmaltes escorridos, (E-2), (D-1), (K-4), (K-5). Esta última constitui a técnica mais expressiva pelos informes aspectos que resultam, conseguindo despertar sentimentos no espectador. Arthur Sandão refere esta produção de “(...) louça de arcaica feição.”²⁷¹

As manchas verdes, as pinceladas sem disciplina, dão um aspecto de borrões, mas de modo inconsciente revelam ritmo e mais liberdade criativa que na pintura industrial onde, ao levar os processos reprodutivos aos seus limites esquecem-se da natureza essencial da arte, a sua originalidade.

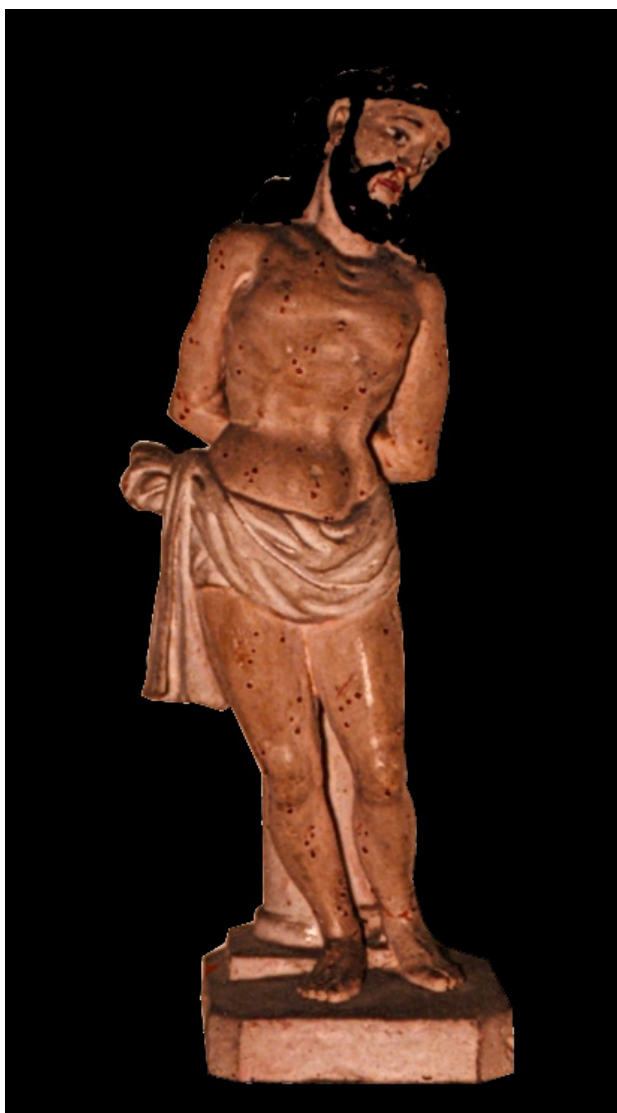
Para além destas características regista-se o recurso às cercaduras com filetes, ponteadas ou em espirais.

Esta fase marcada pela utilização da cor verde regista também a utilização de outras cores nomeadamente os tons quentes do amarelo torrado, os castanhos, e o vinoso, (A-3), (C-2), (R-1), (R-2).

A produção, para além destas características, é pesada, revela pastas de cor avermelhada e o vidrado produz um brilho mate.

271 SANDÃO, Arthur. *Faiança Portuguesa, séculos XVIII e XIX*. Livraria Civilização. Porto, 1976, p.191





Ficha S-3

Ecce Homo
Colecção particular

Altura [??]

Ficha S-1

Santa
Museu da Palhaça





6T 9610
CORREIO VELHO
ATK.



FAI
242

SALA BRANCA

F. B.

S10001
107 SCF
085

IO DO CORREIO-VELHO

LÁCIO DO CORREIO-VELHO
COLEÇÃO
Dr. ARTUR

Capítulo VI

Identificação

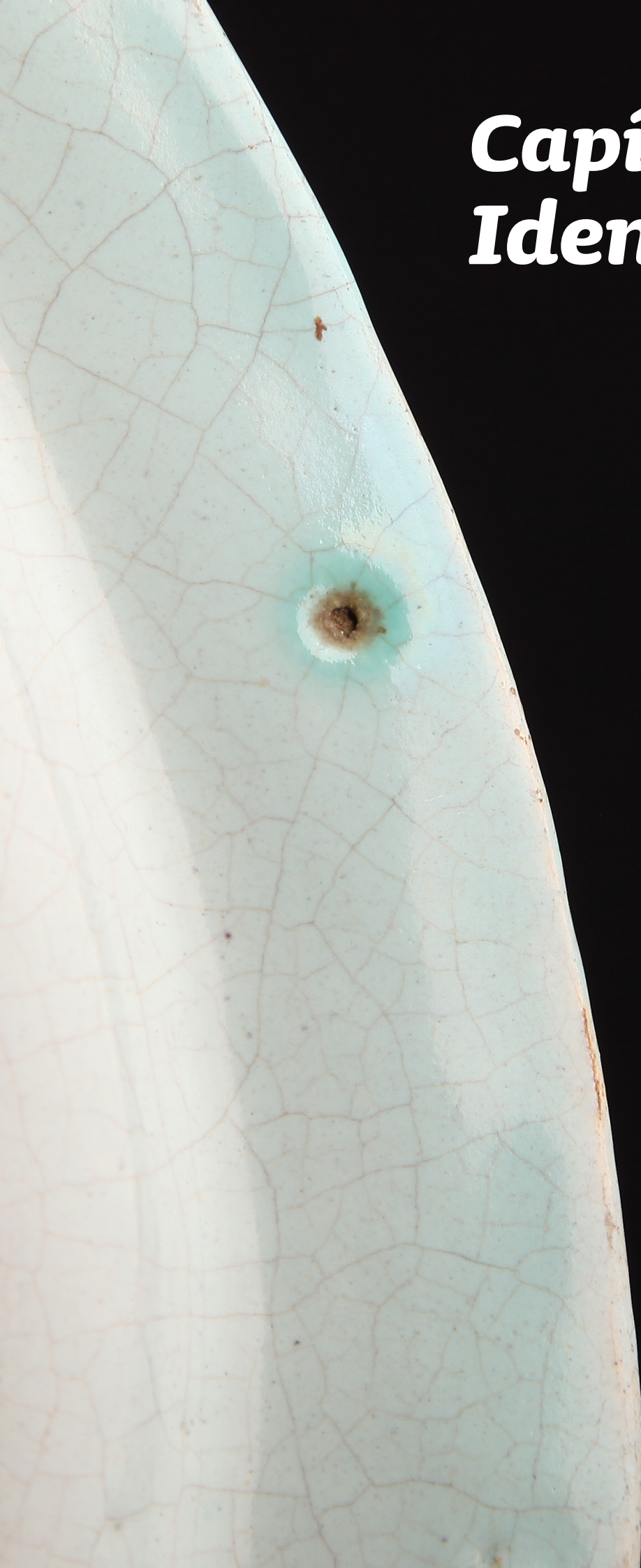


Figura 32.
Tardoz de travessa (B-2)

“(...) a cerâmica não se trata de uma ciência exacta como a matemática ou a química, mas depende das sensibilidades de cada um.”²⁷²

²⁷² LOPES, Carlos da Silva. *Estudo da História da Cerâmica*. Gabinete de Estudos de Artes Decorativas da Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2004, p.18

A correcta identificação e classificação de peças não marcadas foi um objectivo crucial nesta investigação. Normalmente, estabelecem-se uma série de analogias entre exemplares marcados e não marcados. No caso da fábrica do Cojo, o reduzido número de peças marcadas gerou conjecturas erróneas, sendo vários os espécimes referidos como provenientes de fábricas congéneres.

Sempre que descobrimos uma nova peça, alegadamente proveniente do Cojo, foram tomadas em consideração as suas características extrínsecas, comparada com os espécimes constantes no banco de imagens, à data, conseguido e sempre que possível, a aplicação interpretativa dos vários tipos de fontes escritas. A contribuição de cada peça, nomeadamente ao nível da marca, forma, pormenores decorativos, características do vidro etc, permitiram classificá-la como peça de referência proveniente da fábrica do Cojo e pela similitude identificar um outro conjunto significativo de espécimes atribuíveis à mesma fábrica.

Conscientes da subjectividade das analogias, este estudo procurou ir mais longe que a premissa “Estudar, comparar e deduzir (...)”²⁷³. assim realizámos, sempre que possível e de forma inédita, análises químicas às pastas e aos vidrados para encontrar respostas complementares e melhor identificar e caracterizar a produção.

273 VITORINO, Pedro. A cerâmica Portuense, Editora Apolino, Gaia, 1930, p.6

6.1 Marcas

Apesar de aparentemente não existir uma regra de marcação, os objectos marcados correspondem a uma inovadora manifestação em Portugal de identificação do centro produtor. A marca demonstra a consciência do valor e o prestígio dos centros produtores. No caso da fábrica do Cojo, o reduzido número de peças marcadas pode indicar a falta de sentido comercial dos proprietários ou o reduzido êxito do fabrico. São, contudo, variadas as marcas que podemos constatar nestas peças. Entre as mais semelhantes registam-se por vezes pequenas diferenças que mereceram ser confrontadas e analisadas.

Até há relativamente pouco tempo a marca FBc era atribuída à Fábrica da Bandeira que, na opinião de José Queirós, correspondia à fábrica situada no Largo da Bandeira, em Vila Nova de Gaia.²⁷⁴

A proveniência desta marca foi posta em causa pelas demais características das peças, que em nada se identificavam com a produção da fábrica Bandeira e sobretudo pela marca AV RO FB do Canjirão O-1. O Dr. Luiz de Oliveira, no livro *Exposição retrospectiva de cerâmica Nacional em Viana do Castelo no ano de 1915*, refere esta peça como sendo proveniente de Aveiro.²⁷⁵

As suas características decorativas e a sigla AV RO inegavelmente confirmam a sua origem e retiram ao monograma FB o significado de Fábrica da Bandeira.

274 FERNANDES, Isabel. ; RIBEIRO, Maria. ; REIMÃO, R Rute. ; CALADO, Rafael. *Faiança Portuguesa do Ateneu Comercial do Porto*. Ateneu Comercial do Porto, Porto, 1997 p.136

275 OLIVEIRA, Luiz Augusto de. *Exposição retrospectiva de Cerâmica Nacional em Vianna do Castelo no ano de 1915. Breves Estudos por Luiz Augusto de Oliveira*, O Comércio do Porto, Porto, 1920, p.172

Ficha O-1

Canjirão
Museu Municipal de Viana do
Castelo

No tardo, marca AV,RO F^hB, a
a vinoso.



Ficha A-1

Terrina
Coleção Arq. Anselmo Teixeira

No tardo de esta peça apresenta a marca FB_c (FB entrelaçado) a vinoso e três traços cortados por um maior ondulante.



Ficha F-1

Floreira de Parede
Coleção Arq. Anselmo Teixeira

No tardo de esta peça tem a marca de 'FB', a vinoso.

Altura [8,2 cm]

Larg. [12 cm]





Ficha B-2

Travessa
 Coleção Arq. Anselmo Teixeira

No tardoz esta peça tem a marca de F[^]B_^ a vinoso.

Altura [1,2 cm]
 Comp. [24 cm]
 Larg. [16,3 cm]



Ficha B-3

Travessa
 Museu Nacional de Soares dos
 Reis

No tardoz esta peça tem a marca de E[^]B_^ (entrelaçado) e um 4 sublinhado a vinoso.

Altura [3,2cm]
 Largura [25,5 cm]
 Comprimento [40 cm]

Ficha C-4

Prato
Museu Municipal Soares dos Reis

Peça moldada, circular, de covo acentuado e aba levantada e moldada em gomos. Assente num pequeno colo. No Tardoz tem a marca de F. A.º pintado a azul.

Diâmetro [31 cm]



Os espécimes marcados com FB, de variadas formas e cores, maior ou menor inclinação, entre ou com *acentos circunflexos* sobre letras sobrepostas, são habitualmente atribuídos à “Fábrica José Branco”, ou José Rodrigues Branco de Mello e Sampaio, referenciado nos vários documentos oficiais como proprietário da fábrica de louça branca em Aveiro

A consulta do capítulo Dicionário de Marcas na obra *Cerâmica portuguesa* de José Queirós revela, que sempre que se combinam letras num monograma é necessário atender à antiga ortografia para aclarar as diferentes



Figura 33. Marca (O-1)

Ficha N-1

Cafeteira
Museu Municipal Soares dos Reis

Marca F. A° a azul.





Ficha I-3

Par de Jarras de flores
Museu Santa Joana

Peça moldada, bojuda, piriforme
de gola alta. Decoradas com
arranjo de flores em tons de azul.
Na base, a marca F. A.º

Altura [23 cm]

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

combinações possíveis. ²⁷⁶ É o caso do monograma FIB ou IFB. A letra I deverá ser entendido como J dado que na ortografia antiga tem a mesma significação e segundo opina Dr. Luís de Oliveira, representará “Fábrica de José Branco”, dado que era propriedade de José Rodrigues Branco de Melo e Sampaio .

O monograma FIB ou IFB poderá igualmente representar a combinação dos nomes do proprietário José Rodrigues Branco com o primeiro administrador Januário Ferraz Barreto Teixeira Pimentel ou com o segundo administrador, João Ferreira de Sousa. Uma outra hipótese a ser considerada é que o referido monograma seja a marca do conceituado mestre João Pereira Bastos. Este mestre deixou igualmente e aqui sem dúvidas, a sua marca na formação de aprendizes.

276 QUEIRÓS, Jorge. *Cerâmica Portuguesa*, Litexa Editora, Lda. Lisboa-Porto, 2002, p.253

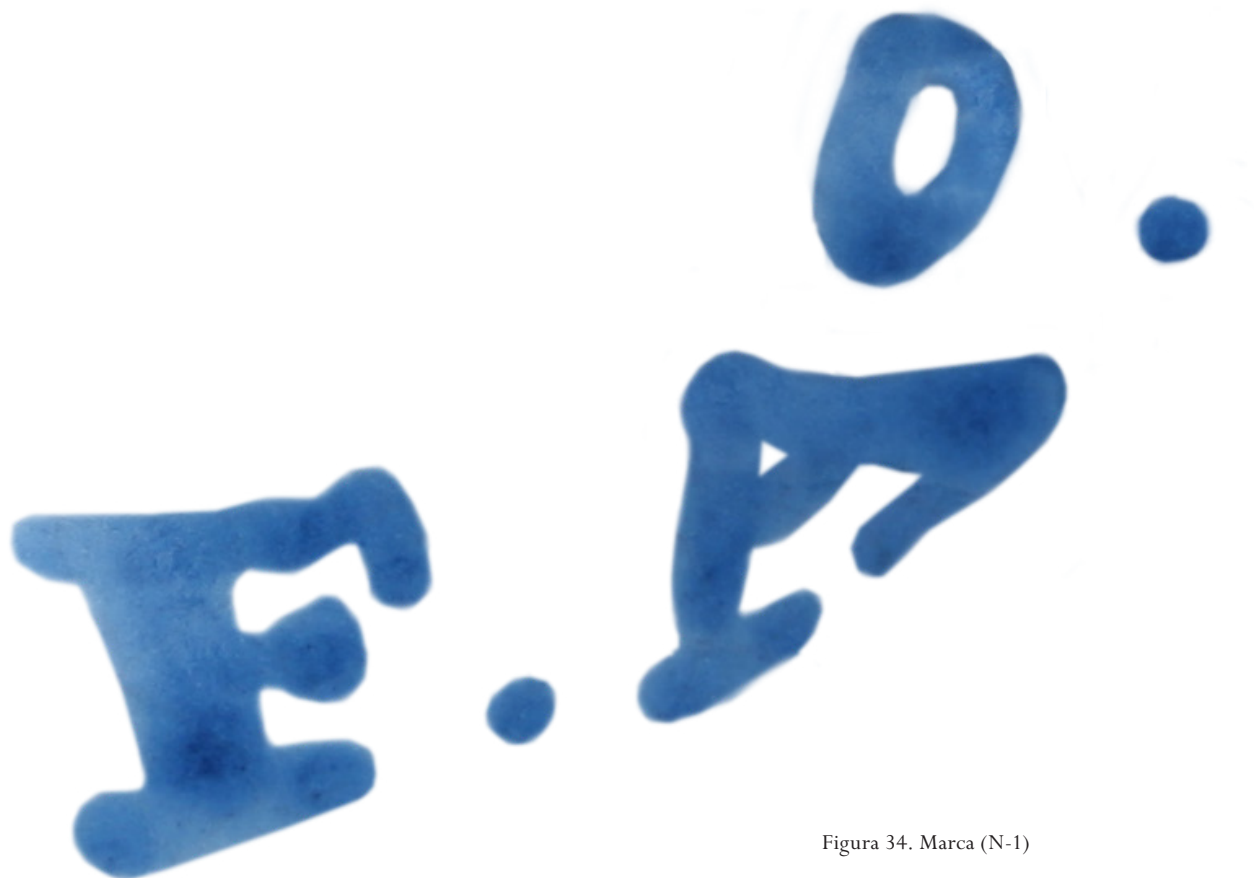


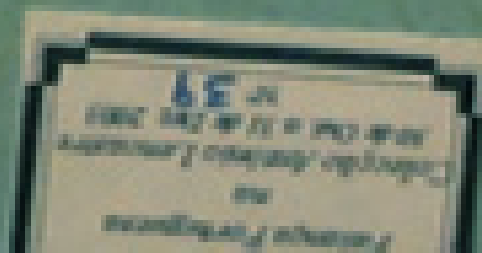
Figura 34. Marca (N-1)

Ficha B-1

Travessa
Colecção Mariana Castro

No tardoz esta peça tem a marca
de R.FN.^a AV^o a vinoso.

R.F.N.
A



Nestes monogramas registamos frequentemente a presença de símbolos em forma de acento circunflexo normalmente para acentuar a letra I (ou, e pelo acima exposto, a letra J). Por vezes estes mesmos símbolos surgem isoladamente e parecem representar, na abreviação das palavras e no reforço das siglas, implicitamente a presença da letra I. Segundo José Queirós é uma prática recorrente em várias fábricas do Norte do País esta forma de marcar as peças.²⁷⁷

Curiosa e graficamente interessante é a marca \hat{P} que, entre outras, apresentamos em anexo (CC-1) e provável abreviatura de POSSÍDONÔO.

O monograma FB de letras sobrepostas, seguido por um “c” foi classificado por Vasco Valente, na altura director do Museu Nacional Soares dos Reis, em artigo sobre a Cerâmica Artística Aveirense, como originário de Aveiro. Baseou a sua teoria nas marcas do canjirão de Viana do Castelo, concluindo que sendo essa peça da fábrica, todas as restantes “(...) peças marcadas com um monograma similar, seguido de um c pequeno, Cojo(...)”²⁷⁸ deveriam ser classificadas com a mesma proveniência.

A par das tais marcas encontramos uma outra variante $F^{\wedge}FB^{\wedge}$; B-2, que devido à similitude com o monograma FB e com as restantes marcas consideramos igualmente da mesma origem.

A variação da caligrafia deste monograma leva-nos a crer que corresponderá aos diferentes artistas que trabalharam na fábrica ao longo dos diferentes períodos de laboração.

Este monograma aparece por vezes acompanhado por números sublinhados, nomeadamente o 2, 3 e 4 que supomos representar o número do padrão ou o modelo (A-4), (B-4), (B-3).

²⁷⁷ *Ibid.*, p.ss

²⁷⁸ VALENTE, Vasco *Cerâmica Artística Aveirense – Breves Notas*. in: Guias-Dicionários Regionais, 1º Congresso Regional Ferroviário 1933, Vol I. Edições Geder, Lisboa, 1933, p. 126

Registamos também, a presença de um símbolo na forma de linha ondulada cortada por pequenos traços ligeiramente oblíquos. O facto de aparecerem em duas peças tão díspares como a terrina (A-1) e tinteiro (E-1), elimina o hipótese de identificarem padrões decorativos. Terão a ver com a identificação do pintor? A comparação do grafismo das marcas e a constatação da sua similitude, levam-nos a acreditar terem sido executadas pelo mesmo artista. Contudo, comparando as técnicas utilizadas e a qualidade da decoração somos assaltados pelas dúvidas; serão obras do mesmo autor? Serão peças contemporâneas? Significarão fases distintas de laboração e evolução do artista?



Figura 35. Marca (E-1)

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Singular, é também a marca encontrada na travessa (B-1). Centrada no tardo, a sigla R.FN.^a AV^o parece indicar Real Fábrica Nova de Aveiro e assim sendo, remeter esta peça para a época em que a fábrica do Cojo beneficiou deste privilégio Real.

Artur Sandão em *Faiança Portuguesa séc. XVIII e XIX*, partilha desta hipótese mas atribui outros significados à marca acima referida. “ A marca inscrita no verso compreende a sigla da origem e sobre ela iniciais soltas, R.F N^a, presumível abreviatura de Real Fábrica Nova, admitindo a vigência do privilégio ...” (A utilização das reticências e o facto de não aludir ao comunicado da Real Junta do Comércio, levam-nos a crer que desconhecia esse documento). Numa segunda interpretação, “ (...) a primeira letra R seguida de ponto revelará o nome do industrial; as imediatas talvez Fábrica Nova para designar a inovação cerâmica, cuja leitura auxilia o A reduzido ao alto do N”. Adianta ainda uma outra hipótese que considera menos lógica, mas que aqui reproduzo “ (...) as maiúsculas podem corresponder ao topónimo, ainda conhecido, Rua da Fábrica, com Nova em acréscimo, resultante da própria unidade ali fundada por Pedro Serrano “²⁷⁹

Há outras marcas que inegavelmente atestam a proveniência das peças e potenciam as hipóteses destas serem produtos da fábrica do Cojo. É o caso das marcas F.A^o, AV^oRO^oFB e mais explicitamente F. AVEIRO.

Quanto à cor, são raras as peças em que na marca é utilizada simultaneamente a cor azul da decoração. Ao longo deste trabalho apenas descobrimos e registámos dois espécimes com estas características (I-3), (F-3).

Igualmente especiais são as peças (N-1) e (C-4) dado serem os únicos espécimes marcados a azul, quando as cores utilizadas nas decorações são respectivamente o vinoso e o esverdeado.

279 SANDÃO, Arthur. *Faiança Portuguesa, séculos XVIII e XIX*. Livraria Civilização. Porto, 1976, p.194

As demais peças registadas, embora decoradas de forma distinta no que respeita à utilização das cores, foram usualmente marcadas a vinoso, o que parece indicar ser o seu registo guiado por norma pré-determinada.

Quanto à grafia das marcas não pudemos deixar de reparar e salientar as semelhanças encontradas em dois grupos de peças; o primeiro, a vinoso, é constituído pelas marcas R.FN.^aAV^o, AV[^]RO e F. AVEIRO, respectivamente (B-1), (O-1), (P-1) e o segundo, a azul, nas peças (N-1), (C-4), (I-3). Serão estes exemplares cronologicamente próximos entre si e produzidos em períodos de laboração distintos?

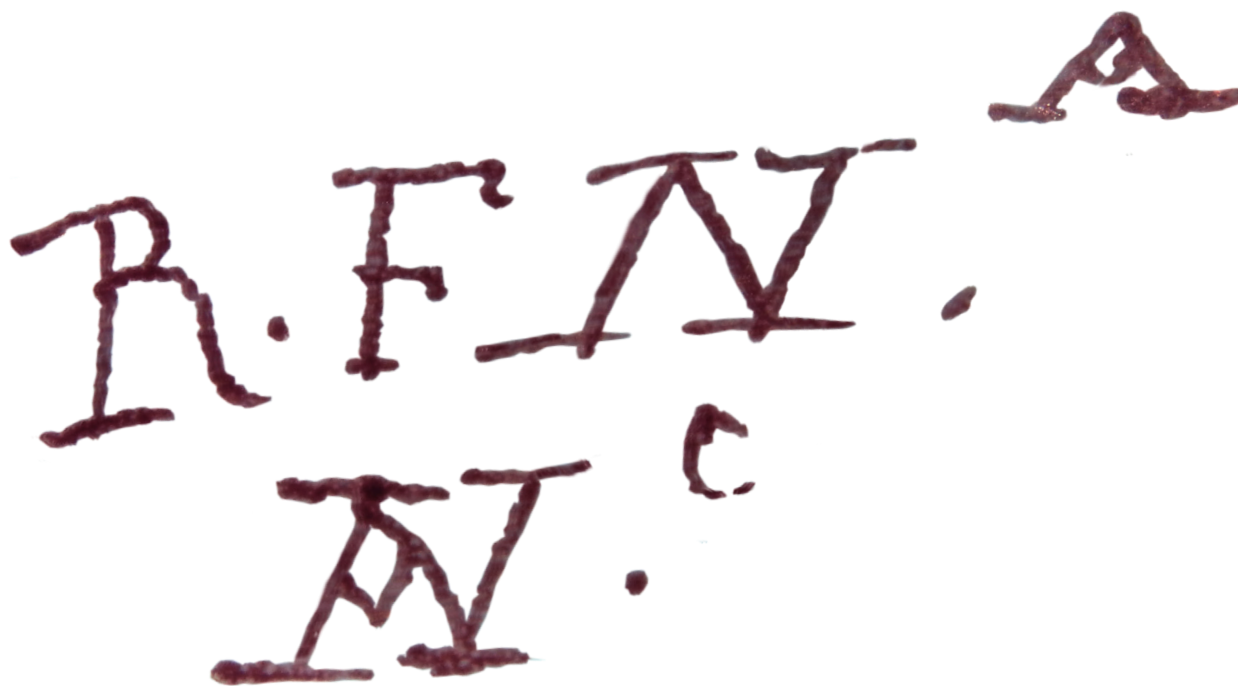


Figura 36. Marca (B-1)

6.2 *Análises Químicas*

Ao contrário do que verifica com os artefactos cerâmicos pré-históricos, estas análises não permitem a datação das peças mais recentes pelo que centrámos a nossa atenção na proveniência dos espécimes.

Neste sentido contactámos o Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade do Minho-TecMinho, que no âmbito do Projecto Procen, vinha a laborar uma base de dados com vista a conhecer melhor as características das produções cerâmicas.

“A análise química de materiais cerâmicos arqueológicos revela-se, frequentemente um auxiliar precioso para a investigação historia e arqueológica. Pela análise química pode-se estimar a proveniência de fragmentos encontrados em intervenções arqueológicas, ajudando a explicar circuitos de comercialização, rotas de abastecimento de matérias primas e locais de produção, por exemplo, matérias primas. A determinação de proveniência é efectuada mediante a comparação da composição química dos fragmentos com as composições químicas típicas de cerâmicas produzidas nos centros oláricos conhecidos. Tal comparação recorre a técnicas estatísticas apropriadas com as quais é possível avaliar a probabilidade de que um determinado fragmento tenha uma dada proveniência.”²⁸⁰ No caso da fábrica do Cojo, foram várias as situações que condicionaram este estudo:

280 CASTRO, Fernando. *Caracterização química e micro-estrutural de faianças portuguesas*. In: Museu Nacional Soares dos Reis, Instituto Português dos Museus, Lisboa, 2001, p.169

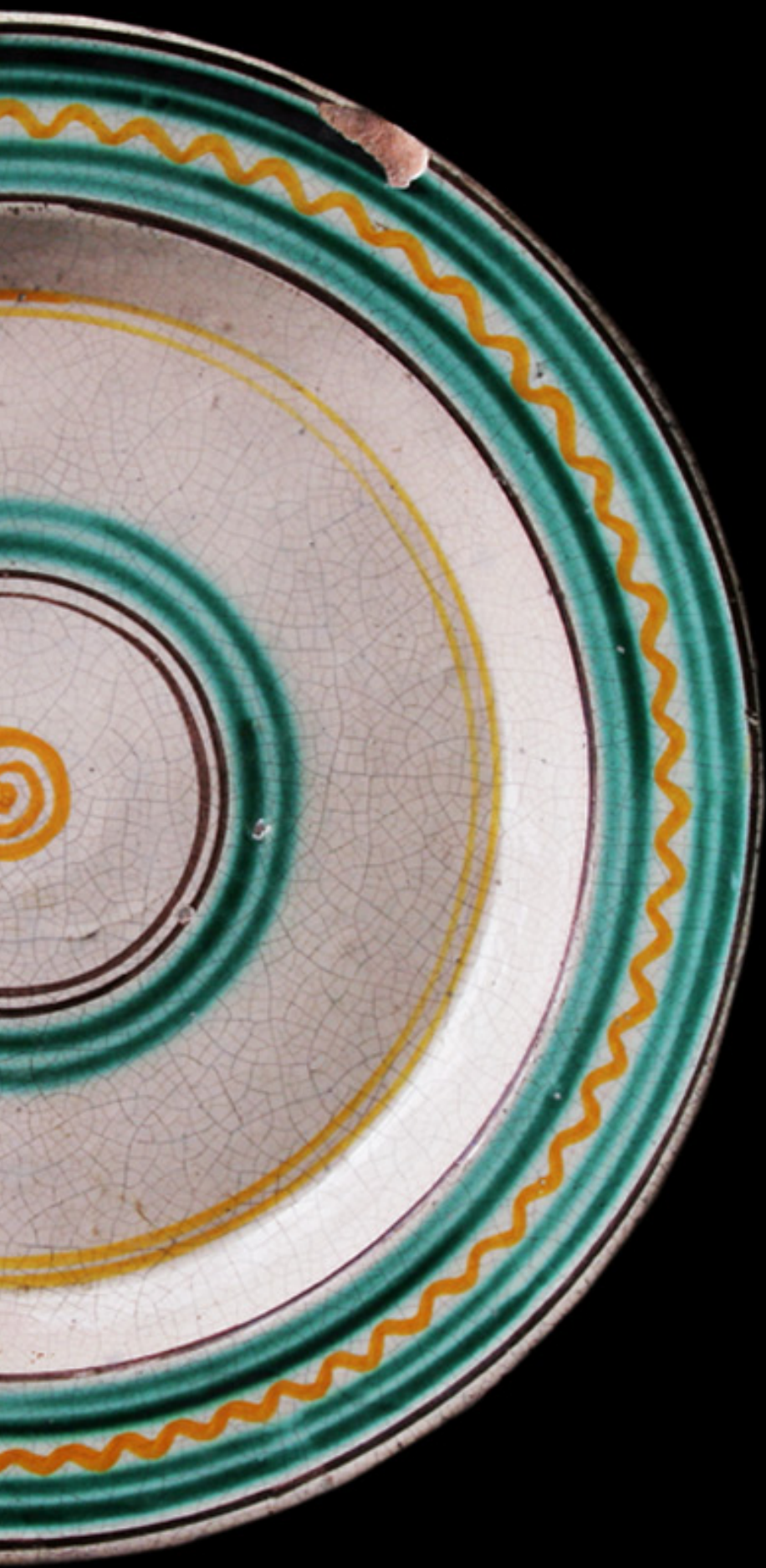
Ficha Q-1

Caneca
Museu Municipal Soares dos Reis

Peça moldada de bojo esferóide arredondado na parte inferior, assente em peanha estrangulada e gola cilíndrica. A tampa de encaixe em forma de calote. A asa contracurvada. O bojo é acentuado por uma barra em amarelo alaranjado e duplo filete em azul. Na gola e na tampa os duplos filetes azuis repetem-se.

Altura [24,5 cm]





- o lamentável facto de não terem sido feitas escavações arqueológicas no local onde estava implantada a fábrica e que pudessem ter salvaguardado vestígios da produção.

- a base de dados da TecMinho, não dispor de elementos sobre a zona de Aveiro, contemplando apenas as produções de Vila Nova de Gaia, Coimbra, Porto, Viana do Castelo e algumas amostras do Brasil.

- este método de análise ser invasivo e como tal, inviabilizar a recolha de um número maior amostras em favor da preservação e da integridade das peças.

As análises e conclusões obtidas foram interessantes para o trabalho em estudo, tendo também contribuído para o enriquecimento da base de dados do Departamento de Cerâmica da Universidade do Minho com dados sobre a zona de Aveiro, podendo potenciar futuros trabalhos de investigação.

Como o método de Espectrometria de fluorescência de raio X é demasiado invasivo, a ideia inicial do estudo de 20 peças foi completamente inexecutável. A necessidade de raspar parte da pasta e do vidrado em peças de grande valor patrimonial e afectivo, limitou a recolha de amostras. Assim conseguimos apenas analisar oito peças que, dadas as suas características decorativas ou marcas, eram consideradas como provenientes do Cojo.

Do primeiro período de laboração da fábrica foram analisadas três peças, quatro do segundo período e uma do último período. Salientamos o facto de três das peças exibirem marcas atribuídas à fábrica do Cojo; F.A°, FBc e R.FN^a AV°, respectivamente (I-3), (A-1) e (B-1).

A análise das pastas foi efectuada por técnicos especializados no laboratório da Universidade do Minho. Após o processo de raspagem de pasta e removido o vidrado (peso ideal de aproximadamente 4 gramas), esta foi moída e fundida numa pérola de vidro de metaborato de lítio que entra no porta amostra do equipamento. Após o cálculo de normalização das composições químicas a 100% em peso procedeu-se a um tratamento estatístico de análise multivariada, com vista a formar grupos de similitude

Ficha C-6

Prato
Colecção Arq. Anselmo Teixeira

Peça moldada, formato circular,
covo e aba acentuadas.

Diâmetro [???

química. Desse tratamento estatístico resultaram vários grupos, com uma composição química média e desvios padrões para os diversos óxidos.

Os resultados obtidos foram os espectáveis, idênticos às restantes fábricas do país com mais ou menos quantidades de elementos químicos. Porém o facto da análise não ter decorrido por vezes nas condições mais adequadas (peso das amostras recolhidas abaixo do ideal) retirou também alguma capacidade de precisão aos resultados.

Em todos os casos estamos perante uma composição típica das faianças mas com diferenças significativas em relação aos grupos que constam na base de dados (Vila Nova de Gaia, Coimbra, Porto, Viana do Castelo e algumas amostras do Brasil) reforçando a hipótese que se trate de produção da zona de Aveiro.

Sabendo que os barros utilizados na fábrica do Cojo também eram provenientes de Eixo, conseguimos reunir e submeter a análise um conjunto significativo de fragmentos de régulas, ímbrices e de um sector circular (para coluna), produzidos no forno cerâmico romano da referida localidade, (FF-1).

A análise destas amostras contribuíram para o enriquecimento da base de dados da Universidade do Minho e a fundamentação da origem das pastas.

Às amostras de Eixo, com uma elevada homogeneidade de composição química da pasta, concluem-se características das produções dos locais. Desta forma foi possível cruzar informações e estabelecer comparações com a produção da fábrica.

Após retirar os teores em CaO e MgO (passando-os para o valor médio deste grupo, 0,05% e 0,50%) e voltar a normalizar para 100% e admitindo que as pastas de faiança seriam produzidas por uma mistura de barros locais com cal (como acontece com as faianças de Santa Clara e Velha de Coimbra), é possível comparar, para os elementos maiores, essas composições de barros com as de proveniência conhecida constantes da base de dados.

Fáb. do Cojo Fichas	Segundo Período	Terceiro Período	Último Período	Conclusões
I-3 Par de Jarras de Flores Museu Santa Joana Marca: F.A.º				Aveiro/ Aradas
C-6 Prato Colecção Arq. Anselmo Teixeira				Inconclusivo
A-1 Terrina Colecção Arq. Anselmo Teixeira Marca: FBc				Inconclusivo
C-1 Prato Grande Museu Nacional Santa Joana				Coimbra/Barcouço
A-5 Terrina Museu Nacional Soares dos Reis				Aveiro/Eixo
A-8 Terrina Museu Nacional Soares dos Reis				Aveiro/Eixo
Q-1 Caneca Museu Municipal Soares dos Reis				Aveiro Sul Interior/ Bustos/Aguada
B-1 Col. particular Marca: R.F.N.º AV.º				Aveiro/Aradas

Quadro.3 Peças submetidas a análise | Conclusões

Ficha C-1

Prato Grande
Museu Nacional Santa Joana

Peça moldada, formato circular, covo e aba acentuadas. Na reserva um ramo florido acentuado na verticalidade. No bordo da aba uma cercadura larga, dividida em segmentos termina num filete serrilhado.

Diâmetro [??? cm]



Estas comparações permitiram classificar duas amostras, próximas do grupo de Eixo. Assim as amostras A-5 e A-8 com as respectivas distâncias euclidianas 2,17 – 2,03, ambas do Museu Nacional de Soares dos Reis / Porto, permitem admitir estarmos perante faianças de Aveiro.

Em relação às restantes amostras analisadas, os grupos mais similares, são a amostra Q-1 (Museu Nacional Soares dos Reis Porto) com a seguinte distância euclidiana 2,80 com o grupo Aveiro Sul Interior/Bustos/Aguada, que é constituído por 13 amostras e a amostra I-3 que corresponde ao grupo 5 de Aveiro, um pequeno grupo com 3 amostras, sendo uma de Aradas, outra de Aguada de Cima e outra de Vila Chã (Vale de Cambra) e como tal sugerem que se tratem de faianças da zona de Aveiro.

A amostra B-1 apresenta uma composição muito semelhante a um grupo de amostras de argilas da freguesia de Aradas porém, devido à qualidade da amostra só a podemos considerar como mera indicação.

Das restantes 3 amostras, a amostra C-1 coincide com o grupo dos barros de Barcouço, Cantanhede, ao que se supõem que seja uma faiança de Coimbra e as restantes não deram nada próximo.

Em sùmula e apesar das distâncias euclidianas serem superiores a 2, podemos admitir que as primeiras 5 amostras são efectivamente produção aveirense. A ser assim, podemos admitir como provável que as pastas usadas nestas amostras eram mistura de barro vermelho local (do tipo usado em Eixo e noutras olarias tradicionais da zona) com cal em proporções variadas (11 a 19%).

Numa perspectiva de investigação, os indícios de origem da pasta são fortes e apesar de ter uma metodologia longe do ideal, não devem ser desprezados.

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Ficha Q-3

Caneca Antropomórfica
Ateneu Comercial do Porto

Figura feminina, trajada à moda
da região de Aveiro nos anos 80
do séc. XIX.

Altura [32 cm]

6.3 Peças de referência

Como refere Emanuel Ribeiro “(...) nem só as formas, composição das pastas, e posição geográfica depõem a favor deste conceito; a própria decoração diz-nos qualquer coisa da sua origem e confirma tal suposição. Há mesmo motivos decorativos que são comuns.”²⁸¹ Na procura das peças consideradas de referência, foram várias os espécimes que se revelaram fundamentais neste trabalho. A partir delas foi possível alcançar novas certezas e como acontece em estudos desta natureza, novas dúvidas surgiram ficando a esperança que um próximo estudo as converta em conhecimento.

²⁸¹RIBEIRO, Emanuel. *Água Fresca. Apontamentos sobre olaria nacional*, Tipografia Sequeira L.da, Porto, 1924, p.35



Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Ficha A-1

Terrina
Colecção Arq. Anselmo Teixeira

Peça moldada, oval com corpo e tampa moldados em gomos. Peanha estrangulada na ligação ao bojo, asas colada ligeiramente salientes. Na tampa e no corpo a desenham-se dois filetes entrecruzados de folhas ondulantes. Na base um filete ondulado em gomos e um contínuo. No tardo esta peça apresenta a marca FB_c (FB entrelaçado) em vinoso e três traços cortados por um maior ondulante.

6.3.1 Terrina (A-1)

Este raro espécime que foi disponibilizado para estudo, constitui um valioso testemunho da produção da fábrica do Cojo e da faiança aveirense; A-1.

Embora a análise química da pasta tenha revelado similitudes com barros de Barcouço/Coimbra, cremos, pelas características da peça, estar perante um exemplar da Fábrica do Cojo. Esta suposição é fundamentada pela marca e por várias características que no seu conjunto indiciam pertencer a este centro produtor; a contaminação verde do vidrado, a decoração e a pega da tampa desta terrina na forma de enguia.

Relativamente a esta peculiar pega, Ferreira Neves transcreve de Pinho Queimado, que as enguias são “(...) as mais formosas e mais saborosas enguias por seu sabor e grandeza como as não ha em parte alguma nem no reino, nem fora d’elle dizem os mesmos estrangeiros (...)”²⁸²

Marques Gomes no livro *Memórias de Aveiro* sobre a controvérsia da fundação de Aveiro e a sua etimologia, refere várias conjecturas assinalando numa delas que, “Segundo um velho manuscripto que existiu no archivo do convento de N. S. Da Misericórdia, d’esta cidade, o nome de Aveiro compõe-se da palavra ave e iro ou eiró (enguia).”²⁸³

No artigo *A Memória de Aveiro*, Pinho Queimado acrescenta sobre este mesmo manuscripto, prevenindo não ter certezas sobre o mesmo que, “(...) Francisco de Santa Joana, padre de muito saber, e de muitas e curiosas notícias, e versado em antiguidades, e que foi por muitos annos guarda do cartório dos frades dominicos d’esta villa, mostrou-se em um livro muito antigo manuscripto em pergaminho uma memoria que eu trasladei em que dizia que o nome de Aveiro era composto das palavras – Ave, e irô, ou eiró-

282 NEVES, Ferreira. *A memória sobre Aveiro de Pinho Queimado*, in. Arquivo do Distrito de Aveiro. Vol 3, nº 10, Aveiro, 1937, pp. 89-100

283 GOMES, Marques. *Memórias de Aveiro*, Tipografia Comercial, Aveiro, 1875, p.10



Ficha G-1

Bule
Coleção Dr. António Vinagre

O bico é contracurvado com remate superior em forma de cabeça de animal, supostamente de uma enguia.



Ficha G-3

Bule
Museu Santa Joana

Bule moldado de bojo esférico, assente em colo baixo. Bico contracurvado em forma de "S". Toda a decoração executada a vinoso.

Altura [??]



Ficha A-1

Terrina
Colecção Arq. Anselmo Teixeira

Pormenor da tampa da terrina.
Pega em forma de enguia.



Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Ficha A-2

Terrina
Museu Nacional Machado de Castro

Peça moldada, oval com corpo e tampa moldados em gomos. Assente em peanha alta, estrangulada na ligação ao bojo, asas em forma de ferradura, coladas lateralmente. Tampa saliente e pega em forma de pêra. Em volta do bordo do corpo e da tampa, uma cercadura larga a vinoso dividida em segmentos entre filetes lisos. Em cada gomo, uma flor vertical, repetindo-se a folhagem em ramos mais pequenos. Na base, um filete ondulante.

Altura [??]

que significa o mesmo que enguia, porque se criam em grandíssima copia (...)”²⁸⁴

Não queremos com estas transcrições tomar partido sobre a controvérsia da origem de Aveiro e a sua etimologia que, segundo F. Ferreira Neves no artigo *Origem e Etimologia de Aveiro*, aponta estas conjecturas como falsas e fantasiosas.²⁸⁵

Tendo em conta que a cerâmica espelha por vezes o habitat circundante, que as enguias sempre fizeram parte do património gastronómico da região e eram consideradas as mais formosas e mais saborosas de Aveiro reforça a probabilidade desta terrina ser produto da Fábrica do Cojo. Fantasia ou não, o facto é que, à data, não conhecemos uma representação deste animal noutras faianças portuguesas.

A representação da enguia parece registar-se de forma mais ou menos explícita noutros espécimes (G-1) e (G-3). O bule (G-1), denuncia uma filiação muito próxima da terrina: os filetes de folhas ondulantes, a cor vinosa e a provável representação da enguia, levam-nos a acreditar na origem comum destas peças, contudo a caligrafia das marcas diferem. Em relação ao bule (G-3), apresenta um bocal que supomos igualmente ser a representação da cabeça da enguia, porém o formato espalmado das flores denuncia a presença da *linguagem Vandelli*. Devido à fragilidade da peça não pudemos submetê-la a análises químicas ficando então a dúvida quanto à proveniência da peça. Como refere Sampaio“ (...) representações de produção vandelliana [...] foram divulgadas por aqueles que com ele tinham aprendido e as levaram depois nos seus reportórios para outros centros produtivos.”²⁸⁶

284 NEVES, Ferreira. *A memória sobre Aveiro de Pinho Queimado*, in. Arquivo do Distrito de Aveiro. Vol 3, n° 10, Aveiro, 1937, pp. 89-100

285 NEVES, Ferreira. *Origem e Etimologia de Aveiro*. in. Arquivo do Distrito de Aveiro. Vol 2, n° 6 Aveiro, 1936, pp. 81-98.

286 SAMPAIO, Jorge. *Contribuição de Domingos Vandelli para a Cerâmica Portuguesa*. Universidade Lusíada. Lisboa. 2005, p. 106



Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa



Será esta peça do Cojo e resultado da migração de operários de outras fábricas?

No depósito do Museu de Coimbra encontrámos duas terrinas que mereceram a nossa atenção e reputamos extremamente interessantes, (A-2), (A-3). Não estão marcadas nem referenciadas relativamente aos centros produtores, mas as semelhanças com a peça (A-1) alegadamente proveniente do Cojo, fizeram disparar a hipótese: pertencerão à mesma unidade fabril? A análise cuidada da forma e das dimensões, levam-nos a constatar diferenças nas três tampas, mas a semelhança das terrinas parece indiciar serem provenientes do mesmo molde.

Na peça (A-2) e no que concerne à decoração, encontramos afinidades e influências da fábrica de Viana do Castelo. (LL-1) Apesar disso, no corpo e na tampa da terrina registamos o característico motivo Cojo (cercadura larga a vinoso dividida em segmentos) que provavelmente terá sido utilizada ao longo do século de forma mais ou menos estilizada.

A tampa, rematada por uma pega em forma de pêra deitada, elemento moldado/modelado à parte, remete-nos para a obra *Cerâmica Portuguesa*, onde José Queiroz dá conta que “Vimos ainda há quatro anos, em Aveiro, dos primitivos tempos dessa fábrica, fôrmas de gesso e uma tampa de terrina, que um filho da actual proprietária, Viuva Marques, nos mostrou affiançando-nos serem peças do Côjo, que, com outros fragmentos, foram encontrados na demolição de um forno antigo, no local onde hoje está estabelecida a fábrica, e que, segundo a tradição, é o mesmo que as antigas oficinas do Côjo ocupavam. A tampa, decorada com quatro paizagens a tinta roxa, tem como péga uma pera amarela com folhas verdes”.²⁸⁷

Ficha A-3

Terrina
Museu Nacional Machado de Castro

Peça moldada, oval com corpo e tampa moldados em gomos. Assente em peanha alta, estrangulada na ligação ao bojo, asas coladas lateralmente. Tampa saliente e pega em flor. Em volta do bordo do corpo e da tampa folhas sobrepostas em amarelo, vinoso e verde. Na base, um filete contínuo.

Altura [??]

287 QUEIRÓS, Jorge. *Cerâmica Portuguesa*. Litexa Editora, Lda. Lisboa-Porto, 2002, p.195



A peça (A-3) apresenta uma decoração completamente diferente daquela que estamos habituados a contemplar e a sua atribuição não é tão óbvia quanto a primeira. Atendendo a que tenha sido produzida com o mesmo molde e produto da mesma unidade fabril, poderíamos admitir ser reflexo de uma nova época e estarmos perante uma nova caligrafia decorativa. Esta decoração festiva de folhas sobrepostas em amarelo, vinoso e verde sobre a tampa e o corpo da terrina, acentuaria um novo estilo da produção da fábrica.

O prato (C-2) que registámos em Barcelos e, à data, de proveniência desconhecida, apresenta afinidades decorativas com a terrina. As técnicas utilizadas diferem, mas os tons e transparência dos vidrados são muito idênticos.

Dos contactos efectuados, acreditamos ser possível num futuro próximo, a análise às pastas e vidrados das duas terrinas o que poderia ajudar a clarificar a origem destas peças.

O elemento comum na decoração destas terrinas é um filete contínuo a vinoso que delimita a base da peanha.

6.3.2 Terrinas (A-5) e (A-8)

No Museu Nacional Soares dos Reis existem duas terrinas que, embora não estejam marcadas, são dadas como provenientes de Aveiro, (A-5), (A-8).

Na peça (A-8) a decoração é bastante curiosa e o friso, variadas vezes redesenhado e reinventado pelas fábricas nortenhas, remete-nos de imediato para a decoração das cercaduras nas caras dos barcos moliceiros (zona dos painéis decorativos, quer da proa quer da ré). Neste friso encontramos a essência das decorações dos moliceiros; as flores campestres e o movimento das ondas, a apologia da terra e a água. (JJ-1) Não pretendemos afirmar relações directas de motivação ornamental, contudo existe um convite para

Ficha A-8

Terrina
Museu Nacional Soares dos Reis

Peça moldada de formato oval. Base e tampa com caneluras dispostas radialmente. Assente em peanha elevada e estrangulada na ligação ao bojo, asas com relevos acentuados a vinoso. A pega em flor é pintada a verde e vinoso no interior. Em volta do bordo do corpo e da tampa, uma cercadura de flores ligadas por fitas ondulantes. Na base, um filete serrilhado.

Altura [22 cm]
Largura [18,3 cm]
Comprimento [27,8 cm]

Ficha A-5

Terrina
Museu Nacional Soares dos Reis

Peça moldada, com bojo inferior arredondado e gola recta, dividida por nervuras. Pegas entrançadas com remates em botões de flor. Peanha estrangulada na ligação ao bojo. Pega em botão de flor, pintada a vinoso. Em volta do bordo do corpo e da tampa uma cercadura pontilhada entre filetes. Na base, um filete serrilhado.

Altura [19 cm]
Largura [19,3 cm]
Comprimento [24 cm]





Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Ficha Q-2

Caneca Antropomórfica
Livro Dicionário de Marcas
de Faianças e Porcelana
Portuguesa (1996)

Figura feminina, trajada à moda
da região de Aveiro nos anos 80
do séc. XIX.

Assente sobre uma base
octaedríforme, o cabelo
entraçado forma a asa. Marca FB_c
pintado a vinoso e marca de três
verticais traços cortados.

Altura [32 cm]



Figura 37. Marca (Q-2)

esta semelhança formal que cada artífice/oleiro exprimiu em suportes diferentes. (II-1)

Na peça (A-5), podemos constatar na decoração um filete estreito de contas característico da fábrica Vandelli. Ambas as peças foram sujeitas a análises químicas e como foi referido no capítulo das análises, há forte possibilidade de estarmos na presença de faianças produzidas na região aveirense.

No Depósito do Museu Machado de Castro, registámos uma terrina produzida por molde idêntico, mas de decoração tipicamente Cojo (cercadura larga a vinoso dividida em segmentos) (A-6).

Tomando em consideração o resultado das análises, a semelhança dos moldes e características do vidrado, pensamos ser justo considerar a hipótese de serem produção Cojo.

6.3.3 *Bacia de Barbear (P-1) e Caneca Antropomórfica (Q-2)*

As peças que abordaremos agora, são espécimes com características e marcas singulares e de grande valor para este estudo. Apesar dos contactos efectuados não foi possível o seu registo fotográfico e são exemplo da mobilidade e dispersão a que estas peças, nas mãos de particulares e coleccionadores, estão sujeitas.

Sabemos que a bacia de barbear, peça (P-1), mencionada no livro *Faianças Portuguesas*, faz parte da colecção de António Espírito Santo e se encontra, à data, na posse dos herdeiros. Quanto à caneca antropomórfica, peça (Q-2), perdemos-lhe o rasto; a última referência a esta peça encontra-se no livro *Dicionário de Marcas de Faianças e Porcelana Portuguesa (1996)* e pertenciam na altura a Francisco Hipólito Raposo.²⁸⁸

288 CF. SIMAS, Filomena ; ISIDRO, Sónia. *Dicionário de Marcas de Faiança e Porcelana Portuguesa*. Estar-Editora. Lisboa, 1996, p.10



Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Ficha P-1

Bacia de Barbear
Livro Faianças Portuguesas,
coleção de António Espírito
Santo (2000)

Peça moldada. Forma oval. Covo
muito acentuado e preenchido
com motivo floral (ramo de
rosas). Bordo definido por barra.
Aba preenchida com alternância
de apontamentos vegetalistas. No
tardo marca a vinoso F.
AVEÍRO.

Altura [7 cm]
Largura [31,5 cm]
Comprimento [40,5 cm]

A bacia de barbear; P-1 é um exemplar excepcional. A composição e a distribuição visual de os elementos decorativos, transmitem harmonia ao conjunto. A qualidade e a delicadeza do traço denunciam influências da fábrica de Viana do Castelo e a presença do experimentado artista e não de aprendiz. O facto de ter no reverso a marca exclusiva F.AVEIRO demonstra o valor e o prestígio da peça. Esta marca apresenta uma invulgar particularidade, resultante da apropriação da letra “O” para desenhar uns olhos, nariz e boca.

A caneca antropomórfica (Q-2), marcada com FBC foi considerada no *Dicionário de Marcas de Faianças e Porcelana Portuguesa* (1996) como sendo produção da fábrica da Bandeira mas, como já referimos anteriormente no capítulo das marcas, esta peça é produto da fábrica do Cojo.

As peças (Q-3) e (Q-4), na posse respectivamente do Ateneu comercial do Porto e de um colecionador, embora não estando assinadas são ambas consideradas provenientes de Aveiro. A marca da peça (Q-2) e o facto dos moldes serem iguais reforçam a hipóteses das peças serem igualmente provenientes da fábrica do Cojo. A única diferença entre elas reside no tratamento cromático das vestimentas.

Estas três peças, reflectem a mulher e por certo os trajes típicos da mulher Aveirense. Do estudo elaborado no âmbito do trajar da época e dado as semelhanças, incluímos neste trabalho a imagem (EE-1) do traje patente na Exposição Distrital de Aveiro em 1882 e referenciada por Marques Gomes e de Joaquim Vasconcellos.

6.3.4 Floreira de parede (F-3) e Pote (I-1)

Perante a comparação dos diferentes espécimes recolhidos identificámos analogias curiosas e pertinentes. Assim, não podemos deixar de referir as semelhanças encontradas nas peças (F-3) e (I-1).



F. AVEÍR O.

Figura 38. Marca (P-1)

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Ficha I-1

Pote
Convento do Lorvão

Peça modelada. Bojo esférico assente em peanha estrangulada e boca circular larga. Pegas coladas lateralmente em forma volutas. Base e gola acentuadas com filetes contínuos. O centro do bojo é acentuado por um mascarão de onde pendem grinaldas vegetalistas a vinoso.

Altura [22 cm]

A floreira de parede (F-3), encontra-se no Ateneu Comercial do Porto e marcada com monograma FBC a azul. Como já referimos, enquadrámo-la no período Neoclássico pelos motivos decorativos utilizados, nomeadamente o motivo conhecido por *à la Reine* e o mascarão de onde pende e irradiam grinaldas de flores muito em voga nesta época. A cor azul está presente em toda a decoração. O formato é semelhante a outras peças que atribuímos provenientes do Cojo (F-2).

A peça (I-1) encontra-se no Convento de Lorvão e não está marcada. A temática presente na decoração deste pote é análoga à da floreira, contudo a sobriedade, a finura, a elegância, e a destreza do traço é superior. As preocupações de simetria e a disposição dos motivos de forma radial, acentuam a simplicidade do motivo pendente muito em voga do período Neoclássico.

A qualidade do vidro utilizado na floreira texturou a superfície da peça retirando recorte aos motivos decorativos. Em ambas as peças o esmalte branco aparece contaminado com pontos de oxidação em verde cúprico.

Embora Sampaio atribua este pote a Vandelli,²⁸⁹ a existência de uma peça marcada com FBC e com padrões decorativos idênticos, faz-nos questionar a proveniência da mesma. Será obra de Vandelli e terá sido referencial para os artistas aveirenses, ou são ambas páginas da história do Cojo?

No Convento de Lorvão registámos ainda a presença de um outro pote, a peça (I-2), igualmente modelado mas decorado com recurso à técnica do “esponjado”. Um elemento comum presente nestas peças encontra-se na semelhança das pegas de feição naturalista e forma assimétrica.

O desconhecimento da existência de mais peças com estas características no histórico de ambas as fábricas e a inviabilidade das análises

289 SAMPAIO, Jorge. *Contribuição de Domingos Vandelli para a Cerâmica Portuguesa*, Universidade Lusíada. Lisboa. 2005, p.118



Ficha F-3

Floreira de encostar
Ateneu Comercial do Porto

Peça moldada. Decorada com um motivo conhecido por “à la Reine” e um mascarão de onde pendem e irradiam grinaldas de flores. A cor azul está presente em toda a decoração. Marca FB_c em azul no tardo.

Altura [13 cm]
Larg. [12 cm]





às pastas e vidrados, apenas nos permite registar a dúvida quanto à proveniência destas peças.

6.3.5 Travessa (B-1)

Por variadas razões merece-nos especial atenção a travessa; B-1. O facto de ser marcada e, à data, o único exemplar conhecido identificado com a sigla R.FN.^a AV^o confere-lhe o raro privilégio de a situar no espaço e no tempo; produção da fábrica do Cojo do período da vigência de privilégio real.

Em 16 de Junho de 1789 José Rodrigues de Mello e Sampaio e Bento João Ferreira de Sousa informam a Rainha que a fábrica já labora há mais de quinze anos com notória utilidade pública devido à melhoria da delicadeza da sua pintura e verniz e pedem alvará semelhante aos que foram atribuídos a outras fábricas do Reino.

Em 22 de Março de 1790 a Real Junta do Comércio emite um comunicado favorável à Rainha D. Maria, referindo que a fábrica se encontrava bem regulada e que estaria tal como outras fábricas do reino “(...) circunstancias de merecer a Real Contemplação de Vossa Magestade, sendo servida de lhes conceder a Graça de Izenção de Direitos por entrada nas Alfandegas destes Reinos para todos os Materias de que carecer na sua laboração (...)”.²⁹⁰ Após as devidas e indispensáveis inspecções este documento é assinado, entre outros membros da Junta do Comércio, por Domingos Vandelli, mestre estrangeiro chamado por Marquês de Pombal com o fim de promover o progresso das artes e das ciências.

Sobre a fábrica do Cojo, José Queirós em *Cerâmica portuguesa* (1948), refere, “um d’elles era o título de real, pelo que sobre a porta da entrada foi collocado o escudo das armas do reino, que ainda alli conhecemos, e que foi apeado por velhice, pois era pintado sobre madeira, não sendo mais

290 AHMOPC - JC n.8 - 22/3/1790. Transcrição Doc.6



Ficha B-1

Travessa
Colecção Mariana Castro

Peça moldada, formato oval com bordo recortado e ondulado, covo acentuado com aba côncava. No bordo da aba uma cercadura em flores. No tardoz esta peça tem a marca de R.F.N.º AVº em vinoso.

substituído, talvez pelo receio de nova e pesada contribuição”.²⁹¹ Apesar de não existir o documento que ateste a atribuição do privilégio requerido, esta referência, bem como o documento onde a fábrica é designada como *Fábrica Real de Louça*,²⁹² e a rara sigla R.FN.^a AV^o que surge no reverso da travessa, reforçam a vigência do referido privilégio.

A exemplo do que acontecia com a Real fábrica do Cavaquinho, das condições da concessão deste privilégio constava o poder de usar Armas Reais por cima da porta da fábrica e a obrigatoriedade de ensinar aprendizes em todas as suas artes, entre manufacturas, vernizes e vidrados.²⁹³ Podemos observar no Mapa das Fábricas da Comarca de Aveiro, de 10 de Junho de 1802 o registo da presença de dois aprendizes o que poderá indiciar o cumprimento dessa obrigação.²⁹⁴

Esta travessa oval, com a borda ondulada de quatro lanços, apresenta uma coloração geral de esmalte verde claro permitindo ao nível da decoração, estabelecer relações com outras fábricas e produções.

Pelo esmalte esverdeado da peça, supomos que tal como aconteceu também com a fábrica de Viana do Castelo, seguia as tendências da moda e processos de outras fábrica, como as de Miragaia ou Massarelos.

A composição e a organização dos motivos florais entre serpenteados na aba plana, conferem-lhe ritmo e uma decoração alegre. Os elementos decorativos são delineados a vinoso onde a mancha de cor cobre parte ou parcialmente as pétalas em cor amarela/vinosa e as folhas em cor vinoso. O

291 QUEIRÓS, José. *Cerâmica Portuguesa*. Oficina Gráfica. Lisboa, 1948, p.194

292 AHMOPC - JC- n.12, 30/1/1818. No documento refere apenas uma fábrica de louça, denominada Fábrica Real de Louça, propriedade de Domingo José Ferreira Barbosa e Companhia.

293 SAMPAIO, Jorge. *Contribuição de Domingos Vandelli para a Cerâmica Portuguesa*, Universidade Lusíada. Lisboa. 2005, p.59

294 AHMOPC - JC- n.12, 12/6/1802

serpenteado é ondulante e reparte-se em duas sessões delimitando o motivo principal e secundário.

Na obra *Faiança Portuguesa Séculos XVIII XIX* de Artur Sandão damos conta que a travessa apresentava uma fissura na parte frontal, mas aquando da exposição em homenagem ao Dr. António Lencastre (na Casa Museu Guerra Junqueira / Porto, 2003) a peça foi alvo de um (discutível) restauro pelo que a peça se encontra, à data, tal como a apresentamos.

Esta peça pertenceu ao comandante Ernesto de Vilhena, nas últimas décadas ao Dr. António Lencastre/herdeiros e hoje é nossa; pertence à comunidade aveirense e apraz-nos dizer que regressa à região que a viu nascer.

Capítulo VII

Tipologías



Figura 39.
Santo (S-2)

“ (...) Embora tanto na forma, como na decoração oleiras, haja o estigma que denuncia, por vezes a sua família originária, embora nós possamos vêr na evolução do ornamento o gôsto das diversas épocas, assim como no movimento da linha dos vasos a evolução da utilidade e comodidade, sempre sente um estilo de raça que faz com que a distingamos por essa voz do sangue, que nada consegue ocultar ou deturpar.”²⁹⁵

²⁹⁵ RIBEIRO, Emanuel. *Água Fresca. Apontamentos sobre olaria nacional*, Tipografia Sequeira L.da, Porto, 1924, p.49

As fontes escritas disponíveis sobre o Cojo e o seu espólio, traçam a essência da produção ao longo das várias fases de laboração.

Partindo da análise do documento de arrendamento de 1789, que obriga o arrendatário a pagar ao senhorio, (...) além do preço do aluguer a dinheiro, mais de louça da mesma Fábrica, a saber dentro dos dez annos, dous aparelhos de chá finos feitos na mesma fabrica, quatro jarros e bacias de agoa das maons sendo dous finos e dous ordinários, seis terrinas todas finas com seus prattos isto dentro dos dez annos; e mais e ainda hum dos ditos dez annos me dará quatro duzias de louça sendo pratto e tigela de vidro ordinário(...) ²⁹⁶, depreendemos o tipo de louça produzida bem como a quantidade e qualidade. Setenta e oito anos depois, as Informações para a Estatística Industrial Publicada pela Repartição de Pesos e Medidas de 1867, dá conta da variedade de formas produzidas: tigelas de primeira qualidade; tigelas de segunda qualidade; tigelas de terceira qualidade; tigelas de quarta qualidade; pratos e taças de primeira qualidade; pratos e taças de segunda qualidade; pratos e taças de terceira qualidade; canecas; púcaros; sopeiras; bules; louça miúda; bacias de lavar; bacias de cama; peças de escultura; tijolos refractários ²⁹⁷ e em 1905 o *Estudo sobre o estado actual da indústria cerâmica na 2ª circunscrição dos serviços technicos da industria* refere a produção de: canecas; pratos; tigelas; bacias de mãos; bacias e jarros; bacias de quarto; talhas; terrinas e travessas.

296 ADA-LN, n.327, f.25.1789; Transcrição Doc.7

297 OLIVEIRA, Francisco de Paula Campos. *Informações para a estatística industrial publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas : districto de Aveiro*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1867 p. 200

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Dado a diversidade e as várias qualidades das peças referidas, podemos constatar que a fábrica desde sempre procurou adaptar a produção de modo a responder às necessidades sentidas no dia a dia e em termos de qualidade, às exigências do mercado.

Tendo como base o trabalho de Isabel Fernandes,²⁹⁸ organizámos esta diversidade de peças consoante a sua função e pelas seguintes tipologias: serviços de alimentos sólidos e semi-sólidos, serviços de alimentos líquidos, cuidados de higiene corporal, decoração, peças de escultura e outros.

Assim, de acordo com a sua classificação, temos:

Serviços de alimentos sólidos e semi-sólidos (22): terrinas(8), pratos(7), malga(1), travessas(4), tijela(2)

Serviços de alimentos líquidos (17): bules(3), canecas antropomórficas(9), canjirão(1), caneca(3), cafeteira(1)

Cuidados de higiene corporal(1): bacia de barbear(1)

Decoração (25): floreiras(8), jarrinhas(4), boião(4), canudo(2), talha(3), jarras(2), pote(2)

Peças de escultura religiosa (5): santos(2), Ecce Homo(1), Cristo(1), figurinhas de presépio(1)

Outros (3): areeiro(2) e tinteiro(1)

298 Este estudo inédito permitiu organizar a vasta variedade tipológica, que apesar dos limites ténues entre um algaridar e a bacia por exemplo, é possível extrair em linhas gerais as necessidades da indústria e da clientela. FERNANDES, Isabel. *Formas e funções da faiança portuense oitocentista*. in. Itinerário da Faiança do Porto e Gaia, Instituto Português dos Museus, Lisboa. 2001



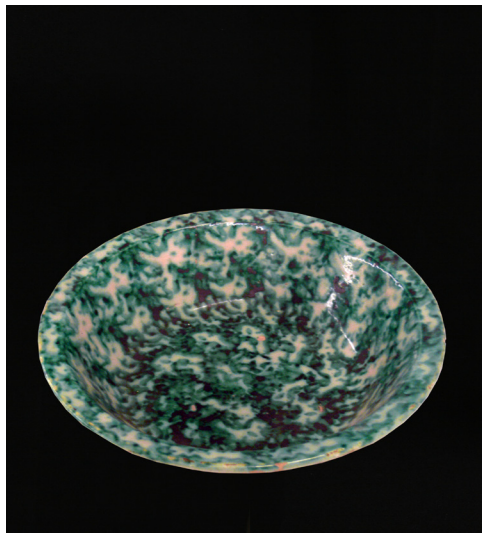
Ficha K-1

Boião
Paulo Achaman

Peça moldada, bojuda, piriforme e gola baixa e saliente. Asas torcida e ornatos colados.
Esmaltes escorridos em amarelo-tostado e verdes

Altura [??]





Os pratos, dado a sua utilização diária, constituem as peças mais comuns da produção.(C-1; C-7) Desde o mais fino ao mais ordinário, apresentam formatos e decorações bastante diferentes, reflectindo a diversidade da fábrica.

É provável que muita dessa produção, sobretudo a que é referida como loiça ordinária ou terceira qualidade, fosse apenas vidrada sem qualquer decoração e daí, pouco referenciada.

As terrinas, sobretudo as de forma oval, poderão ter sido uma constante na produção desta fábrica. Verificámos uma grande multiplicidade de formas, estilos e influências, constatando que em tempos muito próximos a linha de produção é bastante diversificada. (A-5; A-6)

Existe um tipo de terrina que apresenta caneluras dispostas radialmente e é rematada superiormente por pega relevada em forma de botão de flor. A par da tampa, a sua característica decorativa mais evidente é a cercadura de flores ligada por fitas ondulantes. (A-8)

Entre as peças marcadas que têm sido atribuídas à Fábrica do Cojo está uma terrina oval, tendo no tardo o monograma FBC que acreditamos pertencer ao proprietário José Rodrigues Branco de Melo e Sampaio. É uma terrina moldada em forma oval, com corpo e tampa em gomos, assente em peanha alta, asas coladas lateralmente e tampa rematada por enguia. (A-1) O referido modelo subsistiu ao tempo com a mesma forma, mas com decorações de fases posteriores. (A-3)

Identificámos as travessas que foram produzidas para serem colocadas debaixo das terrinas e serviam apenas como decoração. (B-3) Foram produzidos desde tamanhos grandes até aos mais pequenos. (B-2; B-4)

Na diversidade de peças encontradas, uma estimula a nossa curiosidade; é a malga (L-1) que, dado as suas reduzidas dimensões, por certo terá respondido a uma função específica, à data, desconhecida.

Ficha C-2

Prato Grande
Colecção Dr. António Vinagre

Peça moldada, formato circular, covo e aba acentuadas. No centro, na reserva, uma composição de folhas em tons amarelo verde e vinoso. No bordo da aba entrelaçam-se dois filetes ondulados folhas.

Diâmetro [??? cm]

Ficha C-5

Prato
Museu Municipal Soares dos Reis

Peça moldada, formato circular, covo e aba acentuadas. Decoração no covo com recurso a espiral em vinoso.

Diâmetro [??? cm]

Ficha C-7

Prato
Museu Municipal Soares dos Reis

Peça moldada, formato circular, covo e aba acentuadas. Decoração com pontos e linhas a vinoso e padrão circular a verde.

Diâmetro [??? cm]

Ficha D-2

Tijela esponjada
Museu Santa Joana

Diâmetro [???]

Ficha L-1

Malga
Museu Nacional de Soares dos Reis

Taça rodada e assente em colo pequeno. No bordo, grinalda ondulante de folhas duplas em vinoso. No tardo tem a marca de FB (entrelaçados) C em vinoso.

Altura [3,8cm]
Diâmetro [6,8 cm]



Ficha B-3

Travessa
Museu Nacional de Soares
dos Reis

Travessa moldada, formato oval com bordo recortado e ondulado, covo acentuado com aba côncava. Na reserva um ramo de morangueiro acentuado na verticalidade. No bordo da aba uma cercadura larga, dividida em segmentos entre um filete liso e outro serrilhado. No tardo esta peça tem a marca de FB[^] e um 4 sublinhado. Toda a decoração executada em vinoso.

Altura [3,2cm]
Largura [25,5 cm]
Comprimento [40 cm]



Ficha A-6

Terrina
Museu Nacional Machado de Castro

Peça moldada, com bojo inferior arredondado e gola recta, dividida por nervuras.

Assente em peanha baixa estrangulada na ligação ao bojo, asas entrançadas, coladas lateralmente. Tampa saliente em calote com gomos e pega em botão de flor. Em volta do bordo do corpo e da tampa uma cercadura larga a vinoso dividida em segmentos, entre um filete serrilhado e outro liso. De cada lado do bojo, um ramo longitudinal, repetindo-se a folhagem em ramos mais pequenos. Na base, um filete ondulante.

Altura [??]



Ficha A-5

Terrina
Museu Nacional Soares dos Reis

Peça moldada, com bojo inferior arredondado e gola recta, dividida por nervuras. Assente em peanha baixa estrangulada na ligação ao bojo

Altura [19 cm]

Largura [19,3 cm]

Comprimento [24 cm]

Ficha A-7

Terrina
Museu Municipal de Viana do
Castelo

Peça moldada, oval. Asas
entrançadas terminam em folhas
verdes. Assente em peanha baixa,
estrangulada na ligação ao bojo. A
pega é uma forma de fruto com
folhas em vinoso e verde. Em volta
do bordo do corpo e da tampa
uma cercadura de pontilhado
entre filetes. Na base, um filete
serrilhado.

Altura [14,5 cm]
Largura [12 cm]
Comprimento [17 cm]





Ficha I-4

Pote
Colecção Arq. Anselmo Teixeira

Peça moldada, bojuda e gola alta.
Pegas coladas salientes em forma
volutas.

Altura [??]

Ficha E-1

Tinteiro
Colecionador Dr. Paulo Achman

Peça moldada, de base hexagonal. Decoração policroma com paisagens inseridas nas reservas. No tardo a marca FB_C (FB entrelaçado) e três traços cortados por um maior ondulante em vinoso.



Ficha E-3

Areiro
Museu Municipal de Viana do
Castelo

Peça moldada, de base hexagonal. A cor verde predomina. As faces são decoradas com desenhos geométricos em orlas, círculos e rosetas.

Altura [6,3 cm]
Comprimento [9 cm]



“Através do conhecimento do tipo de cerâmica produzido em Portugal ao longo dos tempos apercebemo-nos do estado de evolução da sociedade que a utilizava.”²⁹⁹ Efectivamente, a criação de diferentes hábitos alimentares esteve na origem de novos utensílios que se disseminaram por todas as classes. O uso do chá, do café do açúcar e do chocolate obrigaram à criação de bules, cafeteiras, açucareiros e chocolateiras. Inicialmente elaborados em metal, os seus modelos viriam a ser reproduzidos em cerâmica.

Encontrámos dois modelos de bules ligeiramente diferentes entre si, ambos moldados, de bojo cilíndrico, com decoração vegetalista idêntica em volta da garganta e da tampa, distinguindo-se um contudo, pelas paredes caneladas segundo a acentuadas na vertical. (G-2; G-1). No acervo do Museu Santa Joana existe outro género de bule, com bojo esférico assente em colo baixo, que acreditamos pertencer também à fábrica.

A bacia de barba de forma oval, degolada num dos lados por um corte semicircular responde a uma relação directa forma/função específica, consequência das necessidades sentidas no final do séc. XVII inícios do séc. XVIII.(P-1)

Tal como verificámos na terrina, o modelo dos tinteiros subsistiu ao tempo. De corpo hexagonal esta forma foi utilizada em fases posteriores com decorações distintas.(E-1; E-2) O único areeiro que dispomos (E-3) é análogo à peça (E-2). pelo que acreditamos fazerem parte do mesmo conjunto. Pelas semelhanças apresentadas, é crível que a peça (E-1) também

²⁹⁹ FERNANDES, Isabel. *Formas e funções da Faiança Portuguesa Oitocentista*, in. “Itinerário da Faiança do Porto e Gaia”, Instituto Português dos Museus, Lisboa, 2001 p.29

Ficha R-4

Jarrinha
Museu Nacional Santa Joana

Peça rodada. Forma cilíndrica alargando na base e no bordo.
Decorada por motivos vegetalistas. Pintada com cores quentes.

Altura [??]



Ficha R-2

Jarrinha
Museu Nacional Santa Joana

Peça rodada. Forma cilíndrica alargando na base e no bordo.
Decorada por motivos vegetalistas. Pintada com cores quentes.

Altura [??]





Ficha R-3

Jarrinha
Museu Nacional Santa Joana

Peça modelada. Asas coladas em forma de "S". Decoradas por medalhão em flor, esmalte ocre e vinoso.

Altura [??]

fizesse parte de um conjunto cujo azeiro se tenha perdido ou fragmentado nas vicissitudes do tempo.

Inventariámos diversas canecas antropomórficas provenientes de molde comum com registos decorativos distintos. A figura masculina trajada à Napoleão com um chapéu tricórnio e a figura feminina, pela postura idêntica, leva-nos a supor fazerem parte de um mesmo conjunto. (Q-7; Q-9)

Na mesma linha de produção encontrámos a representação do que acreditamos tratar-se da mulher aveirense. As várias peças, obtidas em molde comum, foram objecto de diferentes registos decorativos reflectindo categorias sociais da época. Estas canecas antropomórficas assentam sobre plinto rectangular, interpretam o sentido popular da fábrica. (Q-3)

Peculiar é também a caneca moldada representando um cão sentado. A fragilidade deste espólio é bem patente nessa peça (M-2). Embora partida e incompleta foi preservada, acabando também por ser exemplo de sensibilização e boa prática de salvaguarda do património.

Presentes na maioria das casas, as jarras constituíram parte significativa da produção de faiança portuguesa.

A fábrica do Cojo, não foi excepção dado que é possível encontrar no seu espólio uma significativa variedade de jarras, das quais saliento as de forma piriforme e as tubulares de forma cilíndrica com bases e bordos alargados. (I-3; R-2). Sandão atribuiu à Fábrica do Cojo um par de jarrinhas com asas coladas em forma de “S” que se encontram no depósito do Museu Santa Joana. (R-1) Apesar de não estarem marcadas, sempre que inquirimos sobre a sua origem foi recorrente a convicção desta proveniência. A peça



Ficha Q-7
Caneca Antropomórfica
Colecionador Dr. Paulo Achman

Ficha Q-10
Caneca Antropomórfica
Museu Soares dos Reis

Ficha Q-6
Caneca Antropomórfica
Museu Muni. de Viana do Castelo

Canecas moldadas. Figuras femininas, de pé, assentes sobre base irregular. Nas costas, pegas em forma de asa.

Altura [33,8 cm]



Ficha Q-8
Caneca Antropomórfica
Muni. de Viana do Castelo

Ficha Q-9
Caneca Antropomórfica
Museu Nacional Soares dos Reis

Canecas moldadas. Figuras masculinas, de pé. Assenta em base irregular. Nas costas, pegas em forma de asa. Trajado à napoleão com um chapéu tricórnico.

Altura [33,8 cm]





(R-3) proveniente do memo molde e à guarda do mesmo museu, apresenta um registo decorativo distinto.

As floreiras de parede, moldadas em forma de meio tronco de cone invertido com diferentes feitios e decorações, constituem também grande parte do inventário da fábrica. (F-2; F-3) Existe um outro modelo com caneluras que foi largamente produzido (F-6; F-7)

As talhas piriformes, os potes de bojo esférico, os boiões bojudos de gola baixa e distintos entre si, serviam fins decorativos sendo usados como receptáculo para flores ou plantas ornamentais. Nestas produções, as peças mais elaboradas recorrem à utilização de ornatos escultóricos. (J-2)

Relativamente às obras de carácter religioso, fazem parte do reportório do último arrendatário e revelam a maestria deste barrista. Algumas das peças estão datadas e assinadas pelo autor.

Ficha F-6
Floreira de parede
Convento de Lorvão

Peça moldada. Formada de meio tronco de cone invertido com caneluras. A face superior apresenta vários orifícios. Decoração a vinoso com, fitas entrelaçadas e folhagens soltas.

Altura [9,5 cm]

Ficha F-7
Floreira de parede
Convento de Lorvão

Peça moldada. Formada de meio tronco de cone invertido com caneluras. A face superior apresenta vários orifícios. Decoração com grinalda de flores.

Altura [12cm]
Comprimento [16,5 cm]

Ficha F-4

Floreira de Parede
Convento de Lorvão

Peça moldada. Formada de meio tronco de cone invertido com caneluras. A face superior apresenta vários orifícios. Decoração com grinalda de flores.

Altura [12cm]
Comprimento [16,5 cm]

Ficha F-1

Floreira de Parede
Colecção Arq. Anselmo Teixeira

Peça moldada. Formato de meio tronco de cone invertido, com caneluras. A face superior apresenta vários orifícios. No bojo é representado um filete ondulado em forma de espinha de peixe. No tardo esta peça tem a marca de FB_A em vinoso.

Altura [8,2 cm]
Larg. [12 cm]



Ficha S-4

Cristo
Museu da Palhaça



Ficha S-5

Menino Jesus Bom Pastor
Colecionadora Dr.ªMelinda Laranjeira



Figura 40.
Cojo e a antiga
Rua da Fábrica 1972
Imagoteca | Museu da
Cidade de Aveiro | G1A3

II. Conclusões

II. Conclusiones



**«...julgo conveniente arrebanhar
seleccionadamente pelo País todo o
vasilhame, tanto quanto possível de todos
os tempos, do primitivo ao actual, tanto
rude como delicado, que se recomende pela
forma ou carácter regional, e constituir com
ele um museu»³⁰⁰**

300 QUEIRÓS, José. Cerâmica Portuguesa. Livraria Estante Editora, Aveiro, 1987, p.493

II. Conclusões

Ao iniciar este trabalho e logo após os primeiros contactos efectuados, rapidamente pudemos concluir que a generalidade da comunidade aveirense desconhece a existência desta Fábrica e quando conhece, refere apenas o último período de laboração conotando-o com a produção de peças *verdes* e *pequenas estátuas de barro vermelho*. Sob administração de Pedro Serrano, este período é efectivamente caracterizado pela utilização intensiva de vidrados verdes na decoração das peças e daí essa persistência na memória.

Ainda sobre este desconhecimento, refiro os contactos com o Sr. Pedro Marques e Sr.^a Dr.^a Melinda Laranjeira a quem agradeço toda a colaboração, o abrir de portas e a atenção dispensada e que apesar da privilegiada ligação à história da fábrica, dado serem descendentes de Pedro Serrano, ambos desconhecem produções de períodos anteriores e manifestam dúvidas quanto à origem de algumas peças que possuem, nomeadamente peças herdadas.

Perante este desconhecimento impunha-se a necessidade de desmistificar a ideia que a produção do Cojo se cingia a este último período de laboração. Foi necessário pesquisar um pouco mais fundo no tempo e sobretudo encontrar peças que ilustrassem os vários ciclos produtivos, uma linguagem e caligrafia comuns, uma identidade Cojo.

Essa caligrafia, por vezes ténue outras mais consistente existe e, tal como a nossa ao longo da vida, espelha os sucessivos arrendamentos, a evolução das matérias primas e técnicas de fabrico, as influências e solicitações do mercado, bem como os períodos de apogeu e declínio.

Uma fábrica no “coração” da cidade.

O Vale do Cojo e respectivo canal assumiram e afirmaram desde sempre a vocação de zona industrial da cidade. A navegabilidade que facilitava a recepção das matérias primas indispensáveis à laboração bem como o escoamento dos produtos e o potencial da força das marés fixaram as primeiras indústrias. A referência mais antiga autorizando a construção de *moendas de cereal* remonta ao início do séc. XV e a designação inicial de *Esteiro das Azenhas* ou *Ribeira das azenhas* indicia a existência de outras unidades a laborar nas suas margens.

A fábrica do Cojo surge no séc. XVIII na margem sul do canal, à data designado *Esteiro da cidade*, sendo a sua localização e importância atestadas na cartografia da época.

A análise da cartografia disponível permite concluir a sua exacta localização, o percurso evolutivo desta zona da cidade e constatar como a implantação da fábrica influenciou a topografia e toponímia da mesma. Na Planta da Cidade de Aveiro de 1780/81, além da localização da fábrica, regista-se a requalificação do Canal tendo em vista a navegabilidade e atracagem, bem como o esboço da rua que a serviria (figura 11). O canal é referenciado por *Esteiro da Fábrica* e pela primeira vez é representada na *Rua da Fábrica* a implantação da moradia de João Rodrigues Branco, Morgado de Vagos e fundador da fábrica do Cojo. Esta casa viria mais tarde a transformar-se numa extensão da fábrica, sendo as suas imagens geralmente conotadas com a mesma (figura 18).

A partir do séc. XIX são os registos fotográficos que nos permitem identificar a fábrica, os edifícios adjacentes, a resiliência da construção inicial e acompanhar, de diferentes perspectivas, o modo como a cidade foi evoluindo em torno dela e imaginar como a cidade conviveu com esta centenária unidade fabril. Esta interação e carisma da fábrica ficam bem

expressos na ordem de saída no cortejo, aquando da Inauguração da estátua do José Estêvão em Aveiro -Agosto de 1889: 1º Câmara Municipal de Aveiro e delegações municipais do país, 2º Empregados das secretarias e diversos pelouros das municipalidades do distrito, 3º Filarmónica banda amizade ... 12º Operários da fábrica de loiça do Cojo, 13º Operários da fabrica da Fonte Nova (...).

Identidade Cojo

Em relação aos elementos decorativos, dado a mobilidade de artistas e o facto de Aveiro funcionar como distribuidora e receptora de produtos cerâmicos, terá evidentemente recebido influências provenientes de outros centros produtores. É o caso da flor de morangueiro inspirada na faiança francesa de *Rouen*, as grinaldas de flores entrecruzadas com frisos ondulantes de folhas espinhadas típicas de Miragaia (II-1), as faixas ondeadas em forma de espinha de peixe cruzada com o filete ondulado de Viana de Castelo (KK-1) e o friso silva utilizado em Darque e Miragaia.(GG-1)³⁰¹

Estas soluções decorativas em voga foram reinterpretadas por todas as fábricas portuguesas e a fábrica do Cojo não foi excepção. Relativamente à flor de morangueiro, registamos na fase de maior apogeu da fábrica a representação da mesma de diversas feições e disposições demonstrando a destreza e a originalidade do artista.

Avançamos a hipótese de que a fábrica terá de igual maneira influenciado outros centros cerâmicos e marcado tendências. É o caso da peça (Q-5), figura masculina trajada à moda do séc. XVIII com calção e

301 A propósito desta troca de influências, Joaquim Vasconcellos refere que na Fábrica de Viana "Imitou-se até o fabrico do Porto, Coimbra e Lisboa." Vasconcellos, Joaquim. Cerâmica Portuguesa - subsídios históricos, Revista da Sociedade Instrução do Porto, Typographia Occidental, nº5 Porto,1883, p.37

casaco curto, tendo sobre as costas um capa e na cabeça um chapéu de três bicos, muito idêntica a uma da Fábrica de Sargadelos (Galiza) BB-1, pg.285. Esta peça sem registo cromático e marcada com um S, corresponde ao primeiro período de produção entre 1806 e 1832 e dado as características do chapéu foi denominada de Napoleón.

Os motivos decorativos que melhor indiciam a origem da produção da fábrica do Cojo, e que conferem consistência a essa caligrafia e características de marca, são as cercaduras (largas, divididas em segmentos entre um filete liso e outro serrilhado) e à representação da enguia, espécie desde sempre ligado ao património gastronómico da região. A sua representação mais ou menos explícita nas peças, (G-1) e (G-3), com função de pegas e bicos de bules, reforça a convicção de espelhar o habitat aveirense e a probabilidade destas peças serem produtos da Fábrica do Cojo. À data, não conhecemos nem temos registo da representação deste peixe nas faianças de qualquer outra região do país.

As marcas ou a ausência delas, leva-nos a questionar o posicionamento e estima da fábrica no mercado. São muitas as peças não marcadas que atribuímos à fábrica pelas demais características analisadas, mas outras há em que as marcas inegavelmente atestam a proveniência das peças e potenciam as hipóteses destas serem produtos da fábrica do Cojo. É o caso das marcas F.A, R.FN.^a AV^o, AV^oRO^o ^FB, FBc e mais explicitamente F. AVEIRO.

Na análise e interpretação das marcas é necessário atender à antiga ortografia. É o caso do monograma FIB ou IFB, no qual o I deve ser entendido como J e poderá representar a combinação dos nomes do proprietário José Rodrigues Branco, ou o primeiro e o segundo administrador, respectivamente Januário Ferraz Barreto Teixeira Pimentel e João Ferreira de Sousa. Uma outra hipótese é que esta marca identifique o mestre João Pereira Bastos. Nestes monogramas registamos frequentemente a presença de símbolos em forma de acento circunflexo, de variadas formas com maior

ou menor inclinação, normalmente para acentuar a letra J. Esta é uma prática recorrente das várias fábricas do Norte do País

Em relação aos moldes, constatámos que por vezes estes foram comuns e transversais aos distintos períodos de laboração ganhando vida e novas feições em diferentes épocas, reflectindo os desígnios do artista e as expectativas da clientela. Desta prática são exemplo as terrinas, os areeiros, as canecas em forma de cão e as jarras antropomórficas.

No depósito do Museu de Coimbra encontrámos duas terrinas que mereceram a nossa atenção e reputamos extremamente interessantes, (A-2) e (A-3). Não estão marcadas nem referenciadas relativamente aos centros produtores, mas as semelhanças com a peça (A-1) alegadamente proveniente do Cojo, fizeram disparar a hipótese: pertencerão à mesma unidade fabril? A análise cuidada da forma e das dimensões, levam-nos a constatar diferenças nas três tampas, mas a semelhança do corpo das terrinas parece indiciar serem provenientes do mesmo molde.

Das inúmeras peças analisadas, setenta e quatro mereceram especial atenção dado que, pelas suas características, acreditamos serem provenientes do Cojo. Dessas, dezanove estão marcadas, constituindo valiosos marcos de referência, verdadeiras *pedras de toque* que contribuirão para a classificação das restantes.

A exemplo, no Ateneu Comercial do Porto, encontra-se uma floreira de parede (F-3) marcada com monograma FBc a azul. A temática presente na decoração desta floreira é análoga ao pote (I-1), peça não marcada que se encontra no Convento Lorvão, mas a sobriedade, a finura, a elegância, e a destreza do traço deste último é superior. Embora Sampaio atribua este pote a Vandelli,³⁰² a existência de uma peça marcada com FBc e com padrões decorativos idênticos, faz-nos questionar a proveniência da mesma. Será obra

302 SAMPAIO, Jorge. *Contribuição de Domingos Vandelli para a Cerâmica Portuguesa*, Universidade Lusíada. Lisboa. 2005, p.118

de Vandelli e terá sido referencial para os artistas aveirenses, ou são ambas páginas da história do Cojo?

Seria indispensável recorrer à análise das pastas e vidrados, mas em virtude de implicar a extracção de amostras em peças de grande valor patrimonial e afectivo, torna-se evidente e compreensível a dificuldade de as submeter a análise.

No entanto, e sempre que nos foi possível obter amostras das peças em estudo, recorremos ao método de Espectrometria de Fluorescência Raio X. Assim, das oito análises efectuadas, cinco confirmaram similitudes químicas com as argilas dos barreiros da região aveirense e reforçam a convicção da Fábrica do Cojo como o centro produtor e origem dessas peças: I-3; A-5; A-8; Q-1; B-1.

Ficou provado que este método, embora bastante invasivo, é uma mais valia na difícil tarefa de identificar a origem das peças não marcadas, dado poder contribuir para a descoberta das suas identidades, levando-as a ocupar o lugar que merecem na história da cerâmica portuguesa.

Como exemplo refiro as peças (A-8) e (A-5), que à data do estudo e por falta de identificação, se encontravam no depósito do Museu Soares dos Reis no Porto. Os resultados das análises efectuadas às suas pastas remetem-nas para a região aveirense e, se a esta *prova de ADN* acrescentarmos as características extrínsecas das peças, poderemos acreditar e afirmar estar perante peças produzidas na fábrica do Cojo.

Cronologia da Produção

Embora não sejam muitos os elementos cronológicos que permitam definir fases de produção/fabrico, dividimos a produção do Cojo em quatro

períodos distintos. Esta divisão é justamente acreditada pelas qualidades da pasta, do esmalte, da decoração, pela grafia das marcas, o reflexo da prática nas fábricas congêneres e na análise das diferentes fontes escritas disponíveis, que apesar de forma débil, traçam a essência da produção. O Mapa da relação das Fábricas de 1788 refere a produção de louças finas, o Inquérito de 1865, de todos o mais completo, menciona a produção de diversos artigos de uso doméstico e peças de escultura e o Inquérito Industrial de 1881, distingue a Fábrica pela louça vidrada, pelas suas formas e cores.

Assim do primeiro período, mal conhecido, apenas se conhece uma peça que pelas particularidades decorativas que apresenta (decoração rococó constituída por elementos vegetalistas a azul e contorno vinoso) é idêntica às peças que se produziam no primeiro período de laboração de fábricas congêneres.

O segundo período com influências das fábricas do Rato e de Viana, caracteriza-se, apesar da frequente contaminação a verde verificada no esmalte branco das peças, pela procura da perfeição técnica no fabrico e na decoração delicada com recurso aos motivos florais.

Podemos concluir que o maior número de peças marcadas corresponde a este período ao período de laboração que definimos como *Maturidade*. A prosperidade e qualidade técnica da fábrica neste período são atestadas pela quantidade de espécimes identificados e corroborada pelos registos dos vários arrendamentos que obrigavam o arrendatário a pagar ao proprietário, “ (...) dous aparelhos de chá fino feitos da mesma fábrica [...] seis terrinas todas finas com seus pratos (...)”³⁰³

As marcas expressas nestas peças, demonstram também a consciência do valor e do prestígio da fábrica do Cojo neste período.

As formas e nomeadamente os motivos decorativos deste período, são modelos de esquematização que têm como finalidade contornar dificuldades técnicas caindo frequentemente em estereótipos e em modelos em voga.

303 ADA-LN, n. 327, f. 25.1789; Transcrição Doc.7

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Existem contudo casos de extrema felicidade e perfeitos equilíbrios entre a forma e a decoração, que reflectem os desígnios e as intenções do artista e contrariam as afirmações de Reynaldo dos Santos sobre a produção desta unidade “ (...) embora bem fabricadas não têm originalidade.”³⁰⁴ Os artistas interiorizaram fórmulas de outras fábricas, mas também souberam transmutar e conferir carácter e identidade à produção da fábrica.

No final do XVIII a fábrica alcança uma produção de reconhecida qualidade, que lhe permite requerer privilégios régios (1789). Apesar de não existir um documento que ateste a atribuição do referido privilégio, o parecer favorável da Real Junta do Comércio em 1790 dirigido à Rainha D^a Maria I^a³⁰⁵ e o Mapa de todas as Fábricas no Destrito, e Comarca de Aveiro de 1818, onde esta é designada como *Fábrica Real de Louça*, atestam a concessão e vigência do referido privilégio até, pelo menos, à referida data.

É sabido que algumas fábricas congéneres, que usufruíam de igual privilégio expressavam nas suas marcas esse estatuto. Faziam-no por extenso (ex: “REAL FÁBRICA DE SACAVÉM”, “REAL FÁBRICA DA BICA DO SAPATO”) ou mais simplesmente com a letra “R” (ex: “F.R.P” ou “F. R. PORTO”, para identificar a Real Fábrica do Porto, também conhecida por Fábrica do Cavaquinho).

Da Fábrica do Cojo apenas se conhece, à data, uma única peça onde é atestada na marca o estatuto de Real Fábrica. Esta peça, referenciada por Artur de Sandão na obra *Faiança Portuguesa Séculos XVIII XIX*, “Peça basilar que pertenceu ao comandante Ernesto de Vilhena – actualmente incluída na colecção cerâmica de António Lencastre, Porto - muito apraz registar esta travessa oval com a borda ondulada de quatro lanços, que, em esmalte verde

304 SANTOS, Reynaldo. *Oito Séculos de Arte Portuguesa História e Espírito*, Empresa Nacional de Publicidade, Terceiro Volume, Lisboa, 1970, p.111

305 AHMOPC - JC n.8 - 22/3/1790. Transcrição Doc.6

claro, sumido, mostra singela composição de florinhas entre serpeados a amarelo tostado e vinoso claro, formando cercadura na aba plana(...)³⁰⁶ apresenta no seu reverso a marca R. FN.^a AV^o, presumível abreviatura de Real Fábrica Nova de Aveiro.

Esta foi uma das peças cujas pasta e vidrado foram analisadas quimicamente. O resultado, embora só possa ser considerado como mera indicação, devido à qualidade da amostra, “apresenta uma composição muito semelhante a um grupo de amostras de argilas da freguesia de Aradas”. Sabendo que Aradas se situa na periferia de Aveiro e os antigos barreiros a escassos 5 Kms do Cojo, esta análise vem confirmar as fontes escritas, segundo as quais o barro era transportado em carros de bois a partir dos barreiros da região e conferir a esta peça um pouco mais de certeza quanto à sua proveniência.

O terceiro período é uma consequência do anterior e caracterizado pela superior qualidade dos vidrados, a variedade de cores utilizadas, um novo arrendatário e por consequência o aparecimento de uma nova marca F.A^o.

Dado a instabilidade política, os conflitos internos, a liberalização do mercado, a concorrência e as quedas na exportação a fábrica, tal como outras congéneres, entrou numa fase de decadência dedicando-se a uma produção de carácter sobretudo utilitário, visando a sua subsistência. Os processos artesanais de fabrico utilizados reflectem esta realidade e são descritos nas Informações para a Estatística Industrial publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas de 1867 “O barro, depois de escolhido, é joeirado e em seguida amassado aos pés, tirando-se d’elle ainda depois algumas pequenas pedras ou outros corpos estranhos que possa conter, fazendo-se com elle, logo que está bem macio, uns pequenos volumes cónico, a que chamam pélas, que

306 SANDÃO, Arthur. *Faiança Portuguesa, séculos XVIII e XIX*. Livraria Civilização. Porto, 1976, p.193

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

são levadas para cima de um estrado empeladouro(...)" relativamente à preparação dos vidrados "(...) é um preparado com chumbo, estanho e areia calcinada, sendo tudo moído juntamente depois em um pisão movido por um boi (...)"³⁰⁷

O último período de laboração acontece entre 1861 a 1907 e sob a administração e mãos hábeis de Pedro Marques Serrano, a fábrica ganha novo impulso, um novo *Recomeço* e os processos sistemáticos e repetitivos dão lugar à originalidade e espontaneidade do artista.

A aptidão artística deste barrista de profissão, atesta-se na estatuária de cariz religioso produzida, e reflecte-se no carácter escultórico da decoração das peças de uso comum na forma de mascarões, flores, rosetas, botões e palmas. Na decoração das louças de uso corrente é característico neste período o recurso aos filetes e espirais executados no torno, aos esmaltes escorridos e aos esponjados predominando os esmaltes de cor verde que acabariam por caracterizar este período. Nalgumas peças nomeadamente os boiões, a decoração resulta do salpicar aleatório da sua superfície, mas nas mangas ou canudos utilizados nas farmácias, as manchas intermitentes definem linhas segundo a geratriz da peça e revelam intenção de paralelismo e um maior cuidado na execução. Em ambos os casos as manchas são executadas a verde.

Nas peças de feição escultórica é frequente observar entre a profusão dos relevos e manchas do vidrado a aposição de pequenos círculos que por vezes se intersectam. Estas marcas parecem funcionar igualmente como elementos decorativos impressos, dado que se integram na decoração em zonas nobres da peça e se repetem com preocupação de simetria.

Relativamente às marcas gostaríamos de salientar que duas das peças de cariz religioso executadas por Pedro Serrano e que tivemos o privilégio

³⁰⁷ OLIVEIRA, Francisco de Paula Campos. *Informações para a estatística industrial publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas : districto de Aveiro*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1867 p. 200

de analisar e registar, foram datadas e curiosamente assinadas como Pedro “Sarrano”.

Perspectivas futuras

No início da abordagem a este estudo tínhamos consciência que várias iriam ser as dificuldades e que as conclusões poderiam ficar aquém dos objectivos propostos. Encontrámos efectivamente bastantes obstáculos e que nos teriam levado à desistência se não fosse uma vontade enorme de contribuir, na medida do possível, para a afirmação da fábrica do Cojo na história da cerâmica portuguesa e a salvaguarda da sua memória.

A escassez de peças alegadamente provenientes do Cojo faz-se sentir na região e reflecte-se no espólio de qualquer um dos Museus da cidade onde, à data e lamentavelmente, não existe um espaço que *fale* desta fábrica. As peças inventariadas e comprovadamente oriundas do Cojo, resumem-se a duas mangas cerâmicas, um prato fragmentado com decoração vinosa, duas jarrinhas de tom ocre, duas de forma cilíndrica e duas jarras decoradas a azul marcadas com F. A°.

É inadiável reflectir sobre a identidade da cultura artística portuguesa, pois só a partir deste passado se torna possível perspectivar o futuro.

Gostaria de registar aqui uma merecida palavra de apreço ao trabalho desenvolvido pela ADERAV, fundada em 3 de Maio de 1979 e uma das mais antigas associações do género existentes no país. Esta associação tem vindo a realizar, desde então, um vasto e louvável conjunto de actividades inseridas na temática da defesa do património natural e cultural da região de Aveiro.

Num futuro próximo é fundamental conjugar esforços com historiadores, coleccionadores e particulares, estabelecer parcerias, nomeadamente com o Museu Santa Joana, Câmara Municipal de Aveiro, Universidade/ Departamento de Cerâmica, ADERAV e procurar que desta

cooperação resultem dinâmicas que dêem visibilidade a este tema, desperte na comunidade a vontade de abrir portas e trazer para esta discussão novas peças, novos dados que contribuam para o reconhecimento da identidade da fábrica do Cojo.

A descoberta de uma qualquer nova peça pode revelar-se fundamental para este estudo. É o caso do canjirão O-1 marcado com AV RO FB. Até então as peças marcadas com FB, FBc e demais variantes eram consideradas produtos da fábrica da Bandeira no Porto. O facto de nesta peça a marca associar o monograma FB à localidade de Aveiro, veio clarificar e contrariar o que até então era tomado como certo sendo agora e muito justamente, identificada como proveniente do Cojo. Esta peça permitiu, assim, avalizar a proveniência de todos os outros espécimes marcados com FB e aumentar de forma significativa o conhecimento sobre o espólio desta fábrica.

No decorrer do trabalho foram várias as peças que procurámos localizar. Uma delas foi a travessa referenciada por Arthur Sandão na sua obra *Faiança Portuguesa Séculos XVIII XIX*. À semelhança das outras, a vontade de a registar fotograficamente levou-nos a percorrer um longo mas emocionante caminho dado que, no decurso das últimas décadas, sabíamos ter passado de coleccionador para coleccionador. Muitos foram os contactos, os momentos de desânimo mas também os de esperança quando se começou a perspectivar a possibilidade de a encontrar. Tê-la finalmente nas mãos, proporcionou sentimentos sobejamente gratificantes. Foi oportunidade única e num excepcional golpe de sorte, acabámos por ter o privilégio de a adquirir. Hoje é nossa e acreditamos que pelas características únicas e sobretudo pela carga simbólica do regresso à região que a viu nascer, seja estímulo para uma dessas parcerias e possa ser alavanca sensibilizadora para a importância deste espólio e enquanto património da região, para a necessidade do seu estudo, preservação e divulgação.

Com este trabalho foi dado um novo passo e acredito que significativo, pois reuniu e dá a conhecer pela primeira vez peças produzidas na Fábrica do Cojo; é sem dúvida a compilação mais completa que existe sobre esta

fábrica tanto a nível histórico como do seu legado (...) que a mão pesada dos tempos deixou chegar até nós(...) ”³⁰⁸.

Apesar do trabalho desenvolvido, temos a consciência de que muito ainda há por fazer. Ainda faltam formas e cores na história desta fábrica e se por um lado sinto que muitas dúvidas se dissiparam e bastante foi conseguido, também partilho o sentimento de que muito caminho ainda está por percorrer.

Mas, tal como escreveu o poeta castelhano Antonio Machado no seu livro *Campos de Castilla*, que “se hace camino al andar”³⁰⁹, acredito ter avançado um pouco mais e contribuído, ainda que de forma singela, para um melhor conhecimento da fábrica do Cojo.

À sua história acrescentámos as formas e cores do espólio produzido e o recurso às análises químicas provou abrir portas a novas classificações. Contribuir para a sua descoberta exposição e divulgação, são os desafios que me proponho continuar a enfrentar!

308 GOMES, Marques. *Memórias de Aveiro*, Tipografia Comercial, Aveiro, 1875, p.16

309 MACHADO, Antonio. *Extracto de Proverbios y cantares (XXIX)* [disponível em <http://www.poemas-del-alma.com/antonio-machado-caminante-no-hay-camino.htm>] [consultado em 30 /7/15, 16:50:00]

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

II. Conclusiones

Al iniciar este trabajo y luego, tras los primeros contactos efectuados, rápidamente pudimos concluir que la comunidad aveirense desconoce casi por completo la existencia de esta Fábrica, y cuando la conoce, refiere únicamente el último período de fabricación asociándolo a la producción de *piezas verdes y pequeñas estatuas de barro rojo*. Bajo la administración de Pedro Serrano, este período está efectivamente caracterizado por la utilización intensiva de vidriados verdes en la decoración de las piezas y de ahí esa persistencia en la memoria.

Sobre este desconocimiento relato también los contactos con el Sr. Pedro Marques e Sr.^a Dr.^a Melinda Laranjeira a quienes agradezco toda su colaboración, su amabilidad al abrirnos sus puertas y la atención dispensada y que a pesar del privilegiado vínculo con la historia de la fábrica por ser descendientes de Pedro Serrano, ambos desconocen producciones de períodos anteriores y manifiestan dudas en cuanto al origen de algunas de las piezas que poseen, fundamentalmente de las piezas heredadas.

Ante este desconocimiento, se imponía la necesidad de eliminar la idea de que la producción de O Cojo se ceñía a este último período de trabajo. Fue necesario investigar un poco más atrás en el tiempo y sobre todo encontrar piezas que ilustrasen los distintos ciclos productivos, un lenguaje y una caligrafía comunes, una identidad Cojo.

Esa caligrafía, a veces tenue y otras veces más consistente existe, y tal como la nuestra a lo largo de la vida, refleja los sucesivos alquileres, la evolución de las materias primas y técnicas de fabricación, las influencias y requerimientos del mercado, así como los períodos de apogeo y declive.

Una fábrica en el “corazón” de la ciudad

El Valle del Cojo y su respectivo canal asumieron y reafirmaron desde siempre la vocación de zona industrial de la ciudad. La navegabilidad que facilitaba la recepción de materias primas indispensables para el trabajo, así como la expedición de los productos y la potencia de la fuerza de las mareas fijaron las primeras industrias. La referencia más antigua autorizando la construcción de un *molino de cereales* en el Canal do Cojo, se remonta al inicio del siglo XV y la designación inicial de *Esteiro das Azenhas* o *Ribeira das azenhas* indica la existencia de otras unidades trabajando en sus márgenes.

La Fábrica do Cojo surge en el siglo XVIII en el margen sur del canal, en aquel entonces denominado *Esteiro da cidade*, siendo su localización e importancia registradas por la cartografía de la época.

El análisis de la cartografía disponible permite concluir su localización precisa, el curso evolutivo de esta zona de la ciudad y constatar como la implantación de la fábrica tuvo influencia sobre la topografía y la toponimia de la misma. En la Planta da Cidade de Aveiro de 1780/1, además de la localización de la fábrica, se registra la remodelación del Canal en vistas a la navegabilidad y atraque, así como el esbozo de la calle que la serviría (figura 11). El canal es nombrado como *Esteiro da Fábrica* y por primera vez es representada en la *Rua da Fábrica* la casa residencial de João Rodrigues Branco, Morgado de Vagos y fundador de la fábrica de O Cojo. Esta casa se transformaría más tarde en una extensión de la fábrica, siendo su imagen relacionada con la misma (figura 18).

A partir del siglo XIX son los registros fotográficos los que nos permiten identificar la fábrica, los edificios adyacentes, las trazas de la construcción inicial, y acompañar, con diferentes perspectivas, el modo de evolucionar de la ciudad en torno a ella e imaginar como convivió la ciudad con esta centenaria unidad fabril. Esta interacción y carisma de la fábrica

quedan claramente expresados en el orden de salida en el cortejo, en el momento de la Inauguración de la estatua de José Estêvão en Aveiro -Agosto de 1889: 1º Cámara Municipal de Aveiro e delegaciones municipales del país, 2º Empleados de las secretarías y diversos departamentos de los ayuntamientos del distrito, 3º Filarmónica banda amizade (...) 12º Obreros de la Fábrica do Cojo, 13º Obreros de la fábrica Fonte Nova (...).

Identidad Cojo

Por lo que se refiere a los elementos decorativos, dada la movilidad de los artistas y el hecho de que Aveiro funcionase como receptora y distribuidora de productos cerámicos, habrá evidentemente recibido influencias provenientes de otros centros productores. Es el caso de la flor de cerezo inspirada en la porcelana francesa *Rouen*, las guirnaldas de flores entrecruzadas con frisos ondulantes de hojas espinadas típicas de Miragaia (II-1), las bandas onduladas en forma de espina de pez cruzada con la espiral de Viana do Castelo (KK-1) y el friso zarza utilizado en Darque y Miragaia (GG-1).³¹⁰

Estas soluciones decorativas en boga fueron reinterpretadas por todas las fábricas portuguesas y la fábrica de O Cojo no fue excepción. Con relación a la flor de fresa, registramos en la fase de apogeo de la fábrica la representación de la misma de diversos modos y disposiciones demostrando la destreza y originalidad del artista.

Avanzamos la hipótesis de que la fábrica habrá influido de igual modo en otros centros cerámicos y habrá marcado tendencias. Es el caso de la pieza Q-5, figura masculina trazada a la moda del siglo XVIII con pantalón corto

310 A propósito de este cambio de influencias Joaquim Vasconcellos refiere que en la Fábrica de Viana "Se imitó hasta lo fabrico del Oporto, Coimbra y Lisboa. Vasconcellos, Joaquim. Cerâmica Portuguesa - subsídios históricos, Revista da Sociedade Instrução do Porto, Typographia Occidental, nº5 Porto, 1883, p.37

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

y chaqueta corta, llevando sobre la espalda una capa y en la cabeza un sombrero de tres picos, casi idéntica a una de la fábrica de Sargadelos (Galicia) BB-1. Esta pieza sin registro cromático y marcada con una S, corresponde al primer período de investigación, entre 1806 y 1832, y dadas las características del sombrero, fue denominada Napoleón.

Los motivos decorativos que mejor sirven como indicios de origen de la producción de la fábrica de O Cojo, y que confieren consistencia a esa caligrafía y características de marca, son los cercados (anchos, divididos en segmentos entre una banda lisa y otra dentada) y la representación de la anguila, especie vinculada desde siempre al patrimonio gastronómico de la región. Su representación más o menos explícita en las piezas, G-1 e G-3, con función de asas y picos de teteras, refuerza la convicción del deseo de reflejar o habitat aveirense y la probabilidad de que estas piezas sean producciones de la Fábrica do Cojo. A día de hoy, no conocemos ni hemos registrado la representación de este pez en las cerámicas de ninguna otra región del país.

Las marcas o la ausencia de ellas, nos llevan a cuestionar la posición y estima de la fábrica en el mercado. Son muchas las piezas no marcadas que atribuimos a la fábrica por las restantes características analizadas, pero hay otras en las que las marcas atestiguan de manera innegable el origen de las piezas y refuerzan la hipótesis de que sean también productos de la fábrica del Cojo. Es el caso de las marcas F.A, R.FN.^a AV^o, AV[^]RO[^]FB, FBc y la más explícita F. AVEIRO.

En el análisis y la interpretación de las marcas es necesario prestar atención a la ortografía antigua. Es el caso del monograma FIB o IFB, en el cual la I debe ser entendida como J y podría representar la combinación de los nombres del propietario José Rodrigues Branco, o el primer y segundo administradores, respectivamente Januário Ferraz Barreto Teixeira Pimentel y João Ferreira de Sousa. Otra hipótesis es que esta marca identifique el

maestro João Pereira Bastos. En estos monogramas registramos con frecuencia la presencia de símbolos con forma de acento circunflejo, de distintas formas y con mayor o menor inclinación, normalmente para acentuar la letra J. Es esta una práctica habitual de las diversas fábricas del Norte del País.

Por lo que respecta a los moldes, constatamos que en algunos casos estos fueron comunes y transversales a los diferentes períodos de producción, cobrando vida y trazas nuevas en diferentes épocas, reflejando las intenciones del artista y las expectativas de la clientela. De esta práctica son ejemplos las soperas, los areneros para tinta, las tazas en forma de perro y los floreros antropomórficos.

En el depósito del Museu de Coimbra hallamos dos soperas que llamaron nuestra atención y que encontramos extremadamente interesantes: (A-2) y (A-3). No están marcadas ni clasificadas con relación a los centros productores, pero las similitudes con la pieza (A-1) supuestamente proveniente de O Cojo, lanzaron la hipótesis: ¿pertenerán a la misma unidad fabril? El análisis detenido de la forma y de las dimensiones nos llevaron a apreciar diferencias en las tres tapas, pero la similitud del cuerpo de las soperas parecen indicar haber salido del mismo molde.

De entre las innumerables piezas analizadas, setenta y cuatro merecieron especial atención dado que, por sus características, creemos que son provenientes de El Cojo. De ellas, diecinueve están marcadas, constituyendo valiosos puntos de referencia, verdaderas *pedras de toque* que contribuyeron a la clasificación de las restantes.

A modo de ejemplo, en el Ateneu Comercial do Porto se encuentra un florero de pared (F-3) marcado con el monograma FBc en azul. La temática presente en la decoración de este florero es análoga a la del pote (I-1), pieza no marcada que se encuentra en el Convento Lorvão, pero la sobriedad, la finura, y la destreza del trazo de este último es mayor. Aunque Sampaio

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

atribuya este pote a Vandelli,³¹¹ la existencia de una pieza marcada con FBC y con patrones decorativos idénticos, nos hace cuestionar el origen de la misma. ¿Será obra de Vandelli y habrá servido de referencia para los artistas aveiresnses, o son ambas páginas de la historia de O Cojo?

Sería indispensable recurrir al análisis de pastas y vidriados, pero debido a que ello implica la extracción de muestras en piezas de gran valor patrimonial y afectivo, hace evidente y comprensiva la dificultad de someterlas al análisis.

Sin embargo, y siempre que nos ha sido posible obtener muestras de piezas en estudio, recurrimos al método de Espectrometría de Fluorescencia Rayos X. Así, de los ocho análisis realizados, cinco confirmaron similitudes químicas con las arcillas de las barreras de la región aveirense y refuerzan la convicción de que la Fábrica do Cojo haya sido el centro productor y origen de esas piezas: I-3; A-5; A-8; Q-1; B-1.

Quedó probado que este método, aunque bastante invasivo, es una plusvalía en la difícil tarea de identificar el origen de las piezas no marcadas, al contribuir al descubrimiento de sus identidades, permitiéndoles ocupar el lugar que merecen en la historia de la cerámica portuguesa.

Como ejemplo cito las piezas A-8 y A-5, que en el momento del estudio y por falta de identificación, se encontraban en el depósito del Museu Soares dos Reis en Oporto. Los resultados de los análisis realizados a sus pastas las remiten a la región aveirense y, si a esta *prueba de ADN* añadimos las características extrínsecas de la pieza, podremos creer y afirmar que estamos ante piezas producidas por la fábrica de O Cojo.

311 SAMPAIO, Jorge. *Contribuição de Domingos Vandelli para a Cerâmica Portuguesa*, Universidade Lusíada. Lisboa. 2005, p.118

Cronología de la Producción

Aunque no sean muchos los elementos cronológicos que permitan definir fases de producción/fabricación, dividimos la producción de O Cojo en cuatro períodos diferentes. Esta división está justamente respaldada por las calidades de la pasta, del esmalte, de la decoración, por la grafía de las marcas, el reflejo de prácticas de fábricas del sector y el análisis de las diversas fuentes escritas disponibles, que a pesar de hacerlo de un modo somero, trazan las líneas de la producción. El Mapa de la relación de Fábricas de 1778 señala la produção de louças finas; el Censo de 1865, de todos el más completo, menciona la producción de diversos artículos de uso doméstico y piezas de escultura y el Censo Industrial de 1881, distingue a la Fábrica por la loza vidrada, por sus formas y colores.

Así, del primer período, mal conocido, solo se conoce una pieza que debido a las particularidades decorativas que presenta (decoración rococó constituida por motivos vegetales en azul y contornos vinoso) es idéntica a las piezas que se elaboraban en el primer período de producción de otras fábricas del mismo tipo.

El segundo período, con influencias de las fábricas de O Rato y de Viana, se caracteriza, a pesar de la fuerte contaminación en verde presente en el esmalte blanco de las piezas, por la búsqueda de la perfección técnica en la fabricación y en la decoración delicada a base de motivos florales.

Podemos concluir que el mayor número de piezas marcadas corresponde al período que definimos como de *Madurez*. La prosperidad y calidad técnica de la fábrica en este período están atestiguadas por la cantidad de objetos identificados y corroborada por los registros de los distintos arrendamientos que obligaban al arrendatario a pagar al propietario, “(...)

dos juegos de té de porcelana fina hechos en la propia fábrica [...] seis soperas todas de porcelana fina con sus platos (...)”³¹²

Las marcas impresas en esas piezas demuestran también la consciencia del valor y del prestigio de la fábrica de O Cojo en este período.

Las formas, y especialmente los motivos decorativos de este período, son modelos de esquematismo que tienen como finalidad solventar dificultades técnicas cayendo con frecuencia en estereotipos y en modelos en voga.

Existen a pesar de todo, casos de extrema felicidad y perfectos equilibrios entre la forma y la decoración, que reflejan las pretensiones y las intenciones del artista y desmienten la afirmación de Reynaldo dos Santos sobre la producción de esta unidad “(...) aunque bien fabricadas, no presentan originalidad.”³¹³ Los artistas interiorizaron fórmulas de otras fábricas, pero también supieron transformar y dotar de carácter e identidad a la producción de la fábrica.

A finales del siglo XVIII la fábrica alcanza una producción de reconocida calidad, lo que le permite solicitar privilegios regioes (1789). A pesar de que no existe ningún documento que dé testimonio del citado privilegio, el fallo favorable de la Real Junta do Comércio en 1790 dirigido a la Reina D^a Maria I ³¹⁴ y el Mapa de todas las Fábricas del Destrito, e Comarca de Aveiro de 1818, donde esta es designada como *Fábrica Real de Louça*, certifican la concesión y vigencia del referido privilegio, por lo menos, hasta esa fecha.

Es conocido que algunas fábricas del sector, que disfrutaban de igual privilegio, expresaban en sus marcas ese estatuto. Lo hacían por extenso (ej: “REAL FÁBRICA DE SACA VÉM”, “REAL FÁBRICA DA BICA DO

312 ADA-LN, n.327, f.25.1789; Transcrição Doc.7

313 SANTOS, Reynaldo. *Oito Séculos de Arte Portuguesa História e Espírito*, Empresa Nacional de Publicidade, Terceiro Volume, Lisboa, 1970, p.111

314 AHMOPC - JC n.8 - 22/3/1790. Transcrição Doc.6

SAPATO”) o de modo más sencillo con la letra “R” (ex: “F.R.P” o “F. R. PORTO”, para identificar a la Real Fábrica do Porto, también conocida por Fábrica do Cavaquinho).

De la fábrica de O Cojo solo se conoce, a día de hoy, una única pieza en donde se testimonia el estatuto de Real Fábrica. Esta pieza, citada por Artur de Sandão en su obra *Faiança Portuguesa Séculos XVIII XIX*, “Pieza basal que pertenció al comandante Ernesto de Vilhena – actualmente incluida en la colección cerámica de António Lencastre, Porto – complace registrar esta fuente oval con el borde ondulado en cuatro tramos, que, en esmalte en verde claro, desvaído, muestra sencilla composición de florecillas entre serpenteados en amarillo tostado y vinoso claro, formando cercado en la base plana (...)”³¹⁵ presenta en su reverso la marca R. FN.^a AV^o, presumiblemente abreviatura de Real Fábrica Nova de Aveiro.

Esta fue una de las piezas cuya pasta y cuyo vidriado fueron analizadas químicamente. El resultado, a pesar de que solamente pueda ser considerado como mero indicio, debido a la calidad de la muestra, presenta una composición muy similar a la de un grupo de muestras de arcillas de la freguesía de Aradas. Conociendo que Aradas se sitúa en la periferia de Aveiro y las antiguas barreras a escasos 5 kms de O Cojo, este análisis confirma las fuentes escritas según las cuales el barro era transportado en carros de bueyes desde las barreras de la región, y confiere a esta pieza un poco más de seguridad en lo que se refiere a su procedencia.

El tercer período es una consecuencia del anterior y está caracterizado por la calidad superior de los vidriados, la variedad de colores utilizados, un nuevo arrendatario y en consecuencia la aparición de una nueva marca F.A.^o.

Dada la inestabilidad política, los conflictos internos, la liberalización del mercado, la competencia y el descenso del volumen de exportación de la fábrica, al igual que otras fábricas del ramo, entró en una fase de decadencia,

315 SANDÃO, Arthur. *Faiança Portuguesa, séculos XVIII e XIX*. Livraria Civilização. Porto, 1976, p.193

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

dedicándose a una producción de carácter fundamentalmente utilitario en aras de su subsistencia. Los procesos artesanales de producción reflejan esta realidad y son descritos en las Informaciones para la Estadística Industrial publicadas por la Repartição de Pesos e Medidas de 1867. “El barro, tras ser seleccionado, es cribado e inmediatamente amasado con los pies sacándose de él aun después algunas pequeñas piedras u otros cuerpos extraños que pueda contener, formándose con él, una vez que esta blando, unos pequeños volúmenes cónicos, llamados pélas, que son colocadas encima de un estrado para amasar(...) con objeto de la preparación del vidriado “(...) es un preparado con plomo, estaño y arena calcinada, siendo todo molido junto después en un batán movido por un buey (...)”³¹⁶

El último período de producción se desarrolla entre 1861 y 1907 y bajo la administración y hábiles manos de Pedro Marqués Serrano, la fábrica cobra un nuevo impulso, un nuevo *Recomeço* y los procesos sistemáticos y repetitivos dan lugar a la originalidad y espontaneidad del artista.

La aptitud artística de este alfarero, queda demostrada en la estatuaria de cariz religioso fabricada, y se refleja en el carácter escultórico de la decoración de las piezas de uso común en forma de mascarones, flores, rosetas, botones y palmas. En la decoración de las lozas de uso corriente es característico de este período el recurso a las tiras y espirales realizados en torno, a los esmaltes escurridos y a los esponjados, predominando los esmaltes de color verde que terminarían por caracterizar a este período. En algunas piezas, en concreto en los botones, la decoración es producto de salpicar de forma aleatoria su superficie, pero en los embudos y en las probetas usados en las farmacias, las manchas intermitentes definen líneas mediante la

³¹⁶ OLIVEIRA, Francisco de Paula Campos. *Informações para a estatística industrial publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas : districto de Aveiro*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1867 p. 200

generatriz de la pieza y revelan la intención de simetría y de un mayor cuidado en la ejecución. En ambos casos las manchas se realizan en verde.

En las piezas de facción escultórica es frecuente observar entre la profusión de relieves y manchas del vidriado la aposición de pequeños círculos que algunas veces forman intersecciones. Estas marcas parecen funcionar igualmente como elementos decorativos impresos, dado que se integran en la decoración de zonas *nobles* de la pieza y se repiten con preocupación de simetría.

Con relación a las marcas, nos gustaría salienta que dos piezas de cariz religioso ejecutadas por Pedro Serrano y a las que tuvimos el privilegio de analizar y registrar, fueron fechadas y curiosamente firmadas como Pedro “Sarrano”.

Perspectivas futuras

Cuando comenzamos a abordar este estudio éramos conscientes de que surgirían varias dificultades y de que las conclusiones podrían quedarse lejos de los objetivos propuestos. Encontramos efectivamente bastantes obstáculos, que nos podrían haber hecho desistir si no hubiese una enorme voluntad de contribuir, en la medida de lo posible, al afianzamiento del lugar de la fábrica de O Cojo en la historia de la cerámica portuguesa y a la salvaguarda de su memoria.

La escasez de piezas supuestamente provenientes de O Cojo se deja sentir en la región y se refleja en los fondos de cualquiera de los Museos de la ciudad donde, lamentablemente a día de hoy, no existe un espacio que *hable* de esta fábrica. Las piezas inventariadas y corroboradas como oriundas de O Cojo, se limitan a dos embudos cerámicos, un plato fragmentado con decoración vinosa, dos pequeños floreros de tono ocre, dos de forma cilíndrica y dos floreros decorados en azul marcadas con F.A°.

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Es inaplazable reflexionar sobre la identidad de la cultura artística portuguesa, pues solamente a partir de este pasado es posible vislumbrar el futuro.

Me gustaría verter aquí unas merecidas palabras de aprecio al trabajo desarrollado por la ADERAV, fundada el 3 de mayo de 1979 y una de las asociaciones más antiguas de este género existentes en el país. Esta asociación ha venido realizando desde entonces, un vasto y loable conjunto de actividades inmersas en la temática de la defensa del patrimonio natural y cultural de la región de Aveiro.

En un futuro próximo es fundamental conjugar esfuerzos con historiadores, coleccionistas y particulares, establecer relaciones, especialmente con el Museo Santa Joana, la Cámara Municipal de Aveiro, la Universidad/Departamento de Cerámica y ADERAV e intentar que de esta cooperación nazcan actividades que den visibilidad a este tema, despierten en la comunidad el deseo de abrir puertas y de incorporar nuevas piezas a esta discusión y nuevos datos que contribuyan al reconocimiento de la identidad de la fábrica de O Cojo.

El descubrimiento de cualquier nueva pieza puede resultar fundamental para este estudio. Es el caso de la jarra O-1 marcado con AV RO FB. Hasta entonces las piezas marcadas con FB, FBc y demás variantes eran consideradas productos de la Fábrica de la Bandeira de Oporto. El hecho de que en esta pieza se asociase el monograma FB a la localidad de Aveiro vino a aclarar y a desmentir lo que hasta entonces era tomado como cierto, siendo ahora muy justamente, identificada como proveniente de O Cojo. Esta pieza permitió así avalar el origen de todas las demás piezas marcadas con FB y aumentar de forma significativa el conocimiento sobre el patrimonio de esta fábrica.

Durante el tiempo de realización del trabajo fueron varias las piezas que intentamos localizar. Una de ellas fue la fuente citada por Arthur Sandão en su obra *Faiança Portuguesa Séculos XVIII-XIX*. A semejanza de las otras, el deseo de registrar fotográficamente nos llevó a recorrer un largo pero emocionante camino dado que, en el transcurso de las últimas décadas, sabíamos que había pasado de coleccionista en coleccionista. Fueron muchos los contactos, los momentos de desánimo, pero también los de esperanza cuando se comenzó a vislumbrar la posibilidad de encontrarlo. Tenerla al fin en las manos proporcionó sentimientos sobradamente gratificantes. Fue una oportunidad única y en un golpe de suerte tuvimos la oportunidad de adquirirla. Hoy es nuestra y creemos que por las características únicas y por la carga simbólica del regreso a la región que la vio nacer, sea un estímulo para una de esas colaboraciones, pueda ser vehículo para sensibilizar y para dar importancia a este legado y como patrimonio de la región contribuya a la necesidad de su estudio, preservación y divulgación.

Con este trabajo ha sido dado un nuevo paso, y creo que significativo, pues reunió y da a conocer por primera vez piezas producidas en la Fábrica do Cojo; es sin duda la compilación más completa que existe sobre esta fábrica tanto a nivel histórico como de su legado () que la mano pesada del tiempo permitió llegar hasta nosotros(...) ³¹⁷.

A pesar del trabajo realizado, somos conscientes de que queda todavía mucho por hacer. Faltan todavía formas y colores en la historia de esta fábrica y si por un lado siento que se han disipado muchas dudas y se ha conseguido bastante, también comparto el sentimiento de que todavía queda mucho camino por recorrer.

317 GOMES, Marques. *Memórias de Aveiro*, Tipografia Comercial, Aveiro, 1875, p.16

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Pero, tal y como escribió el poeta castellano Antonio Machado en su libro *Campos de Castilla*, que “se hace camino al andar”³¹⁸, creo haber avanzado un poco más y contribuido, aunque fuese levemente, a un mejor conocimiento de la fábrica de O Cojo.

A su historia añadimos las formas y los colores del patrimonio producido y el recurso a los análisis químicos probó abrir puertas a nuevas clasificaciones. Contribuir a su descubrimiento, exposición y divulgación, ¡son los retos que me propongo!

318 MACHADO, Antonio. *Extracto de Proverbios y cantares (XXIX)* [disponible en <http://www.poemas-del-alma.com/antonio-machado-caminante-no-hay-camino.htm>] [consultado em 30 /7/15, 16:50:00]

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

III. Bibliografia / Bibliografia

Livros impressos / Libros Impresos

ABRANTES, Ana Paula. Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: o legado em talha e outras reflexões : nota de história de arte, Santa Casa da Misericórdia, Aveiro, 2004

ABREU, Alberto. A Louça de Viana - das origens ao século XXI, Câmara Municipal de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 2005

ALARCÃO, Jorge. A Escrita do tempo e a sua Verdade, Quarteto, Coimbra, 2000

ALVES, Francisco. A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV ria de Aveiro A e da zona ria de Aveiro B aproximação tipológica preliminar. Sep. de: Actas das 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval, Câmara Municipal Tondela, Tondela, 1995

AMORIM, Inês. Cerâmica de Aveiro no séc. XVIII. In. Revista da Faculdade de Letras, Porto. 1996

ARROTEIA, Jorge. Aveiro: Aspectos Geográficos e do Desenvolvimento Urbano, Universidade de Aveiro, Aveiro, 1998

BARREIRA, Manuel. Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: Poder, Pobreza, Solidariedade. Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Aveiro, 1998

BLAETTLER, Roland. La Céramique portugaise: premières impressions d'un néophyte - Cerâmica portuguesa: as primeiras impressões de um neófito. in. Céramique du Portugal du XVI^e au XXI^e siècle = Cerâmica Portuguesa do século XVI ao século XX, Museu Nacional do Azulejo , 1^a edição, Lisboa, 2004

BERNARDA, João, Ensaios sobre os caminhos da Cerâmica, in. MUSEU: Revista de Arte, Arqueologia, Tradições Vol (7), Porto, 1998

CAETANO, Lucília. Contributo para a história da industrialização no distrito de Aveiro: o inquérito da repartição de pesos e medidas: 1865. in. Revista Portuguesa de História, Coimbra, 1989

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

CALADO, Rafael e LIMA, Maria. Faiança Portuguesa, Roteiro Nacional de Arte Antigo. Museu Nacional de arte Antiga. Lisboa, 2005

CALADO, Rafael. Breve Historial da Faiança em Portugal. in. Itinerário da Faiança do Porto e Gaia, Instituto Português dos Museus, Lisboa, 2001

CASTRO, Fernando. Caracterização química e micro-estrutural de faianças portuguesas. In: Museu Nacional Soares dos Reis, Instituto Português dos Museus, Lisboa, 2001

CHRISTO, António e GASPAR, João. Calendário Histórico de Aveiro. Câmara Municipal de Aveiro. Aveiro, 1986

COSTA, P^a Carvalho. Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, 3 tomos, Of. de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1708

COSTA, António. Domingos Vandelli (1730-1816) e a Cerâmica Portuguesa, Publicações do II Centenário da Academia das ciências de Lisboa. Lisboa, 1986

FERNANDES, Isabel. Saberes, sabores, usos e desusos da olaria nortenha, in. A produção de cerâmica em Portugal: Histórias com futuro-Actas do Colóquio, Museu de Olaria, Barcelos, 2007

MORAIS, Rui. Exemplos da autarcia em Brácara Augusta. A existência de olarias e as produções cerâmicas subsidiárias de outras actividades, in. A produção de cerâmica em Portugal: Histórias com futuro-Actas do Colóquio, Museu de Olaria, Barcelos, 2007

FERNANDES, Isabel ; RIBEIRO, Maria ; REIMÃO, Rute ; CALADO, Rafael. Faiança Portuguesa do Ateneu Comercial do Porto. Ateneu Comercial do Porto, Porto, 1997

GIRÃO, Aristides de Amorim. Bacia do Vouga, Estudo Geográfico, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1922

GIRÃO, Luís Ferreira. Estudo sobre a indústria cerâmica na 1ª circunscção dos serviços técnicos da indústria. Boletim do Trabalho Industrial (Nº67), Imprensa Nacional, Lisboa, 1913

GOMES, Marques. Memórias de Aveiro, Tipografia Comercial, Aveiro, 1875

- GOMES, Marques. Catálogo da Exposição Distrital de Aveiro, Promovida pelo grémio moderno em 1882. Imprensa Comercial. Porto, 1882
- GOMES, Marques e VASCONCELLOS, Joaquim. Exposição Distrital de Aveiro em 1882: Relíquias da Arte Nacional. Grémio Moderno, Aveiro. Portugal. 1883
- GONÇALVES, Augusto. Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Aveiro: Zona - SUL. Academia Nacional de Belas Artes. Lisboa, 1959
- HENRIQUES, Paulo. António Capucho – Retrato do Homem através da Coleção Cerâmica Portuguesa do séc. XVI a século XX. Livraria Civilização Editora. Barcelos, 2004
- INQUÉRITO INDUSTRIAL DE 1881. Inquérito directo. Segunda parte. Visita às Fábricas, Lisboa, 1881
- KOPYTOFF, Igor. The cultural biography of things: commoditization as process, in. The social life of things, University Press, Cambridge, 1986
- LEAL, Augusto. Portugal antigo e moderno : dictionario geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias (Vol I), Editora Mattos Moreira & Companhia. Lisboa, 1873
- LEÃO, Manuel. Pintores Cerâmicos. in MUSEU : Revista de Arte, Arqueologia, Tradições Vol (12), Porto, 2003
- LEPIERRE, Charles. Estudo Chimico e Technologico sobre a Ceramica Portuguesa Moderna, Imprensa Nacional. Lisboa, 1899
- LOPES, Ana. Moliceiros-A Memória da Ria, Quetzal Editores. Lisboa, 1997
- LOPES, Carlos da Silva. Estudo da História da Cerâmica. Gabinete de Estudos de Artes Decorativas da Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2004
- MACEDO, Jorge. Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII. Editorial Querco, Lda. Lisboa, 1982
- MELO, Adelino. Apontamentos para a história da Cerâmica em Coimbra. Coimbra, 1886

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

MORGADO, Paulo. e FILIPE, Sónia. O testemunho do passar do tempo e do homem no registo arqueológico de Aveiro. in, Histórias de Aveiro-Sínteses e Perspectivas, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, 2009

MORIN, Edgar. Cultura e barbárie europeias, Instituto Piaget, Lisboa, 2007

NEVES, Acúrsio. Memória Sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa, Considerada nos Seus Diferentes Ramos, Querco, Lisboa, 1983

NEVES, Acúrsio. Variedades sobre objectos relativos às artes, comércio e manufacturas consideradas segundo os princípios da economia política, Lisboa, 1814

NEVES, Amaro. Barristas Aveirenses. Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro. Aveiro, 1992

NEVES, Ferreira. Origem e Etimologia de Aveiro. in. Arquivo do Distrito de Aveiro. Vol 2, nº 6 Aveiro, 1936

NEVES, Ferreira. A memória sobre Aveiro de Pinho Queimado, in. Arquivo do Distrito de Aveiro. Vol 3, nº 10, Aveiro, 1937

OLIVEIRA, Francisco de Paula Campos. Informações para a estatística industrial publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas : districto de Aveiro, Imprensa Nacional, Lisboa, 1867

OLIVEIRA, Luiz Augusto de. Exposição retrospectiva de Cerâmica Nacional em Vianna do Castelo no ano de 1915 - Breves Estudos por Luiz Augusto de Oliveira, O Comércio do Porto, Porto, 1920

ORTIGÃO, Ramalho. O Culto da Arte em Portugal, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1917

PAIS, Alexandre Nobre. A policromia na faiança portuguesa de exportação do século. XVII, Revista de Artes Decorativas, nº.1, Lisboa, 2007

PAIS Alexandre e MONTEIRO João. A Faiança Neoclássica, in. Cerâmica Neo-Clássica em Portugal. IPM. Lisboa. Portugal, 1997

PAIS, Alexandre e MONTEIRO, João. Interrogações e Perplexidades no Estudo da Faiança Portuguesa. in: Faiança Portuguesa séculos XVIII-XIX. Coleção Pereira de Sampaio. ACD Editores. Alcobça. 2009

- QUEIRÓS, José. Cerâmica Portuguesa. Livraria Estante Editora, Aveiro, 1987
- QUEIRÓS, José. Cerâmica Portuguesa. Litexa Editora, Lda. Lisboa, 2002
- RIBEIRO, Emanuel. Água Fresca. Apontamentos sobre olaria nacional, Tipografia Sequeira L.da, Porto, 1924
- RODRIGUES, Manuel. Aveiro, cidade de água, sal, argila e luz, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, 2004
- RODRIGUES, Manuel. A indústria da Cerâmica em Aveiro (final do Séc. XIX – Início do Séc. XX), Sep. da Revista Portuguesa de História TOMO XXV. Universidade Faculdade de Letras- Coimbra,Coimbra, 1990
- RODRIGUES, Manuel. Empresas e Empresários das Indústrias Transformadoras na Sub-Região da Ria de Aveiro, 1864-1931 Universidade de Aveiro, Aveiro, 2007
- ROSSA, Walter. A relevância da cartografia para a construção da história de urbes como Aveiro,in: SAL-Boletim Municipal de Cultural, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, 2007
- SAMPAIO, Alberto. A propriedade e a cultura do Minho, in. Estudos Históricos e Económicos, vol.I, Lisboa, 1923
- SAMPAIO, Jorge. Faiança Portuguesa séculos XVIII-XIX - Coleção Pereira de Sampaio, ACD Editores, Lisboa, 2009
- SANDÃO, Arthur. Faiança Portuguesa, séculos XVIII e XIX. Livraria Civilização. Porto, 1976
- SANTOS, Reynaldo.Oito Séculos de Arte Portuguesa História e Espírito , Empresa Nacional de Publicidade, Terceiro Volume, Lisboa, 1970
- SABROSA, Armando. As faianças da Casa Côrte-Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa. In Actas das 4.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo, Câmara Municipal, Tondela, 2008
- SEMEDO, Énio. Para uma Geografia de Aveiro. in. Histórias de Aveiro-Sínteses e Perspectivas, Câmara Municipal de Aveiro, 2009. Aveiro, 2009

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

SILVA, Amelia. A indústria Portuguesa na primeira metade do séc. XVIII. A.P. Silva: Coimbra, 1959

SILVA, António. Faianças portuguesas : colecção António Espírito Santo, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, Lisboa, 2000

SIMAS, Filomena ; ISIDRO, Sónia. Dicionário de Marcas de Faiança e Porcelana Portuguesa. Estar-Editora. Lisboa, 1996

SOUSA, José Ferreira da Cunha. Memória de Aveiro, no século XIX, in Arquivo do Distrito de Aveiro, vol 6, Aveiro, 1940

TAVARES, José. A estátua de José Estêvão em Aveiro : subsídios para a história do monumento, in: Arquivo do Distrito de Aveiro. Vol 5, nº 18, Aveiro, 1939

TEIXEIRA, Maria. Esbocetos. in. MUSEU: Revista de Arte, Arqueologia, Tradições Vol (?), Porto, 1971

TEMUDO, Fortunato. Estudo sobre actual da indústria cerâmica na 2ª circunscção dos serviços técnicos da indústria, Imprensa Nacional, Lisboa. 1905

TRINDADE, Rui. Fabrico de materiais cerâmicos em Portugal durante a Idade Média. Novos dados de Pesquisa. in. A produção de cerâmica em Portugal: Histórias com futuro - Actas do Colóquio, Museu de Olaria, Barcelos, 2007

FERNANDES, Isabel. Formas e funções da faiança portuense oitocentista. in. Itinerário da Faiança do Porto e Gaia, Instituto Português dos Museus, Lisboa. 2001

VALENTE, Vasco. Cerâmica Artística Aveirense –Breves Notas. in: Guias-Dicionários Regionais, 1º Congresso Regional Ferro-viário 1933, Vol I. Edições Geder, Lisboa, 1933

VASCONCELLOS, Joaquim. Cerâmica Portuguesa - subsídios históricos. Revista da Sociedade Instrução do Porto. Typographia Occidental 3ºano, nº5 Porto, 1883

VASCONCELLOS, Joaquim. A cerâmica Portuguesa e a sua Aplicação Decorativa. Biblioteca de Instrução Profissional, Lisboa, 1907

VASCONCELOS, Carolina Michaelis. Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1957

VILAS-BOAS, J. S. Paes. A região de Aveiro e as olarias. in. Arquivo do Distrito de Aveiro. Vol 12, nº 45, Aveiro, 1946

VITORINO, Pedro. A cerâmica Portuense, Editora Apolino, Gaia, 1930

Artigos em Jornais / Artículos en Periódicos

CHRISTO, António. Toponímia Local. *Jornal Litoral* de 5 de Maio, 1956

MARQUES, Jorge. O Homem e o Barro. *Jornal Litoral* de 1 de Outubro, 1998

MARQUES, Jorge. O Homem e o Barro. *Jornal Litoral* de 12 de Outubro, 1998

MARQUES, Jorge. O Homem e o Barro. *Jornal Litoral* de 15 de Outubro, 1998

MARQUES, Jorge. O Homem e o Barro. *Jornal Litoral* de 19 de Novembro, 1998

MARQUES, Jorge. O Homem e o Barro. *Jornal Litoral* de 26 de Novembro, 1998

Teses / Tesis

RODRIGUES, Manuel Ferreira. Empresas e Empresários das Indústrias Transformadoras da Sub-região da Ria de Aveiro, 1864-1931, Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2010

SAMPAIO, Jorge. Contribuição de Domingos Vandelli para a Cerâmica Portuguesa, Universidade Lusíada. Lisboa. 2005

SAMPAIO, Jorge. A faiança do Juncal, Universidade Lusíada. Lisboa. 1997

SARRICO, Patrícia. Percurso do Azulejo De Fachada de Aveiro: Dinâmicas para a sua salvaguarda, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra. 2009

Fontes manuscritas / Fuentes manuscritas

AMA - LV, n.8, 17/5/1775

AMA-LV, n7, ss 17 de MAIO de 1775

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

ADA-SN, Aveiro, n.313, f.76-79v. 1776

AHMOPC - JC n.8 - 16/6/1789

ADA-SN, n.327, f.26v. 1789

AHMOPC - JC n.8 - 23/7/1789

AHMOPC - JC n.8 - 22/3/1790

AHMOPC - JC n.12 - 12/6/1802

AHMOPC - JC n.12 - 1814

QUADROS, Rangel. *Aveiro, Apontamentos Históricos -Ordem Terceira de S. Francisco*, v.6, Aveiro, s.d.p.40-41

Artigos electrónicos / Los artículos electrónicos

CASIMIRO, Tânia; O Faiança portuguesa: datação e evolução cronostilística, [disponível em: http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/rpa16/Faiancaportuguesa_datacao_evolucao_crono_estilistica] [consultado em 31/07/09, 18:00:00]

POMBAL, Marquez, Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal, Volumes 1-2, [disponível em <http://books.google.pt/books?id=-B9FAQAAMAAJ&pg=RA1-PA288&dq=animar+e+proteger+n%C3%A3o+s%C3%B3+a+dita+fabrica+primitiva&hl=en&sa=X&ved=0CCcQ6AEwAVChMit-aZpNP5xwIVgdUUCH1vRAXS#v=onepage&q=animar%20e%20proteger%20n%C3%A3o%20s%C3%B3%20a%20dita%20fabrica%20primitiva&f=false>] [consultado em 3 /8/15, 16:50:00]

SCOLARI, Keli; Identificação de cerâmicas em faiança portuguesa nos casarões do centro histórico da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, [disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/237/233>] [consultado em 04/03/11, 14:10:00]

VIGÁRIO, Edgar; Two centuries of Portuguese faience [disponível em: https://www.academia.edu/16572015/Two_centuries_of_Portuguese_faience] [consultado em 19/08/14, 9:50:00]

BETTENCOURT, José e CARVALHO, Patrícia; De Aveiro para as margens do Atlântico. A carga do navio Ria de Aveiro A e a circulação de cerâmica na época moderna [disponível em: https://www.academia.edu/8601990/De_Aveiro_para_as_margens_do_Atl%C3%A2ntico._A_carga_do_navio_Ria_de_Aveiro_A_e_a_circula%C3%A7%C3%A3o_de_cer%C3%A2mica_na_%C3%A9poca_moderna] [consultado em 19/08/14, 9:50:00]

UNESCO, About World Heritage, [disponível em <http://whc.unesco.org/en/about/>] [consultado em 3 /6/15, 16:50:00]

FONSECA, Teresa; O reformismo pombalino e a Feitoria Britânica de Lisboa [disponível em: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/3/09_reformismo] [consultado em 2/04/15, 16:50:00]

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

IV. Anexos

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Inventario de las piezas / Inventário das peças

A-1	TERRINA Coleção Arq. Anselmo Teixeira	203 226 228
A-2	TERRINA Museu Nacional Machado de Castro.....	229
A-3	TERRINA Museu Nacional Machado de Castro	232
A-4	TERRINA Museu Nacional de Soares dos Reis	178
A-5	TERRINA Museu Nacional Soares dos Reis	235 258
A-6	TERRINA Museu Nacional Machado de Castro	258
A-7	TERRINA Museu Municipal de Viana do Castelo	259
A-8	TERRINA Museu Nacional Soares dos Reis	234
B-1	TRAVESSA Mariana Castro	210 246
B-2	TRAVESSA Coleção Arq. Anselmo Teixeira	172 204
B-3	TRAVESSA Museu Nacional de Soares dos Reis	204 257
B-4	TRAVESSA Coleção Pereira de Sampaio, 2009	177
C-1	PRATO GRANDE Museu Nacional Santa Joana	221
C-2	PRATO GRANDE Coleção Dr. António Vinagre	256
C-3	PRATO Museu Nacional Santa Joana	186
C-4	PRATO Museu Municipal Soares dos Reis	205
C-5	PRATO Museu Municipal Soares dos Reis	256
C-6	PRATO Coleção Arq. Anselmo Teixeira	217
C-7	PRATO Museu Municipal Soares dos Reis	256
D-1	TIJELA Coleção Arq. Anselmo Teixeira	186
D-2	TIJELA Museu Nacional Santa Joana	256
L-1	MALGA Museu Nacional de Soares dos Reis	256
G-1	BULE Coleção Dr. António Vinagre	175 227
G-2	BULE Museu Nacional de Soares dos Reis	175
G-3	BULE Museu Santa Joana	227
M-1	CANECA Museu Municipal Soares dos Reis	182
M-2	CANECA FRAGMENTADA Convento do Lorvão	182
Q-1	CANECA Museu Municipal Soares dos Reis	216
Q-2	CANECA ANTROPOMÓRFICA Dicionário de Marcas, 1996	237
Q-3	CANECA ANTROPOMÓRFICA Ateneu Comercial do Porto	224
Q-4	CANECA ANTROPOMÓRFICA Colecionador Dr. Paulo Achman	183
Q-5	CANECA ANTROPOMÓRFICA Museu Nacional Soares dos Reis	180
Q-6	CANECA ANTROPOMÓRFICA Museu Viana do Castelo	266
Q-7	CANECA ANTROPOMÓRFICA Colecionador Dr. Paulo Achman	266

Q-8	CANECA ANTROPOMÓRFICA Museu Muni. de Viana do Castelo.....	266
Q-9	CANECA ANTROPOMÓRFICA Museu Nacional Soares dos Reis	266
Q-10	CANECA ANTROPOMÓRFICA Museu Nacional Soares dos Reis.....	266
O-1	CANJIRÃO Museu Muni. de Viana do Castelo	170 202
N-1	CAFETEIRA Museu Municipal Soares dos Reis	181 207
I-1	POTE Convento do Lorvão	242
I-2	POTE Convento de Lorvão	192
I-4	POTE Coleção Arq. Anselmo Teixeira.....	260
I-3	PAR DE JARRAS DE FLORES Museu Santa Joana	208
J-1	TALHA Museu Muni. de Viana do Castelo	167
J-2	TALHA Museu Muni. de Viana do Castelo	185
J-3	TALHA Museu Nacional Machado de Castro	191
K-1	BOIÃO Paulo Achaman	254
K-2	BOIÃO Convento de Lorvão	191
K-3	BOIÃO Museu Muni. de Viana do Castelo	190
K-5	BOIÃO Museu Santa Joana	192
K-4	PAR DE CANUDOS Museu Santa Joana	193
P-1	BACIA DE BARBEAR Faianças Portuguesas.....	239
F-1	FLOREIRA DE PAREDE Coleção Arq. Anselmo Teixeira	202 269
F-2	FLOREIRA DE PAREDE Museu Nacional Soares dos Reis	173
F-3	FLOREIRA DE ENCOSTAR Ateneu Comercial do Porto	173 243
F-4	FLOREIRA DE PAREDE Convento de Lorvão	267
F-5	PAR DE FLOREIRA DE ENCOSTAR Ateneu Comercial do Porto	174
F-6	FLOREIRA DE PAREDE Convento de Lorvão	267
F-7	FLOREIRA DE PAREDE Convento de Lorvão	267
R-1	PAR DE JARRINHAS Museu Nacional Santa Joana	188
R-2	JARRINHA Museu Nacional Santa Joana	263
R-3	JARRINHA Museu Nacional Santa Joana	264
R-4	JARRINHA Museu Nacional Santa Joana	263
S-1	SANTA Museu da Palhaça	196
S-2	SANTO Museu da Palhaça	196
S-3	ECCE HOMO Colecionadora Dr.ª Melinda Laranjeira	195
S-4	CRISTO Museu da Palhaça	269
S-5	JESUS BOM PASTOR Colecionadora Dr.ª Melinda Laranjeira	195
E-1	TINTEIRO Colecionador Dr. Paulo Achman	261
E-3	AREEIRO Museu Muni. de Viana do Castelo	261
E-2	TINTEIRO Museu Muni. de Viana do Castelo	187

DOC.1

1789, Junho, 16 – Lisboa. Representação de José Branco de Mello e Sampaio e Bento João Ferreira de Sousa para que seja concedido Alvará e privilégios para a sua fábrica de louça na Quinta do Cojo , em Aveiro, laborando há mais de quinze anos.

(f.1)

Senhora/Dizem Joze Roiz Branco de Mello e S Payo e Bento/João Ferr. A de Souza da Cid.e d'Aveyro q oprimer.o Sup:/he S.r duma fabrica deloucabranca establecyda nasua/quinta do Cojo damesma Cidade q admnistra efaz/trabalhar o segundo sup.e com Mestres e officiaisosma/izperitos, tanto na manufactura damesma Louca como/napinturadella deforma q trabalhando amesmafa/brica hamais de quinze ann.s comnotoria utilidade/publica prezentemente seacha comtanto augmen.to/pella delicadeza da lousa edasuapintura everniz/q.e apaenas sefaz humatomada q.e chegue p.a as muntas/encommendas qe della sefaz ao arrendatario segundo/Sup.e e como os Sup.es experimentão autilidad.e/damesmafabrica eq ella he en Benef.o commum/porq.e na realidade da sua louca seservem com commo/didade os habitantes damesmaCid. e de todas aquelas/Comarcas e Provincias eathe os de fora do Reyno p.a on/de se transporta humagrande parte intentão ellas/fazsr lhe hum mayor augmento e engrandecellas como/asmilhoes do Reyno possamlhe conceder a Graça/dasua concervação de q os Sup.es Sefazem dignos pelas//

Nota: em cima, está escrito: P:P: ao Prov.or da Commarca de Aveiro pa. informar interpondo o seu pare/Cer Lx.a 16 de Junho de 1789 (diversas rubricas); À esquerda do texto está escrito: Consultese; Parece ao Tribunal que Esta, e Sem. Fabrica que/Se acharem confundos, e Estabelecendo solido deverão gozar/das mesmas Graças, iençoens, e franquizas q se achão concedidas/As da Cid do Porto e Coimbra authorizando S.Mage o Tri/bunal pa as/Conferir en/virtude dos/seus exames/Lx.a 11 de Agosto de 1789 (Rubricas)/ Foi Consulta/do este requiri/mt. na generalidad/de de privilegio/q se propos a Sua/Mag.de na Consulta/q. subio sobre/a Fabrica de/Louça da Traveça/dos Ladroens/Aliás em parti-/cular em 26 de/Março de 1790//

(f.1v)

expresadas circunstancias e porq am.a fabrica contem/todaz as oficinas proprias e perçizas p.a o seu exercicio/com grandeza e aceyo em q.e o 2.o Sup.e por Ser e com Seu/Socio empregarão goso cabedal Porquanto esta/pertenção dos Sup.es hedas permitidas conf.e osexem/plos dos q.e ha semelhantes e stablecydas na Cid.e/do Porto e Coimbra aq ados Sup.es em nada cede emper/feição, grandeza e benef.o publico port/P A V Mag.e Seja Ser.a/mandarlhe pas.r Alvara einformep.a/o D.r. Prov. Or dad. a Cid.e e conptendo ser/verd.e aprovarlhe ad.a fabrica açerca/darlhe a Graça da concervação e sub/sistencia dam fabrica nad.a Cid.e/p.a q.e não sejam importadas em tempi/algum a seu resp.o fazendolhe dar apas.r/p.a em fim os imp'do costume em/cazos tais (assinatura)// Nota: no canto inferior esquerdo, está escrito: Como procurador (assinatura) Guilherme Joze de Sousa//

AHMOPC -JC, n.8, 16/6/1789

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

DOC.2

1789, Junho, 22 – Lisboa. Ordem da Rainha para obter informação sobre o pedido de privilégios feito por José Rodrigues Branco Mello e Sampaio e Bento João Ferreira de Sousa, em Aveiro

Dona Maria por Graça de Deos Raynha de Portugal, e dos/Algarves daquem edalem Mar em Africa Senhora de Guine&/Manda aNós Provedor da Commarca de Aveiro, que vos informeis do/Contheudo na Petição que será com esta de Joze Rodrigues Branco/de Mello e S.Payo, e Bento João Ferreira de Souza e do que vos constar/asemelhante Respeito interpondo oVosso parecer mudareis parte Remeten/do me aditta Informação Segura pelo Correo aentregar em mão/deTheotonio Gomes de Carvalho Meu Deputado Secretario deste/Tribunal. Araynha Nossa Senhora omandou pelos Minis/tros abaixo asignados Deputados da Real Junta do Commercio/Agricultura Fabricas eNavegação destes Reynos aSeus Dominios. /Antonio Luiz da Costa afez em Lisboa avinte dois de Junho/de mil sette centos outenta e nove desta quatro centos reis. /Thetonio Gomes de Carvalho a fez Escrever/(assinado) Theotonio Gomes de Carvalho//

AHMOPC -JC, n.8, 22/6/1789

DOC.3

1789, Julho, 18 – Aveiro. Inquirições em que as várias testemunhas comprovam que José Rodrigues Branco de Mello e Sampaio estabeleceu há cerca de quinze anos uma fábrica de louça branca em Aveiro na Quinta do Cojo, de que é administrador Bento João Ferreira de Sousa.

(f.1)

Asentada/Aos dezoito dias do mês de Julho de mil setecentos oitenta e nove
anos nesta cidade de Aveiro emoras do Doutor/Manoel Joaquim Lopes
Pereira Negrão Cavaleiro/professor na ordem em de Christobede Desembargo
de Sua Magestade Senhor e de contador de Sua Real Fazenda, da Residência e
capellas com alcada nesta Comarca/cidade de Aveiro. pella mesma Senhora
que Deus guarde &. Ahi vieram notificadas as testemunhas que se seguem
que elle Menistro Inquirente Eu Manoel Joze de Almeida da Escrivania que / o
Escrivão / Bento Joze da Rocha Homem de Negocio desta/
Cidade testemunhada e jurados Santos Evangelhos de idade de quarenta
e dois annos/edos costumes disse nada/Epreguntado elle testemunha
pello comtheudo/napeticam de Joze Rodrigues Branco de Mello/e Sam Payo
e Bento João Ferreira de Sousa de Baixo da sua Inspeção por Mestres
Especiaes peritos; e se acha Erecta, fabrica aquinze annos, pouca espaço
mais, e he serto/que a louca que se faz na mesma fabrica /tambem trevalhava
em todo o sentido que/nunca haja osatisfazer as muntas em/Comendas
que della se fazem para as comarcas e Provincias deste Reino; e a he para/for
a delle se embarca munta a parte della/Provendo-se os mordores desta cidade
da/que precisam; e sabe o suplicante da mesma pellover que adita
fabrica se acha possuida de todo oq e officinas proprias/para o seu exercicio./
E he para asua //

(f.lv)

a sua conservação e estabelecimento o suplicante Bento João Ferreira
e hum seu tio João Ferreira empregaram grandes somas de dinheiro/Emais não
disse assignou como Doutor Provedor, Manoel Joze de Almeida da Escrivania/
que o escrevi/(assinado) Bento Joze da Rocha Negrão/João Ribeiro
Guimarães Homem de Negocio/ desta cidade testemunha citada e jurada
nos/Santos Evangelhos de idade de trinta e quatro/annos edos costumes disse
nada./Epreguntado elle testemunha pello comtheudo/ napeticam
espaco de Joze Rodrigues Branco de Mello/e Sam Payo e Bento João Ferreira

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

eSouza/destacidade dise: que sabe pellover que nesta/cidade seacha
estabelecida huma fabrica/delouca branca situada na quinta do cojo/deque
hé senhor o primeiro supplicante, Admetido/nistrador pello segundo Bento Joao
Ferreira/deSouza ou de Baixo dasua inspecção tendo/este na fabrica Mestres
Especiaes peritos da mesma officina e seacha erecta a mesma/fabrica houvera
quinze annos pouca mais/o menos; Esabe elle testemunha munto/
bem pello ver a Louça que se faz na/dita fabrica è de emselente qualidade/
desorte que tem tanto consumo que nunca chega para satisfazer as
encomendas/e que della se faz para as Provincias deste/Reino e povo
destacidade da que perciza/e ainda para embarca. E da mesma sortesabe que
a mesma fabrica se acha provida de todos os aprestos que sao precisas/para
a sua Laboriação e exercicio E para a conservacão da mesma fabrica sabe elle/
testemunha que o supplicante Bento João/Ferreira de Souza seutio João
Ferreira//

(f.2)

E seutio João Ferreira empregarão emeterão/varios cabedais emais não
dise assignou/sojuramento como Parecer Provedor E eu Manoel Joze de Almey
da Escrivania o escrevi (*assinado*) João Ribeiro Gum./Negrão//Francisco Luis
Gomes Mascarenhas Boticario/destacidade testemunha citada e jurada/
nos Santos Evangelhos de idade de quarenta/e sete annos e de costumas dise
nada/E perguntado elle testemunha pello com/teudo na peticão de Joze
Rodrigues Branco/de Mello e Sam Payo, e Bento João Ferreira/deSouza
destacidade dise: que sabe pello/ver que na quinta do cojo desta cidade deque/
hé senhor o primeiro supplicante, seacha/Estabelecida, e de baixo da Inspeção
E segundo supplicante Bento João Ferreira Com Mes/tres officiaes munto
peritos a qual seacha/Erecta haverá quinze annos pouco mais ou/menos
sendo que a Louça que nella/sefaz he munto bem feita e trabalhada/e com
munto consumo, para muntas/provincias deste Reino, e ainda para fez a
delle/para onde vai embarcada, de forma que/muntas vezes hé percizo que
para se concluir/varias encomendas esperas, e da mesma/forma pellover sabe

que a mesma fabrica/seacha provida dos aprestes percizas para/asua
Laboração. E que para asua comser/vação e estabelecimento tem o dito
Bento/João e hum seutio metido grande soma/dedinheiro E mais não dise
e assignou com/o Doutor Provedor Eu Manoel Joze de Al/meyda Escrivão o
escrevi/(assinado) Fran.co Luis Gomes Mas.o/Negrão//

AHMOPC -JC, n.8, 18/7/1789

DOC.4

1789, Julho, 23-Aveiro. Inquirições feitas em Aveiro para a vistoria da qualidade da produção da fabrica de louça do Cojo, naquela cidade.

(f.l)

Auto Devestoria/Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus/Cristo de mil sete centos oitenta e nove annos/Aos vinte e trez dias do mez de Julho do dito anno/nestacidade de Aveiro e Fabrica da Louça do/Cojo aonde veio o Doutor Manoel Joaquim Lopes Pereira Negrão professo na Ordem de Christo/ e Provedor desta comarca qcomigo escrivam/e com os Louvados Manuel da Costa quimarains/ejoze Bernardo Ribeiro Homens de Negocio/desta mesmacidade a quem o dito Ministro/deferio o Juramento dos Santos Evangelhos e de baixo do qual lhes encarregou que com elle /virem e examinem o Estado desta Fabrica/se esta com grandeza ou decadencia, setem/abundancia de officiais e pessoas que nella/trabalhem, se a qualidade da Louça re/leva bem vidrada, e setem boas Pinturas/se bem extração a mesma Louça visto/que elles Louvados são moradores nestacidade,/ e finalmente se a fabrica he de utilidade, e tudo declararem de baixo do mesmo Juramento e Entrando aver e examinar todo o referido acharem, E/ Declararão que a scassa em que se achava e tablecida esta Fabrica estão feitos com/grandeza e com as comodidades necessarias/para ella, sendo casa em que destinada/mente trabalham os barristas, os vidreiros, e os Pintores Estando a trabalhar/atualmente muitos officiais em/Estando a cozer os grandes Fornos que bem que acomodão grande/quantidade de Louça tendo para eda/grande abundancia de Materias que/adita louça que se faz devidos os feitos//

(f.lv)

Os feitos que se processa, he mais fina/milhor vidrada e ainda Pintada que/ada Fabrica de Coimbra, que elles Louvados bem visto por cuja bondade della/tem tanto gasto e consumo que ainda/tem detantos officiais a mesma Fabrica, muitas vezes não dá aviamento/atantas encomendas que a ella vem/E finalmente declararão que esta/Fabrica serve de muita utilidade/não só para os Povos desta cidade/eseus comtemos que explorem da Louça da mesma Fabrica mas ainda/pello beneficio que resulta atantas/pessoas

quenella adequirem pori/so mezmo comquesustentarem suas/cazas
efamilias oquetudo declara/rão pello que achavam eainda/pello quesabiam
porserem morado/res destacidade amaisannos dosque/tem amesma Fabrica
E detudo/fizede tudo que queoditoMenistro/asignou emos ditos Louvados
Eu/Manoel Jozede Almeyda Escrivam/que o Escrevy Easigney/ (*assinaturas*)
//

AHMOPC -JC, n.8, 23/7/1789

DOC.5

1789, Julho, 27 – Aveiro. Parecer do Provedor da Comarca de Aveiro dirigido à Rainha após a vistoria feita á fabrica de louça no Cojo, naquela cidade, informando que se encontra bem regulada e com as oficinas necessárias.

(f.l)

Senhora/Manda-me V. Mag.e informar o reqr./de Jozé Rodrigues Branco, e Bento Jozé/Ferreira, no qual pedem a Real apro/vação de V. Mag.e, p.a a subsistencia eca/carvação da fabrica de loiça q. Se acha/colocada nesta cid.e á mais de quinze/anos. Pelo auto da vistoria etent.as inque-/ridas, no sumario junto, mostra-çe que/a referida fabrica, está bem regulada e/q.e concerva todas as oficinas necessarias/p.a oseu manejo: consta igualm.e, que os/Directores dela, fizeram despeza grd.e noseu/estabecim.to, e tambem se depreende q a su/concervação utiliza os Povos, desta cidade,/ tanto porq.e achão meio, de comprarem/mays comodam.te as peças, q.e aqui se fabri/cão, como porq.e dá acomodação abast.tes/pessoas. Manifesta-se ultimam.e q. As/suas manufacturas tem um grd.e comsu/mo, e á vista de tudo, parece me aten/divel oreqr.o dosup.e sobre oqual V. Mag.e de/cedirá, oq. For junto: Avr.o, e de Julho 27 de 789./ (assinado) Manoel Joaq.m Lopes PereiraNegrão//

*Nota – no canto inferior esquerdo, está escrito*O Prov.or da Com.ca

AHMOPC -JC, n.8, 27/7/1789

DOC.6

1790, Março, 22 –Lisboa. Parecer favorável da Real Junta do Comércio acerca do pedido de privilégios para a fábrica de louça de José Rodrigues Branco de Mello e Sampaio, na cidade de Aveiro

(f.1)

Em 22 de Março de 1790/Da Real Junta do Commercio/Agricultura Fabricas eNavegação/destes Reinos eseos Dominios/Sobre pertenderem Joze Rodrigues Bran/co de Mello e Sampayo, e Bento João Ferrei/ra de Souza para a sua Fabrica de Louça/branca estabelecida na cidade de Aveiro,/ os mesmos Privilegios deque gozão outras/Fabricas de identica natureza/ Reg.daRe. das afs//

(f.2)

Senhora/Reprezentão a Vossa Magestade Joze Rodrigues Branco de/Mello e Sampayo, e Bento João/Ferreira de Souza; hum, proprie/tario, e outro, administrador de hu/ma Fabrica de Louça branca esta/belecida na Cidade de Aveiro: Que/tendo conseguido leval-la ao ma/ior auge de perfeiçãp por meio das/suas efficazes diligencias, e das/ grandes dispezas que tem feito/á custa da sua fazenda se acha/nas circunstancias de merecer a/Real Protecção de Vossa Magestade, afim de lhes conceder os/mesmos Privilegios deque gozão/outras Fabricas de similhante/natureza./Sobre este Requerimento/ mandou a Real Junta informar/o Provedor da Commarca de Avei/ro, interpondo o seo Parecer; e pela/ referida Informação, auto de Ves/Toria, e Testemunhas doSumma/rio a que o dito Ministro procedeo/plenamente se mostra: Que aso/bredita Fabrica está muito bem/regulada, eestabelecida com todas//

Nota: do lado esquerdo, está escrito: Como parece N.S. da/Ajuda 28 de Marco 1790 (abreviatura)/Cumprase, eRegistese LA 15 de/abril de 1790(abreviaturas)/P.P. em 20 de Abril de/1790//

(f.2v)

as Officinas proprias, necessari/as para a sua laboração á custa/das fadigas, e dispezas que tem/feito os seos Directores: Que as/suas Manufacturas tem hum/grande consumo em manifesta/utilidade dos Povos daquela/

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

commarca, tanto pela commo/didade dos preços porque as com/prão, como porque na conserva/ção, e augmento da mesma Fa/brica interessão as muitas Pes/soas que nella se empregã, ad/quirindo por meio do seo traba/lho a sua sustentação./Pelo Alvará de quatorze de/Junho de mil sete centos outen/ta edous, foi Vossa Magestade/servida de conceder a João da/Rocha, e a João Bento da Rocha/Erectores de huma Fabrica de Lou/ça nos Suburbios da Cidade do/Porto a Graça de Izenção de Di/reitos para todos os Generos e Dro/gas, que indispensavelmente fo/rem necessarias á laboração da/referida Fabrica/Pello outro Alvará de Sete de/Fevereiro de mil sete centos outen/ta e esete se concedeo esta mesma/Isenção a outra Fabrica de Louça da/Cidade do Porto; epelas/Reais Rezoluçoens de Vinte e/tres de Fevereiro de mil sete cen/tos e outenta, seis de Junho do Anno proximo passado, e Vinte/eseis de Setembro domesmo Na//

(f.3)

Anno, houve Vossa Magesta/de por bem de conceder a referida/Graça á Fabrica de Joze Veroli, es/tabelecida na Villa de Bellas, á/de Joaquim Antonio Uzedo, no/Sitio deSanta Marta, e á de Joze/Joaquim Pereira Zagalo na Tra/vessa dos Ladroens. Á vista/ do que, considerando este Tri/bunal que he da Real Inten/ção de Vossa Magestade ani/mar e promover as Fabricas/Nacionais, pela publica uti/lidade que dellas rezulta, e que/o meio mais proprio e efficaz/para conseguir este fim he o/de se igualarem com os mes/mos Privilegios, e Izençoens/todas as que são identica/natureza/ Parece á Real Jun/ta que a Fabrica dos Reccur/rentes Joze Rodrigues de Mel/lo e Sampayo, e Bento João/Ferreira de Souza está nas cir/cinstancias de merecer a Re/al Contemplaçõ de Vossa Ma/gestada, sendo servida de lhes/conceder a Graça de Izençao de/Direitos por entrada nas Al/fandegas destes Reinos para to/dos os Materiais deque carecer/nasua laboração, os quais serão/sempre qualificados por este/Tribunal para se evitar qualquer/descaminho que possa haver em//

(f.3v)

Contravenção das Reais Or/dens de Vossa Magestae, as/sim, eda mesma
forma que/se acha estabelecido para as ma/is Fabricas do Reino/Vossa
Magestade com/tudo mandará o que for servido/Real Junta do Commercio
Em 22 de/Março de 1790/(assinado) Theotonio Gomez de Carvalho/Jacinto
Fernandes Bandeira/Domingos Vandelli/Geraldo Wenceslao Braancamp de
Almeida CastelBranco/Joao Roque Jorge/Dr. Luis Machado Teyxeira/
Jacome Ratton/Francisco Soares de Araujo Sa.//

AHMOPC -JC, n.8, 22/3/1790

DOC.7

Arquivo Distrital de Aveiro Livro Notarial Número 327 – Folha 25- Ano de 1.789 Escripura de Arrendamento por dez annos que faz José Rodrigues Branco de Melo Sampayo Guerra desta cidade a Bento João Ferreira de Sousa da mesma cidade da sua Fábrica de Louça cita na sua Quinta do Cojo da mesma cidade.

Saibam quantos este público instrumento de escriptura de arrentamento por dez annos virem que sendo no anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sette centos e oitenta e nove annos aos nove dias do mês de Mayo do dito anno nesta cidade de Aveiro e cazas de morada de José Rodrigues Branco de Melo Sampayo Guerra onde eu, tabelião, e mesmo se achar ahi presente de huma parte e da outra Bento João Ferreira De Sousa mercador, ambos desta cidade, e pessoas conhecidas de mim tabelião pelas próprias de que dou fé e por eles me foi apresentado o bilhete da Distribuição desta Escripura do theor seguinte: Bilhete – Escripura de arrendamento da Fábrica de Louça cita na Quinta do Côjo desta cidade de Aveiro que quer fazer Bento João Ferreira de Sousa a José Rodrigues Branco de Mello Sampayo Guerra presentes as testemunhas ao diante nomeadas no fim desta notta assignadas foi dito que entre os mais bens de que era senhor e possuidor bem assim era da sua Quinta do Côjo desta cidade em que estava edificada a Fabrica de Louça que tinha andado arrendada pello tempo de quinze annos que findarão no mez de Março próximo passado do presente anno de mil sette centos oitenta e nove; E que atendendo a não poderem continuara os primeiros arrendatários – Vicente Pedrose da Silva e Januário Barreto Ferraz Teixeira Pimentel e os mais que lhe derao o seu estabelecimento, tanto que foi necessário o venderem-lhe as suas competentes partes, e ficarem os mesmo devendo alguns annos a renda della sustentando-a depois João Ferreira e Sousa pellas aquisições que della fez e pagou em cuja administração e augmento continuo seu sobrinho Bento João Ferreira e Sousa por julgar e querer que este mesmo continue subintente e repare a dita Fábrica, não só para benefício seu ainda do seu edifício portanto estava ajustado a fazer-lhe novo arrendamento della pelo tempo certo e determinado de dez annos que tiverão principio em vinte e oito do dito mês de Março do presente anno de mil sette centos e oitenta e nove e hão-de findar em outro tal dia do anno de mil sette centos e oitenta e nove e isto pelo preço certo e sabido e, livre para elle, senhorio de todo e qualquer tributo e encargo da quantia de

trinta e oito mil e quatrocentos reis em cada hum dos sitios annos pagos em vinte e oito de cada mês de Março em caza delle senhorio, nesta cidade a elle ou a seu bastante procurador com a condição mais de que o mesmo arrendatário e seus successores, de três annos, alem do preço do aluguer a dinheiro, mais de louça da mesma Fábrica, a saber dentro dos dez annos, dous aparelhos de chá finos feitos na mesma fabrica, quatro jarros e bacias de agoa das maons sendo dous finos e dous ordinários, seis terrinas todas finas com seus prattos isto dentro dos dez annos; e mais e ainda hum dos ditos dez annos me dará quatro duzias de louça sendo prato e tigela de vidro ordinário, com a clausula e condição também de que o mesmo arrendatário fará por sua conta a despeza todos os reparos e concertos de que presentemente necessitar a dita fabrica e para o futuro da mesma forma e quando o mesmo arrendatário para maior augmento da dita fabrica e do seu negocio lhe for necessário fazer nella alguma obra ou acresciento ella será também da sua conta e despeza e ficara tudo cedendo para a dita fabrica no fim do presente arrendamento sem que por ellas possa pertencer algum desconto ou habatimento no preço delle nem retenção da mesma fabrica por causa de quaisquer bemfeitorias que nella fizer porque como dito todas ellas ficao sedendo para a mesma fabrica no fim do presente arrendamento completo dos ditos dez annos; E que também elle arrendatário fará por sua conta o incanamento das agoas da Quinta do Côjo que lhe forem necessárias para o uso e exercicio da dita fabrica sendo tiradas e inacabadas como agora se fazia sem innovação alguma; E acontecendo falecer da vida presente o mesmo arrendatário antes que finde e se conclua este arrendamento, durará sempre em sua mulher, filhos e herdeiros e, ainda findo que seja, querendo continuar ou o dito arrendatário ou sua mulher, filhos ou herdeiros será elle senhorio obrigado a conservallo sem alteração pelo tempo em que se convencionaram e pelo título que o mesmo arrendatário escolher ou della sua mulher e filho e que elle senhorio a fazer-lhe bom e de paz o presente arrendamento suberrogava por seus bens e rendas, e logo pelo mesmo Bento João Ferreira de Sousa, foi também ditto

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

na presença de mim tabelião e mesmas testemunhas que era verdade tudo o referido nesta escriptura pelo dito senhorio José Rodrigues Branco de Mello Sampayo Guerra o ter com elle se obrigava por sua pessoa e bens e que para maior firmeza aqui havia por dito tudo o que hé contido neste instrumento e de como assim o defirão e outorgarão e quizerão esta escriptura que eu tabelião lhe estipulei e ofertei tanto quanto devo, em razão do meu officio a que forao testemunhas prezentes Francisco José Gomes e Rodrigo António Gomes ambos desta cidade, conhecidos de mim tabelião de que dou fé que aqui assignarão com o senhorio e arrendatário e depois dest lhes ser lida por mim João António da Costa e Silva, tabelião, que a escrevi e asignei.

Este manuscrito foi transcrito e gentilmente cedido por Jorge Marques

DOC.8

**Arquivo Distrital de Aveiro - Livro Notarial, Folha 53 verso de -
19 de Fevereiro de 1861 – Escritura de arrendamento a Pedro
António Marques**

Saibam quantos este publico instrumento de escriptura de arrendamento ou como por Direito melhor lugar tiver e mais firme e valido seja virem que no Anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e sessenta e hum, aos dezanove dias do Mês de Fevereiro do dito anno, nesta cidade de Aveiro e meu cartório, compareceram, pessoalmente, de huma parte João Bernardo Ribeiro de Carvalho e Brito, desta cidade como procurador do excelentíssimo coronel de milícias José Maria Branco e Melo, assistente na cidade de Coimbra, o que mostrou pelo Procuraçam que neste acto apresentou, a qual fica em meu poder e cartório e hera copiada nos traslados que tiveram desta escriptura, e da outra parte Pedro António Marques, serrano, e sua mulher, Anna Joaquina todos desta mesma cidade, os próprios de mim tabelião, reconhecidos, de que dou fé – e logo por aquele procurador me foi dito, perante as mesmas testemunhas, de outro sim que dou fé se achava justo e contratado com os segundos outorgantes, Pedro António Marques e logo por aquele procurador me foi dito, perante as mesmas testemunhas, de outro sim que dou fé se achava justo e contratado com os segundos outorgantes, Pedro António Marque e sua mulher, a dar-lhe, como já lhe tinha dado, de arrendamento, por tempo de seis annos, que principiaram no próximo dia do mês de Janeiro anno a quinta e fabrica de fazer Louça, cita no Côjo, com todas as suas pertenças, pelo preço em cada hum dos ditos seis annos de cem mil reis, em moeda sonante e corrente neste Reino, livres para o dito senhorio da décima e de quaisquer outros impostos, que todos carregarão sobre os ditos arrendatários e isto debaixo das condições seguintes; a saber – Que os ditos cem mil reis serão pagos em dois pagamentos eguaes de cinquenta mil reis cada hum, sendo o primeiro em dia de São João Baptista e os segundo até o dia vinte e cinco de Dezembro e assim sucessivamente em todos os ditos seis annos. – que não satisfazendo eles, arrendatários, a algum dos ditos pagamentos, naquelles tempo, poderão ser despedidos e expulsos sem puderem levantar quaisquer melhoramentos que tivessem, ou seja na Quinta ou seja na Fábrica – Que são obrigados a trazerem o referido

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

estabelecimento em bom arranjo e em bom estado os objectos e alfaias pertencentes à fábrica, assim como bem cultivada a referida Quinta – Que qualquer tempo ou pelo decurso dos referidos seis annos eles obrem o contrario tanto quanto ao estabelecimento e alfaias como quanto à Quinta, poderão igualmente ser expulsos debaixo daquela mesma condição de nada de melhoramentos puderem levantar que acabando o dito prazo dos seis annos e tudo tendo de fazer entrega não só do prédio rústico e urbano mas também das alfaias pertencentes à Fábrica, se estas estiverem arruinadas serão obrigados a reparar À sua custa a ruína que tiverem –

Este manuscrito foi transcrito e gentilmente cedido por Jorge Marques

DOC.9

Arquivo Distrital de Aveiro – Livro Notarial, Número 33 – Folha 70 - 9 de Setembro de 1780 - Escritura de compra da fábrica de louça que fazem Bento Ferreira Guimarães, Domingos Ferreira da Silva e Bento Joam Ferreira de Sousa

Saibam quantos este publico instrumento de escriptura de compra e firme venda ou qual, em direito, melhor lugar haja, e dizer se possa, virem, que sendo o Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sette sentos e outenta, aos nove dias do mês de Setembro, do dito anno, nesta cidade de Aveiro, moradas de Donna Thereza Bernarda Alvim Barbosa de Figueiredo, viúva que ficou de João Mendes Ribeiro, desta cidade de Aveiro, onde, eu tabelião, vim, ahi estava ella presente como também o Jacincto José Mendes de Carvalho e a sua mulher Joanna Rosa da Naya e Madail, como também estavam presentes Bento Ferreira Guimarães, Domingos Ferreira da Silva e Bento Joam Ferreira de Sousa, todos estes homens de negócios desta mesma cidade. E por um e outros, pessoas que eu sei e também reconheço, pellos próprios e o são das testemunhas deste instrumento e ao deante nomeadas e assignadas, de que tudo dou fé, e por ella, a dirá Donna Thereza Bernarda Alvim e o seu filho, o douto Jacincto José Mendes e sua mulher me foi apresentado o Bilhete de Distribuição do theor seguinte: - Excriptura de compra de certa parte da fabrica de louça cita no Cojo desta cidade e quinta de Donna Paula Luiza de Melo que fazem Bento Ferreira Guimarães, Domingos Ferreira da Silva e Bento Joam Ferreira de Sousa, a Donna Thereza, viúva de João Mendes Ribeiro e seu filho, o douto Jacincto José Mendes e a sua mulher, a quem vai por Distribuição em sette de Setembro de mil sette sentos e outenta annos, a Almeida “-Silvério Coelho”-o doutor Gaspar da Motta e Silva juiz-de-fora, com alçada nesta cidade de Aveiro e seus termos e sua mesma cidade, a parte da fábrica de louça cita no Cojo desta cidade e Quinta de Donna Paula Luiza de Melo assistente na Vila de Vagos, cuja dita fábrica que suplicados compraram pelo preço e quantia de cem mil reis, dos quaes pagaram de ciza o dobro e a Sua Magestade vinte mil reis, metade para a receita desta cidade que recebeo o masseiro Manuel Leite de Faria e metade para o dobro que recebeu o mesmo rematante della e de como vinham essa e outras quantias – assignou aqui no livro onde foram carregadas em Receita com o doutor

Juiz-de-Fora e comigo, escrivão do cargo. Aveiro, nove de Setembro de mil sette centos e outenta. – E logo, pella dita Donna Thereza Bernarda Alvim Barbosa de Figueiredo e pelo Doutor Jacinto José Mendes de Carvalho e sua mulher me foi dito na minha presença e das mesmas testemunhas abaixo nomeadas e assignadas que elles pello fallecimento de seu marido e pai Joam Mendes Ribeiro haviam ficado herdeiros pella metade daquele quinham e parte da fabrica de louça cita no Cojo desta cidade e Quinta de Donna Paula Luiza de Melo, que o dito seu pai e marido havia comprado a Januário Barreto Ferraz, por escriptura de vinte e seis de Outubro de mil sette centos e setenta e seis nas notas do tabelião Manuel Loureiro dos Santos, pela quantia da sua parte duzentos e setenta e três mil e duzentos e setenta reis e que como estavao certos e cientes das grandes despezas que tem a dita fabrica e de que não resultava lucro algum que desse para cobrir a mesma despeza estando, assim, nos termos de poder vir a perderem o mesmo principal, por estas e outras justas razões que a isso os moviam, estavam ajustados e contratados com Bento Ferreira Guimarães, Bento Ferreira de Sousa e Domingos Ferreira da Silva, de revenderem a parte pertença que lhes toca na dita fábrica de louça e havia comprado o dito seu marido, pai e sogro Joam Mendes Ribeiro e isto pella quantia certa de cem mil reis com a qual no estado presente da mesma fabrica, ficavam inteiramente pagos e satisfeitos e que, com efeito, pella presente e na melhor via do direito e posse ali feito, que tem e poderiam ter na dita fabrica de louça e parte da dita fabrica e parte respeitante ao dito seu marido e pai João Mendes Ribeiro para que elles entrem hoje a lograr e possuir a mesma parte da dita fabrica como cousa sua, sendo da factura desta se desiste, cujo tespasse e transmissam faziam pello Mello melhor modo de direito e mais valia, e por ser ainda pella clausulla, constitui que por tais pessoas e bens presentes effectivos se obrigam a fazer-lhe boa e de Paz a dita venda, sem demora e rejeicam alguma. À vista de que logo e pellos ditos Bento Ferreira Guimarães, Bento Joam Ferreira de Sousa e Domingos Ferreira da Silva, foi também dito que na verdade tudo o

referido haverem trespassado, os ditos vendedores, a parte que elles tinham na dita fabrica e pella quantia para cuja validade logo na apresentaçam e atestavam. Assinaram: Jacinto José Mendes Carvalho- Apolinário de Almeida- Donna Thereza Bernarda Alvina de Figueiredo Barbosa, Dona Joanna Rosa da Naya Madail- Bento João Ferreira de Sousa- João Rodrigues Branco- João Nunes.

Este manuscrito foi transcrito e gentilmente cedido por Jorge Marques

DOC.10

Arquivo Distrital de Aveiro – Livro Notarial, Número 313- Folha 76 - 26 de Outubro de 1776 – Escritura de compra que fazem João Ferreira de Sousa, Bento Ferreira Guimarães, João Mendes Ribeiro, a Januário Barreto Ferraz Pimentel

- Saibam quantos este publico instrumento de escriptura de compra virem, que sendo em Direito e melhor lugar haja, mais firme e melhor seja, que sendo no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil sete centos e setenta e seis annos, aos vinte e seis dias do mês de Outubro do dito anno, nesta cidade de Aveiro, e moradas de João Ferreira de Sousa e Rodrigo de Sousa, homem de negócios, d'esta mesma cidade, onde eu, tabelião vim e ahi estavam presentes d'uma parte o Bento Ferreira Guimarães e João Mendes Ribeiro e Januário Barreto Ferraz Teixeira Pimentel, desta cidade, e da outra reconhecidos de mim tabelião, pelos próprios abaixo assignadps, de que dou fé, e logo pelos ditos João Ferreira de Sousa e Bento Ferreira Guimarães me foi apresentada uma certidão de cisa paga e hum bilhete de Distribuição, e pello dito Januário Barreto Ferraz Pimentel huma procuração bastante de sua mulher, Donna Thereza Joana Castelo Branco, de que o seu teor era o seguinte – Bilhete de Distribuição huma escritura de compra que fazem Bento Ferreira Guimarães, João Ferreira de Sousa e Joam Mendes Ribeiro a Januário Barreto Ferraz e sua nulher, desta cidade, de metade da fabrica de louça, cita na Quinta do Côjo, desta cidade, de Dona Paula Luiza de Melo, viúva de AntónioVicente. –O theor da procuração da dita Dona Thereza Joanna de Lacerda Castelo Branco é o seguinte-Pella presente constituo meu procurador o meu marido, Januário Barreto Ferraz Teixeira Pimentel para que, em meu nome, me possa reappresentar e assignar a escriptura da venda que fazemos da metade que temos na Fábrica da Louça, que é essa Fábrica n'esta cidade e cita no Côjo, assim e na mesma forma que é conforme o desejo que tem o meu feitio o meu dito marido da dita venda, ou seja, de fazer, com todos as clausulas, condições e obrigações que bem requirem” – “ Dona Thereza Joanna de Lacerda Castello Branco - O reconhecimento – Reconheço a letra e signal da procuração rectro ser a própria da Dona Thereza Joanna de Lacerda Castello Branco o que certifico na verdade por outra que della tenho – Vila de Aradas, aos vinte e seis de Outubro de mil sete centos e setenta e seis” – João da Silva Loureiro,

tabelião, que a escrevi e asignei, João da Silva Loureiro- lugar do signal publico / - Em fé da verdade, João da Silva Loureiro – cujo reconhecimento e signal do publico o tabelião reconheço do próprio tabelião da Vila de Aradas e que dou fé o que tudo vem da própria procuraçam que fica em meu poder e do cartório a que me reporto em virtude da procuraçam a que se disse o dito Januário Barreto na minha presença e das testemunhas ao deante nomeadas e assignadas e sendo também presente o doutor João António Pestana e Silva, corregedor desta cidade e comarca, por requerimento que se lhe fez para a ditta assistência que hera verdade e elle a confessava o haver recebido do dito Bento Ferreira Guimarães, depositário geral das cizas desta cidade e comarca a quantia de dous contos oito centos reis que eram do ultimo semestre das cizas do anno proximo passado de mil setecentos e setenta e cinco do dito João Mendes Ribeiro a quantia de seis centos e vinte mil e setenta reis que eram também do mesmo e último semestre dos décimos do ditto anno daquella Repartiçam de que o ditto Joam Mendes hera depositário que, ao dispois de somada, a quantia de tres contos, quatrocentos e oitenta e seis mil e oito centos e setenta e seis mil reis, elle corrio-mór desta cidade havia recebido delles para, remedada, fazer a entrega no Real Erário com o superanio na forma do costume que hora dos mais annos porém, e em como os ditos rendeiros já deviam toda a décima e agora seria obrigado a repôllos para inteira e completa remessa e entrega no mesmo Erário e nam teria outro meio de se remir já não enviando dos seus bens, quantas puseram pello são valor a recomcorrente quantidade a dita quantia das referidas décimas que havia recebido e se achava com o dito Bento Ferreira Guimarães e seu sócio no negocio Joam Ferreira de Sousa e Joam Mendes Ribeiro de arrendada Fábrica de Louça e methade que nella tem na Quinta do Côjo de Donna Paula, desta cidade, pela quantia de dous contos cento outenta e seis mil cento e sessenta reis de que elle, o dito Januário Barreto Ferraz e esposa e também credores da Fazenda Real da dita décima pelo seu recebimento e falta de remessa e entrega na forma referida, cuja

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

somo e preço da dita Fabrica era para prefazer o pagamento à Real Fazenda e que, portanto, elle, per si, e mediante a dita procuraçam vendia, pella presente e melhor via do Direito, e hoje e para todo sempre, aos sobreditos Bento Ferreira Guimarães, Joam Ferreira de Sousa e Joam Mendes Ribeiro, a methade da sua fabrica de louça pella dita quantia de dous contos cento e outenta e seis mil cento e sessenta reis, assim e da mesma forma que elle e a dita sua mulher a tinham justado e com todos os trastes e aparelhos e mais toda a louça lançada ou por lançar dentro das casas e armazéns da dita fabrica, como fora della, da mesma forma toda aquella que se achar na cidade do Porto ou embarcada para fora do reino e Estados da América que tudo finalmente, que respeitão à dita fabrica onde quer distem assim como todas as acções que elles tenham ou possam vir a ter por causa e occasiam della e que desde logo a já elles sobreditos compradores poderem entrar na posse e logo da mesma fabrica como cousa sua que hé e fica sendo da factura desta em deante, para que elles, ditos, pela presente desistam e assim remetem todo o domínio, posse e direito que tem e possam vir a ter na dita sua methade da mesma fabrica e nelles dittos compradores a transfiram pello melhor modo de dominio ainda pella clausula cuja venda o dito vendedor em nome de sua mulher se obriga a fazer boa paga aos ditos compradores com seus bens e rendas, quaisquer que ellas sejam e em qualquer parte que estejam e logo pelos ditos compradores Bento Ferreira Guimarães, Joam Ferreira de Sousa e Joam Mendes Ribeyro foi dito perante mim e as mesmas testemunhas que tudo o referido pello dito Januaryo Barreto Ferraz Teixeira Pimentel é mesmo verdade e que pellas décimas se lha pagar à Fazenda Real das Décimas na dita quantia que o dito correio-mór havia recebido delles Bento Ferreira Guimarães e Joam Mendes Rubeyro e estavam ajustados a fazer-lhe a dita compra pellas mencionada quantia para cuja perfaziam a validade na apresentaçam de huma certidam de ciza atraz referida do theor seguinte- Certidão e ciza- o doutor Joam Vidal da Costa e Soisa, Juiz-de-Fora da comarca e ciade de Aveiro e todo o seu termo, della Juiz-de-Fora e

das cizas, do pescado fresco, seco da mesma cidade, tudo por sua Magestade Sereníssima que Deos guarde V.Ex^a-Faço saber em como por Joam Ferreira de Sousa e Bento Ferreira Guimarães, homens de negócios desta mesma cidade e Joam Mendes Ribeyro, também desta cidade, me foi dito que elles tinham comprado a Januário Barreto Ferraz Teixeira Pimentel e sua mulher, desta mesma cidade, metade da sua fabrica de louça cita no Côjo e Quinta de donna Paula Luiza, viúva de Antonio Vicente com todas as suas pertenças que sendo avaliada a fabrica e edificios da dita fabrica para pagamento da ciza e dobro com a tençam ou aluguer que se paga das mesmas cazas e edificios e a ser o seu rendimento só pello espaço de treze annos, restam dos quinze da sua escritura, na quantia de trezentos setenta e quatro mil e oito centos e outenta reis, a metade para a massa desta cidade que recebeo o procurador Mauriso José da Costa Genovez e a outra metade para o dobro que recebeo o procurador dos rendeiros Manuel Amado Teixeira que de como recebeo cada hum a sua respectiva parte e nam tiveram duvida alguma na autuaçam e assignarão em Receita comigo-/-Aveiro, aos vinte e seis de Outubro de mil sete centos e setenta e seis annos / - e logo elles sobreditos compradores lançatram em cima d'huma meza em boas moedas d'ouro do reino de Portugal a dita quantia a saber os ditos Joam Mendes Ribeiro a quantia de duzentos setenta e três mil duzentos e setenta reis, que ao todo prefaz a quantia dos ditos dous contos cento e outenta e seis mil cento e setenta reis, preço da dita venda que por serem para pagamento da sobredita décima recebida pello correio-mór, e elle, dito Ministro e corregedor tendo mandado que o mesma forma que estava antes de passar para a mão e poder do dito correio-mór, e elle, dito Ministro e corregedor tendo mandado que o mesmo dinheiro se confiasse no Deposito Geral da mesma forma que estava antes de passar para a mão e poder do dito correio-mór, determinou que delle passasse emediamente para o Cofre e dali fosse remetido com o mais do dito semestre ao dito Real Erário como já havia determinado na forma das reais ordens com lugar e estado deste dinheiro e entrada e lhe

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

mande passar recibo ao dito Januário Barreto, em seu nome e de sua mulher, constituinte e que se acha por bem pago e satisfeito do preço da methade da dita fabrica e que desde já e também pella presente dava também aos ditos compradores como se elles mesmo a receberam em cujo acto elle dito correio-mór recebeo do mesmo Joam Mendes Ribeiro e Bento Ferreira Guimarães, os recibos e cautellas que elle lhe havia dado, a recebimento do dito dinheiro, o vendedor ficaria livre e isento para não ser obrigado por ella, pois que para os mesmos compradores ficaram tambem metade dos frutos da mesma Quinta da Fabrica e porque hum e outros assim o quizeram e outorgaram de tudo o quer requereram e por este instrumento aonde eu como pessoa publica nelle a tomei, sendo testemunhas presentes que tudo viram e ouviram bastante que assignarão e de mim reconhecidas. -

Este manuscrito foi transcrito e gentilmente cedido por Jorge Marques

Anexo AA-1

Terrina
Museu Machado de Castro

Marca V (Vandelli)



Anexo BB-1

Botella antropomorfa
Real Fábrica de Sargadelos (Lugo)

Altura [35 cm]
Largura [16,2 cm]
Profundidade [18 cm]



Anexo CC-1

QUEIRÓS, José. *Cerâmica Portuguesa*. Litexa Editora, Lda. Lisboa-Porto, 2002 p. 253

FERR^A
P

JOSEPI.
FON

JOZE·DA·COSTA

Anexo DD-1

Faianças de S. Roque
Fornos na Aleluia



Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa

Anexo EE-1

Vestido
Exposição Distrital de Aveiro (1882)

Cf Q-2





Tégulae 1 2430



Tégulae 2 2431



Tégulae 3 2432



Tégulae 4 2433



Tégulae 5 2434



Tégulae 6 2435



Imbrex 1 2429



Sectores circulares para colunas de edificios 1 2428



Tijolo 1 2436

Artes Decorativas:
Fábrica do Cojo na rota da
faiança Portuguesa

Artes Decorativas:
Fábrica del Cojo en la ruta
de la mayólica Portuguesa



ANEXO GG-1

Prato da Fábrica de Miragaia

Friso Silva

Utilizado em Darque e Miragaia encontra-se frequentemente na produção Cojo.

Cf. L-1; F-2



ANEXO HH-1

Prato da Fábrica de Miragaia

Adaptado *A Louça de Viana do Castelo. Das origens ao Século XXI* de Alberto Abreu, 2005

Flor de Morangueiro

Detalhe do ramo de morangueiro acentuado na verticalidade.

Cf. A-4; C-1



ANEXO II-1

Tinteiro da Fábrica de Miragaia

Prato da Fábrica de Miragaia

Grinalda de flores

Grinalda de flores, entrecruzada com friso ondulante de folhas espinhadas.



Cf. A-8



ANEXO JJ-1

Elemento ornamental dos barcos moliceiros

Adaptado *Moliceiros-A Memória da Ria*, de Ana Lopes, 1997



ANEXO KK-1

Pia da Fábrica de Darque Viana do Castelo

Espinha de peixe

Faixa ondeadas em forma de espinha de peixe cruzada com um filete ondulado.

Cf. F-1; G-1; G-2;



ANEXO LL-1

Malga da Fábrica de Darque Viana do Castelo

Flor

Flor com pêndulo

Cf.A-2

